

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Lucas Henrique Nigri Veloso

“REMÉDIO ANTI-COVARDIA”:
CARTOGRAFIA DE VULNERABILIDADES, COMUNICAÇÃO E
POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO E PERFORMATIVIDADE DO DIA DE
LUTA ANTIMANICOMIAL

Belo Horizonte
2020

Lucas Henrique Nigri Veloso

“REMÉDIO ANTI-COVARDIA”:

CARTOGRAFIA DE VULNERABILIDADES, COMUNICAÇÃO E
POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO E PERFORMATIVIDADE DO DIA DE
LUTA ANTIMANICOMIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Profª. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

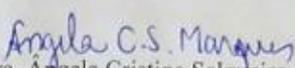
Belo Horizonte

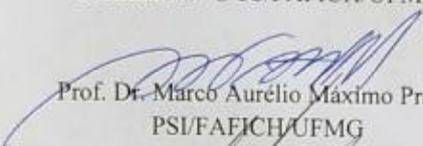
2020

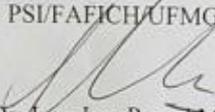
"Remédio anti-covardia": Cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política na construção e performatividade do dia de luta antimanicomial

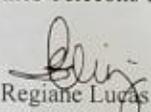
Lucas Henrique Nigri Veloso

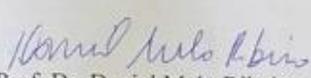
Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Profa. Dra. Angela Cristina Salgueiro Marques
Orientadora - DCS/FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
PSI/FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Jean-Luc Pascal Moriceau
Institut Mines Télécom/Telecom Business


Profa. Dra. Regiane Lucas de Oliveira Garcéz
DCS/FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Daniel Melo Ribeiro
DCS/FAFICH/UFMG

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2020

301.16
V443r
2020

Veloso, Lucas Henrique Nigri.

"Remédio anti-covardia" [manuscrito] : cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política na construção e performatividade do dia de luta antimanicomial / Lucas Henrique Nigri Veloso. - 2020.

201 f. : il.

Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Reforma psiquiátrica – Teses. I. Marques, Ângela Cristina Salgueiro .
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Partindo das sujeitas e sujeitos dessa pesquisa, agradeço por todo acolhimento, reciprocidade, confiança, ensinamentos, dedicação e cuidado que usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, lideranças, apoiadores e parceiros que se agregam enquanto movimento social antimanicomial tiveram para comigo e que, enquanto movimento social, estabelecem também entre si mesmos. A oportunidade de aprender e me relacionar com vocês alterara completamente não só os rumos de minha formação acadêmica mas, sem dúvida, de minha vida. Por isso, também aproveito para me desculpar de antemão sobre as limitações e vulnerabilidades que essa dissertação apresenta, ainda que tenha me esforçado o máximo para tanto, no que se refere a expressão de suas múltiplas potências políticas, cidadãs e existenciais. Agradeço também as instituições públicas de educação que me acolheram e capacitaram desde minha infância, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sem a possibilidade de acesso a educação pública e gratuita de qualidade, não seria possível nem produzir essa dissertação e muito menos ser potencializado por todas as professoras(es), funcionárias(os), alunas(os) e amigas(os) que compõem o território de pensamento livre, criativo e transformador de realidades que caracteriza a UFMG; o qual também devo o encontro com minha querida companheira, núcleo de minha fortaleza e alegria, Ana. Nesse sentido, agradeço especialmente a todo empenho, conhecimento, exemplo, carinhos, cuidados e mimos da minha querida e singular orientadora, profa.dra. Ângela Marques. Por fim, mas na base de tudo, agradeço a minha família por todo o suporte material, simbólico e afetivo que me fora proporcionado durante essa e outras jornadas que percorri ao longo de minha existência. Em especial, primeiramente, a minha mãe, Eliane Nigri, por ser um exemplo de coragem, determinação, força, carinho e cuidado. Em segundo, pedra angular de minha vida, de minha inspiração, de minha meta enquanto ser-humano, ao meu mestre da ética e do amor, Amadeu Nigri. Sem você, querido avô, não imagino quem seria, ou mesmo se seria.

RESUMO

A dissertação realizou uma investigação cartográfica acerca dos processos interacionais, comunicacionais e políticos de produção e performance do protesto “dia de luta antimanicomial”, tal como construído pelo movimento social antimanicomial na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2019. Procurou-se verificar e analisar, a partir de “rastros-resíduos” gerados-colhidos em processos deliberativos e outros eventos relacionados ao fenômeno de pesquisa, evidências empíricas que indicassem, por um lado, os desafios que sujeitas e sujeitos atravessados por intensas precariedades sociais, como aqueles em situação de sofrimento mental, enfrentam para exercer seu direito constitucional de assembleia, manifestação e reivindicação política democrática no espaço urbano. Concomitantemente, procurou-se aprender com essas mesmas sujeitas e sujeitos sobre em que condições vulnerabilidades sociais corporificadas podem ser reconfiguradas de forma a se tornarem vetores potencializadores de agenciamentos e práticas comunicativas, artísticas, políticas e cidadãs. Em outras palavras, a dissertação procurou atestar empiricamente como corpos mais vulneráveis e precarizados que os demais puderam compor uma gramática e arcabouço performativo com vistas a tanto denunciar injustiças e o próprio desmonte das políticas e instituições públicas de cuidado e atenção à saúde mental, quanto a colocar em xeque, deslocar e mesmo transvalorizar estigmas e rotulações negativantes que tendem a reiterar situações de esquecimento, abandono e precariedade social. Ao realizar um pacto teórico com o arcabouço filosófico de Judith Butler e outros pesquisadores, assim como um pacto etnográfico com as sujeitas e sujeitos de pesquisa, pretendeu-se cartografar o “imaginário” e “poética do cuidado” antimanicomial, tal como construído e expresso ao longo do período e trajetória da pesquisa realizada, almejando (re)ficcionar pontos de vista, saberes e epistemes sociológicos, políticos e existenciais da luta antimanicomial mineira. Ao colocar os resultados gerados em diálogo com o campo acadêmico, espera-se contribuir, dentre outras coisas, para com a perpétua revisão que as ciências sociais devem realizar sobre si mesmas a fim de melhor compreender e intervir nos mundo sociais que são objeto de sua reflexão, especialmente a partir das próprias teorias, experiências e significações que sujeitos e sujeitas de pesquisa possuem sobre sua própria situação social, vulnerabilidades e potencialidades político-existenciais.

PALAVRAS CHAVE: Micro-Política; Vulnerabilidades; Movimentos sociais; Luta antimanicomial; Comunicação Social.

ABSTRACT

The dissertation carried out a cartographic investigation about the interactional, communicational and political processes of production and performance of the protest “anti-asylum struggle day”, as constructed by the anti-asylum social movement in the city of Belo Horizonte, in the year 2019. We sought to verify and analyze, based on “tracks-wastes” generated-collected in deliberative processes and other events related to the research phenomenon, empirical evidence that indicates, on the one hand, the challenges that subjects and subjects crossed by intense social precariousness, such as those in situations of mental suffering, face to exercise their constitutional right of assembly, demonstration and democratic political claim in urban space. Concomitantly, we sought to learn from these same subjects about the conditions in which embodied social vulnerabilities can be reconfigured in order to become potentializing vectors for communicative, artistic, political and citizen agencies and practices. In other words, the dissertation sought to empirically testify how more vulnerable and precarious bodies than others could compose a grammar and performative framework that seeks to both denouncing injustices and the dismantling of public policies and institutions of mental health care and attention, as to put in check, displace and even devalue negative stigmas and labels that tend to reiterate situations of forgetfulness, abandonment and social precariousness. By making a theoretical pact with the philosophical framework of Judith Butler and other researchers, as well as an ethnographic pact with the subjects and subjects of research, it was intended to map the anti-asylum “imaginary” and “care poetics”, as constructed and expressed over the period and trajectory of the research carried out, aiming at (re)fictionalize sociological, political and existential points of view, knowledge and epistemes of the anti-asylum struggle in Minas Gerais. By placing the results generated in dialogue with the academic field, it is expected to contribute, among other things, to the perpetual review that the social sciences must carry out on themselves in order to better understand and intervene in the social worlds that are the object of their reflection, especially from the theories, experiences and meanings that research subjects have about their own social situation, vulnerabilities and political-existential potentialities.

Keywords: Micro-Politics; Vulnerabilities; Social movements; Anti-asylum fight; Social Communication

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arranjo de uma deliberação do movimento social antimanicomial no CRP-MG....	13
Figura 2 - Muro e/ou “portal”?.....	24
Figura 3 - Protesto do dia de luta antimanicomial no ano de 2018.....	30
Figura 4 - Marco Cavallo. Da un ospedale psichiatrico la vera storia che ha cambiato il modo di essere del teatro e della cura.....	32
Figura 5 - “Cavalo de Trieste” encenado no “dia de luta antimanicomial” de 2018.....	33
Figura 6 - Manifestantes retornando do “Dia de Luta Antimanicomial” no ano de 2018.....	65
Figura 7 - Proposição “afastada” de mapa do fluxo de construção do protesto do dia de luta antimanicomial.....	66
Figura 8 - Proposta de mapa do fluxo comunicativo da “primeira fase” de deliberações para o “18 de maio” no período de janeiro à março de 2019.....	72
Figura 9 : Performance do de Teatro Nau dos Loucos, Maio de 2015, Universidade Federal de Minas Gerais.....	74
Figura 10 - Fantasias do “dia de luta antimanicomial” no ano de 2018.....	76
Figura 11 - Ensaio de bateria para o protesto antimanicomial do ano de 2019	77
Figura 12 - Evento de seleção do samba-enredo para o protesto antimanicomial de 2019.....	78
Figura 13 : Integrantes da bateria antimanicomial nas ruas em 2019.....	79
Figura 14 - Proposta de mapa do fluxo comunicativo da “segunda fase” de deliberações para o “18 de maio” no período de março à maio de 2019.....	81
Figura 15 - Deliberação de construção do dia de “luta antimanicomial” no ano de 2019, sala de reuniões do CRP-MG	82
Figura 16 - Usuários e/ou artistas?.....	85
Figura 17 - Distribuições de papéis sociais dos atores por reunião deliberativa.....	86
Figura 18 - “Artesania” corporificadada tema do protesto em 2019	88
Figura 19 - Diagrama discursivo da primeira reunião deliberativa.....	95
Figura 20 - Diagrama discursivo da segunda reunião deliberativa.....	97
Figura 21 - Diagrama discursivo da terceira reunião deliberativa.....	100
Figura 22 - Diagrama discursivo da quarta reunião deliberativa	102
Figura 23 - Abundância de proposições na quinta reunião deliberativa.....	108
Figura 24 - Diagrama discursivo da sexta reunião deliberativa.....	110
Figura 25 - Diagrama discursivo da sétima reunião deliberativa	112
Figura 26 - Tambores e tamborins da bateria antimanicomial	117

Figura 27 - Feliz encontro no Parque Lagoa do Nado.....	123
Figura 28 - Tenda dos eventos no Parque Lagoa do Nado.....	124
Figura 29 - Bloco de artefatos que territorializaram o Parque Lagoa do Nado.....	125
Figura 30 - Folder de uma apresentação do grupo Trem Tam Tam.....	126
Figura 31 - Começa o evento.....	127
Figura 32 - Seleção de princesa e príncipe.....	127
Figura 33 - Princesa do desfile antimanicomial de 2019.....	128
Figura 34 - Primeiro casal de Regente-sal e porta-bandeira.....	129
Figura 35 - Segundo casal de Regente-sal e porta-bandeira.....	129
Figura 36 - Terceiro casal de Regente-sal e porta-bandeira.....	130
Figura 37 - Quarto casal de Regente-sal e porta-bandeira.....	130
Figura 38 - Seleção rainhas de bateria.....	130
Figura 39 - Rainha de bateria 2019.....	131
Figura 40 - Banca de jurados do evento de seleção 2019	133
Figura 41 - Performance de samba-enredo num agenciamento usuários e trabalhadores	134
Figura 42 - A revolução é preta e virá pelo ventre.....	135
Figura 43 - Performance e performatividade do samba-enredo selecionado em 2019.....	136
Figura 44 - Fila para o “microfone aberto”, abertura para o “aparecer”	136
Figura 45 - Rap sobre a dengue e seus perigos.....	137
Figura 46 - Funk: “Tchuntcha, tcha tchun tchun tcha!”	137
Figura 47 - Sertanejo-gospel agradecendo à Deus.....	138
Figura 48 - Poesia de Carlos Drummond de Andrade.....	138
Figura 49 - Música romântica: ”seja onde for, para nunca esquecer do nosso amor	138
Figura 50 - Pagode: “chegou em casa outra vez doidão”.....	138
Figura 51 - Poesia autoral	138
Figura 52 - Agradecimentos e dueto	138
Figura 53 - Discurso antimanicomial	139
Figura 54 - Reflexão musical	139
Figura 55 - Sonho político	139
Figura 56 - Denúncia política	139
Figura 57 - Cantar ou não sobre a política?.....	139
Figura 58 - Contra o “pior dos choques”	139
Figura 59 - Forró contra a solidão	140

Figura 60 - Resistência ancestral negra	140
Figura 61 - Indignado.....	141
Figura 62 - Coordenadas da FUNARTE-MG às margens do centro urbano.....	146
Figura 63 - Pátio da FUNARTE-MG.....	147
Figura 64 - Preparativos para os ensaios.....	148
Figura 65 - “Tocando no escuro”.....	151
Figura 66 - Um “avião antimanicomial” que tenta alçar voo no muro do Centro de Convivência São Paulo.....	153
Figura 67 -Tambores agentes de ancestralidade.....	155
Figura 68 - “Crioulização antimanicomial” na FUNARTE-MG.....	156
Figura 69 - Primeiros “rastros-resíduos”.....	163
Figura 70 - Efeitos performativos?.....	164
Figura 71 - Estéticas e “artesanias” antimanicomiais.....	165
Figura 72 - Corporificação de memórias: os que amam não serão esquecidos.....	166
Figura 73 - Moléculas a caminho de formar um corpo coletivo.....	167
Figura 74 - Entre “povos” indígenas.....	169
Figura 75 - Entre “povos” sem-terra, sem-tetos, tan-tans, militantes e esquerdistas.....	169
Figura 76 - Singularidade consoante à totalidade.....	170
Figura 77 - Imaginários e desposições corporificadas.....	171
Figura 78 - Encontro com a norma.....	171
Figura 79 - Longe demais.....	172
Figura 80 - Perto demais.....	173
Figura 81 - Corpos em aliança em sua “desposseção”: de mãos dadas contra-correntes.....	174
Figura 82 - “Povos antimanicomiais” e seus decretos.....	178
Figura 83 - Ata da oitava reunião deliberativa.....	191
Figura 84 - Exemplo de lista de presença.....	192
Figura 85 - Associando um ator a um proferimento.....	195
Figura 86 - Possibilidade de análise de um “diagrama discursivo” com o exemplo da primeira reunião deliberativa.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de eventos cartográfados da “primeira fase” de construção do protesto antimanicomial.....	70
Tabela 2 : Lista de eventos cartográfados da “segunda fase” de construção do protesto antimanicomial.....	79
Tabela 3 - Frequência de proferimentos por ata de reunião.....	190
Tabela 4 - Geração de dados via gravações de áudio.....	192
Tabela 5 - Frequência de atores por papel social.....	193
Tabela 6 - Tabela de categorias finais de atores.....	194
Tabela 7 : Categorias principais de temas para cada proferimento.....	195
Tabela 8 - Categorias complementares de temas de discurso.....	197
Tabela 9 : Formas de expressão de proferimento para além da expressão cotidiana.....	198

SUMÁRIO

Prefácio cênico.....	13
Ato 1: Os “esquecidos” e a carne do “povo”.....	15
Ato 2: O “remédio anti-covardia” como outra proposição de partilha política.....	21
Introdução.....	29
Capítulo 1 – Dos arquivos e agenciamentos teóricos, metodológicos e éticos.....	38
1.1 Retomando arquivos: Contextualizando o movimento social de luta antimanicomial brasileiro	38
1.2 Uma virada das “vulnerabilidades”: reflexões sobre o conceito, suas potências e limites para essa pesquisa	43
1.3 Uma potência para ser afetado e também afetar: sobre a agência política do sujeito vulnerável a partir de Judith Butler.....	50
1.4 Arcabouço etnográfico, perspectiva cartográfica: prolegômenos para uma cartografia de vulnerabilidades	56
1.4.1 <i>Geração de dados: o método de “participação observante”</i>	56
1.4.2 <i>Operacionalização do método de “participação observante” numa “cartografia de vulnerabilidades”</i>	59
1.5 Dos riscos, medidas e cuidados adotados na pesquisa.....	62
Capítulo 2 – Percursos, fluxos e mapas.....	64
2.1. Partida e “primeira fase” cartográfica: eventos deliberativos.....	64
2.2 “Segunda” e “terceira” fases cartográficas: no “entre” e às margens do “dia de luta antimanicomial”.....	72
Capítulo 3 – “Não tem como dar a volta por cima sem fazer a escadaria por baixo”: Deliberação.....	82
3.1 Rosto e presença.....	82
3.2 “Artesania” do pensar 1: “Ninguém larga a mão de ninguém”.....	88
3.3 “Artesania do pensar” 2: “Direitos às diversas gentes: de mãos dadas contra-correntes”.....	98
3.4 Epílogo: Corporificação do “imaginário antimanicomial” como uma “experiência utópica”?	113
Capítulo 4 – “O louco consoante com a sua libertação”: no “entre” e nas “margens” da “heterotopia” antimanicomial	117
4.1 Um convite a “desposseção”.....	117
4.2 No “entre”: eventos de expressão e seleção de performances para o “dia de luta antimanicomial”	123
4.3 “Entre”-epílogo: “Cenas de aparecimento”.....	140
4.4 Às “margens”: maestria e poética do cuidado nos ensaios da bateria antimanicomial	145
4.4 Epílogo às “margens”: “rastros-resíduos” de uma “crioulização antimanicomial”?.....	157
Capítulo 5 – “Intercâmbio ‘loucura’ e ‘sanidade’”	162

5.1 Perspectiva molecular: micro “heterotopias” e “crioulizações” no “dia de luta antimanicomial”	162
5.2 Epílogo democrático: A “invocação” dos “povos antimanicomiais”	175
Reflexões finais: O “remédio anti-covardia” e a democracia.....	183
Referências bibliográficas.....	186
Anexo 1: Sobre a coleta, tratamento, análise e produção dos diagramas de sentido das deliberações antimanicomiais.....	190

Prefácio cênico

Figura 1- Arranjo de uma deliberação do movimento social antimanicomial no CRP-MG



Fonte - Facebook do Fórum Mineiro de Saúde Mental

Noite do dia 20 de Fevereiro do ano de 2019, Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), sexta reunião deliberativa de construção do dia de “luta antimanicomial”. O cartógrafo chega atrasado à cena que aqui será (re)ficcionada, durante a tradicional etapa de leitura da ata de reunião, que corresponde ao evento deliberativo da semana anterior.

No que se refere aos atores que serão apresentados nesta cena, foram contabilizados um total de 40. O registro desses atores se deu a partir da elaboração de uma lista de presença, realizada pelos próprios, a partir de uma apresentação prévia em que cada um anuncia seu nome e a instituição que se vincula para os demais. Essa etapa deliberativa, cabe ressaltar, precedera todas as deliberações. Na referida lista de presença, que é enviada a partir de lista de e-mails aberta à acolher os interessados, registrou-se que pelo menos 23 atores se apresentaram como funcionárias e funcionários de instituições de saúde pública, sendo quase a maioria de serviços de atendimento e cuidado à saúde mental. No que se refere aos demais, 7 se apresentaram como usuários das supracitadas instituições e, o restante, como apoiadores e militantes do movimento de luta antimanicomial. Esta última categoria agrega, por exemplo, estudantes universitários, como o cartógrafo que aqui (re)ficciona o evento interacional em questão.

A cena aqui (re)ficcionada se inicia com a chegada (atrasada) do cartógrafo no auditório do CRP-MG. Naquele momento em que adentra o contexto deliberativo, o cartógrafo registrara que a quase totalidade dos atores que estariam presentes naquela noite já se encontravam distribuídos pelo espaço, com atenção e olhares direcionados para as mulheres líderes do Fórum Mineiro de Saúde Mental, responsáveis pela condução das

deliberações. As mulheres líderes estavam sentadas em cadeiras à frente e ao mesmo tempo abaixo de uma grande mesa de reunião, que estava acima de uma espécie de palco, e a qual ninguém ocupava até então. Os demais atores se alocavam em cadeiras dispostas em fileiras no auditório, como se formassem uma plateia.

A disposição de corpos e elementos supracitada poderia variar de deliberação para deliberação, tanto no que se refere a posição das cadeiras (fileiras ou círculos) como da própria mobilização do ambiente de reunião, que poderia ser outra sala disponibilizada pelo CRP-MG. Outra importante variável eram os próprios atores, haja vista disponibilidades, urgências e mesmo vulnerabilidades que constringiam a possibilidade de estar presente no CRP-MG nos dias e horários marcados para o encontro. Entrementes, aquelas que conduziram e registraram todos os encontros deliberativos sempre estiveram presentes. Cabe destacar, por fim, outros elementos que introduziam diferença em proferimentos e debates naquele ambiente. Por exemplo, cartazes e quadros de campanhas sociais distribuídos pelo auditório, que marcavam oposição à violências contra mulheres, negros, indígenas e outros, que registravam cenas de protestos do “dia de luta antimanicomial” de anos anteriores.

Após cumprimentar gestualmente os presentes, o cartógrafo senta-se numa das cadeiras que compõem as fileiras do fundo do auditório, como fizera em todos os eventos deliberativos que estivera presente, às margens da discussão. Em seu *script* mental, justifica a posicionalidade de seu corpo perante aos demais por acreditar não ter o que contribuir para as discussões, haja vista não se enquadrar como funcionário ou usuário de instituições de cuidado à saúde mental...ou buscava preservar a si mesmo? Ainda, noutra linha do referido *script*, registra que almeja superar essa situação, buscando aprender com aqueles atores mais experientes que ele mesmo e, quem sabe, reproduzir os conhecimentos adquiridos em outros contextos interacionais e artefatos textuais, como nesta dissertação...poderia ir além disso? Mal sabia que, dentre o arcabouço de conceitos e proposições que registraria naquela noite, muitos desses referentes à vulnerabilidades e precariedades sociais de sujeitas e sujeitos em situação de sofrimento mental, ao próprio desafio que esses possuem de exercer sua cidadania, a avaliações que os mesmos realizam sobre um contexto político que lhes é ameaçado, o próprio saber e “identidade” do cartógrafo também seria colocado em “desentendimento”, por efeito, assim registrara, de uma inesperada “interpelação” e “contradição performativa”...

Ato 1: Os “esquecidos” e a carne do “povo”

Ewá: Na semana passada, começamos a discutir sobre algumas das propostas de tema-eixo para o protesto do dia 18 de Maio, né, relacionados a proposta do “mãos dadas”. Vou lendo as propostas que surgiram na última reunião pra gente ir aprimorando (...) Para o tema-eixo: “de mãos dadas com aqueles que sofrem”, “de mãos dadas com as mulheres, que lutam, protegem e amam”(…) Para as alas: ”Loucos, unidos, jamais serão vencidos”, “De mãos dadas contra o ‘capetalismo’ e a ‘demoniocracia’”, “Democratica-mente”(…) Lembrando as alas que sempre temos no desfile: a) “Ala da Loucura/Delírios”; b)“Ala dos Movimentos Sociais”; c)“Ala das crianças e Adolescentes” - que vai representar a luta indígena, propomos, com as crianças vestidas de “curumins”; d) “Ala Álcool e outras drogas”; e)“Ala Histórica” (...) E daí ficou para a gente discutir nesta reunião como vamos incluir nas alas o debate sobre as mulheres, relacionado ao feminicídio, discussão do aborto, LGBT’S, negros e negras...

Cartógrafo: (Ainda bem que elas fazem essas atas de reunião para registrar. Parece que, na reunião anterior, a que não fui, houve muitas proposições importantes (...) Também, não dá tempo para eu anotar tudo durante a reunião, quanto mais lembrar (...) Quanto trabalho, além de não faltarem a nenhuma reunião...)

Edi Terra entra em cena, todos o cumprimentam. Após um pequeno “burburinho” entre os presentes, ele se senta numa das cadeiras acima do palco, em torno da grande mesa de reunião que estava desocupada .

Ewá: (...) Também tiveram as “ideias soltas” né: “Povocracia, pobreocracia, consenso” (...) “Feminino, amor, afeto, cuidado, proteção“ (...) “Democracia? Demoniocracia? Capetalismo?”...

Oceano (para mim, ao pé do ouvido): Capetalismo é minha! (...) Você sabe que Bolsonaro vem de “bolso”, né? (...) Judas Iscariotes ficava por conta da bolsa (...) Judas era um invejoso, pilantra...

Cartógrafo (em resposta, ao pé do ouvido): Nunca tinha pensado nisso...

Edi Terra: Podíamos ter a “Ala dos Esquecidos”!

Cuida: Mas já temos a Ala Histórica para isso, Edi!

Ator_Não identificado (NI, daqui para frente): Temos que pensar sobre a distância e a dificuldade de locomoção dos usuários de Itabira para Belo Horizonte (...) ainda mais com aquela rodovia (...)

Cartógrafo: (Olha aí uma vulnerabilidade de execução do protesto. Preciso de registrá-las todas, assim como as redes de atores envolvidos no processo também.)

Nanã: Nós vamos tentar conseguir ônibus com a Secretaria de Saúde (...) Vamos abrir as inscrições para falar? É só levantar a mão que eu anoto os nomes e vou chamando (...) Riacho (...) Eme....

Riacho (Para todos, em tom de voz muito baixo): _____ (...)

Nanã: Tenta falar um pouco mais alto Riacho...

Cuida: O que teve em 20 de janeiro?

Riacho: ___entrevista na televisão___

Cartógrafo: (Não estou conseguindo ouvir...Logo esse usuário, que é tão antigo ator da luta antimanicomial...Ele fala muito baixo...Tem um corpo que parece tão frágil...Quando eu for analisar os proferimentos, não posso me esquecer de categorizar de acordo com papel social, gênero e etnia...Cada discurso parte de um corpo...Melhor não colocar o nome próprio das pessoas também, preciso preservar sua identidades...)

Stone:(funcionário de inst. saúde pública, homem, branco - para mim, ao pé do ouvido): Riacho era um artista plástico fantástico!!!

Cartógrafo (estudante, homem, branco - em resposta, ao pé do ouvido): Sério? Não sabia! Será que têm alguma obra dele exposta num dos Centros de Convivência? Parece que todas as usuárias e usuários são artistas né...Conheci o Edi Terra numa de suas apresentações de teatro no Sapos e Afogados!)

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Vamos falar do “18 de Maio”, Riacho? Você está contando da entrevista que você deu, no dia 20 de Janeiro, referente ao prêmio que ganhou, né? Depois você fala e compartilha mais com a gente, mas agora temos que focar, senão o tempo da reunião acaba...

Nanã (funcionária de saúde pública, mulher, negra): Eme!

Eme (funcionário de inst. saúde pública, homem, branco): Gente, adorei a ata que vocês enviaram sobre a última reunião: ficou uma ata mais “light” né, mais resumida, mais fácil pra se inteirar (...) Queria dizer que, na minha opinião, estão faltando verbos nas nossas propostas (...) tá tudo assim, no gerúndio (...) só tem um “anunciar a liberdade”(…) Precisamos pensar no “mãos dadas”, mas colocando verbos...

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Ok, tá anotado. Man!

Man (funcionário de inst. saúde pública, homem, branco): Queria compartilhar que levei nossas discussões para uma reunião do CERSAN que trabalho. Achamos muito importante ter uma ala das mulheres e dos negros (...) Estamos passando por momentos de vários desastres (...) Mas não podemos perder o eixo da luta (...) qual a bandeira estamos

defendendo? Uma ala que vai denunciar o feminicídio, o que está entalado, é muito importante, mas não podemos perder nosso foco. Foi o quê colocamos em nossa reunião.

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): O que nós pensamos é que não vai ser uma ala das mulheres, mas uma representação desse tema dentro das alas existentes (...) Temos que pensar onde as pessoas estão sendo perseguidas irão se encaixar na nossa estrutura (...) um exemplo, que ficou muito claro, foram os indígenas na ala das crianças, que foi pensado desde o começo (...) onde vamos encaixar a ala daqueles que estão sendo perseguidos? Não vai ser numa ala específica...

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): O que estamos dizendo é que estas temáticas vão perpassar as nossas alas!

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Olha, sobre o que ficou combinado com relação às alas, é que cada uma destas populações, que estão tendo os direitos violados, vão ser representadas nas alas que já existem no “18 de Maio”(…) Mas o que queria era para ler para vocês um texto que trouxe com relação à direitos (...) Vocês sabem do que são feitos os direitos?

“Sabem do que são feitos os direitos, meus jovens? Sentem o seu cheiro? Os direitos são feitos de suor, de sangue, de carne humana apodrecida nos campos de batalha, queimada em fogueiras! Quando abro a Constituição no artigo quinto, além dos signos, dos enunciados vertidos em linguagem jurídica, sinto cheiro de sangue velho! Vejo cabeças rolando de guilhotinas, jovens mutilados, mulheres ardendo nas chamas das fogueiras! Ouço o grito enlouquecido dos empalados. Deparo-me com crianças famintas, enrijecidas por invernos rigorosos, falecidas às portas das fábricas com os estômagos vazios! Sufoco-me nas chaminés dos campos de concentração, expelindo cinzas humanas! Vejo africanos convulsionando nos porões dos navios negreiros. Ouço o gemido das mulheres indígenas violentadas. Os direitos são feitos de fluido vital! Pra se fazer o direito mais elementar, a liberdade, gastou-se séculos e milhares de vidas foram tragadas, foram moídas na máquina de se fazer direitos, a revolução! Tu achavas que os direitos foram feitos pelos janotas que têm assento nos parlamentos e tribunais? Engana-te! O direito é feito com a carne do povo! Quando se revoga um direito, desperdiça-se milhares de vidas ... Os governantes que usurpam direitos, como abutres, alimentam-se dos restos mortais de todos aqueles que morreram para se converterem em direitos! Quando se concretiza um direito, meus jovens, eternizam-se essas milhares vidas! Quando concretizamos direitos, damos um sentido à tragédia humana e à nossa própria existência! O direito e a arte são as únicas evidências de que a odisseia terrena teve algum significado!” (Juíza Federal Raquel Domingues do Amaral)

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): É pesado, mas é isso (...) A “odisseia do inferno” né, que estamos vivendo (...) "O direito e a arte são as únicas evidências" (...) isso é a nossa cara! Sabe do que são feitos os direitos? É uma pergunta que todo o enredo, todo o desfile, poderia desenvolver (...) Como um conceito que vai se desenvolvendo ao longo do caminho e que tem a ver com nossa discussão sobre a democracia.

Oceano (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Desde os tempos antigos, nós todos somos massacrados (...) Nós precisamos entender certas coisas, antes que a corda se arrebente! Então, tudo são ilusões, pois onde existem tantas gentes poderosas, aí que as direitas, nas pistas da marginal, atrapalham nossas evoluções (...) Quantas vezes, as pessoas que estudam teologias, atrapalham um novo mundo de ciências e tecnologias para melhorar o mundo (...) E por isso quero fazer um apelo, então peço para os homens de alto respeito (...) por exemplo, os parentes de XXX, que deixaram milhões de dólares (...) e também, todos nós dessa reunião, nossos parentes, a gente que é pobre (...) nossos antepassados, deixaram um mundo de riquezas, mas como vivemos num mundo de mendicância? (...) Falei certo?

Todos: (...)

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Bruna...Bruce! (todos riem) (...) Desculpa, falei errado...

Bruce (usuário de inst. saúde pública, homem, negro): Naquela frase que eu fale sobre Brumadinho, sobre a avalanche, na outra reunião, “*roque* que significa pedra, mas não queremos a revanche” (...) o *rock* é uma palavra norte-americana, escreve r-o-c-k...

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Tá certo, vamos corrigir aqui, Bruce.

Cartógrafo: (Agora entendi! Também tem trocadilho com o filme “Rocky”!) (...) Hoje está passando de pressa, uma hora de reunião (...) mas já é o sexto encontro, estão acabando e ainda não foi decidido o tema geral do protesto...)

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Só queria dar uma palavra...

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Vou te inscrever na sequência de falas, Clima. Meninas!

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulher, brancas): A gente discutiu lá, no Centro de Convivência, algumas ideias soltas (...) Poderíamos ter uma comissão de intervenções diversas na cidade (...) tanto no dia do protesto quanto durante a semana, para organizar pequenas ações (...) como uma possibilidade de deixar rastros, de uma maneira mais efetiva, poética, marcar o caminho, talvez chamar mais artistas...Dar um choque na cidade né?

Ewá (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Deixar marcas durante o desfile? Céu deu essa ideia...

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulher, brancas): Pensamos de algumas intervenções ficarem fixas mesmo (...) propor alguma na praça 7, pontos estratégicos,

enquanto o desfile acontece (...) a gente pode convidar as pessoas, fazer uma comissão de intervenções, chamar outros artistas...

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Poderiam fazer com adesivos...

Cartógrafo (estudante, homem, branco): (Di Terra está muito pensativo hoje, falando pouco. Ouvi dizer que, nos últimos meses, estava em situação de rua...)

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulheres, brancas): Outra coisa que a gente pensou, relacionada com o “chocar”, a partir do que lemos numa das atas de reunião (...) Ano passado, fizemos uma máscara do A. N., com chifrinho e tudo (...) Poucos queriam participar da fabricação, nem mesmo usar no protesto (...) eu mesmo não gostei. Então, pensamos em sair do negativo, falar do positivo. Até pensando no Bruce, com essa questão dos heróis. Porquê não resgatarmos nossas referências, como Paulo Freire, Nise da Silveira (...) Marcar a presença destas pessoas que estão sendo apagadas e colocar o porquê de estarem sendo atacados (...) no sentido de uma resistência, de uma denúncia, a partir da visibilidade (...) pensar uma forma de, também, as vezes com “bonecões”, que seja, fazer aparecer essas pessoas (...) porquê muita gente que vai estar lá, não conhece, para além da gente, então é uma forma de fazer circular as informações (...) por isso deixar adesivos ou “lambes” na cidade, com informações, como forma de convidar as pessoas para acessar nosso facebook e conhecer melhor...

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Vocês sabem quem é Geraldo Francisco, o fundador da ASSUSAM?

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulheres, brancas): Não, não sei Di Terra (...) Poderíamos fazer os “bonecões”, colocá-los com os trios elétricos (...) no alto, bem visível (...) tipo assim, com cartazes também, coisas artísticas (...) temos que pensar em coisa grande né, mas que dê para montarmos na hora...

Todos, muito empolgados, dão sinais de aprovação, até que, na última das fileiras, Profeta, que estava vestido naquela ocasião com fardas militares, entra em cena.

Profeta (usuário de inst. saúde pública, homem, negro): Sobre a homenagem: se for para homenagear o Geraldo Francisco, a Malvina, outros usuários, como eu, Riacho, que enfrentaram e deram a cara, tomaram porrada (...) Em porta de hospital (...) pra ter o que tem hoje e o “louco” ainda sendo mau tratado! Porquê (...) falta tudo (...) Vamos pegar a situação da prefeitura de Belo Horizonte. Quando o prefeito era o X., tinha tudo! Saiu o X., acabou! A gente tinha acesso. Aquele tal de L., nunca nos recebeu na prefeitura. Na época da Malvina,

Geraldo Francisco, a gente ainda entrava, conseguia conversar com alguém. Depois, o único que nos deu atenção foi um cara que era do gabinete do prefeito. O resto, todos, deram as costas pra nós. Ah! “Fulano é louco!”, “fulano é doido!” (...) Eles não querem falar como vão manter os serviços?! Mas é a mesma coisa quando acaba o gás dentro de casa, acaba o pó de café, acaba o feijão (...) tem que comprar mais! Quanto que a prefeitura, que o governo, ganha por usuário? Tem CERSAM que já anda parecendo manicômio, com usuário amarrado, parece manicômio mesmo (...) porquê tem práticas manicomialis que ainda não mudaram. O Geraldo Francisco teve em Holanda, eu tive em Cuba, vi como é “outro” o tipo de tratamento (...) Agora, pensa com esse novo governo, o que não vai virar?...

...Eu acho que o dia 18 de Maio é de comemoração, é dia de festa, pra gente comemorar! Porquê quando a gente chegava lá, na porta do hospital Raul Soares, eu, Geraldo Francisco, Malvina (...) a gente já cansou de ver e denunciar casos de fulano que tava apanhando dentro de manicômio (...) agora, hoje, se acontece uma confusão no CERSAM, eles chamam a polícia (...) mas precisa de polícia pra resolver problema do CERSAM? O profissional que tá lá não dá conta de resolver a crise não? Se o governo não tá pagando, não é culpa dos usuários, não (...) Agora, tem que se organizar, a Rosimeire...

Ewá (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Profeta, vamos finalizando?

Profeta (funcionário de inst. saúde pública, homem, negro): (...) Quando eu ía com a Rosimeire, não esqueço quando íamos pro interior de Minas, fazer vistorias (...) quando a gente ficava sabendo que fulano estava sendo mau tratado (...) a gente corria pra dar um jeito (...) os maus tratos não podem continuar! A gente tem que sair é de “mãos dadas” com a “loucura”! Muito obrigado.

Cartógrafo (estudante, homem, branco): ____

Naná (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Profeta, isso tudo que você está falando é muito importante (...) você tem que levar essas questões para o seu serviço, discutir com o pessoal lá, né? E se for decidido por este coletivo representar essas figuras que você falou, a gente faz um levantamento, e com certeza o Geraldo Francisco será lembrado, né? (...) Anís!

Anís (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Eu só queria apresentar uma preocupação, com relação a representação dos indígenas (...) como representar sem apelar, para que este recurso não reproduza pré-conceitos...

Nanã (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Temos que ter atenção para não reproduzir a lógica opressora, né? Porque é a mesma coisa, não vai ter uma ala com todo mundo pintado de preto. Temos que ter sensibilidade para poder representar...

Di Terra se levanta da cadeira e começa a se movimentar pelo palco do auditório. Os presentes dispersam a atenção, até que Clima pede a palavra e Nanã reorganiza a sequência de falas.

Ato 2: O “remédio anti-covardia” como outra proposição de partilha política

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Falando em barragens, queria voltar na questão da barragem da Vale. Os responsáveis que causaram o desastre parecem que estão sendo processados, ótimo, pois foram responsáveis, porquê aquilo é crime. Agora tem outra barragem que está para arrebentar (...) aquilo ali também é crime (...) Quer dizer, o que vão fazer com aquelas pessoas, que vão correr o risco de morrer ali, também (...) o que vai acontecer com aquelas famílias? Primeiro, não tem para onde ir. Segundo, as pessoas estão desesperadas, querem sair mas não sabem como. Então, é uma questão de vida ou morte, muito revoltante! Mais uma barragem que vai desmoronar! Mais uma!

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): E a barragem tem a ver com o quê?

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Com crime, né?! Com a vida das pessoas!

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): E é assim que se lê? O que é que vale mais?

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Pra mim é...

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Mas não é assim que está sendo entendido (...) Porque a forma como esse crime anda sendo camuflado, o dinheiro parece que vale mais!

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Ganância! Foi isso que eu quis dizer...

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Pro sistema, o dinheiro que vale mais. Pra nós, é a vida que vale mais.

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): Foi isso que falei na Suricato, porque, pros poderosos, pros ricos...

Ewá (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Mas como puxar essa situação pra nossa temática, pro nosso protesto?

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Eu acho que a Vale, para mim (...) é a mesma coisa que o Ministério da Saúde vai fazer com a reedição dos manicômios. Porquê é isso que vão fazer quando comprarem os novos aparelhos de eletrochoque. Quando penso na nossa temática (...) é de “mãos dadas” pra que nunca esqueçam (...) para que não tranquem, para que a vida transpire! (...) Pessoal de São Paulo vai colocar assim: "ideologia, eu quero uma pra viver"! Vão pegar com a mãe do Cazuzu o direito para uso da frase (...) Eu acho que, assim, a temática que nós estamos falando aqui, é de “mãos dadas” para que não se esqueçam, para que nunca mais aconteça, vamos falar do eletrochoque!

Man (funcionário de inst. saúde pública, homem, branco): Mas essa é a ideia! O que “vale” é a vida?

Cuida (funcionário de inst. saúde pública, mulher, branca): O que “vale” é a vida! Eletrochoque nunca mais! (...) Porquê vão comprar bastante aparelho para “ministrar” (...) cada sessão por 3 mil reais (...) Vão economizar muito, acabar com os CERSAM! (...) Ah! Privatizando a CEMIG, aí que vai ficar muito bom, energia mais barata pra dar eletrochoque (...) o enfrentamento é esse!

Depois de andar por um tempo de um lado para o outro, Di Terra se senta novamente na cadeira, com os cotovelos apoiados sobre a mesa de reunião, que se encontra sob o palco do auditório.

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Deixa eu falar? Engraçado (...) o choque, eletrochoque, é aplicado a todo louco antigo, a todo louco que tá começando a crise, para experimentar (...) mas o pior choque é o choque da rejeição (...) tive lá no sul, num centro de saúde mental lá (...) tinha um mau uso do serviço (...) aquilo não dava pra dormir, aquilo não era lugar pra jantar, aquilo não era lugar pra conviver! Era lugar pra ser amarrado e tomar remédio! (...) Quando eu chego lá, no CERSAN que eu vou, eu quero é descansar meu esqueleto, e não é 15 minutos. Eu quero dormir! Eu quero apagar! Mas não é com remédio! Eu não quero tomar porrada! Vou te falar o que é mau uso do serviço (...) quando levaram uma menina que tava surtada, deram um “aldol” pra ela, depois a dispensaram e falaram : você não é daqui, você não é da grande Belo Horizonte! E ela era de BH (...) Aí, quando veio o outro lá, desesperado, sozinho, fortíssimo! Todo mundo achando que ele era perigoso (...) ele não era perigoso! Só porquê ele é do interior tem que ir pro Raul Soares, pro Galba Veloso (...) Por que não acolhe? E aí, quando eu chego mais cedo lá, estão os leitos, de noite, todos ocupados, o chão ocupado, o espaço todo ocupado...

...E quando teve o esvaziamento da cidade depois da barragem, em Macacos? Por que a porta dos mais altos não se abriu para eles entrarem? Não são vizinhos? Não são conterrâneos? Por que não abrem a porta? O que impede uma liberação da água (...) para quem não tem dinheiro, nem pra comprar um maço de cigarro (...) por que não? (...) Um maço de cigarro é 13 reais, um pacote de cigarro é 13 reais! (...) E aí, quando pedem pra largar o cigarro, porque o cigarro faz mal, aí caí na maconha, caí no *crack*...

...Pergunto: somos loucos ou somos covardes? (...) A covardia leva a gente a menosprezar o irmão! (...) A gente não percebe que tem gente se preparando pra suicidar, ou pra surtar, e você preocupado com seu vestibular, com seu trabalho, com seu salário todo mês, e esquece que se você sobe (...) se todo mundo subir um degrau, dez degraus, esquece que tem que ter gente no nono, no oitavo, no décimo primeiro, no térreo tem que ter gente! E outra coisa (...) se eu tô no décimo andar, vou experimentar passar uma noite na rua (...) Não posso, é perigoso (...) Mas como é que é? Trocar de casa, intercâmbio de loucura com sanidade? Abrir as portas da casa (...) quantas vezes na sua vida você transportou um “louco”, ou uma pessoa em surto?

Ewá (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Vamos concluir Di Terra...

Di Terra: (usuário de inst. saúde pública, homem, branco) (...) Vamos defender o direito de todos nós e abaixo a covardia (...) Com a gente e com nossos amigos, “loucos” ou normais (...) e viva o “remédio anti-covardia”! Obrigado!

Cartógrafo (estudante, homem, branco (...) covarde?): (Não é possível (...) Ele falou isso para mim (...) Só pode ser para mim, quem mais aqui está fazendo “pesquisa”, preocupado com a faculdade (...) Eu não faço nada por ele, eu estou escutando e não faço nada (...) Vou fazer alguma coisa?)

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Intercâmbio entre loucura e sanidade? (...)

Todos: _____

Grécia (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): (...) Escutando isso, me veio um monte de coisas na cabeça (...) Ehhh (...) Uma coisa que sempre me vem na cabeça (...) ehhh (...) que me marcou muito (...) nós todos, já, estamos em um manicômio (...) está tudo muito pesado, tudo muito difícil (...) que a gente fala, que a gente trabalha, que a gente faz, que a gente estuda, que a gente tudo (...) aí a gente olha e fala assim: nada, nada, nada (...) aí eu fico pensando, sempre, num portal, assim, onde a gente passa (...) Lembro da luta do Basaglia, quando ele abre a porta do manicômio, quando aquelas pessoas que estavam ali,

que de certa forma somos nós aqui (...) e que saímos por aquele portal e que começamos a ver coisas lá fora (...) Como Nise da Silveira, que saiu com aquelas pessoas e que realmente só começam a ter (...) ser gente de verdade, ter uma melhora, quando começam a enxergar as coisas, ter contato com as pessoas, ter direitos, né! Daí eu fiquei pensando muito nessa imagem, que a gente passe neste portal (...) gosto muito dessas coisas que vocês falam, sobre os direitos (...) e outra coisa é sobre os retrocessos das políticas de saúde mental...

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Nós já passamos do portal e, agora, eles tão mandando a gente voltar...

Cartógrafo-covarde (estudante, homem, branco): (Talvez seja isso! Talvez seja isso que me instiga naquela imagem...)

Figura 2 - Muro e/ou “portal”?



Fonte - Autor

Ewá (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Todo mundo já assinou a lista de presença?

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Peraí que é rápido, rápido, rápido (...) “O céu e o inferno”...

...Às vezes, a cozinha do céu é um, é um, é um (...) caldeirão desse tamanho! Com várias cadeiras em volta, com uma colher deste tamanho assim (...) o inferno é a mesma coisa. Mas a diferença é que lá, no inferno, as pessoas querem comer, com a colher, mas não alcançam o caldeirão (...) No céu, o cara serve aqui, serve ali, serve aquele outro (...) compartilha (...) se todo mundo for individualista e não compartilhar nem um cigarro, nem um abraço, nem um carinho, existe o inferno (...) Egoísmo solitário leva a dor, ao preconceito e a revolta! Eu tô revoltado, porém, sou um cara consciente (...) tô sozinho, mas sei que um dia, vão falar, que a imaginação, tirou os meus dentes...

Cartógrafo-covarde (estudante, homem, branco): (Parece que já pensei sobre partilha enquanto um problema em outro lugar...Rancière e os proletários?)

Profeta (usuário de inst. saúde pública, homem, negro): Boa noite pessoal, vou sair mais cedo hoje!

Grande parte dos presentes se despedem de Profeta.

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Então, eu fiquei pensando, ehhe (...) Dia 8 de março vai ter um movimento unificado, o tema vai ser assim: "Mulheres em luta: o lucro não vale a vida" (...) como daria para pensar nesse trocadilho, assim, para nosso tema?

Clima (usuária de inst. saúde pública, mulher, negra): E esse ano vai se lembrar o primeiro ano da morte da Mariele Franco! (...) Femicídio! (...)

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Isso mesmo Clima (...) O que eu destaquei antes, foi que eles fazem um trocadilho para com o que está acontecendo de atual, de mais violento, para trazer essas temáticas pro nosso protesto (...) Como falar da nota técnica que está salpicando? (...) Tenho percebido que não é só uma indignação da saúde mental (...) a sociedade está toda assustada, por isso eles deram uma recuada (...) porque foi uma afronta né (...) então, assim, pra maior parte da sociedade que já experimentou e sabe do modelo e prática substitutiva antimanicomial, precisamos marcar de forma bem precisa (...) Porquê se conseguíssemos apontar, no tema eixo, seria maravilhoso, porque não são só os manicômios (...) aproveitar este frescor da população com relação ao eletrochoque, que causou uma indignação social (...) que causou um recuo, um pouco (...) sustentam as outras coisas, mas deram uma recuada, né (...) Temos de levar de uma forma muito ampla e muito direta!

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Participei de um evento hoje, uma conferência distrital da saúde mental (...) uma das propostas do Estado é revogar a nota técnica porquê ela entra em conflito com a lei federal 10.216 (...) E estou dizendo isso porque eu estou concordando com você, porque a comunidade que participou da conferência distrital ficou: "como assim"? Ou seja, é uma discussão que tem que ser levada para mais gente e para fora também (...) a sociedade começa a concordar com a gente.

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Não pode ser só nós falando pra nós mesmos (...) e a gente têm que falar porque é um absurdo, temos que falar de forma explícita para a população que hospital psiquiátrico não é equivalente a serviços substitutivos!

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Nós estamos de “mãos dadas” pra fazer esse enfrentamento né, apontar isso!

Di Terra, animado, desce do palco do auditório, sorrindo e gesticulando muito.

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): É o seguinte! No CERSAM que eu vou (...) Que você vai, que eu vou (...) o que você leva? (...) Deviam ter uns varais lá, onde os técnicos e os visitantes deixam coisas que gostam, nos bolsos das roupas, das camisas, assim (...) Se você gosta de um maço de cigarro, leva um maço (...) Roupa, sapato, se todo mundo levasse um pouquinho (...) Se você for fazer uma feira, for encher sua geladeira, você leva metade, um terço da geladeira (...) levar e pegar o que gosta, o que quiser (...) levo dois maços de cigarro, pego um (...) levo duas maçãs, pego uma banana, levo dois sapatos, pego uma bacia...

..Intercâmbio entre o “louco” e o normal! Se você levar dois, tem direito a pegar um (...) se leva dois maços, tem direito a pegar um maço...

Todos sorriem e se alegram diante da proposta. Se inicia um burburinho com frases do tipo: “só coisa que o Di Terra gosta, né?!” (...) “agora ajuda a gente a pensar no tema do “18 de Maio”!” (...) “salva o tema, Di Terra!”

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulheres, brancas): Quando ouvimos o que a Grécia falou, que anda, anda, anda e não acontece nada (...) Lembrei do filme “Procurando Nemo”, que é daqueles peixinhos, que são pegos numa rede, e que falam: “continue a nadar” (...) aí eles vão ser pescados e fazem um movimento coletivo, no meio do apuros, assim (...) Mas pra onde nós vamos nadar? A maré não tá pra peixe (...) Fiquei pensando em algo que me marcou na rede de saúde de BH (...) Vi que trabalhamos na contramão das coisas (...) Mas hoje, até a contramão tá meio capenga (...) Eu tenho encontrado muita dificuldade, muita solidão de continuar nadando, assim (...) Tenho sentido muita falta de ter parcerias nós próprios espaços. Como a gente faz pra tocar as pessoas dentro dos serviços, os próprios usuários (...) Estamos aqui, escutando os próprios usuários falarem, como não é só o eletrochoque que choca né, mas a falta de acolhimento (...) Como é difícil debater isso entre nós mesmos, com nossos movimentos mais esvaziados. Como é possível pegar esse cometa...

Meninas (funcionárias de inst. saúde pública, mulheres, brancas): “Vêm não tenha medo que a barra pode aliviar!” (...) É o que as mulheres têm falado umas pras outras: “eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!”

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Nunca, nunca, choque nunca!

Muitos dos presentes repetem a frase de Di Terra, como num coro, sorrindo e elogiando a proposta.

Nanã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Gente, foco gente! 14 minutos pra encerrar! Vou te inscrever Rara e Plena (...) Apelo para continuarmos fazendo a discussão nas instituições e pra trazermos mais usuários (...) eles sempre nos salvam nos “18”, com ideias brilhantes, como no ano passado, que salvaram a gente lindamente!

Rara (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Queria trazer uma coisa, que vi do Galeano, no “Livro dos Abraços”: recordar, do latim re-cordes, voltar a passar pelo coração (...) E aí, falaram da Nise mais cedo, e fiquei pensando nas frases da Nise, que gente “curado” demais fica muito chata (...) Daí ela fala que o que “cura” é a alegria (...) Por isso, pensei assim, pode ser uma frase meio brega, mas pensei: “não se choque, quem ama cura” (...) Porquê o que choca as pessoas fascistas é o amor, “não se choque, quem ama, cura”!

Plena (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): História e eletrochoque, veio a ideia da eletricidade, energia passando, a ideia da energia (...) até porque estamos desenergizados (...) mas como recuperar essa energia? (...) Trabalhar com a ideia de luz, de conexão, de ideias que geram energia (...) Partir do eixo histórico, de como gerar de novo essa energia, nesse bojo aí, a ideia do choque, de como se fosse gerar vida (...) Dentro das figuras históricas, fazer a lembrança do Bispo do Rosário (...) nomes, nomes, nomes (...) Bispo, com, a ideia da saída do manicômio, ele tinha uma visão: é preciso reconstruir o mundo!

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Fazer um painel, uma colcha, com todos os nomes que a gente conhece no mundo!

Rara (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Outra coisa que eu queria falar, que eu estava discutindo com um amigo no bar, é sobre essa temporada de “inversão positivista” enquanto novo regime de verdade (...) Como surgiu um grupo, vamos chamar de nós, que pensou numa forma de cuidado integral, onde o sujeito participa, onde a subjetividade aparece (...) que abrange coisas que o positivismo aliena (...) Como a situação se inverteu e nas eleições ficou claro (...) parece que a galera não entendeu e abriu mão pra um processo muito pior que o positivismo!

Iansã (funcionária de inst. saúde pública, mulher, negra): Mas o pensamento ficou mágico né, igual na idade média (...) tem gente que voltou a anunciar que a escravidão não

aconteceu (...) Como pensar essa inversão que não é de opostos, mas o império do senso comum, como isso tá acontecendo...

Rara (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Lembrando da questão da alegria, como fala o poema de Mayakovski: “é preciso arrancar a alegria lá no futuro!” (...) Por isso que não queria desistir da ala “álcool e drogas”, porquê as comunidades terapêuticas estão super crescendo!

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): Isso tudo corrobora com o que estamos discutindo, que estamos encurralados com a própria noção de ciência (...) está tendo um julgo contra isso (...) e as comunidades são o oposto do que a ciência fala (...) mas que ciência? Retorno medieval, não é nem religioso, é pior...

Dé (funcionário de inst. saúde pública, homem, branco): Pessoal, por falar nisso, a marcha da maconha vai ser no sábado seguinte ao “18 de maio” (...) marcado dia 5, no STF, a descriminalização da posse (...) no carnaval, várias orientações de reduções de danos da droga (...) Ainda, falando de choque, lembrei que a tropa mais violenta da polícia é o choque né, a violência, o choque, como o caminho mais curto.

Oceano (usuário de inst. saúde pública, homem, branco, lendo mais um texto que produziu durante o debate): Nós, também, que estamos aqui lutando (...) morreu um cantor inglês que doou vários milhões (...) de que adiantam as famas, se ninguém da informações, ciências boas para ninguém (...) Com um governo dos fanatismos religiosos, não vão nos receber (...) Vamos compreender que a maré não está pra peixe (...) Mas nós tínhamos que ensinar a pessoa a pescar o peixe (...) mas como pescar o peixe, sendo que não temos um açude?

Bruce (usuário de inst. saúde pública, homem, negro): Gente, eu tenho mais uma proposta de frase: “não somos televisão, mas queremos Ibope: estamos na luta contra o eletrochoque!”

Plena (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca): É isso que estou falando! Utilizar o humor, não como brincadeira de banalizar, mas para dar respostas! (...) Lembrei de um usuário, de onde eu trabalho, e a forma como ele ironiza o gênero e entende isso como uma forma de convidar as pessoas a brincar com ele.

Cuida (funcionária de inst. saúde pública, mulher, branca - performando de pé, em tom irônico): "Oi amiga você está triste?" (...) “Não amiga, que isso! Agora estou indo tomar uma bela sessão de eletrochoque!”

Introdução

A cena apresentada no prefácio desta dissertação (re)ficciona um dos eventos deliberativos que o movimento social de luta antimanicomial promovera a fim de construir, dentre outras coisas, o tema-eixo do protesto político “dia de luta antimanicomial” no ano de 2019. Considerando seus papéis sociais, as sujeitas e sujeitos que se agregaram naquela deliberação eram principalmente trabalhadoras(es) e usuários(as) de instituições públicas de cuidado e atenção a saúde mental, que contavam também com a presença de militantes e outros apoiadores do movimento social de luta antimanicomial, como eu, estudante de universidade pública. Considerando seus corpos, mulheres, homens e outros gêneros que não pude ler; negras(os), brancas(os) e outras etnias inscritas naqueles corpos ; situações de saúde e sofrimento mental interseccionadas com outros marcadores sociais, como os anteriormente listados, e que tendem menos ou mais a intensificar vulnerabilidades econômicas, simbólicas, políticas e afetivas. Como percebi naqueles discursos, seu tradicional protesto, que anualmente se posiciona contra instituições e práticas “manicomiais” que almejam “tratar” a “loucura”, deverá também encontrar formas de abrigar, expressar e performar denúncias de injustiças e violências sociais outras para além daquelas historicamente anunciadas por este movimento social...

Mas o que pode um protesto político? Podem fazer os “esquecidos” serem lembrados, a partir da proposição de um “intercâmbio entre a loucura e a sanidade” nas ruas e avenidas da cidade? Mas como as próprias vulnerabilidades daquelas sujeitas e sujeitos, sobretudo as que experienciam o sofrimento mental, introduzem diferença no próprio processo de construção e performance de sua manifestação? Apenas expressar um descontentamento contra vulnerabilidades e precariedades sociais no espaço público já é um meio de reconfigurá-las ou isso deve ser realizado durante todo o processo de construção do protesto, ainda que em pequenas escalas, a partir do tal “remédio anti-covardia”? Ainda, o que poderia eu, enquanto um estudante “normal”, aprender sobre vulnerabilidades, comunicação e política junto àquele coletivo que, anualmente, se dedica por meses em debater, planejar, organizar e construir um “dia de luta antimanicomial”¹?

¹ “Realizado pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental e pela Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM), o ato político e cultural é uma estratégia do movimento antimanicomial que, há 22 anos, realiza a manifestação no dia 18 de Maio, com o formato de um desfile de carnaval pelas ruas da capital mineira. O ato conta com a participação de usuários da rede de saúde mental, seus familiares, trabalhadores e simpatizantes (...)de diversos municípios mineiros.” (Facebook do Fórum Mineiro de Saúde Mental.)

Meu desejo de observar, participar e aprender junto e a partir dos processos interacionais que visaram a construção e performance do dia de luta antimanicomial me levaram, no ano de 2019, a estar presente em diversos contextos e eventos promovidos pelo movimento social de luta antimanicomial, como aquele que (re)ficcionei no prólogo cênico desta dissertação. Entretanto, os vetores afetivos que constituíram e impulsionaram tal desejo são anteriores.

Nos protestos do “dia de luta antimanicomial” os quais estive presente entre os anos de 2016 e 2018, ficara impressionado com a forma que o movimento social antimanicomial se manifestara nas ruas e avenidas da cidade de Belo Horizonte. Não era apenas a performance do protesto em si que cativara minha atenção mas, especialmente, a curiosidade que me fora resultante: por que e como mobilizam carros de som e trios elétricos, estruturam blocos e alas temáticas, articulam fantasias, samba-enredo, bandeiras, esculturas e bonecos de grande escala, desenvolvem intervenções artísticas das mais generalizadas, para expressar seu discurso político antimanicomial? Seria possível analisar tais protestos e suas performances sem acompanhar os processos, eventos, interações, corpos, sujeitas e sujeitas que os produziram?

No ano de 2018, quando cristalizou-se minha intenção de produzir esta dissertação, o tema e/ou mensagem do protesto do “dia de luta antimanicomial”, enunciado das mais diversas formas pelos manifestantes nas ruas da cidade de Belo Horizonte, fora “Atentas e Fortes: TanTãs sem Temer os golpes”. Do ponto de vista daquele meu corpo espectador-observador, apartado dos processos de construção daquele evento, fiz o que pude para tentar analisar aquele compósito de corpos e elementos constituintes da manifestação.

Figura 3 - Protesto do dia de luta antimanicomial no ano de 2018



Fonte - Autor

No que se refere ao tema do protesto, o “golpe” acusado pelos manifestantes me pareceu se relacionar a emenda à Constituição brasileira “PEC-241”, apresentada pelo governo Temer em junho de 2016, que estabeleceria novo teto mínimo de cumprimento de obrigações do Estado para com a população no que se refere a, por exemplo, educação e saúde pública. Não obstante, conforme mensagem expressa na figura 3 acima, o que era anunciado pelos manifestantes, ainda que cada vez mais vulneráveis no que se refere aos rumos das políticas públicas de atendimento e cuidado à saúde mental (presumi), tendo em vista os efeitos da “PEC-241” (deduzi), era de “Atentas e Fortes: TanTãs sem Temer os golpes.”

Descobri, posteriormente, que a mensagem daquela manifestação-desfile não era apenas endereçada aos presentes, mas também aos futuros. Percebi tal equívoco depois de recorrer a pesquisadores que se propuseram a analisar a “PEC-241” pelos seus prováveis efeitos no futuro do país. Os impactos estimados de tal “golpe”, como a luta antimanicomial enquadrara a “PEC-241”, ao analisar uma simulação dos efeitos de aplicação do “teto de gastos” no próprio passado do Estado brasileiro. O indicativo seria de uma grande escala de danos à populações mais vulneráveis que as demais com tendências a se intensificarem anualmente. Por isso, talvez, a mensagem (ou recomendação) do protesto...

“(…) a PEC 241 desestrutura o financiamento da política social brasileira ao eliminar a vinculação de receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social, que compreende as políticas de saúde, previdência e assistência social. Tais vinculações expressam conquistas sociais que foram garantidas na Constituição de 1988, visando estabelecer prioridade e preservar o gasto público nestas áreas sociais, independentemente do governo que estivesse no poder. (...) As perdas totais de recursos federais para as áreas sociais são bastante expressivas com a aplicação da PEC 241. Na simulação referente ao período 2003 a 2015, as perdas de recursos para as áreas sociais com o Plano Temer/ Meirelles seriam, em valores reais de dezembro de 2015, da ordem de: a) R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área; b) R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando em uma queda de 39% nos recursos federais; c) R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%; d) R\$ 1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal; e) Ao todo, a PEC 241 teria retirado R\$ 3,2 trilhões de recursos federais aplicados na política social. Caso ela estivesse em vigor desde 2003, o GSF seria 37% menor que os recursos destinados à política social nos governos Lula e Dilma².

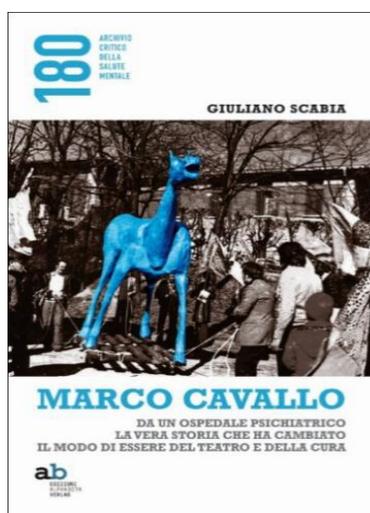
Entretanto, sobre o protesto de 2018, me fora mais difícil propor uma interpretação sobre outro elemento constituinte da manifestação: os cavalos. Como apresentado na figura 3 e posteriormente na figura 5, verifiquei que o signo cavalo fora acionado como repertório

² Vázquez, D. (2016). O plano temer meireles contra o povo: o desmonte social proposto pela pec 241. Plataforma Política Social. Brasília. Recuperado de <http://plataformapoliticasocial.com.br/artigo-36-o-plano-temer-meireles-contra-o-povo-o-desmonte-social-proposto-pela-pec-241>.

expressivo da mensagem política antimanicomial, sendo corporificado tanto em grande parte das fantasias dos manifestantes quanto num carro alegórico colocado em movimento pelos mesmos. Ou seja, um elemento ou singularidade necessário a existência daquela manifestação ficara de fora de minha tentativa de análise...Mas seria realmente necessária a produção daqueles cavalos para a transmissão da mensagem do protesto? Se assim fosse, qual seria a relação entre cavalos, “tantãs”, “atenção” e “força”?

Naquela ocasião, como um observador distante dos processos de construção do protesto antimanicomial, só pude encontrar um possível significado para aquele significante cavalo, que era tanto rastro da passagem da manifestação como resíduo das imagens que produzi naquele dia. Os cavalos, investiguei depois, não eram uma arbitrariedade ou capricho estético da manifestação. Eles se remetiam ao “Cavalo de Trieste”³: significante que outrora fora colocado em movimento nos anos 1970, na Itália, como forma de expressão de insurgência, resistência e força contrária as instituições e práticas manicomiais vigentes naquele contexto; instituições e prática que, por oposição, eram a própria causa de existência do movimento social antimanicomial.

Figura 4 - Marco Cavallo. Da un ospedale psichiatrico la vera storia che ha cambiato il modo di essere del teatro e della cura



Fonte: Capa de livro comercializado no site <https://www.amazon.es/Cavallo-ospedale-psichiatrico-cambiato-Archivio/dp/887223316X>

³ “Em Trieste se diz que a Bora enlouquece. Esse vento glacial do norte atravessa a cidade todo ano, infiltrando-se entre os prédios severos da Praça da União Italiana, para se agarrar aos galhos das árvores de San Giovanni. Nesse parque, pequenos pavilhões verdes são os últimos traços do hospital psiquiátrico fechado no início dos anos 1970 pelo médico Franco Basaglia. *Para celebrar o fim do hospício, doentes, enfermeiros e artistas tinham então construído um imenso cavalo azul de papelão.* Colocado fora do parque onde viveram reclusos durante anos cerca de 1,2 mil “loucos”, o cavalo simbolizava o retorno à vida cívica, a reapropriação da cidadania e um chamado a uma outra psiquiatria.” Acessado em Le Monde Diplomatique Brasil, em 15/01/2019, <https://diplomatique.org.br/desamarrando-os-loucos>, nosso destaque.

Figura 5 - “Cavalo de Trieste” encenado no “dia de luta antimanicomial” de 2018



Fonte: Autor

Por trás da câmera que gerara rastros e resíduos imagéticos como os das figuras 3 e 5, “rastros-resíduos” a partir de agora, eu assistia e era afetado por manifestantes vestidos de cavalos (re)encenando a quebra de um muro manicomial. Na performance em questão na figura 5, um muro erguido é quebrado por cavalos, que o ultrapassam...até que o muro se recompõe, levando e aprisionando novamente os cavalos...que posteriormente se reorganizam, para quebrar novamente os muros, a partir de uma ação coletiva disruptiva...Esta cena, se repetiu por todo o percurso do protesto de 2018, que historicamente parte da Praça da Liberdade e se encerra na Praça da Estação; ponto de encontro onde o coletivo de manifestantes se desfaz, como moléculas, que por efeito de alguma ação ou encadeamento de ações, agenciamentos, voltarão a se ligar no ano seguinte...Tento extrair algum significado desse conjunto de significantes que se ligam, se afetam e se desfazem em partes menores para depois, juntos, ainda que menores e mais frágeis, vulneráveis à reconstrução de uma série de muros e muralhas políticas, tentem resistir à novos “encarceramentos. Esta performance poderia ser considerada como uma metáfora corporificada ao prenuncio de retorno de um “golpe” primitivo ou originário, o manicômio, como possível efeito da escassez ou negação de recursos públicos para as instituições e serviços de cuidado e atenção à saúde mental contemporâneos que os substituem? Por isso, na performance, anuncia-se que ainda que muros voltem a ser erguidos, os sujeitos-cavalo, ainda que vulneráveis, resistirão enquanto coletivo...como o protesto em geral perante a “PEC-241”?

Então, em um nível, estamos perguntando sobre a ideia implícita de um corpo no trabalho de certos tipos de demandas e mobilizações políticas; em outro nível, estamos tentando descobrir como as mobilizações pressupõem um corpo que requer apoio. Em muitas das assembleias públicas que atraem pessoas que se entendem em

posições precárias, a exigência de acabar com a precariedade é promulgada publicamente por aqueles que expõem sua vulnerabilidade a condições infraestruturais fracassadas; há uma resistência corporal plural e performativa no trabalho que mostra como os corpos estão sendo manipulados pelas políticas sociais e econômicas que estão dizimando os meios de subsistência. Mas esses corpos, ao mostrar essa precariedade, também estão resistindo a esses mesmos poderes; eles encenam uma forma de resistência que pressupõe vulnerabilidade de um tipo específico e se opõe à precariedade. (BUTLER, 2016, p.20, nossa tradução)

A citação que acima mobilizei, derivada do pensamento político da filósofa Judith Butler, foi de fundamental importância para que eu pudesse entender o que não era possível analisar, interpretar e compreender a partir dos “rastros-resíduos” que gerei naquele protesto do ano de 2018. Se a hipótese e conceito de “vulnerabilidade” de Butler se adequar realmente a fenômenos políticos empiricamente verificáveis, sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais, num protesto político, não estão apenas denunciando uma precariedade social que investem contra suas existências na manifestação específica considera. Tal proposição se justifica pois, anteriormente ao seu dizer e aparecer numa manifestação, sujeitas e sujeitos políticos mais vulneráveis que os demais, com grande probabilidade, já estiveram agindo politicamente a fim de reconfigurar suas capacidades de agência cidadã, a partir do agenciamento de suportes materiais, simbólicos, expressivos e afetivos dos mais variados para que seus corpos, posteriormente, tivessem condições de aparecer no espaço urbano para ousar reivindicá-los como públicos, democráticos. Por efeito dessa proposição, entendi que se eu quisesse compreender com profundidade as relações que se estabelecem entre formas de expressão e performances do protesto antimanicomial (comunicação e estética) e as precariedades sociais que são por estes denunciadas como injustas (política), seria necessário mapear como vulnerabilidades sociais introduzem diferença no próprio processo de construção e performatividade do “dia de luta antimanicomial”. Mais que isso: deveria cartografar as condições de possibilidade de tal agenciamento coletivo a partir da busca de “rastros-resíduos” da própria linguagem, dos corpos, das interações e das cenas que o movimento social antimanicomial produz enquanto prepara seu caminho para o protesto.

A presente dissertação realiza uma cartografia do processo de agenciamento, construção e performance do protesto do “dia de luta antimanicomial” no ano de 2019. Principalmente a partir da noção de vulnerabilidades, pretendi compreender como essa e outras variáveis comunicacionais, sociológicas e políticas introduzem diferença no desafio que o movimento social antimanicomial enfrenta para se mobilizar, aparecer e expressar suas demandas cidadãs ao Estado e sociedade civil generalizada a partir da supracitada manifestação. Ao mobilizar pressupostos e hipóteses das teorias etnográficas

contemporâneas, assim como a noção metodológica de cartografia, segui e interagi com as sujeitas e sujeitos dessa pesquisa em diversos contextos, gerando um arcabouço de “rastros-resíduos” de tais interações, visando principalmente responder a seguinte pergunta-eixo de investigação: em que sentidos é possível afirmar que vulnerabilidades podem ser reconfiguradas enquanto potências de agência político-cidadã e como tal operação teria se dado a ver em cenas interacionais que vivenciei ao longo do processo de construção e no evento do “dia de luta antimanicomial”?

A construção e apresentação desta dissertação iniciara-se com um prólogo cênico onde (re)ficionei um dos eventos deliberativos que compuseram o processo de produção de desentendimentos e entendimentos; temas, gramática e arcabouço político que visara projetar o protesto que é objeto desta investigação. Nele, tentei apresentar tanto uma amostra de como as sujeitas e sujeitos desta pesquisa estruturaram suas trocas discursivas e produziram “comuns” acerca de como vulnerabilidades e precariedades sociais deveriam ser denunciadas em seu protesto político, como também “rastros-resíduos” do “imaginário antimanicomial” que estava sendo coletivamente construído para que, posteriormente, o mesmo fosse corporificado em sua performance de manifestação. Ainda, o prólogo (re)ficionara como emergira algumas das teorias, proposições e noções antimanicomiais, como a do “remédio anti-covardia” e “intercâmbio loucura e sanidade”, que me foram importantes instrumentos cartográficos fundamentais para o desdobramento descritivo-analítico dos próximos capítulos.

Tendo realizado no prólogo cênico uma breve imersão num dos eventos deliberativos antimanicomiais, o primeiro capítulo desta dissertação dá um passo atrás, reconstruindo o percurso teórico que antecederá a cartografia realizada, visando: a) contextualizar, brevemente, a história do movimento social antimanicomial; b) realizar uma revisão bibliográfica da principal noção-instrumento da dissertação, vulnerabilidades, mapeando de que forma essa tem sido proposta, mobilizada e criticada pela literatura acadêmica; c) verificar em que sentidos a noção de vulnerabilidades, assim como proposta pela filósofa Judith Butler, fornece instrumental analítico para análise de fenômenos políticos corporificados, como aquele que é objeto desta pesquisa; d) delinear o agenciamento metodológico dessa dissertação, que se deu principalmente a partir de teorias etnográficas contemporâneas que forneceram bases epistemológicas para fabricar o projeto de “participação-observante” e a cartografia de vulnerabilidades realizada.

No segundo capítulo, apresento uma perspectiva ampliada do percurso cartográfico que percorri, ao longo dos meses de março e maio do ano de 2019, para gerar-colher os

“rastros-resíduos” empíricos que compuseram o *corpus* de análise da dissertação. Neste movimento, procurei apresentar territórios institucionais que tanto foram e que não puderam ser cartografados neste empreendimento (“zonas de opacidade” da cartografia) a partir de descrição do trabalho realizado, de listas com a origem e natureza dos “rastros-resíduos” coletados-gerados e também proposições e mapas de como esses se conectaram à atores sociais e fluxos comunicacionais associados a produção do “dia de luta antimanicomial” no ano de 2019.

No terceiro capítulo, finalmente, inicio a descrição-análise cartográfica do processo de construção do protesto que é objeto desta pesquisa. Durante o capítulo pretendi, principalmente, compreender como um entendimento acerca de vulnerabilidades e precariedades sociais, tal como expostas e debatidas durante oito eventos deliberativos, foram discursivamente moduladas até se cristalizarem como gramática e arcabouço de temas e denúncias de injustiça políticos a serem expressos e performados. Para além de verificar como o contexto político brasileiro fora enquadrado por memórias, experiências e projeções de futuro pelas sujeitas e sujeitos de pesquisa, apresentei proposições sobre a própria lógica e/ou “imaginário político antimanicomial” que emergira naqueles eventos e que aponta para a própria singularidade de seu agenciamento coletivo. No epílogo⁴ deste capítulo, discuto também em que sentidos a cartografia realizada naqueles processos deliberativos menos ou mais me permitira tensionar teorias das ciências políticas que tendem a desconsiderar que, para além de cálculos de custos de mobilização e formação de uma gramática política que legitima uma luta por reconhecimento, territórios como os da luta antimanicomial parecem produzir, em si mesmos, potências de reconfiguração de vulnerabilidades e precariedades sociais, haja vista as “experiências utópicas” e “heterotopias” que fazem emergir.

No quarto capítulo, dividido em duas partes, expandi a reflexão sobre vulnerabilidades e potências estético-políticas micro-interacionais ao deslocar meu olhar e análise do plano da troca discursiva para processos cênicos de reconfiguração e potencialização dos corpos que viriam a performar o “dia de luta antimanicomial”. Na primeira parte deste capítulo, realizo uma descrição cartográfica do evento “escolha de Samba Enredo, casal de Regente Sala e

⁴ Optei por, no final de cada um dos capítulos, produzir epílogos em que convido teóricos e teorias para a análise realizada nesta dissertação de acordo com as urgências que surgiram no próprio desdobramento da cartografia. Justifico tal escolha pois priorizei a realização de uma descrição densa do fenômeno que é objeto desta pesquisa ao longo dos capítulos, de forma que fosse colocado em primeiro plano a singularidade de minha experiência cartográfica junto as sujeitas e sujeitos de pesquisa, almejando que noções, proferimentos, imagens e outros “rastros-resíduos” que gerei-colhi no trabalhado de campo pudessem ter “uma porta aberta” para “escapar” de sobre-determinações teóricas dadas de antemão. Por esse motivo, construí um entre-espaço textual nos epílogos para realizar uma “costura” entre experiências e “rastros-resíduos” cartográficos com os debates e noções teóricas das ciências sociais que possuem maior pretensão de generalização fenomênica.

Porta Bandeira, Rainha, Príncipe e Princesa de Bateria do 18 De Maio”. Ao (re)ficcionar este evento, descrevi e propus sobre como o agenciamento produzido entre trabalhadores e usuários das instituições de cuidado e saúde mental pode ser considerado como criador de códigos, performances e territórios “heterotópicos” que colocam em xeque estigmas e rotulações negativantes, que investem sobre aqueles que experienciam o sofrimento mental, a partir de “cenas de aparecimento” que ocorrem em escalas de interação infinitesimais que somente pude experienciar a partir de uma “desposseção” de mim mesmo. Tais conceitos, que derivam do pensamento de Judith Butler, serão abordados no “entre”-epílogo desse capítulo.

Na segunda parte do capítulo quatro, após finalmente ter segurança de que iniciei de fato uma “participação-observante”, pude vivenciar a própria reconfiguração de vulnerabilidades artístico-expressivas de meu corpo ao tornar-me aprendiz nos ensaios da bateria antimanicomial que viria a performar no protesto. Graças as interações, aprendizados e “desposseções” que vivenciei naqueles ensaios, pude tomar consciência de como a negritude que atravessa e constituiu o processo, estrutura, repertório e performance antimanicomial introduz diferença na performance política que estava cartografando. Por efeito, surgira naquele contexto a urgência de realizar um agenciamento teórico com o pensador decolonial Edouard Glissant que, a partir da noção de “crioulização”, a qual abordarei com maior profundidade no epílogo desse capítulo, me permitira encontrar uma gramática que melhor me ajudasse a desenvolver reflexão tanto sobre como a negritude introduz diferença na luta antimanicomial, como uma proposição sobre aquilo que nomeara como “poética do cuidado” e “crioulização antimanicomial”.

No quinto capítulo, culmino na descrição cartográfica do próprio protesto do “dia de luta antimanicomial”. Na primeira parte, mobilizo a oportunidade de ter-me tornado corpo participante do protesto para descrever “desposseções” e “crioulizações” micro-interacionais que o protesto antimanicomial produzira no espaço urbano e em outras entidades presentes a partir de uma análise de performatividades. Na segunda parte, de um ponto de vista mais “afastado”, reflito sobre em que sentidos os “povos antimanicomiais” que foram “invocados” naquele protesto nos permitem pensar sobre a própria democracia; regime político, que é tanto condição de possibilidade daquela manifestação popular ao assegurar a liberdade de assembleia, como também é objeto de xeque político daquelas sujeitas e sujeitos que declaram-se como um *demos* que almeja verificar seus pressupostos de igualdade que a fundamentam e legitimam. a partir da introdução de uma “dose” de “remédio anti-covardia” na mesma.

Capítulo 1 – Dos arquivos e agenciamentos teóricos, metodológicos e éticos

1.1 Retomando arquivos: Contextualizando o movimento social de luta antimanicomial brasileiro

As precariedades e violências que atravessam vidas e mortes de sujeitas e sujeitos estigmatizados como “loucos” e/ou “deficientes mentais” ainda se encontram aquém de ser enfrentadas como um grave problema social e político no Brasil. Quando consideramos o estigma discriminatório reiteradamente associado a pessoas que experienciam algum tipo de sofrimento mental, por exemplo, verificamos entendimento compartilhado de instituições nacionais e internacionais de saúde coletiva sobre a urgência em se promover políticas públicas que combatam negação de reconhecimento simbólico, afetivo e material associados a estas populações (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). No que tange o âmbito jurídico brasileiro, a lei federal 10.216, homologada no ano de 2001 como conquista dos movimentos sociais de luta antimanicomial, parecia assegurar um patamar mínimo de reconhecimento e proteção para as supracitadas populações em situação de sofrimento mental, especialmente por versar sobre progressiva extinção e substituição de hospitais e instituições manicomiais totalizantes por serviços de cuidado à saúde mental abertos e devidamente equipados para fomentar capacidades, autonomia e integração cidadã (BARBOSA et al., 2012; GOULART; DURÃES, 2010).

A partir de uma investigação genealógica sobre o processo de surgimento dos hospitais psiquiátricos e hospícios na modernidade, Foucault (1985, 1995, 2001, 2005) afirma que, antes de serem instituições destinadas à cura, estes cumpriram uma finalidade de preservação da ordem urbana, separando do convívio social aqueles que, de alguma forma, pudessem ameaçar os modelos de sujeito e cidadão emergentes na Europa no final do século XVI. Tal classificação e alienação da “loucura” se efetuara para além da lógica de tratamento da “doença” que corpos carregariam consigo, mas principalmente pelo potencial de atentado à moral e a ordem que “corpos indóceis” introduziriam por não se encaixarem e/ou recusarem a se encaixar nos ditames de eficiência dos sistemas políticos e econômicos capitalistas (FOUCAULT, 1985 p. 99-111). Como condição de possibilidade de saberes, práticas e instituições de cunho manicomial, seu estatuto de cientificidade é atrelado à pesquisas produzidas pela própria psiquiatria em suas instituições hospitalares, a partir dos séculos XVII e XVIII, que fizeram com que a entidade patológica “loucura” se tornasse passível de objetivação e diagnóstico por aqueles que mobilizassem e reproduzissem epistemes e

“dispositivos” adequados para tanto⁵. A partir da emergência das supracitadas e outras “técnicas de controle” e “instituições de sequestro” psiquiátricas, corpos como aqueles classificados como “loucos” deveriam ser disciplinados para exercer funções sociais condizentes aos ditames do Estado, moral e economia moderna ou ser fisicamente ocultados, marginalizados do convívio social e/ou deixados para morrer⁶. Assim sendo, para Foucault, o processo sócio-histórico que aqui brevemente fora apresentado produziu pelo menos três dimensões de exclusão política da “loucura” que tenderiam a se perpetuar no contexto social ocidental contemporâneo: a) topográfica, pois os “loucos” deveriam ser isolados ou encarcerados em hospitais e manicômios a fim de serem “tratados”; b) lógica, pois se os “loucos” são “incapazes de agir racionalmente”, portanto não são seres dotados de autonomia existencial; c) política, pois o Estado e/ou profissionais médicos e psiquiatras seriam os legítimos representantes dos “loucos” nas esferas públicas e políticas (FOUCAULT, 1995, p.39-42, HADDOCK-LOBO, 2008, p.65).

Na busca por formas de questionamento ao controle de corpos “indóceis”, do estigma da “loucura” e das próprias instituições e hospitais psiquiátricos, tanto na Europa quanto no Brasil, a partir de meados dos anos 1960, os movimentos sociais antimanicomiais emergiram. De acordo com Goulart e Durães (2010), destaca-se no espraiamento internacional do movimento social antimanicomial o trabalho realizado por Franco Basaglia, psiquiatra italiano que, durante sua caminhada profissional, foi combativo e inovador na proposição de alternativas à saberes e práticas em saúde mental “alienantes”. O epicentro da luta antimanicomial nas décadas de 1960 se deu na cidade de Trieste, na Itália, onde um projeto de desinstitucionalização de manicômios e hospitais psiquiátricos cedeu espaço a novas instituições de cuidado e assistência à saúde mental. Os projetos e realizações italianas foram inspiração para que diversos outros contextos internacionais, como o brasileiro, produzissem articulações voltadas para problematizar e propor novas premissas e práticas de cuidado e atenção ao sofrimento mental:

⁵ “Uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de ‘examinar’. [...] A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo [...] quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico [...] local adequado da ‘disciplina’ médica” (FOUCAULT, 2005 p. 165-166).

⁶ “As disciplinas do corpo (docilização e adestramento) e as regulações da população (corpo-espécie: proliferação, nascimentos, mortalidade, níveis de saúde, mortalidade) constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (...) Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1999, p.131-132).

Assim, é lançada uma nova maneira de ver a loucura. Se faz uma inversão ao que era proposto pelo saber psiquiátrico da época. Ao invés de colocar parênteses no doente como o saber da psiquiatria realizava, a proposta é colocar a doença entre parênteses. Isso, não significa a negação da doença mental, e sim, uma recusa à aceitação da positividade do saber psiquiátrico em explicar e compreender a loucura/sofrimento psíquico (AMARANTE, 1996, p. 80).

Os desdobramentos do movimento antimanicomial europeu viriam a reverberar no Brasil principalmente a partir da década de 1970. Dentre as reivindicações políticas que o caracterizaram, destacam-se as denúncias à política brasileira de saúde mental, ao processo de privatização da assistência psiquiátrica por parte da previdência social e as condições (públicas e privadas) de atendimento psiquiátrico à população vigentes naquele contexto. Como desdobramento, ainda no contexto brasileiro, grupos como o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), Fóruns Estaduais de Saúde Mental e Associações dos Usuários do Sistema de Saúde Mental, entre outros, começaram a atuar como importante vetores políticos de oposição à saberes, práticas e dispositivos manicomiais de “tratamento” à “loucura” (MESQUITA et al., 2010).

No final da década de 1970, novos coletivos e dispositivos de resistência, como o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), não se limitariam a contestar apenas as políticas de saúde mental que vigentes no país. De acordo com Venâncio (2012), o Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, realizado em 18 de maio de 1987 na cidade de Bauru, em São Paulo, seria o marco de consolidação do movimento de luta antimanicomial brasileiro. Tendo como lema “uma sociedade sem manicômios”, seus protagonistas tinham como objetivo a transformação dos serviços psiquiátricos oferecidos no país, posicionando-se ativamente contra a exclusão e a discriminação social do “louco” e, concomitantemente, propondo alternativas de cuidado e atenção à saúde mental segundo lógica de integração e potencialização cidadã do sujeito em sofrimento mental. É importante ressaltar que este empreendimento contribuiu tanto para a origem da Reforma Sanitária Brasileira quanto para a própria consolidação do Sistema Único de Saúde, o SUS (AROUCA, 1988; AMARANTE, 1995).

Ainda que com diversas conquistas históricas, como a construção e implementação de redes de instituição de cuidado e atenção à saúde mental que, abertas, procuram fornecer apoio e recursos para que suas usuárias e usuários sejam de fato incluídas e potencializadas enquanto cidadãos no contexto social mais amplo, vetores tanto de ameaça como de retrocesso ainda exigem que os movimentos sociais de luta antimanicomial atuem e permaneçam “atentos e fortes”. Tal situação se evidencia, por exemplo, quando verificamos a

própria história da lei de regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais, a qual também versa pela extinção progressiva dos hospícios no país, Lei Federal 10.216, e que somente seria homologada no ano de 2001, mais de uma década após sua elaboração (MESQUITA et al., 2010). Para além do enfrentamento jurídico e institucional tardio aos manicômios, o estigma discriminatório atrelado a pessoas que possuem algum tipo de sofrimento mental e suas precariedades relacionadas permanecera, também em contextos internacionais, como um dos maiores problemas a serem politicamente enfrentados pelo Estado e sociedade civil (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001). Esta última situação apresenta-se como especialmente problemática pois, para além dos sofrimentos de ordem pessoal, emotiva e psicológica, uma intensa desigualdade funcional, material e jurídica atravessa mentes e corpos estigmatizados como “loucos”, conseqüentemente os impossibilitando e/ou impondo constrangimentos de várias escalas sócio-políticas no que tange o exercício de paridade de participação cidadã em seus contextos cotidianos. Tais efeitos poderiam ser verificados em situações e contextos sociais dos mais variados em que sujeitos em situação de sofrimento mental reiteradamente são excluídos da vida pública, política, acadêmica, laboral e inclusive familiar (STUART, 2005).

Além do que fora exposto no parágrafo acima, o início do ano de 2019, que poderia anunciar novos projetos e políticas públicas de enfrentamento aos interseccionais problemas sociais que atravessam as vidas daqueles que experienciam o sofrimento mental no Brasil, os próprios fundamentos da lei federal 10.216 começaram a ser contestados. Ainda em meados do mês de fevereiro do ano acima referido, período de transição de atores e projetos políticos por consequência das eleições federais e estaduais de 2018, a chamada “Nota Técnica Nº 11/2019”, intitulada “Nova Saúde Mental”⁷, publicada pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, afirma que o Estado não mais incentiva o fechamento dos famigerados hospitais e instituições totais psiquiátricas. Pelo contrário, para além das supracitadas instituições serem agora valoradas como equivalentes aos serviços substitutivos projetados e edificados pelo movimento de reforma psiquiátrica brasileira, escassos recursos públicos não apenas estão sendo destinados para a manutenção e expansão daquelas como também para o financiamento de “comunidades terapêuticas”

⁷ “(...) O Ministério da Saúde não considera mais Serviços como sendo substitutos de outros, não fomentando mais fechamento de unidades de qualquer natureza. (...) a *desinstitucionalização não será mais sinônimo de fechamento de leitos e de Hospitais Psiquiátricos.*” (NOTA TÉCNICA Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, p.3-5, nosso grifo, acessada em 11/02/2019, disponível em <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>)

privadas que, recorrentemente, são alvos de escândalos e denúncias realizadas por agentes fiscalizadores do próprio Ministério da Saúde.

Não obstante o aterrorizante horizonte político que se desenhara mesmo anteriormente ao ano de 2019, haja vista a imposição da emenda constitucional PEC-241 que fora discutida na introdução desta dissertação, sujeitas e sujeitos em situação de sofrimento mental, ainda que cada vez mais precarizados e vulneráveis, articulados a partir de ampla rede de atores que forma o movimento social de luta antimanicomial brasileiro, nos indicam que haverá resistência e luta política. Como pude atestar junto ao Fórum Mineiro de Saúde Mental, Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental e outros, resistência não apenas no sentido de conservar e mesmo ampliar conquistas e direitos, mas para afirmar que não são vítimas passivas à decretos e projetos manicomiais de políticas públicas, porém agentes e cidadãos potentes que constantemente contradizem rotulações e enquadres estigmatizantes e negativantes a partir de suas capacidades e agenciamentos artísticos, econômicos, políticos e existenciais⁸⁹. Por este motivo, mais do que realizar uma pesquisa histórico-genealógica sobre o movimento social antimanicomial, a partir do pensamento e noção de “vulnerabilidades” de Judith Butler (2004, 2010, 2017, 2018) esta pesquisa pretende compreender como sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais, como aqueles que experienciam o sofrimento mental, *preparam seu caminho para o reconhecimento existencial, social, jurídico e político ampliado*, a partir de suas vulnerabilidades e pelas vulnerabilidades que estruturas que almejam transformar lhes apresentam. Entrementes, para alcançar tal objetivo, fez-se necessário compreender as próprias potências e limitações que o conceito de vulnerabilidade apresenta para que, informado, pudesse reconfigurá-lo como instrumento analítico para a produção daquilo que tenho nomeado como uma cartografia de vulnerabilidades.

⁸ Destaca-se no ano de 2019, para além de eventos locais produzidos pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, a reativação da RENILA (Rede nacional internúcleos da luta antimanicomial) e a realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), na cidade de Brasília; evento esse que reuniu diversos profissionais e movimentos sociais ligados ao SUS, como aqueles relacionados aos serviços de atendimento e cuidado à saúde mental, tendo como um dos objetivos “aprofundar o debate sobre as possibilidades sociais e políticas de barrar os retrocessos no campo dos direitos sociais, bem como da necessidade da democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor saúde.” acessado em 18/08/2019, disponível em <http://conselho.saude.gov.br/16cns/objetivos.html>

⁹ “A ASUSSAM é uma Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental, um dos núcleos da RENILA (Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial). Foi fundada em 15 de Março de 1994 por usuários engajados no Movimento de Luta Antimanicomial, mesmo sendo, na época, usuários de hospitais psiquiátricos. A ASUSSAM luta pelos princípios da luta antimanicomial e pela substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços abertos e públicos. Se opõem a todas as formas de discriminação e violação de direitos humanos.”, disponível em <https://asussam.wordpress.com/>

1.2 Uma virada das “vulnerabilidades”: reflexões sobre o conceito, suas potências e limites para essa pesquisa

O conceito e preceito ético de “vulnerabilidade” fora amplamente revisado e debatido nas últimas duas décadas pela literatura acadêmica, sendo amplamente discutido em obras como “Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy” (MACKENZIE et al., 2014). Tal publicação, que reúne diversos artigos e ensaios de diversas filósofas e cientistas do campo da política, destacando-se o protagonismo das pensadoras feministas neste empreendimento, nos leva a refletir sobre atritos, disputas e incompatibilidades dos preceitos ontológicos, epistemológicos, jurídicos e morais que fundamentam as sociedades ocidentais contemporâneas; especialmente quando pensadas em contraste com a condição existencial inalienável da corporeidade humana e sua vulnerabilidade. Uma das proposições de maior valor heurístico, que fundamenta e norteia o conjunto destas textualidades, instigando e inflacionando tal debate, poderia ser elencada a partir de proposição: “A vida humana é *condicionada* pela vulnerabilidade” (MACKENZIE et al, 2014, p.1). Mas o que essa proposição abrangente tem a nós dizer sobre a capacidade de agência humana, ainda que vulnerável, e sobre os fatores que produzem assimetrias de vários graus nesta condicionante?

De acordo com Mackenzie, Rogers e Dodds (2014), a intensificação dos debates acerca do conceito de vulnerabilidade se dera no campo acadêmico a partir de três frentes. A primeira nos remete aos trabalhos de Virginia Held (1987) e Eva Kittay (1999), teóricas feministas que se propuseram a problematizar a significância normativo-política das redes internacionais de distribuição (desigual) global dos trabalhos de *cuidado* no contexto capitalista contemporâneo; movimento de questionamento que se desdobrou nos trabalhos de Robert Goodin (1985) e Martha Nussbaum (2006) que reivindicam a centralidade política e a obrigação moral dos Estados de bem-estar contemporâneos de proteger os dependentes e mais vulneráveis. A segunda frente elencada pelas autoras é a iniciativa da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e da Comissão Europeia de Princípios de Bioética que visaram mapear como efeitos de diversos mecanismos científicos, políticos e econômicos exacerbam vulnerabilidades humanas. A terceira frente é identificada na filosofia política de Judith Butler (2004, 2010, 2016, 2017, 2018), que não se limita a reivindicar que a precariedade (*precariousness*) e vulnerabilidade são fundamentos da condição corporificada das vidas humanas, mas também como a busca pela invulnerabilidade, intensificada menos ou mais em certos Estados nacionais, contribui para uma distribuição global assimétrica da pobreza, violência, morte e precariedade (*precarity*); conjunto de ações e

dispositivos de poder que se fundamentam a partir de enquadramentos (*frames*) que definem que vidas devem ser protegidas, fomentadas e dignas de luto em oposição as demais.

Honradas as especificidades e problematizações que cada conjunto de autoras e autores ligados à noção e ética das vulnerabilidades propõe, apresento o seguinte encadeamento lógico que tenta sumarizar a argumentação ontológica da vulnerabilidade como uma condição compartilhada das formas de vida e existência humana: a) O princípio fundamental que nos une enquanto seres vivos, guardadas suas singularidades, especificidades e racionalidades, é a *existência corpórea*; b) Tal existência corpórea, principalmente na primeira infância, é fundamentalmente marcada pela *dependência* de constantes suportes materiais, afetivos e sociais que se dão a partir da *relacionalidade* entre *selves* e o mundo, outros e consigo próprios. Sendo assim, a condição de existência e afirmação das formas de vida humanas *está condicionada às relações, redes e estruturas sociais* que as sustentam; c) Tendo em vista que a existência corpórea não pode ser garantida sem a *manutenção constante* das múltiplas redes que a suportam e potencializam, a possibilidade de perda, fratura, injúria, competição e/ou negação dessas demonstram que a *precariedade e/ou vulnerabilidade é uma variável social inalienável* à produção de conhecimento e projetos que envolvem vidas humanas.

Caso a relevância da vulnerabilidade/precaridade humana seja colocada, no mínimo, em patamar simétrico com o conceito político de autonomia, teóricos entendem que o impacto nas epistemes que fundamentariam as bases de nossa concepção ocidental de moral e justiça em sociedades contemporâneas seriam de grande expressão.

Como nos aponta e Barry Hoffmaster (2006), Joel Anderson e Axel Honneth (2011) a condição humana corporificada de vulnerabilidade é historicamente colocada em segundo (ou fora) do plano que define a moralidade política ocidental. A hipótese que conduz a análise dos autores é edificada a partir de uma revisão das teorias morais emergentes na modernidade. ‘princípio que permite a (alguns) humanos distinguirem-se de outras formas de existência. Também, a racionalidade é proposta como a condição do exercício individual da autonomia que, através da possibilidade de supressão, controle e busca de meios eficientes de realização de instintos e pulsões, possibilita a vida coletiva, que deve ser condicionada pela positividade da lei e moral. Por oposição, à corporeidade fora atribuída toda a espécie de características ameaçadoras ao harmônico ordenamento social: a animalidade, a afetividade, a vulnerabilidade e a deficiência. Nesse sentido, o corpo fora entendido como uma instância que deveria ser controlada e domada pela racionalidade como meio de produção de vidas

autônomas e verdadeiramente livres. Por meio dessa operação lógica, não apenas cristalizou-se uma das mais expressivas dicotomias existentes no pensamento ocidental (espírito/mente/corpo), mas também fora garantido, em conjunto com outros dispositivos, a legitimidade necessária para classificar, hierarquizar e colonizar existências. Tal “herança normativa” do pensamento moderno e ocidental, para Anderson e Honneth:

introduz sorrateiramente um componente adicional – a saber, a ideia de que *indivíduos realizam sua autonomia ao obterem independência de seus parceiros*. Isso não é o mesmo que dizer que essa concepção iguala autonomia e isolamento. Mas (...) sugerem que *quaisquer restrições reduzem a autonomia* de um indivíduo. Como parte desse desenvolvimento, contudo, uma *concepção individualista de autonomia pessoal entranhou-se em teorias modernas de justiça social*” (HONNETH; ANDERSON, 2011, p.83)

Tendo em vista as estratégias de sucesso das heranças políticas de proposição ontológica racionalista parcialmente exposta acima, Hoffmaster (2006, p.43-44) nos sugere três motivos pelos quais a noção de vulnerabilidade humana, latente em nossa corporeidade, teria se tornado inferior ao conceito de autonomia, que se expressa a partir do uso adequado da razão, de um ponto de vista moral: a) A vulnerabilidade marcaria os limites de nossa autonomia, sendo antitética ao próprio *ethos* individualista do ocidente. Assumir a vulnerabilidade exigira nos enquadrar, enquanto humanos, como dependentes dos outros; b) As filosofias morais ocidentais tendem a ignorar o corpo e suas qualidades, apoiando-se na racionalidade como fundamento de valor; c) Por consequência, formas de conhecimento e expressividade corpórea que se dão através da linguagem dos sentimentos, por exemplo, e são inferiorizadas e/ou desconsideradas politicamente perante a outros regimes de discurso.

Entrementes o diagnóstico acima exposto, no trabalho de Martha Fineman (2008, 2010), por exemplo, atesta-se a reivindicação de uma ética pautada pelo princípio da vulnerabilidade humana como um “remédio” às ideologias racionalistas-individualistas-liberais que colonizaram a noção moral de autonomia em pelo menos três sentidos. Primeiramente, o conceito de vulnerabilidade, como instrumento sociológico, teria o valor heurístico adequado para atravessar diversas categorias identitárias, como raça, gênero e etnicidade, tendo grande capacidade de interseccionar mazelas, desamparos e violências sociais compartilhadas por diversos grupos minoritários. Segundo, por ser um poderoso vetor de contestação para com construções e modelos de “sujeito liberal” adjetivados apriori por capacidades de auto-suficiência e independência; definição que justificaria projetos e práticas com vistas a diminuição e/ou eliminação do Estado, da lei e da obrigação para com os vulneráveis e dependentes. Terceiro, entendida a vulnerabilidade como uma constante possibilidade de dano, injúria e infortúnio latentes à condição humana corpórea, o papel do

Estado não seria promover a invulnerabilidade dos seus cidadãos, uma vez que esta tarefa seria impossível, mas garantir meios e recursos de promoção de resiliência e fomento das capacidades individuais que permitiriam os sujeitos a buscar uma vida coletiva que valorizam como digna.

Na trilha dos argumentos do parágrafo anterior, Goodin (1985), Fineman (2008, 2010) e Gilson (2014) propõem que o sucesso na defesa de uma ética das vulnerabilidades dependeria de um trabalho de resignificação deste conceito, haja vista suas conotações historicamente negativas, como aquelas que atrelam a predição de um “sujeito vulnerável” como uma vítima passiva e incapaz. Segundo estas pesquisadoras, a vulnerabilidade humana, para além de ser entendida como a constante possibilidade de dano, injúria e infortúnio, também possui uma “capacidade generativa”, no sentido de ser uma “abertura para ser afetado e estar afetando por sua vez” (GILSON, 2011, p.310); neste sentido, aponta para a própria possibilidade de potencialização de formas de existência. Não obstante, Goodin (1985, p.191) é ainda mais radical ao considerar que “Qualquer dependência ou vulnerabilidade é indiscutivelmente criada, moldada ou sustentada, ao menos em parte, por arranjos sociais existentes”, afirmando, portanto, que a vitimização e precariedade corresponde muito mais à exposição a vetores sociais de negação de reconhecimento do que uma incapacidade para agir, sendo que, neste sentido, aponta-se um caminho para potenciação de vidas humanas. Nestas proposições, verificamos um movimento teórico que, para além de tensionar com as oposições binárias que se estabelecem sobre as noções de agência e passividade, verifica-se um questionamento sobre os processos de naturalização das situações de dependência, opressão e violência que se distribuem desigualmente em diversos contextos globais.

Tendo em vista a preocupação em não se produzir novas dicotomias e sistemas de hierarquia no arcabouço de pensamento contemporâneo, Anderson e Honneth (2011), assim como Mackenzie (2014b), procuram verificar em que sentidos uma outra concepção de autonomia, entendida como uma construção relacional, poderia contribuir para a sustentação de um compromisso do Estado para com as vulnerabilidades de seus cidadãos, principalmente com aqueles mais vulneráveis que os demais.

Para Anderson e Honneth (2011, p.85), a adoção de uma perspectiva, no mínimo, não individualista e apriorística de autonomia nos levaria a caracterizá-la como “capacidade real e efetiva de desenvolver e perseguir a própria concepção de vida digna de valor (...) que existe somente no contexto das relações sociais que a asseguram (...) em conjunção com o sentido interno do que significa ser autônomo”. Se para os autores a autonomia é entendida como uma

capacidade a ser exercida, cujo “combustível” deriva do auto-respeito, auto-confiança, e auto-estima construídas entre *selves*, ainda que tais relações sejam por vezes agonísticas, temos as seguintes consequências: a) A autonomia é uma capacidade inerentemente vulnerável e que exige manutenção; b) Sujeitos e *selves* atravessados por relações de negação de reconhecimento material e jurídico (formal e prático), cujos corpos experienciam risco, violência e trauma e que sofrem por “padrões sistemáticos de degradação” (p.98), tem respectivamente sua auto-respeito, autoconfiança, e autoestima lesadas, dificultando que estes desenvolvam sua autonomia de forma justa; c) A linguagem tradicional de direitos e teorias da justiça deve se reestruturar, de forma a garantir estruturas normativas que prezem por relações sociais de reconhecimento que minimizem vulnerabilidades relacionais; principalmente no que tange sujeitos em condições, contextos e relações que atentam explicitamente contra os três pilares (acima expostos) que garantem uma ‘auto-relação prática’ saudável do *self* consigo mesmo e para com os demais.

Assim sendo, as autoras e autores que trabalham para a construção de uma ética das vulnerabilidades encontrariam-se mobilizados em: a) Atestar a vulnerabilidade como uma condição corporificada da ontologia humana; b) Resignificar os conceitos de vulnerabilidade e autonomia de forma que estes não se definam por oposição; c) Garantir que o movimento de universalização da vulnerabilidade não oculte ou atenuie situações sociais em que se manifestam contextualmente de forma exacerbada. Importante ressaltar que tal intenção não se limitaria somente categorizar sujeitos em condições de maior vulnerabilidade/precaridade que outros, mas também articular marcadores sociais de gênero, raça, etnicidade e classe que, por exemplo, ao realizarem as funções de cuidado (*care*), estão sujeitas à graves assimetrias, opressões e negações materiais e simbólicas oriundas da privatização e distribuição desigual deste trabalho em nível global (LAUGIER, 2016; BIROLI, 2018)

Considerando pesquisas e proposições como as que aqui foram apresentadas, Mackenzie (2014) defende a necessidade de se produzir formas de se classificar vulnerabilidades humanas a partir de suas causas e efeitos contextuais a fim de: a) se projetar intervenções e políticas públicas com maior capacidade de atenuar “vulnerabilidades situacionais”, ou seja, que se diferenciam em qualidade e intensidade entre contextos; b) identificar “vulnerabilidades patogênicas” que extrapolam a aceitabilidade moral, que deveriam e/ou não foram ainda eliminadas, e/ou que decorrem de relações políticas e imposições estatais “paternalistas” que potencializam ou produzem novas vulnerabilidades; c) lançar pontes entre teoria política, legislação e a intervenção social.

Apesar dos potenciais ganhos que uma produção de conhecimento e ética das vulnerabilidades poderia nos trazer ao questionar, de forma valorosa, alguns dos pré-supostos danos que se sustentariam em modelos de pensamento político ocidentais, as suspeitas para com os efeitos perversos imprevistos de generalização universal, ambiguidade e sobretudo para com a produção de mecanismos e categorias para medir, classificar e hierarquizar vulnerabilidades também devem ser consideradas.

Alyson Cole (2016), ciente da problemática acima apresentada, nos coloca importantes questões a serem refletidas sobre a noção de vulnerabilidade e sua operacionalidade prática-política: a) Quais seriam os princípios, instituições e agentes que legitimamente classificariam grupos e indivíduos como menos e mais vulneráveis? b) Uma taxonomia e hierarquização das vulnerabilidades não tenderia a produzir novos estigmas e exclusões, ao mesmo tempo produzindo novos sistemas de regulação, controle e poder sobre aqueles classificados como mais vulneráveis que os demais? c) Será que as políticas e dispositivos que buscam disciplinar os vulneráveis existem, primariamente, devido uma falha em se reconhecer nossa condição compartilhada de vulnerabilidade, tanto no que se refere a constante possibilidade de injúria e dano, como de uma abertura positiva de ser afetado e afetar em troca? d) Não seria o desprezo para com o conceito de vítima e vitimização resquício de uma ideologia liberal que sobrevaloriza o conceito de agência e que patologiza os de vítima, trauma e dependência?

Ao recorrer a autores e críticos de uma chamada “virada ética” e de um “humanismo mortalista” agregados em teorias filosóficas e sociais pós-estruturalistas, de forma breve e pouco desenvolvida, mas com grande potencial de desdobramentos, Alysson Cole (2016, p.272-273) resgata importantes ponderações realizadas pelo filósofo francês Jacques Rancière. Seguindo alguns dos trilhamentos do pensamento de Rancière, Cole nos apresenta a radicalidade de sua perspectiva no que diz respeito aos riscos de um “colapsar da comunidade ética com a política”; situação esta que, para além de criar indistinções éticas radicais, fomentaria a fantasia de uma política como uma operação consensual. Tal suspeita se sustentaria pois o ato de “nomear o dano” (*to claim a wrong*) produzido pelas relações de poder nas sociedades ocidentais é um processo que excede os interesses que se encontram em competição. Por consequência, negociações políticas paritárias somente poderiam ser pensadas em condições de ampla igualdade exigiriam uma reestruturação societária de grande impacto infra-estrutural. Neste sentido, o ato de nomear uma vulnerabilidade por um sujeito de conhecimento que fala por um sujeito vulnerável não é somente uma questão de sociologia, mas de política.

Ainda que Cole não nos apresente uma solução para o impasse que a mesma apresenta, a filósofa considera que a noção de vulnerabilidades necessitaria de uma tradução mais adequada para o vocabulário dos sujeitos vulneráveis e de suas lutas políticas, principalmente com relação ao senso de urgência que tal conceito é portador, pois:

Nomear um dano (*to claim a wrong*) é promulgar uma ética, mas na forma e linguagem política. A vulnerabilidade tem que ser reformulada como uma reivindicação sobre a injustiça. Por causa de sua determinação temporal prospectiva, a vulnerabilidade carece de urgência e não apela para nenhuma demanda imediata. Assim, não pode facilmente produzir o momento da política (rancieriana): um determinado tipo de situação de fala em que um dos interlocutores entende e não entende, de uma só vez, o que o outro está dizendo. A vitimização pode mais facilmente produzir tais momentos.” (Cole, 2016, p.272)

A partir da revisão bibliográfica realizada, verificou-se como a uma epistemologia, noção e ética das vulnerabilidades poderia ser produtiva, no sentido de considerar, em pesquisas empíricas, os vetores e estruturas que assimetricamente remodulam a “possibilidade de abertura” de distintos grupos humanos em precariedades, violências e mortes, como também suas capacidades de agência e articulação política e existencial que tendem a ser desconsideradas. Também, levando a sério a proposição de Cole, o conceito de vulnerabilidades nos incita a pesquisar de que formas sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais, como aqueles em situação de sofrimento mental, expressam suas capacidades de agência política, social e existencial em seu cotidiano e sobre seus próprios termos, de forma a apreender o que denunciam e o que propõem como alternativa política para suas vidas.

Por todos os motivos e ponderações apresentadas, aposto nesta dissertação na possibilidade de operar metodológica e analiticamente o conceito de vulnerabilidades para compreender o agenciamento político antimanicomial tal como é colocado em movimento por seus atores. Porém, não almejo com isso produzir uma “taxonomia” acerca de vulnerabilidades; muito menos “nomear o dano” pelas sujeitas e sujeitos dessa pesquisa. O que intento é tentar reconstruir como sujeitas e sujeitos mais vulneráveis e precarizados que os demais constroem seu arcabouço e prática política, comunicacional e existencial para simultaneamente denunciar e resistir aos danos e violências sociais que investem sobre os mesmos. Todavia, antes de apresentar os agenciamentos metodológicos que permitiram fabricar uma metodologia de cartografia de vulnerabilidades, uma breve imersão no pensamento político de Judith Butler me fez necessária, sobretudo para operacionalizar instrumental que me permita investigar como a agência de sujeitas e sujeitos vulneráveis pode ser cartografada a partir de sua linguagem, performances e ação política coletiva, como aquela que constrói e performa o “dia de luta antimanicomial”.

1.3 Uma potência para ser afetado e também afetar: sobre a agência política do sujeito vulnerável a partir de Judith Butler

De acordo com Judith Butler, um dos fatores existenciais que nos determinam enquanto seres humanos corporificados é a precariedade (*precariousness*)¹⁰. Esta noção é utilizada pela autora para sustentar a proposição de que a preservação e potencialização de uma vida é, desde a primeira infância, condicionada por relações de dependência - material, simbólica, afetiva – de outros seres. A precariedade, enquanto dimensão ontológica do humano, ressalta Butler, não pode ser pensada como apartada das condições sociais e políticas que atravessam, obstruem e/ou fomentam a preservação e desenvolvimento de certas vidas humanas de forma assimétrica em comparação com outras; situação que se revela especialmente problemática quando atestamos que, em nosso cotidiano ocidental, carências, ausências e/ou negações de relações e estruturas muitas das vezes não são sequer “apreendidas” como deficitárias para algumas populações, grupos e/ou indivíduos¹¹. Mas porque motivo algumas formas de existência são entendidas como legitimamente dignas de toda uma rede de suporte e proteção em detrimento de outras tantas?

Ao se questionar sobre a pergunta anteriormente apresentada, Judith Butler propõe que a processual reiteração social de certos “esquemas de inteligibilidade” e “normas de reconhecibilidade” produz, dentre outras coisas, uma distribuição desigual da “precariedade”, violência e morte entre populações e, por outro lado, legitimam a preservação e fomento de vidas outras¹²¹³. Assim sendo, uma pergunta sociológica de extrema urgência para nosso contexto contemporâneo deveria ser formulada no sentido de compreender como

¹⁰ “A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que nossa vida está sempre, em certo sentido, nas mãos de outra pessoa; e também implica estar exposto tanto àqueles que conhecemos como àqueles que não conhecemos, isto é, à dependência de algumas pessoas que conhecemos, ou apenas conhecemos, ou não sabemos de nada. Reciprocamente, isso implica que somos afetados por essa exposição e dependência de outros, a maioria dos quais permanecem anônimos.” (BUTLER, 2010, p.30-31, nossa tradução).

¹¹ “A apreensão, entendida como uma maneira de conhecer que ainda não é reconhecimento ou que pode permanecer irreduzível ao reconhecimento; e inteligibilidade, entendida como o esquema histórico geral - ou esquemas - que estabelece áreas do cognoscível. Isso constituiria um campo dinâmico entendido, pelo menos inicialmente, como histórico a priori.” (2010, p.20-21, nossa tradução)

¹² “Nem todos os atos de conhecimento são atos de reconhecimento, embora não exista uma declaração inversa permanente: uma vida tem que ser inteligível como vida, tem que estar de acordo com certas concepções do que é a vida, para ser reconhecível. Portanto, assim como as normas de reconhecibilidade preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem normas de reconhecibilidade.” (ibid., p.21, nossa tradução)

¹³ A precariedade designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com a falta de redes de apoio social e econômico e estão diferencialmente mais expostas a danos, violência e morte.” (ibid., P.32, nossa tradução).

“precariedades” e vulnerabilidades são diferencialmente e assimetricamente distribuídas num dado contexto social. Ainda, de que forma as dimensões supracitadas encontram-se relacionadas à práticas de insurgência, enfrentamento e resistência política; movimento teórico que nos exige, como debatido no tópico anterior, ressignificar o próprio conceito de vulnerabilidades:

Em minha visão, tanto quanto a “vulnerabilidade” pode ser afirmada como uma condição existencial, uma vez que estamos todos sujeitos a acidentes, doenças e ataques que podem expurgar nossas vidas muito rapidamente, é também uma condição socialmente induzida, que responde pela exposição desproporcional ao sofrimento, especialmente entre aqueles amplamente chamados de “precários” para os quais o acesso a abrigo, alimentação e cuidados médicos é muitas vezes bastante limitado (BUTLER, 2010, p.12, nossa tradução e grifos).

(...) o próprio significado da vulnerabilidade muda quando se entende como parte da própria prática da resistência política. De fato, uma das características importantes da assembleia pública que vemos recentemente confirma que a resistência política depende fundamentalmente da mobilização da vulnerabilidade, o que significa que a vulnerabilidade pode ser uma maneira de ser exposta e de ser agente ao mesmo tempo. Essas formas coletivas de resistência são estruturadas de maneira muito diferente da ideia de um sujeito político que estabelece sua agência ao subjugar sua vulnerabilidade - esse é o ideal masculinista que certamente devemos continuar nos opondo (ibid., p.24, nossa tradução e grifos).

Conforme exposto acima, a primeira contribuição de Judith Butler ao projeto de dissertação em questão é a seguinte: na busca por compreender como o movimento de luta antimanicomial constrói o seu dia de protestos, procurarei verificar como vulnerabilidades não apenas motivam, mas em que sentido constituem e até mesmo potencializam sua ação comunicativa e política. Não obstante, para melhor elucidar esta problemática, cabe compreender com maior precisão em que sentido a autora relaciona as noções de movimentos sociais, protestos, resistência política e vulnerabilidades de forma que, como argumentarei, encontram-se necessariamente atreladas a outras caras à teorias de comunicação social, como linguagem, interação e, principalmente, “performatividade”.

Assim como brevemente introduzi, Judith Butler propõe que a reprodução histórica de “esquemas de inteligibilidade” e “normas de reconhecibilidade” encontra-se relacionadas a como os agentes sociais, em suas práticas cotidianas, “enquadram” certas corporeidades que compõem um dado contexto como vidas dignas de serem preservadas e/ou passíveis de luto em oposição a outras tantas. Ao se perguntar sobre os mecanismos sociais que garantem a reiteração prática de normas e sistemas classificatórios que condicionam julgamentos de valor sobre corporeidades e modos de existência, estes que também se relacionam a reiteração de estigmas sociais outros, como o racismo, misoginia e “loucura”, Judith Butler propõe que entidades no mundo são vulneráveis à “atos de nomeação” e “interpelação” que,

em interações sociais cotidianas, atualizam posições sociais de privilégio e/ou de subalternidade de grupos, identidades, racionalidades, classes e gêneros¹⁴¹⁵. Em relação a esta proposição, poderíamos corroborar com a tese de Butler a partir da própria história recente de imensas populações de sujeitas e sujeitos “interpelados” como “loucos” que, quando não foram exterminados ou trancafiados em hospitais e colônias psiquiátricas por serem classificados e valorados como existências perigosas ao ordenamento social, também experimentam negações de reconhecimento material, simbólico e afetivo que são “naturalizadas” pelos “esquemas de inteligibilidade” que tendem a rotular como “legítimos” os sofrimentos e violências que experienciam.

Não obstante, conforme estou procurando defender neste projeto de dissertação, o conceito de vulnerabilidade apresentado por Judith Butler se reduz a uma operação linguística e simbólica sobre corpos, haja vista que não desconsidera que o sofrimento mental e suas vulnerabilidades também são associadas à questões de ordem fisiológica, mas aponta para como sistemas de valor reiterados no cotidiano podem intensificar precariedades sociais. Ainda, seu conceito de vulnerabilidades de forma alguma encontra-se em oposição as noções de agência e resistência política, haja vista que as reiterações práticas destes “esquemas de inteligibilidade” e “normas de reconhecibilidade” não definem um destino para uma corporeidade. Ao realizar uma revisão da teoria de Austin e Searle sobre os efeitos performativos dos *speech acts* a partir do pensamento do filósofo francês Jacques Derrida, dentre outras proposições, Judith Butler encontra a potência de resistência dentro da própria vulnerabilidade corpórea e linguística de esquemas e estruturas de “reconhecibilidade”¹⁶¹⁷. Num breve resumo, é exatamente porque estruturas, normatividades

¹⁴ “Todos nós somos chamados por nomes, e esse tipo de apelação demonstra uma importante dimensão do ato de fala. Nós não apenas agimos através do ato de fala; atos de fala também agem sobre nós. Há um efeito performativo distinto de ter sido nomeado como esse gênero ou outro gênero, como parte de uma nacionalidade ou de uma minoria, ou para descobrir que a maneira como você é considerado em algum desses aspectos é resumido por um nome que você mesmo não conhece e nunca escolheu. (BUTLER, 2016, p.16, nossa tradução e grifo).

¹⁵ “A interpelação é um ato de fala cujo ‘conteúdo’ não é verdadeiro nem falso: sua primeira tarefa não é a descrição. Seu objetivo é indicar e estabelecer um sujeito numa sujeição, produzir seus perfis no espaço e no tempo. Sua operação repetitiva tem o efeito de sedimentar esta “posição” com o tempo” (BUTLER, 2004, p.62, nossa tradução e grifos)

¹⁶ O performativo não é um ato singular usado por um sujeito já estabelecido, mas uma das maneiras poderosas e insidiosas pelas quais o sujeito é chamado a se tornar um ser social de lugares sociais difusos e é inserido no social através de um conjunto de elementos difusos. e interpelações poderosas. Nesse sentido, a performance social é uma parte crucial, não apenas da formação do sujeito, mas também do questionamento político subsequente e da reformulação do próprio sujeito. O performativo não é apenas uma prática ritual: é um dos rituais mais influentes na formação e reformulação dos sujeitos. (BUTLER, 2004, p.256)

e institucionalidades dependem de sua reiteração performativa cotidiana que fraudes, imitações, mimeses, ressignificações e deslocamentos acabam por menos ou mais introduzir trincas e fraturas nestas próprias entidades sociais:

Se a performatividade da linguagem ofensiva é considerada perlocucionária (a linguagem produz efeitos, mas não é em si o efeito), então a linguagem só produz seus efeitos prejudiciais na medida em que também produz uma série de efeitos desnecessários. Precisamente porque uma afirmação pode produzir outros efeitos é possível a apropriação, inversão e recontextualização de tal afirmação (BUTLER, 2004, p.69-70, nossa tradução e grifos)

A partir da proposição de que os próprios atos performativos tem tanto a potência de reiterar esquemas de normatividade que legitimam a distribuição social assimétrica da precaridade quanto expor suas contingências, falhas e violências que Judith Butler pode afirmar que certas “performatividades”, produzidas pelas próprias corporeidades mais vulneráveis que as demais, têm a potência de contestar e transformar contextos de interação e mesmo sistemas de valor injustos e violentos. Não obstante, Butler enfatiza que tão operação possui maior probabilidade de acontecer de acordo com as redes e relações de alianças, humanas e não-humanas, que possibilitam ou criam obstáculos para que corpos vulneráveis disputem “espaços de aparecimento” e preparem seu caminho para a reconhecibilidade social ampliada. Cabe ressaltar que tal operação subversiva não possui uma fórmula prévia, principalmente quando consideramos que qualidades públicas e privadas de espaços, tempos e materialidades são efeitos de disputas e/ou negociações entre distintos grupos sociais que acontecem, por exemplo, antes mesmo da formação de uma assembleia e protesto político (BUTLER, 2018).

A construção argumentativa acima é fundamentada empiricamente por Butler quando a mesma se coloca a refletir sobre a própria “performatividade” política que é efeito de assembleias e protestos como aqueles promovidos pelo movimento “Black Lives Matter” nos Estados Unidos. Quando existências que não eram apreendidas e inteligíveis anteriormente como dignas de serem sustentadas, cuidadas e fomentadas performam a si mesmas como corporeidades vivas e dignas de humanidade, como agentes políticos ativos que expõem suas vulnerabilidades para denunciar a ausência e/ou negação de reconhecimento social que vivenciam, disputando e promovendo uma cena de aparecimento

¹⁷ Além disso, não é a intenção do falante que governa quando as convenções linguísticas trazem realidades ou produzem consequências particulares. Como Derrida apontou, essas convenções já estão em andamento antes de você ou eu as falarmos, e elas só têm o poder que exercem em virtude de seu status iterável, da maneira como são repetidas e elaboradas. vários textos e práticas institucionais. Assim, pode-se dizer que essas convenções e sua iterabilidade são o que dispõe a qualquer um de nós para agir através da fala: eles atuam em nossa fala quando agimos, e precedem e excedem o momento da enunciação. Algo se repete na nossa fala enquanto “agimos” na linguagem. (BUTLER, 2017, p.174)

político em espaços potencialmente públicos, que uma “contradição performativa”¹⁸ não apenas coloca as próprias normas sociais em xeque político, mas a própria significação socialmente compartilhada de suas próprias vulnerabilidades:

Então, em um nível, estamos perguntando sobre a ideia implícita de um corpo no trabalho de certos tipos de demandas e mobilizações políticas; em outro nível, estamos tentando descobrir como as mobilizações pressupõem um corpo que requer apoio. Em muitas das assembleias públicas que atraem pessoas que se entendem em posições precárias, a exigência de acabar com a precariedade é promulgada publicamente por aqueles que expõem sua vulnerabilidade a condições infraestruturais fracassadas; há uma resistência corporal plural e performativa no trabalho que mostra como os corpos estão sendo manipulados pelas políticas sociais e econômicas que estão dizimando os meios de subsistência. Mas esses corpos, ao mostrar essa precariedade, também estão resistindo a esses mesmos poderes; eles encenam uma forma de resistência que pressupõe vulnerabilidade de um tipo específico e se opõe à precariedade. (BUTLER, 2016, p.20, nossa tradução)

A breve introdução apresentada sobre alguns dos conceitos do pensamento de Judith Butler acerca da relação entre vulnerabilidades e resistência política nos trazem pelo menos as seguintes contribuições e compromissos para se mapear a composição, motivação e luta política de movimentos sociais, como o antimanicomial:

a) Ao colocar em primeiro plano as vulnerabilidades corporificadas que constituem uma ação social, somos levados a considerar como o acesso e restrição à redes de suporte material e simbólico introduzem diferença na própria formação de um movimento social e porque motivo estes elementos dinâmicos são reiterados e/ou contestados à nível individual e coletivo. Neste sentido, mapear como os próprios agentes de um movimento social significam e experienciam vulnerabilidades, violências e danos pode nos levar a compreender também as próprias redes de aliança e oposição que formam, inclusive a partir dos efeitos que as mesmas produzem na própria política performada, por exemplo, num protesto coletivo;

b) O conceito de “performatividade”, diferentemente da noção de “repertório”, nos exige considerar corporeidades e suas vulnerabilidades como elementos fundamentais e inalienáveis de fenômenos comunicativo-políticos sem que com isto desconsideremos

¹⁸ “Considere, por exemplo, a situação em que os sujeitos que foram excluídos dos direitos civis pelas convenções existentes que regem a definição excludente do uso universal dessa linguagem dos direitos civis e ativam uma “contradição performativa”, afirmando que eles são cobertos por esse universal, expondo com isto o caráter contraditório das formulações convencionais anteriores do universal. Esse tipo de discurso parece, em princípio, impossível ou contraditório, mas é uma maneira de expor os limites das noções atuais de universalidade e constitui um desafio para que os padrões existentes se tornem mais amplos e mais inclusivos. Nesse sentido, ser capaz de enunciar a contradição performativa não é uma empresa que se prejudica; pelo contrário, a “contradição performativa” é crucial para a contínua revisão e elaboração dos padrões históricos de universalidade próprios do movimento futuro da própria democracia.” (BUTLER, 2004, p.153-154, nossa tradução e grifos)

historicidades, racionalidades, relações de poder, resistência e/ou subversão. Tal afirmativa se justifica, conforme exposto anteriormente, pois “performatividades” ou mesmo “contradições performativas” sempre se relacionam, ainda que suas qualidades, intensidades e coordenadas vetoriais variem, à estruturas normativas vigentes num contexto. Assim, o mapear uma “performatividade” é também um movimento de mapeamento das próprias estruturas sociais de “inteligibilidade” e “reconhecibilidade” que são atualizadas, denunciadas e/ou enunciadas por certos sujeitos como injustas ou justas, violentas ou potencializadoras;

c) Também, o conceito de “performatividade” nos exige estar atentos para com as próprias contradições inerentes à ação política de um movimento social, pelo motivo que a exposição corporificada de si, sempre atravessada por vulnerabilidades, tem tanto a possibilidade de reiterar esquemas normativos dominantes, produzindo assim efeitos imprevisíveis e perversos, quanto expor os projetos de mundo e sociedade que o coletivo em questão produz em si mesmo enquanto se direciona para sua manifestação na cena pública. Assim sendo, é de se esperar que quando se mapeia o próprio processo interacional que visa a construção de um protesto político, um pesquisador engajado com o fenômeno que busca compreender pode fazer emergir tais questões no próprio debate acadêmico.

Entrementes, qual seria a resposta de Butler para as duras críticas ao conceito de vulnerabilidades, como aquelas que apresentei a partir de Alysson Cole, no tópico anterior? Acredito que compreender como sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais experienciam, nomeiam e reconfiguram suas precariedades a partir e pelas vulnerabilidades, considerando especialmente como eles próprios “nomeiam o dano”, cabe ao pesquisador, como gesto político, descentrar-se de si mesmo, em direção ao outro, ampliando suas vulnerabilidades para afetar e ser afetado pelo outro, “desapropriando-se”, “desposuindo-se”; ainda que não deixando de ser quem é, mas descentrando seu Ego em direção ao coletivo com o qual se pretende aprender com e falar junto. Eis a proposta que gostaria de considerar para a construção de um método de “cartografia de vulnerabilidades”:

O que torna possível a capacidade de resposta política?” A situação de ser movido pelo que se vê, sente e chega a saber é sempre aquele em que se vê transportado para outro lugar, para outra cena ou para um mundo social em que não se é o Centro. E essa forma de desapropriação é constituída como uma forma de resposta que dá origem a ação e resistência, a aparecer junto com os outros, em um esforço para exigir o fim da injustiça. Uma forma adotada pela injustiça é a desapropriação sistemática dos povos através, por exemplo, da migração forçada, do desemprego, do desabrigo, da ocupação e da conquista. E assim levantamos a questão de como nos despojamos do ego dominador e entramos em formas de coletividade que se opõem a formas de desapropriação que sistematicamente abandonam as populações de modos de pertença coletiva e justiça. (BUTLER, 2012, p.21)

1.4 Arcabouço etnográfico, perspectiva cartográfica: prolegômenos para uma cartografia de vulnerabilidades

Após a curta imersão realizada anteriormente no arcabouço filosófico de Judith Butler, me pareceu que mais do que construir uma “taxonomia” de vulnerabilidades, Butler nos convida a procurar compreender como sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais, como os que essa pesquisa pretendeu se relacionar, *preparam seu caminho para o reconhecimento social, existencial e político ampliado*, a partir de suas vulnerabilidades e pelas vulnerabilidades de estruturas de alteridade outra, como a própria língua, “esquemas de inteligibilidade” e “reconhecibilidade” que desejam transformar. Mas como realizar uma cartografia desse “caminho para o reconhecimento”, incorporando saberes, imaginário e práticas dos sujeitos e sujeitas mais vulneráveis que os demais numa produção acadêmica? A proposta que essa dissertação realiza fora de realizar um agenciamento com teorias etnográficas contemporâneas e a noção de cartografia, propondo a construção de um método de “participação observante” que propicie a “desposseção” dos conceitos, olhar e corpo do próprio pesquisador.

1.4.1 Geração de dados: o método de “participação observante”

Após a exposição dos preceitos epistemológicos e ferramentas teórico-analíticas que se encontram em questão no presente projeto de pesquisa, apresentarei, nos próximos parágrafos, argumentos que justifiquem o motivo da seleção da metodologia de pesquisa “participação observante”. Neste intento, procurarei expor as estratégias e compromissos teóricos, práticos e éticos que compõem tal metodologia e que derivam de teorias etnográficas da antropologia contemporânea. Adianto que, na defesa deste método, almejo também reafirmar o próprio propósito empírico e analítico que conduz este projeto de dissertação: mapear como ponto de vista, vivências e afecções que os sujeitos e sujeitas de pesquisa possuem sobre vulnerabilidades sociais e como essas introduzem diferença na construção e “performatividade” coletiva do “dia de luta antimanicomial”.

Como é reiteradamente difundido nos arcabouços teóricos das ciências sociais, a etnografia é um método de pesquisa que principalmente se cristalizou a partir do conceito de “observação-participante”; desenvolvido pelo antropólogo Mallinowski nas primeiras décadas do século XX, em sua famigerada obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”. Por este motivo, antes de buscar apresentar o que entendo como “participação observante”, a saber, um conceito metodológico que é revisão do próprio conceito de “observação

participante”, faz-se necessário expor de forma breve tanto a fundamentação da primeira noção quanto as críticas mais pertinentes que a esta foram direcionadas pela antropologia contemporânea.

A instrumentalização da noção de “observação-participante” poderia ser considerada, ainda que de forma reducionista, como relacionada a uma urgência epistêmica: a busca por acesso empírico às estruturas normativas de um modo de vida “nativo”, tal como políticas, econômicas e de parentesco, a partir do testemunhar, mapear, descrever e analisar de práticas e comportamentos cotidianos. Em outras palavras, a questão que Mallinowski (1976, p.30) procurou responder fora a seguinte: como um conjunto de leis e normatividades que estruturam uma dada sociedade e formam seu “esqueleto” se relaciona para com sua “carne e sangue”, ou seja, modo de vida e interações sociais cotidianas? Insatisfeito com a mobilização de relatos e descrições produzidos por informantes de “segunda mão”, Mallinowski propôs que o movimento empírico necessário para responder tal questão deveria ser dado pelo próprio etnógrafo ao observar, participar e experienciar a vida “nativa” para, assim, gerar seus dados de análise com maior rigor empírico. Por consequência deste intuito, o conceito de “observação participante” fora desenvolvido, para além do provocar de um deslocamento do antropólogo com relação à seus próprios pré-conceitos étnicos e teóricos, registrar empiricamente as relações que se estabelecem entre comportamentos, linguagens, significações e emoções que atravessam uma vida “nativa” e, atestadas suas recorrências e funções em dados contextos, generalizar modelos teóricos de uma dada cultura.

Apesar das promessas e importantes achados científicos, o método etnográfico de “observação participante” fora criticado, revisto e reformado, principalmente tendo em vista a episteme etnocêntrica, monológica e estrutural-funcionalista que sustentara o modelo sociológico de Mallinowski (CLIFFORD,1998; RABINOW, 2002). Dentre as diversas críticas endereçadas, destacam-se sobretudo aquelas que problematizaram e evidenciaram como relações de poder e regimes de verdade correlatos são reiterados pela suposta posição “privilegiada” que o etnógrafo ocuparia em relação aos sujeitos de sua pesquisa que, por efeito, tendia a classificar os mesmos como seres homogêneos, passivos e inconscientes reprodutores de leis e normas de um dado sistema cultural. Por consequência, para além da recorrente desconsideração de múltiplas formas de agência, racionalidades e reflexividades que atravessam, constituem e são produzidas pelos “nativos” em suas interações cotidianas, as premissas epistemológicas acima referidas possuem grande probabilidade de reiterar uma

posição ontológica e política de subalternidade para os “nativos”; a não ser que sejam devidamente tratadas junto aos próprios sujeitos de pesquisa como os quais se pretende compreender valores, práticas e modos de existência.

Na constante busca por mitigar os danos epistemológicos e políticos acima expostos, os princípios e propósitos da “observação participante” foram revistos pelas ciências sociais contemporâneas, sobretudo por suas vertentes rotuladas como “pós-estruturalistas”. Conforme nos aponta o antropólogo Viveiros de Castro (2012, 2015), o que se encontra em jogo na produção etnográfica contemporânea não é um simples acesso “privilegiado” a dados empíricos a partir da participação de um modo de vida “nativo”, mas a busca por radicalmente “levar a sério” as teorias e conceituações que estes produzem sobre sua vida social a fim de que “descolonizemos” nosso próprio pensamento e prática acadêmica¹⁹. Para realizar tal intento, os dados gerados no trabalho de “observação participante”, em detrimento à busca por generalizações e leis de escala macrossociológica, deveriam ser colocados num embate simétrico com as teorias vigentes num determinado campo acadêmico - e porque não político e jurídico - a fim de que estas sejam constantemente revistas pelos próprios mundos, realidades e contextos sociais que se almeja compreender, descrever e teorizar.

A partir da proposição apresentada, a “observação participante” não poderia ser mais considerada como um simples instrumento de legitimidade para geração de dados de uma pesquisa. Pelo contrário, deve ser produzida como um agenciamento prático-político que possibilitaria o pesquisador realizar uma “rotação de perspectivas” sobre um fenômeno, processo ou problema social, de modo que suas multiplicidades e complexidades não sejam apagadas pelo silenciar de racionalidades e corporeidades outras que não as que se identificam com a do próprio pesquisador²⁰.

Não obstante, como adverte o antropólogo Márcio Goldman (2006), a “observação

¹⁹ “A ‘descolonização do pensamento antropológico’ significa uma dupla descolonização: assumir o estatuto integral do pensamento alheio enquanto pensamento e descolonizar o próprio pensamento. Deixar de ser o colonialista de si mesmo, subordinado às ideias mestras, às ideias-chave de sujeito, autoridade, origem, verdade. A descolonização envolve esse duplo movimento, o reconhecimento da descolonização histórica, sócio-política do mundo, e os efeitos que isso tem sobre a descolonização do pensamento. Nenhum dos dois processos jamais estará completo e terminado, nem a descolonização do mundo, nem a do pensamento.” (VIVEIROS DE CASTRO apud BARCELOS & LAMBERT, 2012, p.266).

²⁰ “(...) o que deve conceitualmente a antropologia aos povos que estuda? (...) Não poderíamos efetuar uma rotação de perspectiva que mostrasse que os mais interessantes conceitos, problemas, entidades e agentes propostos pelas teorias antropológicas se enraízam no esforço imaginativo das próprias sociedades que elas pretendem explicar? Não estaria aí a originalidade da antropologia: nessa aliança, sempre equívoca, mas amiúde fecunda, entre as concepções e práticas provenientes dos mundos do “sujeito” e do “objeto”? (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.20, grifo nosso).

participante” tornar-se-ia um obstáculo à sua própria revisão contemporânea caso o ímpeto de *observação* do trabalho de campo se sobreponha a *participação*. Corroborando com o pensamento de Viveiros de Castro a partir da experiência etnográfica de Jeanne Favret-Saada (1990, *apud* GOLDMAN, 2006, p.32-33), Goldman entende que a potência deste método de pesquisa consiste muito mais nos efeitos interacionais que o *participar* de um dado contexto social provocam no etnógrafo e em sua posterior descrição e análise de dados, principalmente no que tange a probabilidade de exposição menos ou mais compartilhada ao campo de forças e afetos que atravessam as vidas, interações, agenciamentos, corporeidades e políticas que os sujeitos de pesquisa encontram-se atravessados em seu cotidiano:

No campo, tudo se passa como na intensa experiência de campo vivida por Jeanne Favret-Saada (1990:17) ao estudar a feitiçaria no Bocage francês. Não se trata simplesmente, como observou a autora, de apelar para a observação participante: tendo sempre adotado uma concepção psicológica e racionalista da participação (como identificação ou compreensão, termos que implicam distância e separação), a antropologia teria sido conduzida a reter apenas a observação, gerando assim uma “desqualificação da palavra indígena” e uma “promoção da do etnógrafo”. Ao contrário, *participar* – prossegue Favret-Saada – significa a necessidade de o etnógrafo aceitar ser afetado pela experiência indígena, o que “não implica que ele se identifique com o ponto de vista indígena, nem que aproveite a experiência de campo para excitar seu narcisismo” (Favret-Saada 1990: 7). Significa, sobretudo, deixar-se afetar pelas mesmas forças que afetam o nativo, não se colocar em seu lugar ou desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia. Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação, concedendo ‘um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional’ (idem: 9). E é justamente por não conceder “estatuto epistemológico” a essas situações que a “observação participante” é mais um obstáculo que uma solução. (GOLDMAN, 2006, p.32-33, nosso grifo).

1.4.2 Operacionalização do método de “participação observante” numa “cartografia de vulnerabilidades”

Levadas a sério as revisões críticas acima propostas ao método de “observação participante”, que neste trabalho a consideraremos como “participação observante”, procurei vivenciar ativamente o processo de construção do protesto do “dia de luta antimanicomial” e o próprio evento para, posteriormente, afetado pelas vivências junto aos sujeitos de pesquisa, realizar uma descrição-analítica sobre os próprios rastros e resíduos empíricos que foram resultantes do processo vivenciado. Tal estratégia se justifica pois um “etnógrafo”, invariavelmente informado e formado por teorias e noções acadêmicas, ao inicialmente focar no participar do contexto interacional que almeja descrever e analisar, pode colocar a si mesmo e suas premissas em posição de questionamento e deslocamento perante às teorias, noções, corporeidades e afecções que derivam das sujeitas e sujeitos de

pesquisa e, a partir deste movimento, produzir conhecimento ancorado e controlado pela própria dimensão do vivido. Não obstante, considerando as especificidades e disputas históricas do campo da antropologia sobre que tipos de requisitos definem uma “etnografia”, preservando os ricos apontamentos que o método de “participação observante” ofertara, mobilizarei a noção de cartografia para definir o trabalho que fora realizado nessa dissertação.

Ainda que a noção e o método de cartografia nas ciências sociais também seja atravessado por disputas e controvérsias, de um ponto de vista “pós-estruturalista”, defino aqui como um engajamento corporificado do pesquisador com os sujeitos protagonistas do fenômeno ou processo que pretende analisar, de forma que, menos ou mais, possa ser afetado pelas dinâmicas e forças sociais que os afetam de forma processual, enquanto persegue e “traça” suas “trilhas” e “trajetórias” interacionais. Desse modo, a noção de cartografia que mobilizo aqui, mais do que uma produção de “mapas” dos trajetos percorridos para a compreensão de um fenômeno, a partir de rastros e resíduos interacionais (“rastros-resíduos”, portanto) tanto gerados quanto colhidos junto as sujeitas e sujeitos de pesquisa, enquanto participo e observo o fenômeno social que fazem emergir (“gerei-colhi”, duplo movimento), intenta produzir uma “descrição densa” deste trajeto, de forma que

não se visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças.” (DE BARROS & KASTRUP, 2009, p.57)

Desse modo, por ser uma cartografia que tanto aposta que seu instrumento cartográfico seja vulnerável as sujeitas e sujeitos de pesquisa, deixando-se afetar pelos mesmos enquanto segue e participa de suas práticas interacionais, também mobilizo a noção de vulnerabilidades como noção condutora que me permitirá mapear os vetores de poder e resistência que atravessam e são produzidos durante a construção e performance do “dia de luta antimanicomial”.

Como o objetivo da pesquisa em questão é tanto mapear os dilemas que cidadãos mais vulneráveis que os demais experienciam ao se engajar enquanto coletivo que reivindica o espaço público urbano para lutar por reconhecimento e justiça (direito a assembleia), quanto realizar uma descrição cartográfica densa, de forma a compreender até que ponto vulnerabilidades introduziram diferenças na expressam de suas causas perante ao Estado e

sociedade civil generalizada (agência e participação democrática cidadã), aquilo que almejei verificar, especificamente, fora:

- a) As relações que as sujeitas e sujeitos de pesquisa possuem e estabelecem entre si, com o movimento de luta antimanicomial, as instituições e serviços de atendimento e cuidado à saúde mental ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o contexto político brasileiro generalizado e com os próprios contextos que pude cartografar, desde o processo de deliberação que visara construir o protesto até a performance do evento;
- b) Como vulnerabilidades sociais, expressas nos discursos e corpos das que se apresentaram e foram expressas nas corporeidades e discursos dos envolvidos nos processos e contextos supracitados, principalmente considerando suas diferenciais manifestações, atravessamentos, experiências e relações com a situação social de sofrimento mental e suas modulações contextuais;
- c) Das estratégias e alianças necessárias para a realização dos supracitados processos e eventos;
- d) Da forma como vulnerabilidades e outros marcadores sociológicos introduzem diferença na construção e performance do protesto do “dia de luta antimanicomial”;
- e) Os valores, imaginários e arcabouços estético-políticos que se manifestaram e que pude gerar-colher “rastros-resíduos”;
- f) Outras perguntas que surgiram durante a própria cartografia.

No que tange os dados que foram gerados-colhidos para alcançar os objetivos acima, que serão melhor expostos no próximo capítulo a partir de uma descrição cartográfica que apresenta de forma ampliada os trajetos que percorri junto as sujeitas e sujeitos de pesquisa, estes derivaram principalmente de: a) atas de reunião e outros documentos produzidos pelas próprias sujeitas e sujeitos de pesquisa (como panfletos e cartilhas distribuídas no “dia de luta antimanicomial” e aqueles enviados via lista de e-mails que incluiu um dos pesquisadores); b) textos, imagens e vídeos produzidos pelo cartógrafo e pelos próprios atores do movimento de luta antimanicomial e publicados na rede social do Fórum Mineiro de Saúde Mental; c) caderno de campo com impressões e registros das vivências do pesquisador junto aos sujeitos de pesquisa (textualidades, imagens, vídeos e áudios).

A partir das fontes de dados acima, pretendi identificar e relacionar variáveis sociológicas com os supracitados objetivos de pesquisa dando especial ênfase: a) as redes de atores e recursos envolvidos na produção das deliberações e protesto do “dia de luta antimanicomial”; b) as textualidades, artefatos e dispositivos comunicacionais que foram projetados, emergiram e/ou foram mobilizados tanto nos eventos deliberativos (como procedimentos normativos, manifestos, poesias e letras de música) quanto nas ruas e avenidas que sediaram o supracitado protesto (como registros de intervenções artísticas, fantasias, cartazes e panfletos, canções e poesias).

Sobre a inserção da pesquisa no campo acadêmico da Comunicação Social, a pesquisa busca compreender as condições de possibilidade de produção e circulação de sentidos,

experiências e perspectivas que constituem e atravessam atores, intenções, relações, ações, objetos em fenômenos sócio-políticos. Sendo assim, a pesquisa parte não apenas de uma premissa ontológica e epistemológica construtivista no que tange o social e o político, mas de um modelo praxiológico de comunicação que nos fundamenta e afirma que subjetividades, linguagens e realidades intersubjetivas não são entidades objetivas e estáticas aguardando coleta e análise, mas que são interacionalmente e contextualmente produzidas e remodeladas, ainda que com distintos coeficientes, variáveis e vetores de inércia social (Quéré, 1991). Alinhados com tal perspectiva construtivista e interacionista, Ercan e colegas (2017, p.5-14) nos afirmam que metodologias de pesquisa “construtivistas” e “interpretativistas” e podem contribuir para uma rica compreensão de fenômenos de Comunicação e Política, como deliberativas, pelo menos nos seguintes sentidos:

- a) Mais do que medir, pretendem interpretar os sentidos que emergem de perspectivas, eventos e objetos em interação contextual (como numa deliberação), dessa forma sendo especialmente abrangentes no que tange possibilidades de geração de dados (imagens, arquiteturas);
- b) Enfatizam a contextualidade, possibilitando assim a integração do local, histórico e o social, desenvolvendo uma “causalidade constitutiva” do que se propõem a analisar e que é ancorada nas perspectivas e entendimentos dos atores sociais a quem se referem;
- c) Se baseiam numa lógica de pesquisa indutiva, sendo que seu objetivo não é testar hipóteses derivadas de estudos prévios, mas mobilizá-las a partir das demandas que emergem dos próprios dados gerados em pesquisa. Em geral, mais do que encerrar debates a partir de um purificado e objetivo acesso de uma situação política, procuram estimular o debate acerca de entendimentos sobre política;
- d) Pode acomodar a multiplicidade que é inerente a vida política e, no que se refere a processos e sistemas deliberativos, podem não apenas nos ajudar a compreender, mas traçar relações entre: i) arenas, agentes e elementos discursivos; ii) conectores e transmissores entre arenas e sistemas, assim como os fatores e elementos que bloqueiam ou impedem circulações e fluxos, iii) indicar as diferenças que cada contexto introduz no fluxo comunicativo. Com isso, pode nos assistir na identificação das forças e fraquezas de um sistema deliberativo;
- e) Capacitam a mobilizam de amplo ferramental de análise dos dados gerados, como análise de discurso, narrativa, enquadramentos, redes, dentre outros.

1.5 Dos riscos, medidas e cuidados adotados na pesquisa

Por considerar ser inevitável a reprodução de assimetrias e disparidades de posição discursiva, mesmo vulnerabilidades diferencialmente corporificadas entre sujeitos de pesquisa e pesquisador, faz-se necessário, sem dúvidas, mitigar possíveis danos associados a descrição, representação e/ou categorização de pessoas em dispositivos textuais acadêmicos. Tal situação me é ainda mais sensível por considerar que uma das principais metas da presente dissertação fora exatamente corroborar com o combate à estigmas e opressões socialmente reiteradas sobre cidadãos mais vulneráveis que os demais a partir da apresentação de evidências empíricas que afirmem de suas potências criativas e capacidades de agência social,

política e comunicativa. Por isso, entendo como principais riscos da pesquisa realizada: a) a produção de narrativa acadêmica que categorize e aborde processos, dilemas e atores sociais de forma simplificada, parcial e/ou incompleta, sendo possível fonte de reprodução de pré-conceitos ou mesmos estigmas sociais em casos extremos; b) a publicação de informações (testemunhos, falas, imagens, saberes) que, do ponto de vista dos sujeitos de pesquisa, não são de caráter público e que, por efeito, provoquem possíveis danos às suas privacidades, imagens e reputações; c) potenciais causas de desconforto e constrangimento por efeito da realização de perguntas ou mesmo da própria interação do pesquisador com sujeitos de pesquisa.

Para minimizar tais riscos, a pesquisa se comprometeu: a) a preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, a partir do uso de nome fictício, seja nesta ocasião e em quaisquer textualidades e publicações acadêmicas futuras; b) a buscar por reproduzir fielmente noções, termos e relações tal como expostas pelos sujeitos e sujeitas nos contextos cartografados; c) a diferenciar e apresentar explicitamente as fontes de impressões, afirmações e proposições no texto acadêmico, ou seja, destacando explicitamente proposições que derivam do ponto de vista do pesquisador; d) fornecimento de contato do pesquisador para que os sujeitos de pesquisa possam procurá-lo, a qualquer tempo, caso queiram relatar quaisquer desconfortos posteriores; e) a apresentar a dissertação ao Fórum Mineiro de Saúde Mental para sua avaliação e possibilidade de sugestões, críticas e outros procedimentos que os mesmos julgarem necessários para preservar suas integridades; d) a não realizar entrevistas ou mobilizar nenhum proferimento e/ou imagem de sujeitos cuja situação social perante o Estado seja de tutela jurídica (como menores de idade, pessoas em situação de sofrimento mental agravada, entre outros).

As seguintes medidas institucionais foram também adotadas como forma de controle do uso de dados e segurança dos sujeitos de pesquisa: a) aprovação do projeto de dissertação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG); b) uso das atas das reuniões deliberativas produzidas e compartilhadas pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental fora condicionado pela assinatura de “termo de autorização de uso documental” apresentado a seus representantes; c) imagens que foram utilizadas para a produção da dissertação, como aquelas disponíveis nas redes sociais do Fórum Mineiro de Saúde Mental, foram autorizadas a partir de “termo de uso de imagens” assinado pela mesma instituição.

Capítulo 2 - Percursos, fluxos e mapas

2.1. Partida e “primeira fase” cartográfica: eventos deliberativos

Na descrição cartográfica que será apresentada a seguir, tenho como objetivo principal apresentar os trajetos e contextos interacionais que percorri no ano de 2019 ao seguir processos interacionais e atores envolvidos na construção e performance do protesto do “dia de luta antimanicomial”. Neste movimento, o foco fora mapear como vulnerabilidades introduzem diferenças tanto na produção quanto performance do evento que é objeto desta dissertação. Ainda, a partir desta mesma descrição cartográfica, também procurei realizar os seguintes movimentos analíticos, visando trazer à luz vulnerabilidades do próprio método de geração de dados mobilizado e de sua principal ferramenta, meu corpo-perspectiva: a) linha do tempo e lista dos dados ou “rastros-resíduos” gerados para a composição do *corpus* de análise da dissertação; b) mapas dos fluxos comunicativos que integram os contextos e atores que cartografei ao longo do caminho.

Não obstante as proposições acima, começarei a descrição cartográfica a partir do fim do protesto do “dia de luta antimanicomial” de 2018. Justifico a escolha de tal “entrada” pois gostaria de apresentar um importante “rastro-resíduo”, gerado-colhido às margens do evento de 2018, que fora fundamental tanto para a construção teórica e metodológica desta dissertação como, também, para inspirar e impulsionar meu corpo-perspectiva pesquisadora a modular suas vulnerabilidades de forma produtiva à dissertação; movimento que somente foi possível de ser realizado a partir do suporte e cuidado que as próprias sujeitas e sujeitos de pesquisa me endereçaram.

Após o encerramento do protesto do ano de 2018, na Praça da Estação, centro da cidade de Belo Horizonte, ao atravessar a pé o viaduto Floresta, notei que muitos dos manifestantes presentes no protesto se dirigiram a alguns ônibus de transporte público, ainda que de propriedade privada, que estavam estacionados à espera dos mesmos. Quem os havia disponibilizado? Por pouco, esse arranjo de elementos e sujeitos teria sido por mim enquadrado como apenas mais uma paisagem ou pano de fundo da cena urbana...mas por quê? Pela “normalidade” com que meu corpo-perspectiva se desloca pela cidade? Afinal, naquele contexto, pelo menos, a mobilidade urbana não era um problema que convocava minha atenção e reflexão pois, a partir de alguns toques de meus dedos, um meio de transporte individual e particular se deslocaria até mim...

Figura 6 - Manifestantes retornando do “Dia de Luta Antimanicomial” no ano de 2018



Fonte - Autor

Por um lado, a figura 6 acima e seus “rastros-resíduos” apontam para uma problemática vulnerabilidade social que se reitera com intensidade nas corporeidades que experienciam o sofrimento mental: a ausência ou grande dificuldade de recursos de mobilidade urbana para além daqueles disponibilizados pela “boa vontade estatal”. O acesso e exercício da mobilidade urbana, como abordei em outras ocasiões, não é somente uma variável sociológica relacionada a probabilidades de atenuar ou intensificar vulnerabilidades fisiológicas, materiais e simbólicas. Implica, também, na introdução de custos ou mesmo impedimentos para que sujeitas e sujeitos sejam incluídos naquilo que se circunscreve como cidade, cidadania e cidadão. No que se refere ao exercício do direito à assembleia e protesto político, por exemplo, a mobilidade urbana é questão a ser considerada não apenas como efeito (interrupção dos fluxos cotidianos), mas como condição necessária para sua própria realização. Justifico a proposição realizada pois corpos devem lidar com questões de cinética (regimes de deslocamento) e estética (regimes de visibilidade) para terem a probabilidade de produzir política (reconfiguração das partilhas que reproduzem os regimes supracitados).

Na cena imagética acima, seus “rastros-resíduos” indicam que, para o movimento social antimanicomial, a proposição que realizei no parágrafo anterior não é nenhuma novidade. Como tema e mensagem do protesto de 2018, o coletivo político afirma que estão “atentos” para as vulnerabilidades alheias para que, assim, esteja “forte” para reconfigurá-las. Por isso, é de se esperar que alguns de seus membros, com maiores probabilidades de acesso à recursos de mobilidade urbana como ônibus, entraram em ação.

O encontro com a cena da figura 6 e a análise de seus “rastros-resíduos”, conforme procurei expor, se relacionam com talvez a mais importante proposição e lição que aprendi com as sujeitas e sujeitos que compõem o movimento de luta antimanicomial. Tratar e modular vulnerabilidades corporificadas e assimetricamente distribuídas em outras potências de agir, como protestos e performances políticas, requer grande articulação de agentes e agências; alianças e agenciamentos que são condição de possibilidade para um posterior dizer e aparecer na cena pública. Algo ou alguém teve que expor sobre a vulnerabilidade de deslocamento daquelas pessoas pela cidade. Algo ou alguém ouviu tal demanda e agenciou aqueles recursos como resposta. Mas que tipo de recursos e dispositivos foram necessários para que tais processos sociais e comunicativos se realizassem e, ademais, permitissem que um debate acerca de vulnerabilidades se tornasse foco de deliberação, em detrimento a tantas outras temáticas tratadas pelo movimento antimanicomial?

O mapa da figura 7 abaixo é o diagrama mais simplificado do processo de construção do “dia de luta antimanicomial” que consegui produzir. Neste, busquei apresentar a perspectiva que possuía quando ainda não tinha dado início à cartografia realizada no ano de 2019. Sua simplicidade, como a de qualquer fenômeno social, tem a ver com a grande distância espaço-temporal que existia entre meu corpo-perspectiva e os sujeitos, processos e contextos interacionais que ainda percorreria.

Figura 7 - Proposição “afastada” de mapa do fluxo de construção do protesto do dia de luta antimanicomial



Fonte - Autor

O processo de construção do “dia de luta antimanicomial”, sob a perspectiva que possuía antes da cartografia realizada no ano de 2019, era dividido em pelo menos três grandes etapas-territórios que agregariam os futuros corpos-sujeitos manifestantes no sentido de coordenar urgências, expectativas, projetos e ações: a) eventos de construção coletiva do

protesto, principalmente reuniões deliberativas, que tendem a ocorrer entre os meses de janeiro à março; b) “zonas de opacidade”, que são territórios e eventos ligados à construção da performatividade do protesto, como de seleção do samba-enredo antimanicomial, e que não podia vislumbrar ; c) protesto do “dia de luta antimanicomial”, que tende a ocorrer no dia 18 de Maio, caso o mesmo ocorra durante dias de semana. Cabe ressaltar que aquilo que acontecera às margens e no “entre” da primeira e terceira etapa-território, entre as deliberações e protesto, eram desconhecidos pelo meu corpo-perspectiva até então; “zonas de opacidade” que em 2018 eu vislumbrava que deveria percorrer.

Em janeiro de 2019, sabia que a qualquer momento seriam iniciados os processos de construção do protesto do dia de luta antimanicomial. O “rastros-resíduo” que ancorava tal expectativa fora por mim gerado-colhido em dezembro do ano de 2018, na última reunião mensal do Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM, daqui em diante)²¹. Com esta informação, a estratégia que havia adotado, para dar início à cartografia, era aguardar a reunião do FMSM que ocorreria logo no início do mês de janeiro, onde esperava me informar sobre a primeira reunião deliberativa de construção do protesto.

O FMSM poderia ser considerado, dentre outras predicções possíveis ao trabalho exercido por esta instituição, como importante “indutor de conectividade” entre atores e agência envolvidos não apenas no “dia de luta antimanicomial”, mas de outras tantas atividades relacionadas ao movimento social em questão. Uma das ferramentas que os mesmos mobilizam para agenciar atores e instituições parceiras para reuniões e eventos, assim como para divulgar outras informações sobre ações da luta antimanicomial e os serviços públicos de cuidado e atendimento à saúde mental, é o uso de e-mails que a instituição dispara para sua lista de contatos. Sobre esta lista, verifiquei que a mesma é aberta para incluir *qualquer* pessoa que vá a uma de suas reuniões e assine uma lista de presença que é elaborada e disponibilizada por suas principais lideranças que, até o ano de 2020 pelo menos, é composta por mulheres trabalhadoras dos serviços de saúde pública do SUS.

A estratégia que havia elaborado para dar início a cartografia me parecia bem promissora, haja vista que era ancorada na própria divulgação de eventos realizada por um importante “indutor de conectividade” da luta antimanicomial, o FMSM. Porém, após receber o aguardado e-mail enviado pelo FMSM, no dia 19 de janeiro, fui notificado que perdi a “largada” do processo deliberativo de construção do “dia de luta antimanicomial”. No anexo

²¹ Reiterando, como abordado no capítulo 1, tanto minha presença, como o uso das atas de reunião do FMSM e das imagens deste trabalho foram autorizadas pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, a partir de apresentação e assinatura de Termo de Uso Documental e Termo de Uso de Imagens.

da supracitada mensagem, uma ata da primeira reunião deliberativa, realizada em 16 de janeiro, redigida e assinada por representante do FMSM, me fora então compartilhada. A mesma mensagem também convidava a todos os endereçados para participar da próxima reunião, que ocorreria na semana seguinte, no dia 23 de janeiro.

A primeira vulnerabilidade de meu empreendimento cartográfico, conforme relatei acima, se manifestara antes mesmo de seu início. A tomada de consciência desta vulnerabilidade me comunicou sobre a impossibilidade de realização de um cartografia “totalizante” das reuniões deliberativas que compunham aquilo que demarquei (arbitrariamente) como primeira fase de construção do “dia de luta antimanicomial”. Entendo, hoje, que tal movimento de “totalização” seria de todo modo impossível. Haveriam outras reuniões que não poderia estar presente, por efeito de outras vulnerabilidades de meu corpo-perspectiva: uma por conta de uma urgência familiar; outra por conta de uma urgência de compromissos para com a universidade que me vinculo. De todo modo, por um lado, experienciar e tomar consciência desta primeira vulnerabilidade cartográfica fora um passo necessário para aprimorar minha própria perspectiva acerca do processo de construção do “dia de luta antimanicomial”, como tentarei expor no próximo parágrafo. Por outro lado, também me levou a considerar que empreendimentos “totalizantes” nem sempre são eticamente desejáveis pois, como propõe um sábio antropólogo, é preciso deixar *sempre* uma porta aberta para o “nativo” escapar dos enquadres da representação acadêmica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Não havia me atentado, até experienciar a vulnerabilidade cartográfica acima relatada, que uma expressiva parcela das interações e fluxos comunicativos do movimento de luta antimanicomial ocorrem nos próprios centros de referência e atendimento à saúde mental da prefeitura de Belo Horizonte e outras instituições relacionadas ao Sistema Único de Saúde brasileiro. Ao retirar tais contextos da “zona de opacidade” a qual os havia destinado no mapa da figura 7, me pareceu óbvio que essas instituições eram dos mais importantes territórios de interação e sincronia do tempo-espaço dos sujeitos e sujeitas em situação de sofrimento mental e os trabalhadores que, junto aos primeiros, compõem a maior parte do movimento de luta antimanicomial. Por efeito, considerando que os supracitados atores formam o núcleo de agentes do movimento social em questão, era de se esperar que assuntos relacionados à luta antimanicomial, como convocatórias para reuniões, fossem realizadas em interações face-a-face naqueles contextos. Mas tal vulnerabilidade cartográfica seria efeito

exclusivo de minha corporeidade “normal”, que não era “comum” com as demais que frequentam os centros de atendimento à saúde mental?

A supracitada vulnerabilidade de meu instrumento de geração de dados ou “rastros-resíduos”, meu corpo-perspectiva, parece se relacionar com uma problemática acerca do que eu poderia nomear como “mobilidade epistemológica” ou “mobilidade cartográfica”. Mobilizo estas noções experimentais porque se relacionam as capacidades e incapacidades que um corpo-perspectiva cartográfico, como o meu se propõe, de acompanhar processos comunicativos enquanto se desenvolvem e gerar, a partir de sua mediação direta, “rastros-resíduos” para posterior análise. Mas seria esta preocupação derivada de meu ímpeto em realmente levar a sério as teorias etnográficas modernas ou sintomas de uma insegurança positivista? De todo modo, precisei lidar ou cuidar das vulnerabilidades resultantes de minha “mobilidade cartográfica”. Poderia reconfigurá-las de forma produtiva para a pesquisa, sem tratá-las como uma “patologia” a ser higienizada ou eliminada deste trabalho? Conforme percebo agora, se tivesse refletido com mais cuidado sobre a cena da figura 6 que abre este tópico, quando abordei sobre os dilemas de mobilidade urbana dos sujeitos em situação de sofrimento mental, não teria sofrido tanto com esta questão...em muitos dos casos, vulnerabilidades podem ser reconfiguradas a partir de políticas de aliança, caso nos permitamos afetar e ser afetados por nossas aliadas...

A primeira parte de minha tentativa de resposta a pergunta que acima apresentei fora nomear o “dano” ou, pelo menos, propor uma definição mais precisa para o que, até aqui, nomeei como “zonas de opacidade”: dimensões discursivas que meu corpo-perspectiva não pôde, por n fatores, como sua “normalidade” e “normatividade”, acessar. A segunda parte da resposta fora levar ainda mais a sério os fundamentos etnográficos que sustentam a metodologia de “participação observante” e cartográfica que construí para a dissertação: contar ainda mais com os corpos-perspectiva das sujeitas e sujeitos de pesquisa e os “rastros-resíduos” interacionais por estes gerados acerca do “dia de luta antimanicomial” a fim de reconfigurar minhas próprias vulnerabilidades.

A tabela abaixo apresenta, finalmente, um diagrama tempo-espacial da geração-coleta de dados ou “rastros-resíduos” referentes as reuniões deliberativas de construção do “dia de luta antimanicomial”. No que se refere aos eventos supracitados, que serão expostos com mais detalhes em capítulo especial, as mesmas ocorreram em auditório cedido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), instituição que também acolhe as reuniões da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais

(ASSUSAM-MG). Em relação aos “rastros-resíduos” gerados-colhidos no contexto interacional supracitado, estes derivam, principalmente, de dois tipos de mediações: a) Gravações de áudio e descrição etnográfica-cartográfica das deliberações que estive presente no CRP-MG (exceção da primeira, quinta e oitava reunião); b) Atas das reuniões das deliberações, produzidas por representantes do FMSM. Considero importante ressaltar, ainda, que anexas à algumas destas atas, outros documentos foram também por mim colhidos: letras de músicas, poesias e outras textualidades criadas, citadas ou performadas no próprio contexto de deliberação, enquanto propostas para instigar ou mesmo compor motivações, temas e performances no protesto do “18 de Maio”:

Tabela 1 - Lista de eventos cartografados da “primeira fase” de construção do protesto antimanicomial

DATA	EVENTO	CONTEXTO	MODALIDADE E INTERAÇÃO PESQUISADO R X SUJEITXS	RASTRO-RESÍDUO GERADO- COLHIDO
16/01/2019	1ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	AUSÊNCIA	NA
19/01/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Ata da 1ª Reunião de preparação para o 18 de Maio de 2019
23/01/2019	2ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE	Caderno de campo Gravação de áudio
24/01 (a) e 28/01(b)	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Ata da 2ª Reunião de preparação para o 18 de Maio de 2019 já com os anexos Convite Reunião Fevereiro Fórum Mineiro De Saúde Mental
30/01/2019	3ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE	Caderno de campo Gravação de áudio
02/02/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Ata da 3ª Reunião de Preparação do 18 de Maio de 2019
07/02/2019	4ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE	Caderno de campo Gravação de áudio

07/02 (a) e 11/02 (b)	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Ata da 4ª Reunião preparatória do 18 de Maio de 2019 ANEXO I da 4ª reunião - DE MÃOS DADAS ANEXO II da 4ª reunião- música PROIBIDO O CARNAVAL ANEXO III e IV da 4ª reunião- Texto Itamar Manifesto Solidariedade a Brumadinho (a analisar)
13/02/2019	5ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019E	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	AUSÊNCIA	NA
18/02/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Ata da 5ª Reunião preparatória do 18 de Maio de 2019
20/02/2019	6ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE	Caderno de campo Gravação de áudio
24/02/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Registros da 6ª reunião de preparação do 18 de Maio de 2019
27/02/2019	7ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE	Caderno de campo Gravação de áudio
28/02/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	E-MAIL	DIGITAL	Rascunho dos registros da 7ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019 - 27_02_2019_
13/03/2019	8ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	FACE-A-FACE*	Caderno de campo (Não foi possível realizar gravação da reunião)
18/03/2019	E-MAIL - FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	CONSELHO REG. DE PSICOLOGIA (CRP-MG)	DIGITAL	Registro da 8ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019_

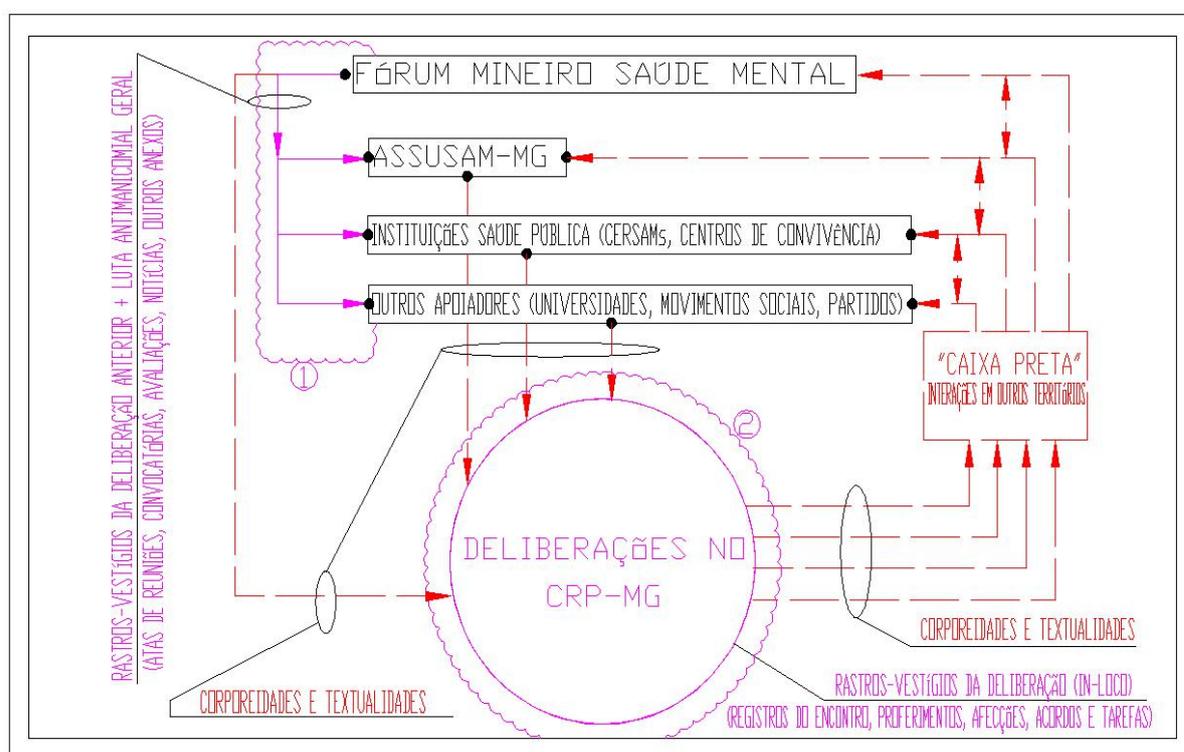
Fonte - Autor

Ainda sobre esta “primeira fase” de geração-coleta de dados ou “rastros-resíduo” cartográficos, apresento, finalmente, um mapa ampliado do fluxo comunicativo e interacional dos eventos deliberativos de construção do “dia de luta antimanicomial” que integraram instituições, agentes e agência em seus eventos deliberativos. O objetivo principal da produção deste mapa fora principalmente destacar quais os tipos de “rastros-resíduos” comunicacionais consegui ou não gerar-colher para compor o *corpus* desta dissertação (marcação em “nuvens”), destacando, em oposição, os fluxos e “zonas de opacidade” por mim não cartografados e que, à medida que problematizemos suas escalas e métodos de

agregação (e as interações que aconteceram em outras instituições), tenderia-se a multiplicar infinitesimalmente as opacidades de minha cartografia.

A figura 8 abaixo, assim como outro mapa apresentado no final do próximo tópico, procurou representar tanto as redes de atores que cartografara como envolvidos na construção do “dia de luta antimanicomial” até então (círculos e retângulos) como outros que não identifiquei (quadrado “zona de opacidade”). Tentei representar da melhor forma possível o fluxo comunicativo que integra e coordena contextos e atores, diferenciando aqueles que gerei-colhi mais evidências empíricas (linhas contínuas e entre “nuvens”) e menos (linhas tracejadas), sendo os sentidos do fluxo indicados pelas setas, que podem ser de dupla via.:

Figura 8 - Proposta de mapa do fluxo comunicativo da “primeira fase” de deliberações para o “18 de maio” no período de janeiro à março de 2019



Fonte: Autor

2.2 “Segunda” e “terceira” fases cartográficas: no “entre” e às margens do “dia de luta antimanicomial”

Naquela que estou nomeando, arbitrariamente, como “segunda fase” da geração-coleta de dados ou “rastros-resíduos” de produção do “dia de luta antimanicomial”, finalmente comecei a explorar algumas das “margens” e do “entre” do processo de construção do objeto desta dissertação: os contextos de ensaio da “bateria antimanicomial” e de seleção de samba-rendo, rainha de bateria e outras performances de carnavalização do protesto. A

possibilidade de interagir com os corpos-perspectivas que naqueles contextos estavam agregados, resalto, fora condição não apenas para que eu finalmente colocasse em ato uma “participação observante” de fato, mas também para que eu pudesse “tornar-me outro” e, finalmente, performar enquanto corpo constituinte do protesto antimanicomial. Mas antes de apresentar como se dera a cartografia daqueles contextos e os dados ou “rastros-resíduos” gerados-colhidos sobre os mesmos, cabe apresentar quais “indutores de conectividade” me conduziram não apenas aos processos e eventos supracitados...mas ao próprio movimento social antimanicomial, no ano de 2015, a partir dos efeitos que o “dispositivo interacional” ou grupo teatral “Nau dos Loucos” produziu sobre mim.

No tópico anterior deste capítulo, procurei expor como uma das inúmeras vulnerabilidades de meu corpo-perspectiva, que se relacionam com o que nomeei como “mobilidade epistêmica” ou “mobilidade cartográfica”, me permitiram refletir sobre o óbvio. Para além das correspondências digitais disparadas pelas instituições que compõem o movimento social antimanicomial, como o FMSM, os usuários e usuárias dos centros públicos de atendimento à saúde mental, assim como algumas de suas trabalhadoras e trabalhadores, especialmente a partir de interações face-a-face, atuam como importantes “indutores de conectividade” que articulam e agenciam outros atores, recursos, proposições, demandas e tarefas. Entrementes, quando consideramos os corpos-perspectivas das usuárias e sujeitas em situação de sofrimento mental, a importância da interação face-a-face é ainda maior. Sugiro duas proposições, ancoradas nos efeitos que tais interações constantemente produzem em mim quando estou com eles, para sustentar a afirmativa anterior.

Por um lado, para muitas das sujeitas e sujeitos em situação de sofrimento mental, o acesso à mediadores de comunicação digital, como *smartphones* e provedores de internet, tende a ser limitado ou impossibilitado, sobretudo em comparação com outras corporeidades “normais” ou “normativas”, como a minha. Por outro lado, ainda que tal vulnerabilidade não seja causa da proposição a seguir, as interações face-a-face que agregam ou são promovidas por aquelas sujeitas e sujeitos, quando mediadas por regras de interação antimanicomiais, são imprescindíveis para que seus corpos-perspectivas possam apresentar evidências que atestem sobre suas potências comunicativas, estéticas e políticas e assim ressignificar rotulações e predicações prévias que enquadram “normatizantes” produzem sobre os mesmos. Tal situação é ainda mais evidente para aqueles que, como eu, foram afetados por alguns dos “dispositivos interacionais” que por eles é colocado em ação, especialmente ligados às artes, que para além do efeito previamente descrito, tendem a produzir algo como uma “atração” ou “gravidade

interacional”, haja vista que, dentro de certas condições, muitos de nós acabamos por nos tornando agenciados por suas atividades, projetos e eventos por mais tempo que imaginamos...

Meu primeiro contato com atores que compõem o movimento social antimanicomial se deu nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em meados de 2015, quando no evento “Semana de Saúde Mental”. Naquela ocasião, docentes, alunos e profissionais da universidade, para além de terem apresentado e participado de seminários e palestras sobre a relevância social do cuidado à saúde mental, seus dilemas, ameaças e sombras “manicomiais”, usuários dos serviços públicos de cuidado à saúde mental foram também convidados a exporem seus saberes, depoimentos e histórias de vida. Ainda que não estivesse presente no evento daquele ano em específico, vulnerabilidade de minha “mobilidade cartográfica” que já se manifestara em meu corpo-perspectiva antes mesmo de eu iniciar qualquer pesquisa acerca da luta antimanicomial, usuários e usuárias cuidaram de vir até o encontro de alunos como eu para nos afetar com sua arte.

Ao terminar o último compromisso acadêmico que possuía numa manhã de Maio do ano de 2015, provavelmente vislumbrando mais uma tarde “normal”, fui surpreendido com a apresentação do grupo teatral Nau dos Loucos no hall da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Curioso para com o título do grupo teatral, porquê na época eu mesmo ainda era aluno de uma escola de teatro, coloquei compromissos e urgências de meu corpo-perspectiva em segundo plano e me dispus a ser afetado pela apresentação que se realizaria naquela ocasião...Quem sabe não seria inspirado por algo ou alguém naquele encontro?

Figura 9: Performance do de Teatro Nau dos Loucos, Maio de 2015, Universidade Federal de Minas Gerais



Fonte: Autor

A imagem acima é “rastros-resíduo” de uma das performances executadas pelo grupo teatral Nau dos Loucos em Maio de 2015. Nela, um dos atores do grupo, Maestro, convidava alunas e alunos que estavam na plateia para participar das dinâmicas por eles propostas, “emancipando o espectador” e “quebrando a quarta parede”, na linguagem teatral ou antimanicomial. Como efeito imediato da performance Maestro, para além das mudanças nas potências afectivas de meu corpo-perspectiva, como a alegria, deixei de *observar* para *participar* da mesma. Como efeito futuro, aquele encontro arbitrário anunciaria, como um convite a uma profecia, todo o rumo de minha (curta) vida acadêmica que ali se iniciava e se desdobraria, pelo menos pelos próximos cinco anos, numa busca: compreender o porquê da intersecção reiterada entre arte, saúde mental e política.

“Imagina se eu pudesse pesquisar, simultaneamente, sobre teatro e saúde mental como temática de minha iniciação científica...quem sabe fazer uma etnografia sobre esse grupo de teatro?”...Estas poderiam ter sido as palavras que significaram os afetos que emergiram daquele encontro e que me conduziram, no fim da supracitada intervenção artística, a me apresentar aos integrantes do grupo Nau dos Loucos. Como resposta, uma das atrizes do grupo, Benta, me explicara que o Nau dos Loucos era formado por usuárias e usuários dos serviços de atendimento à saúde mental do SUS que se reuniam nas dependências do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) não apenas enquanto grupo teatral, mas também enquanto Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental (ASSUSAM-MG). A partir de um convite para participar dos ensaios do grupo e mesmo de reuniões da ASSUSAM-MG, graças a Maestro e Benta, minha trajetória acadêmica e mesmo vida se transformaria por “atração” ou “gravidade antimanicomial”...

Retomo novamente o fio-condutor desta descrição cartográfica em específico. Durante os eventos deliberativos de construção do “dia de luta antimanicomial” em 2019, pude compreender que tipo de agenciamento contribui para grande parte da dinâmica de produção dos repertórios e performances artístico-políticas do protesto.

Figura 10 - Fantasias do “dia de luta antimanicomial” no ano de 2018



Fonte - Autor

No que tange a confecção dos cartazes, fantasias, panfletos, músicas, poesias e outros repertórios que constituem parte do protesto antimanicomial, descobri que estes são, em grande parte, resultantes de “dispositivos interacionais” colocados em ato nos centros de convivência das redes públicas de cuidado e atendimento à saúde mental a partir de oficinas de artesanato, pintura e música, conduzidas por monitores de arte trabalhadores de tais instituições. No que se refere aos signos que são articulados naquelas oficinas, estes tendem a ter como lastro um duplo fluxo comunicativo: temáticas e proposições de mensagens para o protesto antimanicomial que são expostas e/ou emergem nas reuniões deliberativas e que naquelas instituições são reconfigurados e/ou corporificados (letras de músicas, contexto político, personagens); retorno dos fluxos anteriores dos centros de convivência e oficinas a partir de “indutores de conectividade” digitais (e-mails e atas de reunião) e face-a-face (próprios usuários e trabalhadores presentes na deliberação). Era exatamente este trabalho de conversão e/ou modulação daquilo que fora deliberado para aquilo que será repertório e performatividade do protesto que gostaria de cartografar nesta “segunda etapa” de pesquisa. Porém, novamente, as vulnerabilidades da “mobilidade cartográfica” de meu corpo-perspectiva me colocaram em novo xeque: solicitaria aos trabalhadores e usuários envolvidos na deliberação para que eu participasse das oficinas sediadas nos centros de convivência? Mas quais oficinas e centros, em detrimento uns dos outros? Cartografia por extensão ou por profundidade? Qualquer perspectiva que escolhesse, inevitavelmente, não seria possível esgotar todas as “zonas de opacidade”; pelo contrário, a tendência seria de multiplicá-las, ainda que em escala infinitesimal, a medida que tomasse conhecimento de outros processos comunicativos micro interacionais e de minhas limitações em cartografá-los...

A tomada de decisão acerca do dilema cartográfico acima se deu por efeito de um (re)agenciamento inesperado. Numa das reuniões deliberativas do ano de 2019, um ator do

supracitado grupo de teatro Nau dos Loucos viria novamente a introduzir diferença nos percursos acadêmicos que trilhava. Com muita alegria reconheci e fui reconhecido por Maestro, que há muito tempo não via. Durante aquela deliberação, logo soube que Maestro não era apenas integrante ativo do coletivo que performa nos protestos a bateria antimanicomial, mas era identificado pelos demais como referência de sua organização. Ao expor para Maestro sobre a pesquisa que estava realizando, o mesmo não hesitou em me oferecer, como resposta, um convite não apenas para acompanhar os ensaios da bateria antimanicomial, mas para compor o coletivo e performar junto a eles durante o protesto. “Não sei tocar nenhum instrumento Maestro, a não ser algumas cifras de violão...”, “Sabe gravar frases?”, respondera Maestro para mim, como num enigma, haja vista que só compreenderia o significado daquela frase quando iniciasse os ensaios e me torna-se outro, reconfigurasse as vulnerabilidades de expressão político-musical de meu corpo-perspectiva e me “despossuí-se”...

A “imersão cartográfica” e aprendizado no contexto de ensaio da bateria antimanicomial, onde estive participando-observando, gerando-colhendo “rastros-resíduos” ocorrera entre meados de abril até as vésperas do protesto. A instituição que abrigara os ensaios fora a Fundação Nacional de Arte de Minas Gerais (FUNARTE-MG), cuja sede também se dá às margens da praça da Estação, onde anualmente se encerra o protesto. A lista de ensaios que estive ou não presente, cronologicamente ordenados, encontra-se na tabela que será apresentada logo após dos próximos parágrafos descritivos. Apresentarei descrição densa de minha experiência neste contexto posteriormente, em capítulo específico.

Figura 11 - Ensaio de bateria para o protesto antimanicomial do ano de 2019



Fonte - Autor

Após o encerramento das reuniões deliberativas, “entre” e “às margens” dos ensaios da “bateria antimanicomial”, pelo menos do ponto de vista de meu corpo-perspectiva que estava imerso nestes últimos, o FMSM continuou a atuar, a partir de lista de e-mails, como

importante “indutor de conectividade” entre atores e eventos de construção do “dia de luta antimanicomial”. Algumas destas mensagens e anexos que a mim chegaram se referiam, por um lado, a definições coletivas que foram tomadas nos processos deliberativos acerca dos temas e estrutura das alas do protesto-desfile antimanicomial. Outras, se referiam a convocatórias, informações e, o que quero destacar agora, editais para participação do processo de seleção do samba-enredo, rainha de bateria e outras personagens e performances carnavalescas que viriam a compor o protesto. O evento de seleção, que analisarei em descrição cartográfica específica, ocorreria no “Parque Lagoa do Nado”, no dia 24 de abril. Numa tarde de muita festa, música, performances e arte, pelo menos no que se refere a cartografia realizada, foi quando tive maior oportunidade de realmente ver e ouvir a diversidade de sujeitas e sujeitos usuárias dos serviços públicos de saúde mental e verificar “rastros-resíduos” de uma importante potência dos mesmos: a “crioulização”:

Figura 12 - Evento de seleção do samba-enredo para o protesto antimanicomial de 2019



Fonte - Autor

Por fim, a última etapa da cartografia realizada fora o próprio protesto do “18 de Maio” que, por questões estratégicas, como de organização e busca por visibilidade, haja vista que a data cairia num sábado, ocorreria no dia 17 de Maio. Em 2019, tendo em vista a possibilidade de não apenas observar, mas participar enquanto membro da “bateria antimanicomial”, produzi, finalmente, uma descrição cartográfica singular, que deriva daquele corpo-perspectiva que não apenas procura compreender uma mensagem do protesto, mas transmiti-la:

Figura 13: Integrantes da bateria antimanicomial nas ruas em 2019



Fonte - Autor

A tabela abaixo apresenta, por fim, a listagem tempo-espacial da geração-coleta de dados ou “rastros-resíduos” referentes aos eventos e contextos interacionais da “segunda fase” do protesto do “dia de luta antimanicomial”, a qual apresentei brevemente nos parágrafos anteriores. Em sequência, o mapa dos fluxos comunicativos e “rastros-resíduos” interacionais que consegui ou não gerar-colher dos mesmos. Em destaque, também, os fluxos e “zonas de opacidade” por mim não cartografados no percurso:

Tabela 2: Lista de eventos cartografados da “segunda fase” de construção do protesto antimanicomial

DATA	EVENTO	CONTEXTO	MODALIDADE INTERAÇÃO PESQUISADOR X SUJEITXS	RASTRO-RESÍDUO GERADO-COLHIDO
26/03/2019	E_VAMOS ABRAÇAR A LUTA ANTIMANICOMIAL DIA 29 DE MARÇO DE 2019	EMAIL	DIGITAL	
30/03/2019	E_TEXTO FINAL_ EDITAL DAS SEL DE CARTAZ_ SAMBA ENREDO	EMAIL	DIGITAL	
30/03/2019	X_EDITAL DO CARTAZ PARA O 18 DE MAIO 2019	EMAIL	DIGITAL	
30/03/2019	X_Editais escolha do samba enredo, Regente sala	EMAIL	DIGITAL	
30/03/2019	X_TEXTO FINAL 18 DE MAIO 2019	EMAIL	DIGITAL	
11/04/2019	E_SERVIÇOS POR ALA E DATA DO CONCURSO DE SAMBA ENREDO	EMAIL	DIGITAL	
16/04/2019	E_Concurso do Samba enredo_ Regente sala e porta bandeira_ rainha_ princesa e príncipe	EMAIL	DIGITAL	
23/04/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo

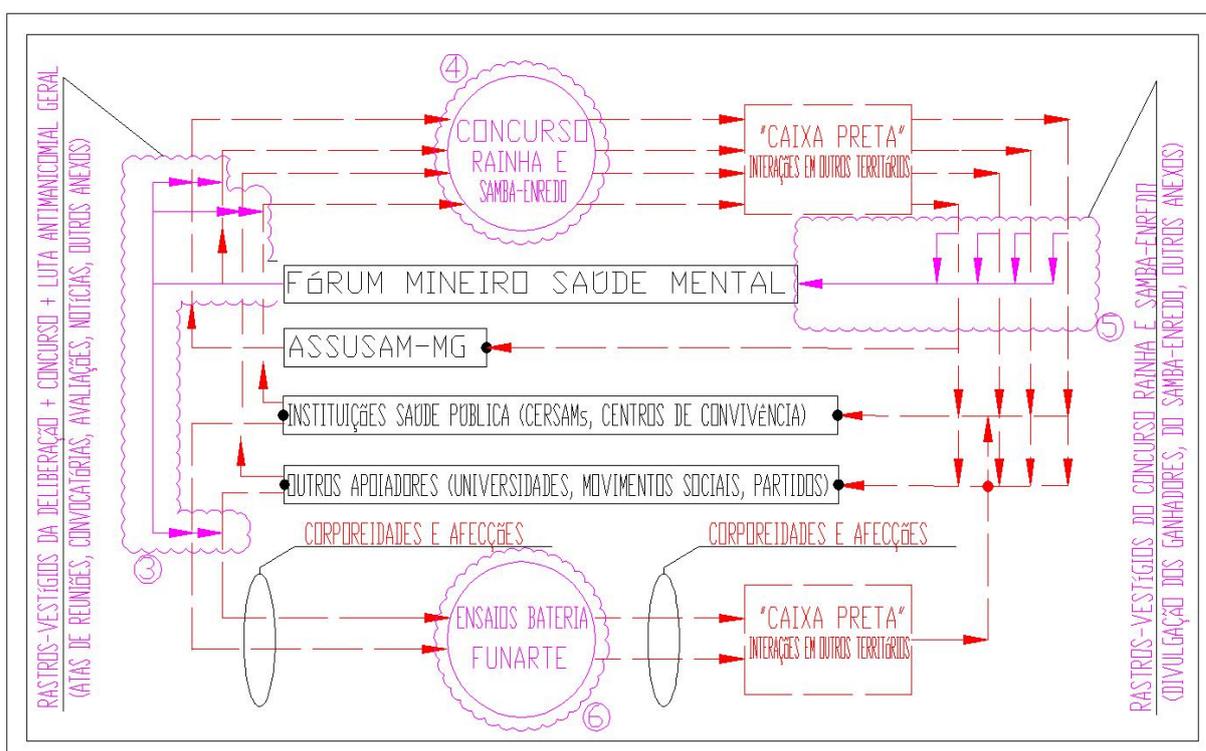
24/04/2019	Concurso do Samba Enredo	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
25/04/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
30/04/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
26/04/2019	E_CONVITE REUNIÃO MAIO FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL	EMAIL	DIGITAL	
02/05/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
04/05/2019	Reunião fórum mineiro	EMAIL	DIGITAL	
07/05/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
08/05/2019	E_EM DEFESA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA SÃO PAULO	EMAIL	DIGITAL	
09/05/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
09/05/2019	E_EM DEFESA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA SÃO PAULO	EMAIL	DIGITAL	
14/05/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
15/05/2019	E_MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL 2019	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_A REVOLUÇÃO É PRETA E VIRÁ PELO VENTRE samba 2019	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_Áudio do samba vencedor - A Revolução será preta e virá pelo ventre	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_CARTAZ 18 DE MAIO 2019	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_COMPOSIÇÃO DAS ALAS	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_Convite 18 de maio 2019	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_Folder 18 de maio_2019_final	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_Orientações - 18 de Maio 2019	EMAIL	DIGITAL	
15/05/2019	X_TEXTO FINAL 18 DE MAIO 2019	EMAIL	DIGITAL	
16/05/2019	Ensaio Bateria	FUNARTE-MG	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo
17/05/2019	Protesto do Dezoito de Maio	Partida da Praça da Liberdade até Praça da Rodoviária	FACE-A-FACE	Caderno de Campo, Áudio e Vídeo

Fonte - Autor

A figura 14 abaixo é a proposta do mapa, portanto, para esta “segunda fase cartográfica”. Nele, representei redes de atores que cartografara (retângulos) como envolvidos na construção do “dia de luta antimanicomial” tanto nos eventos de “escolha do samba-enredo...” quanto nos ensaios da bateria antimanicomial na FUNARTE-MG (cículos) e o

fluxo comunicativo que os integra e coordena, diferenciando aqueles que gerei-colhi com evidências empíricas (linhas contínuas e entre “nuvens”) e os quais deduzi pelas primeiras (linhas tracejadas), sendo os sentidos dos fluxos indicados pelas setas, podendo os mesmos serem de dupla via:

Figura 14: Proposta de mapa do fluxo comunicativo da “segunda fase” de deliberações para o “18 de maio” no período de março à maio de 2019



Fonte: Autor

Apresentada uma perspectiva “panorâmica” da cartografia realizada, início, no próximo capítulo, a descrição analítica dos trajetos que percorri durante a construção e performance do “dia de luta antimanicomial”, procurando, a partir do conceito de vulnerabilidades, reconstruir a lógica de produção do imaginário político do movimento social, seu processo de constituição e suas corporificações territoriais, interacionais, discursivas e performáticas.

Capítulo 3 – “Não tem como dar a volta por cima sem fazer a escadaria`por baixo”: Deliberação

3.1 Rosto e presença

Figura 15: Deliberação de construção do dia de “luta antimanicomial” no ano de 2019, sala de reuniões do CRP-MG²²



Fonte: Autor

A fim de compreender como vulnerabilidades introduzem diferença na construção e performance do protesto do “dia de luta antimanicomial”, meu percurso de geração de “rastros-resíduos” cartográficos junto as sujeitas e sujeitos de pesquisa se iniciou nas reuniões deliberativas que visaram, em 2019, projetar a manifestação política que é objeto desta dissertação. Sobre estas reuniões deliberativas, elas se deram num total de oito eventos interacionais, ocorridos entre 16 de Janeiro a 13 de Março do ano de 2019, nas dependências do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), com duas horas de duração média cada. No prólogo cênico da dissertação, (re)ficcionei a riqueza de proferimentos, proposições e debates que emergiram na sexta reunião deliberativa que, agora, será analisada tendo em vista sua relação para com as demais.

Antes de realizar o mapeamento e análise dos discursos expressos pelos atores do movimento social antimanicomial em seus contextos interacionais deliberativos, apresento aqui, primeiramente, uma reflexão sobre alguns dos parâmetros normativos que orientaram e coordenaram suas trocas discursivas, procurando, neste mesmo movimento, trazer à tona a própria ética das interações antimanicomiais.

Pelo que pude verificar empiricamente, a possibilidade de participação nos processos deliberativos de construção do “18 de Maio”, assim como versa o próprio Sistema Único de

²² Reiterando, como abordado no capítulo 1, tanto minha presença, como o uso das atas de reunião do FMSM e das imagens deste trabalho foram autorizadas pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, a partir de apresentação e assinatura de Termo de Uso Documental e Termo de Uso de Imagens.

Saúde (SUS) que é defendido pelo movimento social antimanicomial, tem plena potência de abertura para acolher quaisquer cidadãos interessados em conhecer e apoiar seu evento, assim como fora no meu caso. Essa porosidade e/ou vulnerabilidade para participação política, que reitera a qualidade de inclusividade daquelas deliberações, claro, exige adequação à parâmetros normativos de troca discursiva que visam, dentre outras coisas, que essa abertura não atente contra si mesma. De um ponto de vista organizacional, por exemplo, a orientação normativa daquele ano de 2019 definia as seguintes etapas para as deliberações antimanicomiais: a) apresentação dos presentes e lista de presença; b) leitura da ata de reunião anterior; c) inscrições dos atores para a sequência de falas; d) repasses operacionais e distribuição de tarefas para o próximo encontro. Optei por iniciar esta descrição cartográfica pela mesma “entrada” da sequência normativa anterior, ainda que, posteriormente, minha narrativa tivera que realizar algumas variações discursivas tempo-espaciais para atingir os objetivos propostos para este capítulo.

Sejam atores engajados a mais tempo no movimento social, sejam novatos e/ou estranhos em relação aos demais, apenas um gesto ético me pareceu que fora solicitado como justificativa de presença e participação nas deliberações antimanicomiais: a identificação de si perante os demais a partir da declaração de nome e de vínculo institucional e/ou papel social. No meu caso por exemplo, um corpo “estranho” para a maior parte dos presentes, ainda que autorizado previamente pelas lideranças do Fórum Mineiro de Saúde Mental para tornar-me um “aprendiz” naquele contexto, me identifiquei em todas as deliberações perante os demais como “Lucas Veloso, estudante da UFMG”, e adicionava, “fazendo pesquisa sobre a construção do '18 de Maio’”. Para alguns daqueles que estiveram presentes, como Di Terra (usuário de inst. de saúde, homem, branco), que fora citado no prólogo cênico da dissertação, esta oportunidade de “predicar a si mesmo” poderia já constituir uma oportunidade para produção de uma sutil “contradição performativa”²³ perante os “quadros” de expectativas que os demais possuíam sobre ele e seu papel social. Justifico essa afirmativa pois, como acontecera comigo no prólogo cênico, Di Terra não se nomeara enquanto “usuário de instituição de saúde mental”, mas como “o esquecido”, indicando, dentre outras significações, a urgência e especificidade de sua experiência de precariedade social de forma que a mesma fosse considerada pelos demais durante os debates.

²³ Conceito apresentado na parte teórica da dissertação, quando na revisão do pensamento de Judith Butler, que indica sobre uma das possibilidades de reconfigurar “esquemas de inteligibilidade” que enquadram atores e discursos em determinadas posições sociais pela possibilidade de deslocamento dos mesmos a partir de performances e/ou exposições inesperadas de sujeitos vulneráveis que contrariem enquadres e rotulações que a eles se destinam de antemão numa interação social.

Dando continuidade à reflexão sobre porosidades normativas que testemunhei como exploradas em gestos de “predicar a si mesmo”, verifiquei outras possibilidades de produzir sutis “contradições performativas” a partir do gesto ético supracitado quando em interação com Vôzinho (usuário de inst. de saúde, homem, branco) e Bruce (usuário de inst. de saúde, homem, negro). Por exemplo, quando ambos atores se apresentaram a mim, não o fizeram a partir dos papéis sociais de “usuários”, ainda que tal enquadre já era por mim mobilizado sobre seus corpos, mas como artistas e artesãos, a partir dos artefatos que produziram nos Centros de Convivência que frequentam: Vôzinho, com os colares e pulseiras que bricolara; Bruce com desenhos, pinturas e quadrinhos de super-heróis por ele confeccionados. O valor que atribuem às suas atividades como artesãos e artistas era sempre por eles reiterado em nossas interações, haja vista que nossas conversas invariavelmente atravessavam suas atividades nas oficinas dos Centros de Convivência. Também em outros espaços de seu cotidiano, como Vôzinho, que me narrara sobre sua aptidão musical e pertencimento na banda da igreja de sua comunidade, e Bruce, que estava compondo músicas em casa tanto para o samba-enredo do protesto antimanicomial como para gravar um novo CD de sua carreira musical.

Os gestos inesperados de “predicação de si”, naquele contexto, me fizeram refletir como mesmo durante a reprodução de uma estrutura e/ou orientação normativa discursiva, micro acontecimentos políticos já podem estar sendo colocados em operação, sobretudo por parte das usuárias e usuários que, constantemente, demonstram que a vulnerabilidade da saúde mental não encontra-se necessariamente associada à incapacidade, falta de autonomia e/ou impotência de agir, mas que, a partir de agenciamentos diversos, como nos Centros de Convivência, aqueles que eram usuários podem se tornar, reconhecer e se apresentar por múltiplos outros nomes e papéis sociais.

Na figura 16 abaixo, “rastros-resíduo” que ancora empiricamente a proposição do parágrafo anterior, depois de me relatar sobre a importância das revistas em quadrinhos na sua vida, Bruce me convida a (re)conhecer²⁴ sua capacidade de produção artística e mesmo adquirir um de seus artefatos corporificados. Não tive dúvidas em retribuir o gesto de Bruce marcando a segunda opção como resposta, haja vista que, primeiramente, sempre fui bem acolhido e reconhecido por eles, principalmente no que tange a realização de minha pesquisa. Ademais, não apenas no caso de Bruce, mas o valor da produção de arte para os usuários não

²⁴ Conforme abordado na parte teórica da dissertação, Butler parece sugerir que existem processos interacionais de micro-escala que alteram condições de “reconhecibilidade” de certos corpos e modos de existência, de forma que esses preparam o caminho para um posterior “reconhecimento” social, institucional e jurídico de sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais.

poderia ser medida apenas pela “aura” dos objetos em si, mas pelas urgências, esforços e significados que os mesmos são portadores...“quando alguém gosta dos meus desenhos, fico mais perto de ser aquelas coisas que nem sempre consigo no dia-a-dia”...se para cada aprendizado que gerei-colhi junto aos usuários eu adquirisse duas pinturas de Bruce...talvez o “intercâmbio entre loucura e sanidade”, proposto por Di Terra, se efetuassem de fato...Por isso, concordo com Butler que o caminho para a “reconhecibilidade social” mais ampla, ainda que longo e agonístico, as vezes possui maior probabilidade de se iniciar em escalas micro, a partir da existência de espaços porosos, como aqueles às margens da deliberação antimanicomial.

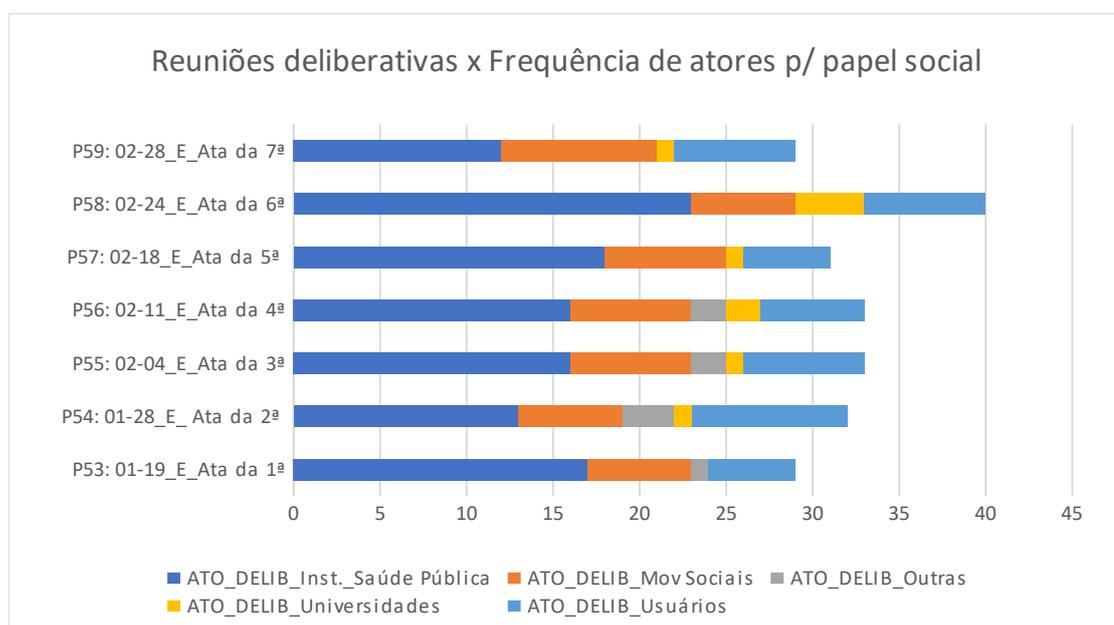
Figura 16: Usuários e/ou artistas?



Fonte: Autor

Conforme destaquei no início desta descrição cartográfica, os atores que estiveram presentes nas reuniões deliberativas, pelo menos no que diz respeito aos seus vínculos institucionais ou papéis sociais, “predicaram a si mesmos” perante aos demais a partir da reiteração de uma norma e/ou gesto ético que é anterior ao início dos debates. O registro de tais apresentações era realizado a partir de lista de presenças, elaborada pelas mulheres representantes do Fórum Mineiro de Saúde Mental, que eram enviadas em lista de e-mails como anexos das atas das reuniões deliberativas. Do ponto de vista do meu corpo, ainda quando presente, as listas de presença me ajudaram, por um lado, a gravar os nomes daqueles que me afetaram e que pude afetar nas interações das quais participei; por outro, permitiram que eu ratificasse a percepção que havia estruturado sobre a composição e distribuição de atores presentes naqueles contextos deliberativos. No que se refere a esta última questão, acabei por produzir, de forma gráfica, uma distribuição de frequências dos atores presentes em cada reunião deliberativa (figura 17), afim de melhor compreender as condições de possibilidade de enunciação de certos proferimentos e tomadas de decisão; afinal, um discurso, para além de partir um corpo enunciador, atravessado e marcado por redes de recursos, marcadores sociais e vulnerabilidades, se destina e modula de acordo com seus destinatários:

Figura 17: Distribuições de papéis sociais dos atores por reunião deliberativa²⁵



Fonte: Atas de Reunião do Fórum Mineiro de Saúde Mental / Autor

Na figura 17 acima, assim como já havia percebido de forma corporificada, a maior frequência de atores presentes nas deliberações correspondera aos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos de cuidado e atenção a saúde mental. A segunda maior frequência de presentes por categoria, ainda que com algumas inversões a depender da reunião considerada, fora por aqueles que “predicaram a si mesmos” como vinculados à movimentos sociais (especialmente Fórum Mineiro de Saúde Mental e ASSUSAM-MG). Com menor frequência de participação, usuários dos serviços públicos de saúde mental, estudantes e outros atores, como membros de partidos políticos. Me fora interessante considerar que o contexto interacional do prólogo cênico, quando experienciei intensas “cenas de interpelação” e “contradições pformativas”, fora quando ouve maior número de presentes (6a Reunião deliberativa / 40 pessoas) e maior proporção de trabalhadores dos serviços públicos de saúde. Entretanto, não é possível reduzir as condições de possibilidade daquelas cenas políticas que experienciei apenas pelo quesito de distribuição de atores, a não ser com o custo de recortá-los da cadeia de interações que lhe foram posteriores (processo e historicidade), a singularidade daqueles corpos presentes (vulnerabilidades e vivências) e os encadeamento de proferimentos da própria interação (troca discursiva e afecções).

A proposição que farei a seguir se refere à intersecção mais frequente de corporeidades que estiveram presentes nas reuniões deliberativas: aquelas marcadas pelo

²⁵ Para maiores detalhes da produção desse gráfico e outros diagramas, ver o anexo 1 da dissertação.

gênero mulher e o papel social de trabalhadoras de serviços públicos de saúde, especificamente de cuidado e atendimento à saúde mental, como assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, psicólogas e monitoras de arte. Esta proposição cartográfica, cabe a ressalva, não tem nenhuma pretensão de naturalizar a interseccionalidade de corpos, marcadores de gênero, etnia e/ou raça com certos papéis sociais. Sem dúvida, os padrões de intersecção supracitados já foram suficientemente investigados e problematizados pelas ciências sociais, que indicam a absoluta contingência de tais intersecções, ainda que padrões e constantes tendam a se reproduzir e reiterar ao longo do tempo via herança histórica, processos de socialização e outros vetores sociais coercitivos. No caso da intersecção entre gênero mulher e profissões de cuidado, por exemplo, cabe ressaltar que corpos marcados pelo gênero, raça, etnicidade e classe, ao realizarem as funções de cuidado (care), guardadas suas contextualidades, também estão sujeitas à graves vulnerabilidades, opressões e negações materiais e simbólicas, oriundas da privatização e distribuição desigual deste trabalho em nível global (BIROLI, 2018; LAUGIER, 2016). Contudo, a proposição cartográfica que gostaria de fazer é a seguinte: a intensa presença de corpos marcados pelo gênero mulher e que performam papéis sociais atrelados à profissões de saúde pública introduziram importante diferença nos projetos, proposições, interações e arcabouço de construção do protesto, como abordarei nos próximos parágrafos, destacando-se saberes e repertórios da prática política do cuidado que, por efeito, são inalienáveis na compreensão do “imaginário político antimanicomial”.

Outra proposição que se refere à distribuição dos atores das reuniões deliberativas antimanicomiais deve ser realizada em referência a presença dos usuários dos serviços de cuidado e atendimento à saúde mental. Ainda que em menor proporção, como (re)ficcionei no prólogo cênico e continuarei a examinar ao longo da cartografia, as usuárias e usuários introduziram grandes diferença nos rumos do proposto, discutido e deliberado. No que diz respeito ao marcador de gênero mais constante naqueles corpos, sua maioria explícita fora de homens. Não tenho indícios empíricos ou “rastros-resíduos” suficientes para construir uma hipótese sobre os vetores sociais que contribuíram para a reiteração de tal padrão de presença nas deliberações. Entrementes, percebi que, quanto maior a presença de usuárias e usuários, maior era a probabilidade de que corpos se movimentassem e interagissem entre si de forma inesperada; de que contradições e reconfigurações de enquadres, rotulações e discursos ocorressem; de que a arte se tornasse o gênero de linguagem preponderante nas interações discursivas; de que indícios mais raros e potentes de reconfiguração de vulnerabilidades

introduziram diferença na construção dos temas do protesto, justifico também por pelo menos outros dois motivos: a) primeiramente, como o prólogo cênico procurou (re)ficcionar, proposições e deliberações acerca do tema geral do protesto tenderam a ser o mais importante “centro de gravidade” das deliberações; b) em segundo lugar, mas não menos importante, por corroborar com o ponto-de-vista de uma das mais experientes participantes (e precursoras) do movimento de luta antimanicomial em Belo Horizonte, Amazona (Fórum Mineiro de Saúde Mental, mulher, branca):

“Gente, vamos para o duro! Já estamos no sétimo encontro e temos uma urgência: pensar no tema central do protesto (...) É uma delícia ficar delirando e fabulando sobre o protesto (...) mas é a partir da definição do tema-eixo que podemos desencadear o processo de produção das alas, cartazes, seleção das músicas e fantasias nos Centros de Convivência...(Amazona, 7ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)”.

A emergência da proposição “de mãos dadas” fora o primeiro “elemento” definido coletivamente como indispensável para a “artesanaria do pensar”, nos termos de Iansã (funcionária inst. de saúde pública, mulher, negra), de um tema-eixo para o protesto antimanicomial do ano de 2019. No prólogo cênico que almejou (re)ficcionar a sexta reunião deliberativa, pode ser verificado como tal conceito atravessara e costurava a maior parte dos proferimentos naquele contexto. Porém, a ligação sgnica entre o “de mãos dadas” e os outros elementos que compuseram o tema-eixo, como procurarei demonstrar, não fora simples. Dependeu da análise, reflexão e exposição de vulnerabilidades e precariedades sociais para além daquelas corporificadas nos atores presentes, experienciadas inclusive para além de instituições de cuidado e sofrimento mental, ainda que as atravessasse menos ou mais. Principalmente a partir da análise do contexto político brasileiro, o movimento social de luta antimanicomial chegou a conclusão que o protesto de 2019 não poderia falar e corporificar apenas suas demandas específicas, seu “povo”, mas deveria lidar com o desafio de também incorporar diversos “povos” outros em seu imaginário e sonho político..noções e proposições que serão melhor consideradas no último capítulo, haja vista que somente no protesto tomei consciência daquilo que a manifestação do “dia de luta antimanicomial” acabara por produzir.

O primeiro “rastros-resíduo” do termo “de mãos dadas” que por mim fora gerado-colhido, pelo menos tal como identifiquei de forma mais explícita, fora no contexto da terceira reunião deliberativa. A proposição partira do corpo de Amazona, mulher que, dentre as trabalhadoras da saúde pública, poderia ser considerada como a de relação portadora de maior historicidade com a luta antimanicomial, haja vista que não apenas fora pioneira na própria estruturação do movimento social na cidade, do próprio Fórum Mineiro de Saúde

Mental e do protesto em questão. A proposta “de mãos dadas” fora assim enunciada por Amazona na terceira reunião deliberativa:

A) “Eu li as duas atas das reuniões anteriores e fiquei pensando, frente tudo que estamos vivendo, concordando com suas falas da última reunião, que o eixo podia e devia ser alguma coisa como ‘ninguém larga a mão de ninguém’ (...) E não é apenas por aquela corrente, daquela imagem que circulou depois das últimas eleições. **B)** Vocês sabem o tanto que já defendi, todos esses anos, sobre a importância da saúde mental sair articulada com outros movimentos sociais, que a gente sempre está chamando, ainda que nem sempre apareçam, mas não tem problema (...) E eu fiquei pensando também, do que o Profeta agora falou, que nós não vamos recuar dos nossos princípios, recuar de nossos ideais e recuar de todos os movimentos sociais que estão sofrendo pelo Brasil (...) **C)** E eu acho que, por isso, sobre as alas (...) eu fiquei pensando (...) da gente colocar, as alas falando de cada um dos segmentos da sociedade que estão aí apanhando: uma ala falando dos loucos, uma ala dos LGBT, uma ala dos negros e negras, uma ala dos sem-teto e sem-terra, uma ala dos indígenas – que pensei que poderia ser a das crianças – e uma ala, que seria dos movimentos sociais em geral, que seria dos militantes em geral, uma ala dos comunistas, uma ala toda vermelha! (Amazona, 3ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

Irei por partes na análise do proferimento que acima acionei e recortei, a fim de compreender tanto sua eficácia simbólica, tendo em vista que o mesmo fora incorporado para o tema-eixo do protesto de 2019, quanto suas relações com aquilo que eu começara a vislumbrar: o próprio “imaginário político antimanicomial”, que afirma que a resistência e potência política deriva não apenas da produção de alianças com sujeitos mais vulneráveis que os demais, mas da capacidade de ser vulnerável a sujeitas e sujeitos outros, para além de si mesmo, para potencialização do coletivo... pretensão de cuidado universal, como o próprio SUS, que por anos lutam e defendem?

Na primeira sentença que destaquei na proposição de Amazona como “A”, verifiquei que a mesma afirma que a noção “de mãos dadas” derivou de afecções resultantes da leitura das duas atas de reuniões anteriores. Já havia salientado como as atas de reunião atenuaram as vulnerabilidades comunicacionais daqueles que, como Amazona e eu, não puderam estar presentes de forma corporificada em todas as reuniões. Não obstante, Amazona diz que alguns dos “rastros-resíduos” deliberativos registrados naqueles documentos lhe garantiram a oportunidade de considerar o que fora dito pelos demais quando estava ausente. A partir desse movimento, reconfigurara sua vulnerabilidade ou distância comunicativa anterior e produzira uma proposição “comum” para aquele coletivo político de tema-eixo para protesto. Mas o que poderia ter inspirado Amazona naquelas primeira e segunda reunião deliberativa e o que isso nos revela sobre o “de mãos dadas” e o próprio “imaginário político antimanicomial”?

Ao considerar e realizar uma análise da primeira ata de reunião deliberativa, aquela na qual infelizmente não estive de forma corporificada, logo nos primeiros parágrafos, percebi

que o contexto e o horizonte político pós eleições federais e estaduais do ano de 2018 fora o primeiro tema que agregou a atenção, reflexão e proferimentos dos atores presentes²⁶. Sem dúvidas, a deliberação, o debate e sobretudo o desabafo acerca do contexto político brasileiro formaram vetores discursivos que atravessaram e introduziram diferença em todo o processo de construção do dia de luta antimanicomial, conforme abordarei a seguir. Farei a exposição generalizada do conjunto de vulnerabilidades sociais e políticas relatadas nas deliberações e, no próximo movimento descritivo-analítico, reconstruirei como essas questões foram articuladas à construção do protesto a partir de citação dos discursos das sujeitas e sujeitos de pesquisa.

Primeiramente, no que tange o processo eleitoral de 2018, não apenas os resultados do processo eleitoral foram entendidos como ameaçadores para as políticas públicas de saúde mental, mas o próprio processo eleitoral vivenciado pelos atores antimanicomiais. Com relação a esta situação os atores relataram experiências de apreensão e medo resultantes do conteúdo e carga de emoções negativas dos discursos que testemunharam nas redes sociais, classificados por eles como “de ódio” e “violentos”, haja vista que seus conteúdos apresentaram grande carga de pré-conceitos, racismos, homofobias e misoginias.

Também fora reiteradamente debatido sobre vulnerabilidades atuais e potências que se encontravam expressas nos projetos e promessas políticas do novo governo federal eleito, como a reforma da previdência, manutenção da PEC-241 do teto de gastos público e privatização de instituições do Estado. Ainda que estas temáticas tenham sido denunciadas no protesto antimanicomial do ano de 2018, como apresentei na introdução da dissertação, os atores não tinham noção de como tais questões se dariam na prática, mas concluíram como certo de que o maior impacto seria para usuários e trabalhadoras do setor público, atingindo a maioria dos presentes (escassez de recursos, aumento do tempo de contribuição e idade mínima para aposentadoria, fechamento de instituições de cuidado à saúde mental). No que tange os sujeitos em situação de sofrimento mental em específico e outros em extrema

²⁶ Sobre a análise de discurso que realizei naquela primeira e nas demais atas de reunião a mim disponibilizadas pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, cometi a categorização de todos os proferimentos registrados (225 no total), visando mapear tanto os temas quanto os atores de cada proferimento. No que tange as categorias discursivas criadas, uma das classes mais importantes que produzi fora aquela que rotulei como “vulnerabilidades políticas”, que agregou cinco temáticas de vulnerabilidades: a) minorias em geral, como mulheres, negros e indígenas; b) específicas da saúde mental; c) do próprio protesto; d) das próprias deliberações; e) do contexto político brasileiro, que se subdividiram em e1) novos governos e governantes; e2) eleições; e3) mídias; e4) políticas de saúde mental e e5) outras generalizadas. Para maiores detalhes, ver o Anexo 1 desta dissertação.

vulnerabilidade social, o impacto vislumbrado pelo movimento antimanicomial seria ainda maior, haja vista que muitos são aposentados por invalidez e/ou dependentes do Benefício de Prestação Continuada (BPS).

Fora também amplamente discutido sobre vulnerabilidades comunicacionais gerais que experienciavam por meios de interação digital e grandes mídias. O sentimento de hostilidade era sempre nomeado ao se referir a perfis de “extrema direita” que estavam “saindo do armário” no contexto brasileiro, sobretudo se mobilizando e proliferando *fake news* durante as eleições.

Entretanto, para além das vulnerabilidades acima debatidas, ameaças e violências do contexto político brasileiro eram intensamente relacionadas aos rumos das políticas públicas de saúde mental. Conforme havia apresentado no capítulo de apresentação do movimento social de luta antimanicomial, para além de experiências concretas de sucateamento dos serviços de cuidado e atendimento à saúde mental, a apreensão sobre a nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, que torna equivalentes os serviços substitutivos antimanicomiais (CERSAMs, Centros de Convivência, Residências Terapêuticas) à hospitais psiquiátricos, redirecionando verbas públicas, configurava para os atores um horizonte de fim para as primeiras instituições. Na visão dos atores, esta nota, ainda que não viesse a ser implementada, era um aceno de legitimidade para os casos concretos de técnicas de lobotomia e eletrochoque que já estão sendo ofertados como “tratamento” em hospitais psiquiátricos privados. Ainda, era vetor de impulsão para que instituições como “comunidades terapêuticas”, reiteradamente denunciadas como novos manicômios, disputassem os escassos recursos públicos destinados a saúde coletiva.

Mesmo com o debate e projeção sobre esse horizonte assustador para a reforma psiquiátrica brasileira, os corpos presentes nas deliberações, marcados por classes, gêneros e etnias dos mais diversos, destacando-se as mulheres e negras que eram presença marcante nas deliberações, impossibilitara que o debate se limitasse a vulnerabilidades e precariedades da saúde mental; assim como a maior parte dos usuários e usuárias, que ainda são interseccionados por marcadores sociais outros historicamente violentados no país. A preocupação com as vidas e existências de outros grupos sociais precários, socialmente entendidos como minorias, como mulheres, negras(os), indígenas, pessoas de ideologia contrária a do novo governo federal e, também, os atingidos por recentes crimes ambientais, percorreu a maior parte dos proferimentos sobre vulnerabilidades naquelas reuniões deliberativas. Fora impossível naquelas deliberações não se expor e debater sobre aumento

das taxas de feminicídio, crimes de intolerância e de ódio contra minorias, como os crimes ambientais e o ataque as políticas públicas voltadas a autonomia política, material e existencial de povos indígenas. Todas essas vulnerabilidades eram atuais e potenciais vetores de precariedade, violência e ameaça de existência que, para os atores, deveriam ser abordadas no protesto antimanicomial de 2019.

As vulnerabilidades acima relacionadas e outras que ainda relatarei a frente, referentes ao contexto político brasileiro e suas atuais e potenciais modulações em retiradas de direitos cidadãos, violências, ameaças existenciais e mortes, introduziram grande diferença na proposição e construção do termo “de mãos dadas”. Para os atores presentes nas deliberações antimanicomiais, não era possível realizar um protesto político naquele ano sem que o “imaginário político antimanicomial” se expandisse para além das pautas de saúde mental. Era preciso também falar das minorias (ou maiorias, como bem pontuou Nanã numa das reuniões) de pobres, desalentados, mulheres, negros, LGBTQI+, indígenas que se encontravam vulneráveis, violentados e/ou mortos no país. Era preciso considerar alteridades outras e suas vulnerabilidades, cuidar tanto de si quanto do outro : “ninguém solta a mão de ninguém”. Entretanto, em cada contexto, as reflexões, debates e proposições acerca de vulnerabilidades e precariedades deveriam se conectar ao objetivo principal da deliberação: o tema-eixo do protesto. Mas como seriam expressas e corporificadas na estrutura e performance do “dia de luta antimanicomial”? Para responder tais questões, procurei reconstruir os fluxos e modulações do debate antimanicomial, de forma a compreender como essa “artesanaria” fora realizada.

Ao analisar a frequência e intensidade de proferimentos da primeira e segunda reunião deliberativa antimanicomial, percebi que os principais temas debatidos, ainda que conectados a pauta de discussão sobre vulnerabilidades e precariedades do contexto político brasileiro, foram outras. A partir da continuidade de meu trabalho cartográfico, analisando, categorizando e relacionando os proferimentos e afecções das reuniões deliberativas de construção do “18 de Maio”, percebi que os principais temas de debate naquelas ocasiões foram sobre motivação, resistência e empoderamento, ou seja, das possibilidades de reconfigurar vulnerabilidades em potência de ação e expressão política. Na interação que (re)ficciono abaixo, por exemplo, Militante e Poeta, já na primeira reunião deliberativa, mostravam-se preocupados em encontrar potências de resistência ao contexto político ameaçador a partir da mobilização da memória da própria luta antimanicomial e seu mais potente significante, o cuidado:

(...) Militante (Membro de partido, homem, branco) coloca que corremos o risco de combater o inimigo com as mesmas armas porque a guerra do imaginário já perdemos e exemplifica que as mentiras sobre o Kit Gay já estão no imaginário das pessoas e mesmo não existindo há quem ainda acredita...

(...) Poeta (Funcionário inst. saúde pública, homem, negro) fez um resgate dos últimos 18 de Maio desde sua chegada no movimento em 2014 que se trabalhava com a temática da cidadania “ A cidade que queremos: Que seja feita a nossa vontade”, em 2015 onde se estava trabalhando a desinstitucionalização com fechamento de hospitais foi “ Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: Por uma Sociedade sem Manicômios” o 3º em 2016 foi a anúncio que eles passariam “ Eles Passarão, Nós Passarinho” e eles ficaram e deram o golpe e em 2017 relata que estávamos tristes, mas lembra da fala de Amazona, da música de Belchior “ o ano passado eu morri, mas este ano eu não morro” e o título foi “ Faz escuro, mas eu canto: Liberdade em todo canto”. Coloca que em 2018 falamos de todas as pautas “Atentas e Fortes: Tantãs sem temer os golpes”.

(...) Poeta (Funcionário inst. saúde pública, homem, negro) continua dizendo que teve medo de como fazer este 18 de Maio, mas com tudo que ocorreu o que ficou é que devemos ser amorosos uns com os outros.

(...) Iansã (Funcionária inst. saúde pública, mulher, negra) fala da importância de dialogar, lembrando a fala de Sandro sobre o amor. Coloca que o recado é para a cidade que precisa dialogar mais. Pontua que a resistência é o o anti-o ódio. A possibilidade é o Amor.

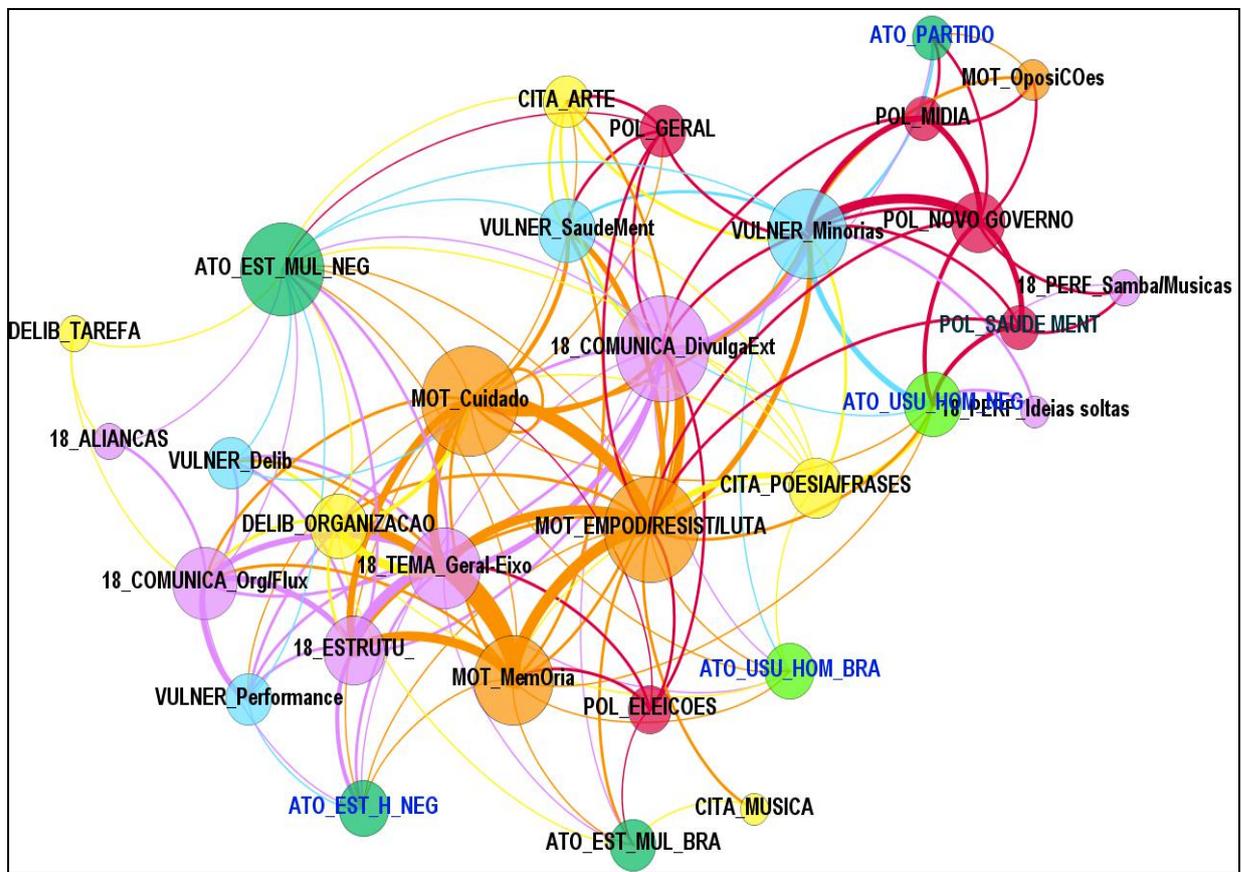
(...) Cuida (Funcionária inst. saúde pública, mulher, branca) faz uma avaliação da conjuntura colocando que estamos sobre pressão. Ressalta que este 18 de Maio deve ser para cima, para frente e com arte. Coloca que pensando o mundo como se avassala, muitos não tem cabimento. Pontua que se está construindo história e destruindo pessoas. Enfatiza que bom que trabalhamos com a loucura que não se enquadra, escapa.(1ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

No diagrama discursivo abaixo, apresento graficamente as conclusões que apresentei nos parágrafos anteriores e que derivam do exercício de consideração, reflexão e categorização dos proferimentos da primeira reunião deliberativa. Maiores detalhes sobre a elaboração dos mesmos foram fornecidos no apêndice deste trabalho pois, tal diagrama, muito mais almeja apresentar o mapa cognitivo que me permitira interpretar aqueles eventos deliberativos do que revelar uma estrutura ou entidade explicativa dos mesmos. De todo modo, apresento algumas chaves de possível interpretação de tais diagramas discursivos-cognitivos:

- cada circunferência ou nó representa uma categoria de discurso (verde para os Atores; demais classes de Temas de discurso, como azul para vulnerabilidades, vermelho para contexto político, laranja para motivações, como cuidado, memória);
- as circunferências variam, por deliberação, segundo frequências (diâmetro menores ou maiores);
- as linhas conectam um ator a um tema ou cadeia de temas proferido num discurso, sendo sua intensidade de conexão, a espessura de linha, relativa a frequência com que um mesmo proferimento apresentou dois temas simultaneamente);
- a posição de um “nó” varia de acordo com o número de outros nós que conecta. Quanto mais centrais, mais se conectaram entre temas e atores.

No diagrama abaixo, por exemplo, poderia destacar que, em comparação a proferimentos acerca de motivação (empoderamento-resistência, memória e cuidado), aqueles relacionados ao próprio 18 de Maio (tema, estrutura, alas, performances e alianças para sua produção e performance) foram periféricos na primeira reunião. Ainda, percebi que, desde aquela primeira reunião, citar ou produzir poesias e textos de arte enquanto forma de exposição de pontos de vista (como músicas) fora especialmente para expressar tanto motivações para os atores como, futuramente, sugestões e proposições para a construção do 18 de Maio.

Figura 19: Diagrama discursivo da primeira reunião deliberativa



Fonte: Autor

Nos diagramas discursivos-cognitivos que gerei para a primeira e segunda reunião deliberativa, verifiquei que, na segunda, o padrão de temas proferidos se manteve constante. Proposições visando a motivação do coletivo (empoderamento, resistência), conectados com cadeias de sentido de memória e cuidado foram os que mais frequentemente pude detectar. Percebi que tais temas foram fundamentais para articular outros incontornáveis para aquelas deliberações, como o contexto político geral e suas vulnerabilidades derivadas (quadrante ou “cluster” esquerdo da figura 19) e acerca da construção do protesto (quadrante direito da

figura 19); ainda que o proferimentos sobre o “tema eixo” do protesto, sobretudo articulado com proferimentos acerca de memória, tenham tido grande centralidade na deliberação.

Os proferimentos abaixo, “rastros-resíduos” registrados na segunda ata de reunião deliberativa, foram centrais para justificar a proposição que apresentei no parágrafo anterior. Destacasse que foi a primeira reunião que Di Terra (usuário, homem, branco) apareceu. Logo após ouvir, refletir e considerar aquilo que fora deliberado anteriormente a partir da leitura da ata da reunião anterior, Di Terra elaborara o rascunho daquilo que seria sua proposta de motivação política para o protesto de 2020: “o remédio anti-covardia”, apresentado por ele de forma mais “cristalizada” na sexta reunião (re)ficcionada no prólogo cênico da dissertação:

Di Terra diz do afago sem covardia e leu um texto produzido por ele "Afago com A Anti-covardia: Sem perder a riqueza de todas as possíveis e passíveis esperança...sim! ok! sim! “...Os que foram, são lembrados pelos que o amam, já os que odeiam, virarão passados, virarão bala de festim e serão esquecidos, sim!! ok!! sim!!! Sim!!! sim!!! Sim!!! (...) "Você pode ter o que pedir; e cedo ou tarde vai ganhar... eu pedi o bem do inesperado e pedi para amar indiscriminadamente. Gastei e ainda gasto, beijos e abraços com a delicadeza. Dos lírios, com certeza de amar com a fórmula líquida e sólida da anti-covardia. (...) "Liberdade ainda que Lé Lé e que Tam Tam!!! Melhor que o carinho é o amor. Com amor tudo nasce, nasce Lírios, nasce Flor, a rosa de Hiroshima nunca mais. A anti-covardia que nos traga a paz! Melhor que o carinho é o amor”. (2ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

O proferimento acima adiciona novas redes de significação a proposição política “de mãos dadas”. Por um lado, “dar as mãos” se relaciona ao ímpeto do cuidado e amor que constituí o “imaginário antimanicomial”, o qual parece não abdicar de produzir sua política sem “dar as mãos” à outras populações também em situação de vulnerabilidade, precariedade, violência e ameaça existencial. Ainda, o “dar as mãos”, cuidar, amar, nesse imaginário, destaque, se relaciona ao lembrar, a memória: fonte de resistência e empoderamento para aquelas sujeitas e sujeitos, portanto.

Entrementes, naquela segunda reunião, começou-se a esboçar uma problemática: com quem não serão dadas as mãos? Quem são os opositores do protesto? Esta foi uma pauta que me permitira diferenciar a primeira deliberação da segunda, como os proferimentos abaixo e a figura 19 e 20 indicam. No “imaginário antimanicomial” que estava sendo produzido, “Dar as mãos”, ainda que tenha uma potência de inclusividade universal, vulnerabilidade de abertura, também implica na demarcação de diferença com aqueles que só lembram de si mesmos, que odeiam e serão esquecidos, como na formula de Di Terra, ou os “narcisos”, na proposição de Iansã:

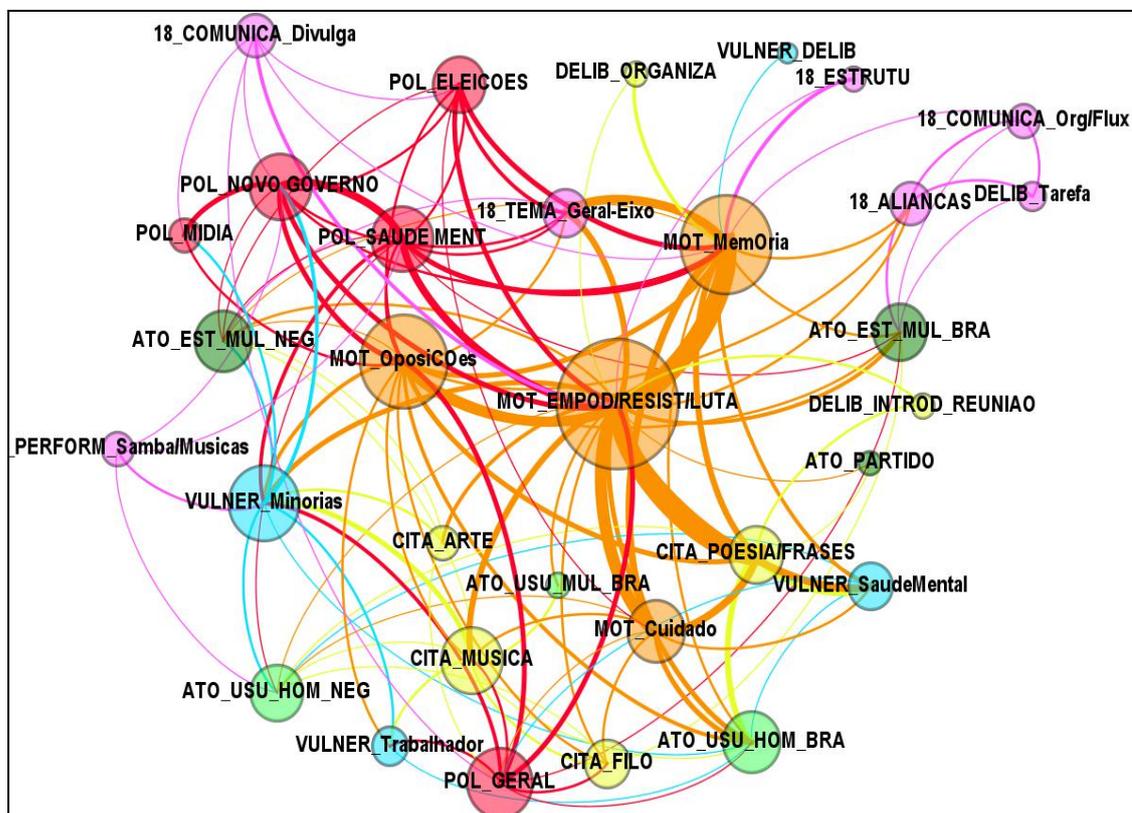
Professor coloca que a “realidade está ‘branca’, higienizada.” Faz uma conjuntura do mundo: “O Brasil está em estado de golpe desde 2013. A América do Sul sempre esteve em estado de golpe. É uma tradição no Brasil e na região. Extermínio dos índios, escravidão dos negros e extermínio dos pobres. O Brasil, a Argentina, o Chile e o Equador já tombaram para a direita novamente. Venezuela, Nicarágua e Bolívia resistem heroicamente, mas são a bola da vez. Aqui na região, os estadunidenses não precisam mandar os seus marines. Os policiais, as milícias, os esquadrões da morte, os justiceiros nativos fazem o serviço. Quando não são eles, os filhos dos trabalhadores é que executam os filhos dos trabalhadores. É a forma mais cruel da luta de classe. Essa guerra (...) golpe constante (...) Na América Latina, mata-se mais de 100.000 (cem mil) filhas e filhos de trabalhadores todos os anos”. Questiona para qual governo será dado o recado...

(...) Nanã (Sor) coloca que diante das notícias desta semana, que parecem novidade, mas já tinha sido anunciado, e as temáticas dos últimos 18 de Maio, onde estamos dizendo de desmonte desde 2016, em 2019 tudo que vem anunciado acontece e se concretiza com a eleição (...) Assim, propõe que este 18 não pode estar desvinculado com tudo que vínhamos anunciando. Lembra que Professor questionou para qual governo é o recado e coloca que é para todos. Finaliza que precisamos ser incisivos, belos, mais incisivos...

(...) Vida pontua que precisamos ser fortes e concorda com Nanã (Sor). Lembra que cada ano tivemos um inimigo, não perdemos, mas a luta é cada vez maior. Ressalta que devemos resgatar usuários, trabalhadores, gestores e todos que lutavam...

(...) Iansã lembra a fala de Soraia sobre os poderes e que ficou tocada com a fala de Riacho sobre em nome de um saber se oprime as pessoas. Coloca que a partir da apresentação de um cartaz na sala do CRP que representa todos as vítimas deste governo (no cartaz tem representação do negro, mulher, índio e LGBT). Coloca que o Brasil é olhar-se no espelho e negar-se a diferença “muitas pessoas se abriram, se olharam e negaram, isto é o Brasil, como na música de Caetano Veloso: Narciso acha feio o que não é espelho.”(2ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

Figura 20: Diagrama discursivo da segunda reunião deliberativa



Fonte: Autor

A partir dos, “rastros-resíduos” discursivos, proposições e diagramas que produzi e apresentei anteriormente, ousei a fazer uma proposição aqui acerca da proposta “ninguém larga a mão de ninguém”, que modulou-se posteriormente em “de mãos dadas”: a política antimanicomial, da aliança, do cuidado, do considerar daquele tão ou mais vulnerável que seu movimento social, me parecer ser condição para que o “remédio anti-covardia” produza seus efeitos, reconfigurando sentimentos, narrativas e experiências de apreensão e medo, para potências de resistência e ação política. O “remédio anti-covardia”, tal como propus acima, me parece fórmula fundamental para reconfigurar a vulnerabilidade política que anteriormente fora proposta como um problema por Militante, de “lutar com as armas do inimigo”. Ao refletir sobre essa questão, talvez pude compreender melhor o porque de Amazona ter sempre defendido a articulação da luta antimanicomial com outros “povos” precarizados e, assim, ter construído proposições não apenas para o tema-eixo, mas para a própria performance da manifestação:

A) Vocês sabem o tanto que já defendi, todos esses anos, sobre a importância da saúde mental sair articulada com outros movimentos sociais, que a gente sempre está chamando, ainda que nem sempre apareçam, mas não tem problema (...) B) E eu fiquei pensando também, do que o Profeta agora falou, que nós não vamos recuar dos nossos princípios, recuar de nossos ideais e recuar de todos os movimentos sociais que estão sofrendo pelo Brasil (...) C) E eu acho que, por isso, sobre as alas (...) eu fiquei pensando (...) da gente colocar, as alas falando de cada um dos segmentos da sociedade que estão aí apanhando: uma ala falando dos loucos, uma ala dos LGBT, uma ala dos negros e negras, uma ala dos sem-teto e sem-terra, uma ala dos indígenas – que pensei que poderia ser a das crianças – e uma ala, que seria dos movimentos sociais em geral, que seria dos militantes em geral, uma ala dos comunistas, uma ala toda vermelha! (3ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

3.3 “Artesania do pensar” 2: “Direitos às diversas gentes: de mãos dadas contra-correntes”

Para continuar cartografia de construção do tema-eixo do protesto antimanicomial do ano de 2019, é necessário verificar como a proposição ou elemento sógnico “de mãos dadas” fora “artesanado” com outros para que o tema em “Direitos às diversas gentes: De mãos dadas contra-correntes” fosse composto. Deste modo, após compreender algumas cadeias de significações que permitiram a emergência do “mãos dadas”, continuo o trajeto a partir da análise de alguns dos efeitos interacionais que a proposição de Amazona causara ainda na terceira reunião deliberativa.

O primeiro efeito que mapeio ocorrera em mim, significando, quem sabe, que ainda não havia tomado “doses” suficientes de “remédio anti-covardia”. Naquele contexto pós-eleitoral, com vulnerabilidades e precariedades sendo reiteradamente expostas e debatidas

pelos atores da deliberação antimanicomial, pensei: “quem é que vai usar vermelho nesse protesto com um contexto político tão difícil, tão ameaçador?” Mal sabia que seria eu um daqueles que corporificaria tal significante durante as manifestações. Sem embargo, antes disso, necessitaria tornar-me outro e aprender mais sobre as potências de meu próprio corpo junto a importantes mestres e regentes...De qualquer modo, a proposta “ninguém larga a mão de ninguém”, praticamente aceita por todos os atores como elemento para construção do tema do protesto, ainda que viria a ser remodulada, dera incentivo para que os debates se deslocassem para a própria performance da manifestação. No caso de Militante, por exemplo, ele ressaltara sobre uma possível vulnerabilidade que resulta de uma performance política onde “ninguém larga a mão de ninguém”:

Militante coloca que não concorda com a frase "ninguém solta a mão de ninguém porque esta frase surgiu num momento político brasileiro de muito medo e pode sugerir falta de atitude. Coloca que se estivermos de mãos dadas como agiremos, como pintaremos, desenharemos e como lutaremos. Sobre as alas coloca que concorda com a ala vermelha e lembra o movimento pró-aborto das mulheres da Argentina com lenços verdes cobrindo parte do rosto e sugere que a gente faça igual.(3ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

Entretanto, para Cristal, Amazona e Obá, estar de “mãos dadas”era a própria possibilidade de reconfigurar vulnerabilidades na performance do protesto :

Cristal coloca que discorda da fala de Militante e que a fala "ninguém solta a mão de ninguém" reflete união e que não estamos sozinhos. Que possamos pensar a marcação deste mote "ninguém solta a mão de ninguém". Coloca que nossa luta é por delicadeza e este mote reflete delicadeza.

Obá enfatiza que o nosso desfile é para marcar nossa posição política. Coloca que chega um momento que não dá para ser delicado e devemos deixar clara nossa insatisfação com o governo. O desfile não deve ser construído em conjunto com quem não quer dá o recado. Marcela coloca que a frase "ninguém solta a mão de ninguém" não é usado no sentido concreto, pois não trabalhamos com o sentido concreto e aponta que estamos juntos.

Amazona coloca que se a frase "ninguém solta a mão de ninguém" foi criada numa situação de medo, para nós e grande parte da população brasileira não foi assim apropriada e nem tem sido usada neste sentido. Diz que a sugestão dada não necessariamente precisa ser esta frase, mas algo que deixe claro que estamos juntos, que somos solidárias uns aos outros e que sabemos de quem, realmente, não daremos e largaremos as mãos. Pontua que temos que tomar cuidado com o termo delicadeza, que brinca corajosamente com a palavra luta, quando dizemos que “a nossa luta é por delicadeza” Não pode ser entendido como recuo, como falta de firmeza: é a delicadeza de sempre nos posicionarmos defendendo radicalmente nossos princípios que nos constituíram. (...) Em relação à cor, mantém a sugestão da cor vermelha na última ala, diz que a sugestão de Militante seria legal numa possível ala das mulheres, fazendo referência à discussão do aborto, do feminicídio. Que a ala dos indígenas podia ser toda colorida, dos LBGTs, o tradicional arco íris, etc. Finaliza dizendo que realmente perdeu a graça com o verde e amarelo, assim como com o tucano, na época da criação do PSDB. Reforça que sabemos para quem daremos as mãos.(3ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

A partir das defesas, justificativas e esclarecimentos acima, sobretudo após o gancho de Amazona, cada vez mais a deliberação deslocou-se, a partir da terceira reunião, para a proposição de possíveis performances, fantasias, cores, cartazes para o protesto:

Bruce coloca que teve uma idéia de bandeira do Brasil com mãos vermelhas pintadas. O vermelho pode simbolizar o vermelho das guerras.

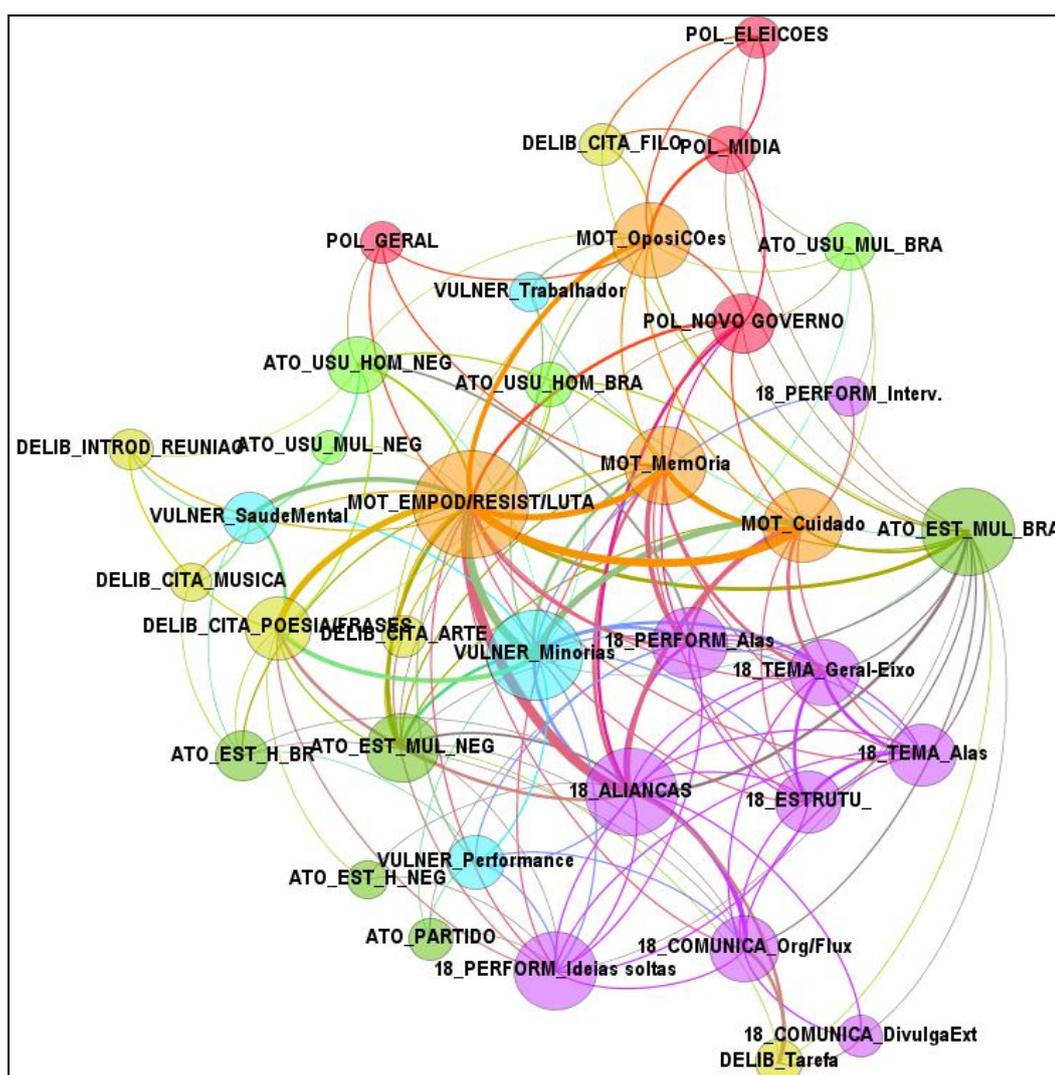
Maestro propõe usar a camisa do Encontro dos 30 anos de Bauru na bateria

Alessandra Propõe levar algo para oferecer. Coloca que na ala das crianças deva se levar algo como uma flor, contrapondo a ideia de dá arma.

Ainda que,

Amazona lembra que as fantasias, adereços, alegorias são decididos nos serviços, entre os usuários e oficineiros dos centros de convivência mas que podemos dar sugestões e propõe que a comissão de frente seja de pessoas com camisas de forças que se rompem, propiciando as pessoas darem as mãos umas às outras. Lembra também que fazemos um texto base explicando o tema eixo e cada uma das alas, facilitando a posterior discussão com os serviços.

Figura 21: Diagrama discursivo da terceira reunião deliberativa



Fonte: Autor

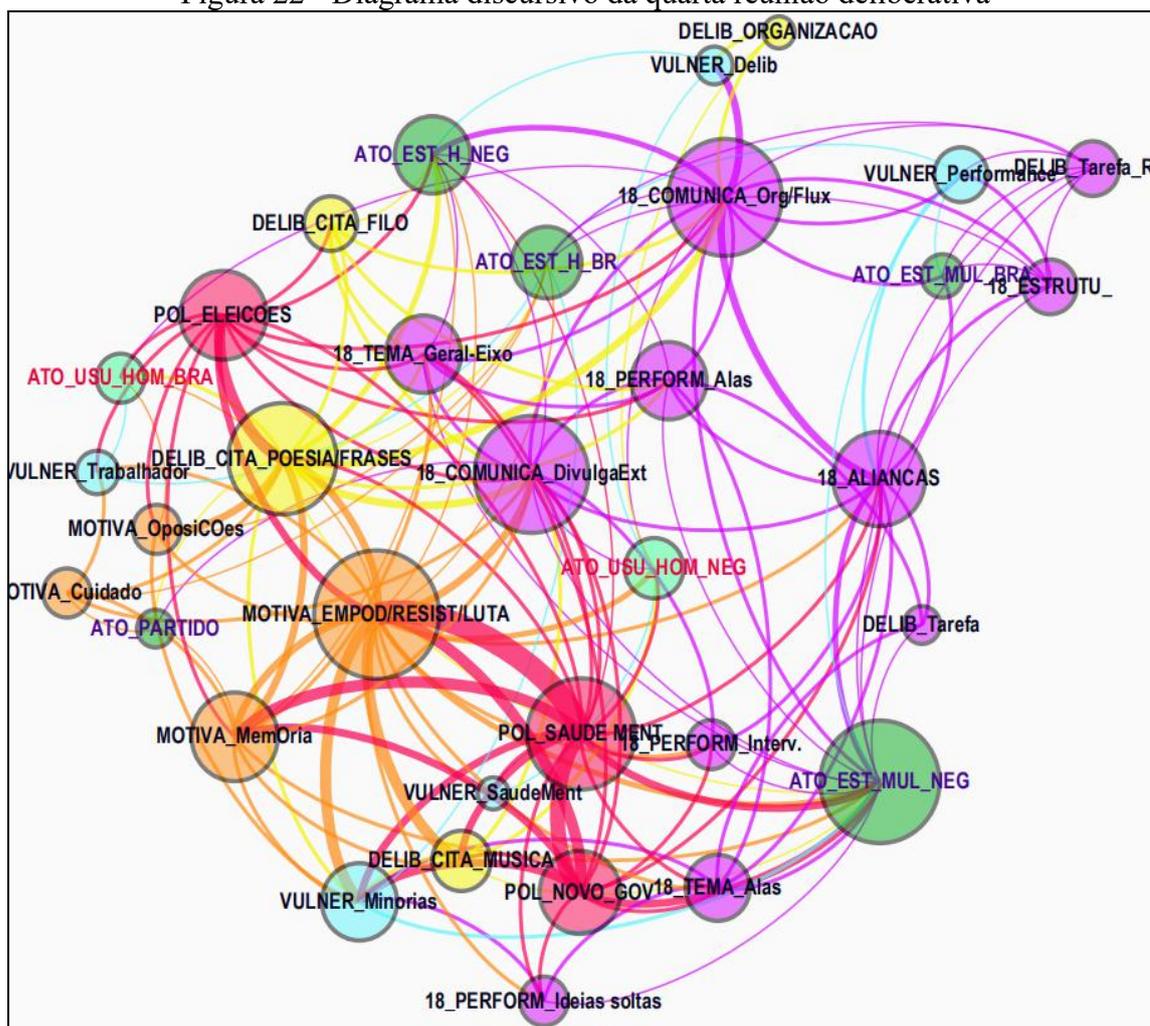
Na quarta reunião deliberativa, metade dos encontros totais, mesmo que o conceito “ninguém larga mão de ninguém” estava praticamente definido como mensagem do protesto, o tema-eixo, preocupação de Amazona, não estava próximo de ser decidido. Por um lado, proposições e debates acerca das motivações do protesto (empoderamento-resistência, memória e cuidado), contexto político e vulnerabilidades de sujeitas e sujeitos entendidos como minorias ainda retornavam nos discursos, reiterando tópicos já bastante abordados nos três primeiros encontros. Alguns dos “rastros-resíduos” deliberativos que gerei-colhi me permitiram propor três hipóteses com relação a essa reiteratividade de alguns temas da deliberação: primeiramente, acontecimentos e notícias do contexto político retro-alimentavam a pauta do debate, sendo novamente colocados em pauta para questionamento ou mesmo desabafo dos atores presentes. Por isso, para alguns, como Obá, as reuniões deliberativas estavam para além da função de construção de um protesto, pois a mesma sente-se muito deslocada na instituição de saúde que trabalha e “pontua que se sente contemplada na discussão política que acontece neste espaço e fica pensando em que outros espaços podemos construir uma discussão política.”

Uma segunda questão relacionada a reiteração de certos temas naquela deliberação é grande rotatividade dos atores que participam dos eventos, haja vista urgências outras e/ou mesmo vulnerabilidades que necessitam ser anteriormente reconfiguradas para participar da própria deliberação. Esta situação era especialmente problemática no caso de alguns usuários que dependiam de trabalhadoras e trabalhadores para lhes dar carona ou mesmo recursos financeiros para que se desloquem ao CRP-MG. Pelo motivo acima, da primeira até a quarta reunião, quase todas as “tarefas” propostas no fim das deliberações se referiam ao desafio de sensibilizar outros trabalhadores e trabalhadoras da saúde pública a participarem da deliberação e trazerem mais usuários com eles, assim como convocar outros parceiros e aliados, como movimentos sociais, artistas, blocos de carnaval; proferimentos que categorizei, como pode ser visto nos diagramas discursivos, como temas relacionados ao fluxo comunicativo, alianças e recursos estruturais para o 18 de Maio, e que utilizei o rótulo geral de “comunicação”. Percebi, também, que proferimentos referentes a “comunicação” do “18 de Maio”, seja no que tange a sua organização e fluxo comunicativo interno (entre participantes) quanto externo (mensagem para a sociedade civil) foram centrais na deliberação da quarta reunião, desde o início daquele encontro. Para Poeta (trabalhador de inst. de saúde, homem, negro), por exemplo, a mensagem do tema-eixo do protesto, diferentemente da proposição “Ele Não”, mobilizada pela oposição nas eleições do ano 2018, deveria apresentar uma

conotação positiva pois, no seu entendimento, assim se aumentaria a probabilidade de promover a supracitada sensibilização de apoiadores, trabalhadores e sociedade civil em geral à luta antimanicomial:

Poeta inicia a discussão da temática do 18 de Maio pontuando que realmente o mote é "ninguém solta a mão de ninguém" como se pôde perceber pelo "refrão" que se tornou a frase durante a reunião passada. Fala que devemos retomar as aprendizagens do momento do "vira o voto" nas eleições passadas, em que aprendemos a falar do positivo como a afirmação de um candidato ao invés da negação do outro. Cita sobre isso "A negativa", de Freud. Ele acha mais importante ressaltar o positivo da frase do mote e assim falarmos "Dar as mãos", remete ao texto de Drummond que leu na reunião passada "Mãos dadas" e lembra o uso popular da expressão "dá uma mão" no sentido de "ajuda". Conta que levou as discussões do 18 de maio para suas oficinas. Leu junto com Atriz (usuária que ele levava àquela reunião) um texto produzido na oficina do Centro de Convivência Carlos Prates, a primeira parte, feita a partir desse poema e a segunda a partir da fala de Miriam na última reunião, em q ela destaca que as alas falassem sobre as mãos de quem não deveríamos soltar, chegando na oficina com os usuários da oficina, então, à pergunta: "com quem vamos de mãos?"(4ª Reunião Deliberativa do "18 de Maio" de 2019, Registros e grifos do Autor).

Figura 22 - Diagrama discursivo da quarta reunião deliberativa



Fonte: Autor

Ainda sobre o tópico “comunicação”, a quarta reunião também fora quando se consolidara grande preocupação de se comunicar explicitamente no tema-eixo e na performance do protesto o horizonte sombrio das políticas de saúde mental:

Man lembra da fala de Iansã sobre a arrogância da psiquiatria que arroga um saber sobre a loucura. Questiona que ciência é esta que flerta com a religião quando se propõe comunidades terapêuticas que são muitas vezes administradas por pastores e tem práticas desumanas e religiosas como "tratamento" para a dependência química. Estamos em uma era do absurdo. Tudo o que Belo Horizonte construiu em termos de cuidado em saúde mental (na crise e nos vários pontos da Rede) é uma forma de resistência contra o retrocesso. Pergunta porque não nos espelhamos nos países de primeiro mundo que já não falam mais em manicômios, mas em empoderamento, em Recovery, em ouvidores de vozes, descentralizando a medicação e psiquiatrização como exclusiva forma de tratamento.

Bruce leu uma frase de uma música que cantará no bloco Sem Manicômios e Sem Prisões, nesse próximo domingo dia 10/02/2019: " Eu sei que o CERSAM pode nos trazer um novo amanhã, queremos uma pátria mais irmã, liberdade ainda que tam tam".

Nanã fez referência a nota técnica do Ministério da Saúde que iguala os serviços desconsiderando uma luta de 30 anos. Pontua que devemos apontar isto no desfile e mostrar quais as diferenças entre os serviços substitutivos e os manicômios como Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas.(4ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

Durante aquela quarta deliberação, onde temas acerca de comunicação e políticas de saúde mental foram os mais centrais e frequentes, Riacho (usuário de inst. de saúde, homem, negro) manifestou-se, atentando sobre uma vulnerabilidade comunicativa que, para pessoas “normais”, como eu, não eram experienciadas e/ou notadas como relevantes na própria deliberação antimanicomial. Novamente não pude escutar completamente os dizeres de Riacho, pois sua voz, pelo menos para mim, era muito baixa...Contudo, a eficácia de seu pronunciamento em afetar os demais não estava propriamente na forma de expressão, mas na importante vulnerabilidade que o mesmo expusera: “Vocês esquecem de quem não tem acesso a computador para ler as atas (...) para quem imprime nos centros de saúde, também é muito ruim (...) são muito grandes, não estimula o usuário a ler”.

A presença dos usuários nas deliberações antimanicomiais, proponho, é sempre uma potência de verificação da igualdade e paridade de participação política. A partir daquele pronunciamento de Riacho, não havia possibilidade de não alterar a própria estrutura de elaboração das atas de reunião, a partir da quinta, sob o risco de contradizer o próprio “imaginário político antimanicomial”. Não tenho como afirmar se essa alteração na estrutura da ata de reunião teria reconfigurado a própria troca interacional naquela quinto evento mas, atestei, nele, intensificaram-se debates e proposições de frases, poesias e projetos de performance para o protesto...Tal situação, que se estendera até o sétimo evento, levara

Amazona, na sétima reunião, a puxar novamente o eixo dos debates para o objetivo primário da deliberação: o tema-eixo. A partir de um salto neste espaço-tempo narrativo, da quinta para a sétima reunião, procuro (re)ficcionar na troca discursiva abaixo como emergira quase por completo o “Direitos às diversas gentes: de mãos dadas contra-correntes”:

Amazona (Fórum Mineiro, mulher, branca): “*Gente, vamos para o duro!* Já estamos no sétimo encontro e temos uma urgência: pensar no tema central do protesto (...) É uma delícia ficar delirando e fabulando sobre o protesto (...) mas é a partir da definição do tema-eixo que podemos desencadear o processo de produção das alas, cartazes, seleção das músicas e fantasias nos Centros de Convivência...

(...) Queria convidar todo mundo pra gastar energia, pra clarear o que nós queremos de tema e o que queremos em cada ala...o tema: “sou curumim, cuida sempre de mim” é ótimo, como o Bruce propôs, olha aí sucinto, remete ao genocídio, as políticas de demarcação de terras (...) então acho que já ta fechado, nós temos que pensar as outras alas (...) Naquele dia que a gente pensou de “mãos dadas”, e que o militante até tinha questionou, eu fiquei pensando em algo do tipo, “cola ni nós!”, numa linguagem que eu pensei mais cotidiana (...) Eu queria que no 18 de Maio nosso tema fosse igual das escolas de samba do Rio de Janeiro, que eles não preocupam com rima nem nada, tipo “Maomé foi dançar na terra do do axé e do ziriguidum, enquanto se bronzeia na praia...” (...) mas nós temos uma obsessão, não sei, uma busca por um acabamento, por uma rima (...) então pensei no “cola ni nós”, ou aquele “no sozinha ando bem mas de mãos dadas ando melhor”, numa linguagem do adolescente, moderna (...) a sugestão lá da ata da quinta reunião, “de mãos dadas para que nunca mais aconteça” nós já tivemos um semelhante (...) e o “de mãos dadas do que Vale a vida”, eu não quero transformar nosso desfile numa propaganda da Vale..mas nós temos que ter clareza e não estamos conseguindo (...) ajuda aí Bruce...

Cartógrafo (estudante, homem, branco, para consigo): parece que na quinta reunião tiveram uma chuva de ideias...pena que não pude ir...

Amazona (Fórum Mineiro, mulher, branca): (...) Vamos as alas (...) se a primeira ala ela é tradicionalmente a ala histórica, e a terceira, ala das crianças, nos vamos falar dos índios, a primeira vamos falar dos loucos e dos retrocessos das políticas de saúde mental...

(...) na segunda ala, dos delírios e alucinações, nos pensamos em pensar nessa dos sem-terra e dos sem-teto, alguma coisa que é almejada de ser conquistada, um delírio e alucinação de um ser humano que almeja, que constrói, as vezes sem ter nada ou alguma coisa (...) tem a ala dos militantes e dos movimentos sociais que é a última ala, tradicionalmente, esse ano ela vai contra a tudo que esse governo está falando que não quer nada com ativista, que não serão bem vindos...ainda fico pensando em todos vestidos de comunistas, de vermelho! (...) tem ainda esses segmentos que temos que colocar: as mulheres, os negros e os LGBTs que tem que entrar nessas últimas duas alas do nosso desfile...

...vamos gente, fazendo um apelo, pensar em cima disso? Pode discordar, ‘eu acho que não quero isso, aquilo’, mas precisamos de fechar esses pontos (..) e já podemos escrever ementas depois dessa reunião, mesmo sem título, pra algumas das alas, porquê ajuda muito quando a gente põe no papel...já evoluiu muito, muita coisa, mas tô preocupada porquê é a sétima reunião...

Flora (manuela) (funcionária inst. Saúde pública, mulher, branca): nessa ala dos movimentos sociais, não poderia usar aquele texto, dos direitos serem feitos da carne do povo, da última reunião...quando se concretiza um direito se eterniza milhares de vidas...

Amazona (Fórum Mineiro, mulher, branca): eu acho bom, mas tem que caber numa faixa...

Yansã (funcionária inst. Saúde pública, mulher, negra): essa vocês não tinham proposto pra ser na ala álcool e outras drogas?

Amazona (Fórum Mineiro, mulher, branca): gente, a gente combinou de que não teria mais essa ala álcool e outras drogas, ainda mais com o pessoal da população de rua saindo nela, acaba que reforça mais o pré-conceito, o estigma...se nós formos falar desse tema, vamos falar do genocídio da população negra e outras questões mais explícitas que estão relacionadas

Nanã (funcionária inst. Saúde pública, mulher, negra): Oceano!

Oceano (usuário inst. Saúde pública, homem, branco): oh, gente, tô tentando aqui: "estamos todos apertados, numa ciranda de novas ilusões" (...) "e quando de fato precisamos civilizar com os índios, num patamar de novas ciências e novas civilizações" (...) porquê já não basta que nós fiquemos velhos rápido demais, e sermos pardos, negros, cafusos, mulatos (...) e nessas raças do mundo todo, precisamos de novas ciências (...) porquê temos que nos preparar com os índios para habitarmos um novo planeta (...) porquê se nós contemplamos falcatruas nos reinos de Brasília (...) gente, deu um branco aqui, vou reescrever e pode me inscrever de novo...

Nanã (funcionária inst. Saúde pública, mulher, negra): Yansã!

Jornalista (Fórum Mineiro e usuário de inst. Saúde pública, homem, branco): olha, eu gostei daquela proposta de ter uma fala mais incisiva nas alas, aí pensei assim, pra colocar na blusa: "Loucura e hemorroidas, tanto faz, ambas tratáveis" Todos gargalham com a proposta de jornalista.

Oceano (usuário inst. Saúde pública, homem, branco, para mim, ao pé do ouvido): o que você achou da minha proposta?

Cartógrafo (estudante, homem, branco, para consigo): fiquei muito pensativo sobre o que você falou de que teremos que aprender a habitar num novo planeta, achei muito legal! É a discussão mais quente da antropologia, a cosmopolítica...

Minerva (ASSUSAM-MG, mulher, branca): Olha gente, eu gostei muito desse texto, do sobre o que são feitos os direitos (...) acho que nosso desfile tem que falar de direitos, que estão sendo perdidos, ainda mais depois das eleições (...) mas me pergunto: estamos mesmo de mãos dadas? Pra fora e até mesmo dentro da rede antimanicomial o discurso dos direitos não é bem assim (...) as vezes eu vejo e escuto certas coisas e me pergunta: estamos mesmo de mãos dadas? Eu mesmo me questiono mesmo dentro do movimento social (...) Da minha parte eu fico me perguntando sempre onde estou sendo manicomial, onde não estou sendo (...) "O direito é feito com a carne do povo..." (...) mas nem todos são consumidos da mesma maneira! (...) Temos que ser incisivos, sem perder a ternura, mas tem anos que nós fazemos poesias, e já tem anos que estamos só perdendo...

Poeta (funcionário de inst. saúde, homem): gente, deixa eu fazer um resgate (...) estamos queremos falar mais da gente do que o opressor (...) queremos falar mais do amor, quase no primeiro dia (...) depois a Cuida quase que queria propor na segunda reunião que o tema fosse o nome da própria Escola de Samba, "liberdade

ainda que tam tam” (...) daí depois na terceira reunião veio o “ninguém solta a mão de ninguém” (...) aí eu trago a ideia do Carlos Drummond de Andrade do “vamos de mãos dadas” e a afirmação do “dar as mãos”, do se ajudar (...) fiquei pensando em conectar o de mãos dadas e importância da palavra liberdade (...) porquê na quinta reunião fizemos um exercício de jogar com as palavras, aquele dia que ficamos mais detidos ao tema, de ver o que estávamos pensando: (...) liberdade e democracia é muito forte? democracia, entra ou não? Estava propondo pro tema: tipo voltar a liberdade, demônio, demoniocracia, ideia de fazer um neologismo, ter títulos bizarros, diferentes, da gíria, como a Amazona estava propondo (...) porquê curiosamente é mais fácil falar contra o que a gente é do que o que somos...a gente é contra o capitalismo, contra o mal banal, contra as privatizações, contra o capitalismo, o mal selvagem (...) daí tiveram também outras palavras pro tema: diversas, diversidade, libertocracia, tava em torno disso aí os neologismos (...) se as alas forem falar, forem tratar de alteridades, temos que evocar no tema geral! (...) Que é de mãos dadas, mas não é com todo mundo..com quem? Isso tem que vir no tema eixo, é a pluralidade, a igualdade de direitos, mas a gente reforça a diferença, mas com quem? A diversidade, o diversa, a pluralidade (...) Outras palavras afim: feminino: amor, afeto, cuidado e proteção (...) gírias:cola aê, é nois (...) muito forte a palavra humano no feminino, transformar a palavra, humanas “ser humana”, pra trazer diversidade(...) Tô tentando aqui mas não tá saindo...Mas tava pensando aqui com nosso outro colega, pra ficar mais combativo, talvez usar o imperativo, alguma coisa aí do “enfrente”, de enfrentar, daí pensei assim:

saúde às diversas gentes, de mãos dadas contra correntes! (...)

(...) podíamos sair com isso hoje, mas essa pressão não é legal...vamos pensar nesses eixos: liberdade, democracia, ser humano, gente, cola aê, de mãos dadas, em frente (...) o saúde a é interessante, porquê é a saúde e um saudar, a nossa diversa gente, (...) ou tipo "saúde (com preposição!) à liberdade da diversa gente (diversidade): de mãos dadas contra correntes" (...) a gente podia sair com isso hoje em gente, mas sei que essa pressão não é legal...hahaha!

Todos gargalham e concordam

Minerva (ASSUSAM-MG, mulher, branca): só não podemos esquecer que não é só a saúde, que nos defendemos que é universal, o SUS, é para todos...estamos falando de direitos, que são para alguns, mas que custam mais vidas de uns do que de outros (7ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

A troca discursiva (re)ficcionada acima, que acontecera na sétima reunião deliberativa, aponta para o momento em que a “artesanaria do pensar” dos atores presentes naquele encontro praticamente gestara a cadeia sónica que culminaria no tema-eixo do protesto de 2019. Mas, ao analisar tais discursos posteriormente, percebi que todas as experimentações de ideias e fabulações anteriores foram condição para que o “saúde às diversas gentes, de mãos dadas contra correntes!” pudesse ser “artesanado”, como Minerva bem apontara acima, num tema que transborda a pauta por políticas de saúde.

Realizando outro salto espaço-temporal para o final da quarta reunião deliberativa, conforme relatei anteriormente, os proferimentos naquela ocasião tenderam a se concentrar em aspectos de organização e estrutura comunicacional do “18 de Maio”, assim como também sobre políticas de saúde mental. Cientes de que o tema-eixo ficara deslocado daquele debate, a tarefa ou “para casa” proposto para a quinta reunião fora o de se refletir e trazer proposições mais direcionadas a nomeação do tema-eixo do protesto e das alas do protesto.

Sobre as alas da manifestação-desfile antimanicomial, essas já são temas em si mesmos que historicamente são reiterados. No último parágrafo da ata da quarta reunião, portanto, para além das alas temáticas serem listadas para os destinatários, era proposto alguns dos tipos de reivindicações e/ou articulações que poderiam ser feitas a partir das mesmas para que todo o debate acerca de vulnerabilidades e precariedades do contexto brasileiro atual pudessem ser “artesanados”, de forma que história e contexto atual fossem costurados:

Abaixo vão as propostas das alas para ajudar no para casa:

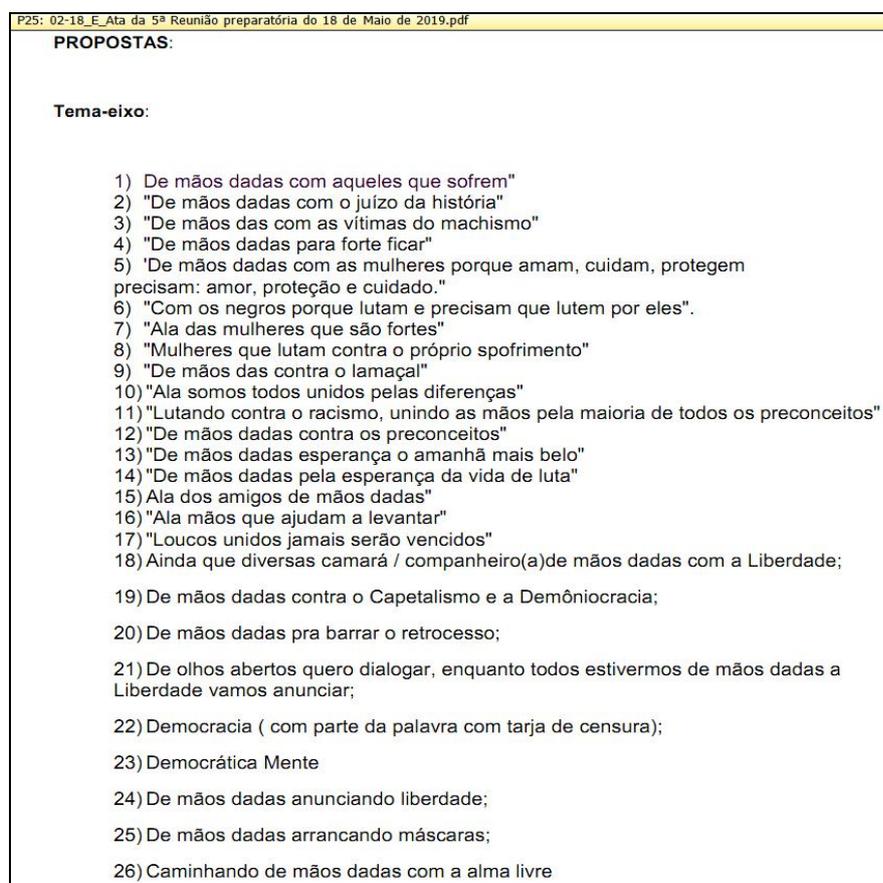
- A) Ala das mulheres, fazendo referência à discussão do aborto, do feminicídio;
 - B) Ala das crianças e adolescentes poderiam ser os indígenas (curumins);
 - C) Ala antimanicomial seria a dos loucx;
 - D) Ala dos delírios e alucinações poderia ficar com os sem teto e sem terra;
 - E) Ala dos movimentos sociais (última ala) seria a dos militantes, ativistas e “comunistas”
- (Sugestão: todos os integrantes carregando uma bandeira de pano vermelha, fazendo um mar de bandeiras vermelhas)
- F) Pensar qual ala colocar todos os outros excluídos como os LGBTs, negrxs, etc.(4ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

Mesmo que com a previsão de debates fosse de grande riqueza, como relatei anteriormente, não pude estar presente na quinta reunião deliberativa. De qualquer forma, pude contar com a ata daquele evento que, após a interpelação de Riacho aos demais “normais”, teve sua estrutura alterada. A partir daquela quinta reunião, as atas produzidas foram renomeadas e reestruturadas como “registros das reuniões”, tornando-se mais sintéticas e focando apenas nas proposições para o tema-eixo e alas do protesto; essas que foram classificadas como sugestões, frases e “ideias soltas” pelos redatores do registro. A impressão que tive, ao considerar posteriormente a ata da quinta reunião, fora de que a mesma teve grande capacidade de corporificar em texto grande volume de arcabouços discursivos para serem “artesanados” durante as próximas deliberações. Por outro lado, para aqueles que, como eu, tinham desejo de se inteirar mais profundamente sobre as dinâmicas deliberativas da quinta reunião, suas variações de fluxos interacionais, enquadramentos de discursos, modulações sígnicas, confesso, lamentei a reestruturação da ata de reunião. Contudo, como Riacho havia exposto, tal desejo, primeiramente, remetia aos privilégios de minha corporeidade “normal” que tinha acesso a recursos tecnológicos e temporais para me debruçar em atas extensas e carregadas de “sentidos a serem decifrados”. Segundo, que a interação face-a-face continuou porosa e acolhedora à minha presença, e quem não esteve lá e não fora afetado pela sua torrente de afecções, perceptos, significantes e significados, por urgências

outras para além do objetivo da deliberação, fora eu. De todo modo, solicitei a Ewá a permissão para gravar as próximas reuniões em áudio, como forma de atender a minha “insegurança positivista”...

Como poeta havia relatado na cena da sétima reunião deliberativa que brevemente (re)ficcionei nos parágrafos anteriores, a expressão “De mãos dadas contra...” já estava praticamente construída na quinta reunião, ainda que não se tenha chegado num consenso de qual seria a oposição a qual se referia o termo “contra”:

Figura 23 - Abundância de proposições na quinta reunião deliberativa



Fonte: Ata de reunião produzida pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental

Exposto o que pude gerar-colher da quinta deliberação, finalmente esta descrição cartográfica retorna e culmina no prólogo cênico desta dissertação: a sexta reunião. Naquele contexto, com as presenças, performances e interpelações políticas de dois usuários em especial, Profeta e Di Terra, as memórias (e o esquecimento) de atores e vulnerabilidades da saúde mental ganharam a centralidade necessária para articular as demais urgências do contexto político que o tema-eixo viria a se opor contra...”contra correntes”: do eletrochoque, do genocídio indígena, do racismo, do feminicídio, dos desastres ambientais, da violência, da intolerância, do esquecimento, da rejeição...

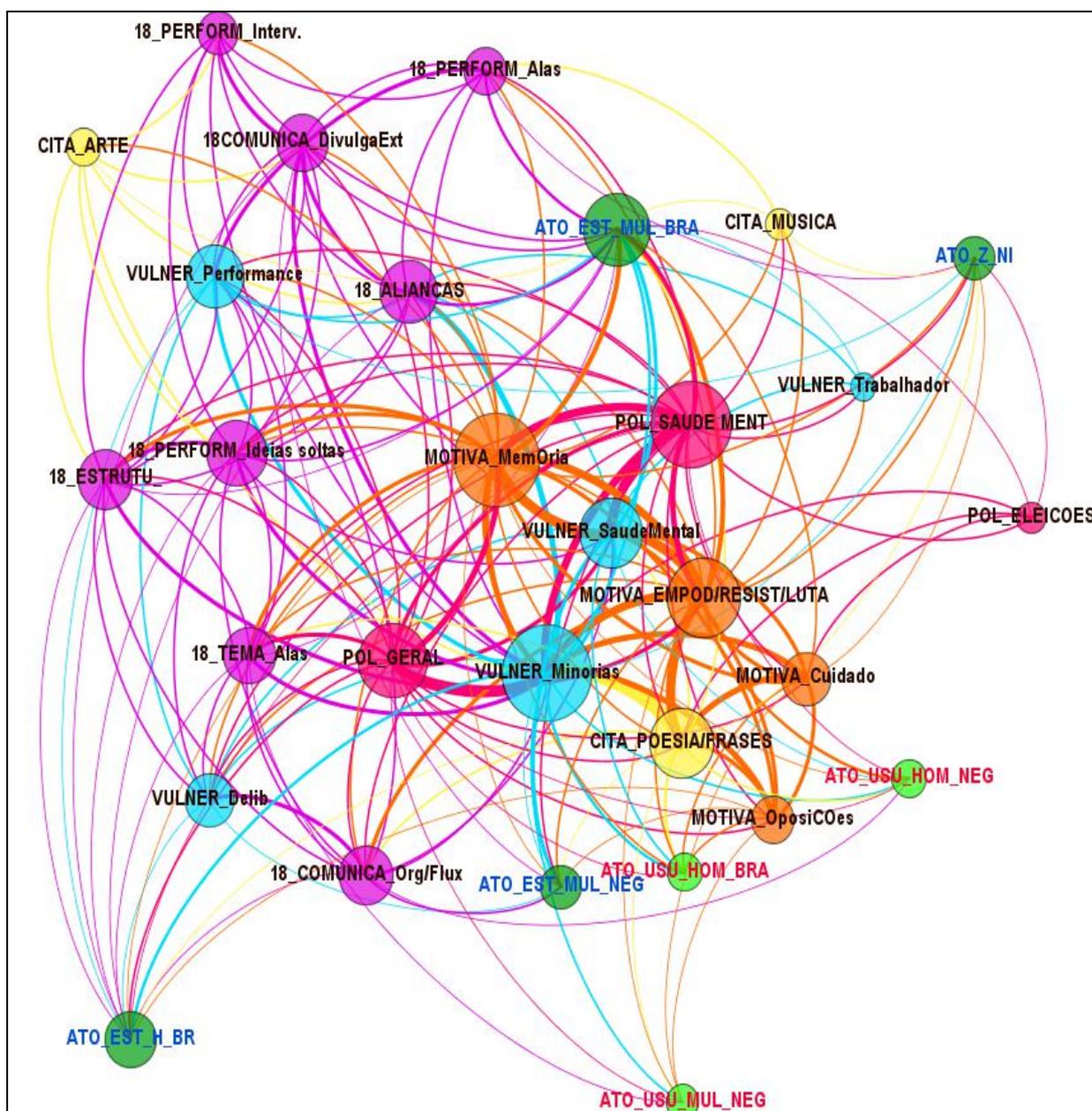
Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Deixa eu falar? Engraçado (...) o choque, eletrochoque, é aplicado a todo louco antigo, a todo louco que tá começando a crise, para experimentar (...) mas o pior choque é o choque da rejeição (...) tive lá no sul, num centro de saúde mental lá (...) tinha um mau uso do serviço (...) aquilo não dava pra dormir, aquilo não era lugar pra jantar, aquilo não era lugar pra conviver! Era lugar pra ser amarrado e tomar remédio! (...) Quando eu chego lá, no CERSAN que eu vou, eu quero é descansar meu esqueleto, e não é 15 minutos. Eu quero dormir! Eu quero apagar! Mas não é com remédio! Eu não quero tomar porrada! Vou te falar o que é mau uso do serviço (...) quando levaram uma menina que tava surtada, deram um “aldol!” pra ela, dispensaram ela e falaram com ela: você não é daqui, você não é da grande BH! E ela era de BH (...) Aí, quando veio o outro lá, desesperado, sozinho, fortíssimo! Todo mundo achando que ele era perigoso (...) ele não era perigoso! Só porquê ele é do interior tem que ir pro Raul Soares, pro Galba Veloso (...) Porquê que não acolhe? E aí, chego mais cedo lá, estão os leitos, de noite, tudo ocupado, o chão ocupado, o espaço todo ocupado...

...E quando teve o esvaziamento da cidade depois da barragem, de Macacos? Porquê a porta dos mais altos não abriu para eles entrarem? Não são vizinhos? Não são conterrâneos? Porquê não abre a porta? O que impede uma liberação da água (...) para quem não tem dinheiro, nem pra comprar um maço de cigarro (...) porquê não? (...) Um maço de cigarro é 13 reais, um pacote de cigarro é 13 reais! (...) E aí, quando pede para largar o cigarro, porquê o cigarro faz mal, aí cai na maconha, cai no *crack*...

...Pergunto: somos loucos ou somos covardes? (...) A covardia leva a gente a menosprezar o irmão! (...) A gente não percebe que tem gente se preparando pra suicidar, ou pra surtar, e você preocupado com seu vestibular, com seu trabalho, com seu salário todo mês, e esquece que se você sobe (...) se todo mundo subir um degrau, 10 degrau, esquece que tem que ter gente no nono, no oitavo, no décimo primeiro, no térreo tem que ter gente! E outra coisa (...) se eu to no décimo andar, vou experimentar passar uma noite na rua (...) Não posso, é perigoso (...) Mas como é que é? Trocar de casa, intercâmbio de loucura com sanidade? Abrir as portas da casa (...) quantas vezes na sua vida você transportou um louco, ou uma pessoa em surto? (6ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

Naquela sexta reunião, como o diagrama discursivo da figura 24 reproduz meu mapa cognitivo, percebi que proferimentos acerca de vulnerabilidades e precariedades da saúde mental foram “artesanados” com aquelas de “povos” brasileiros outros e, a partir daí, “artesanados” com proposições de temas-eixo, alas, performances, motivações e memórias que deveriam ser expressas no “dia de luta antimanicomial” de 2019:

Figura 24: Diagrama discursivo da sexta reunião deliberativa



Fonte: Autor

As memórias, atualidades e projeções de vulnerabilidade, violências e mortes, correspondentes a uma série de precariedades que se reiteram contra tantos “povos” e populações minoritárias (ou majoritárias) como “loucos”, mulheres, LGBTQI+, negros e negras foram finalmente entendidas como as “correntes” que “de mãos dadas” o protesto antimanicomial viria a se apresentar, na cena pública, como vetor de oposição. No entanto, tal resistência contrária ao contexto e horizonte político que havia sido pelos atores analisado, debatido e profetizado era com vistas a uma luta pelo direito de um futuro, pelos “Direitos às

diversas gentes”: eis o valor “positivo” da mensagem que o protesto iria exigir e transmitir, sua declaração de identidade. Se opor e propor, simultaneamente: contradição que não poderia terminar em síntese porquê, como nos lembra Yansã, “a loucura não pode ser capturada, escapa”...Mas como corporificar-se-ia um desejo, um imaginário, um sonho político que almeja direitos a todas e quaisquer “diversas gentes”?

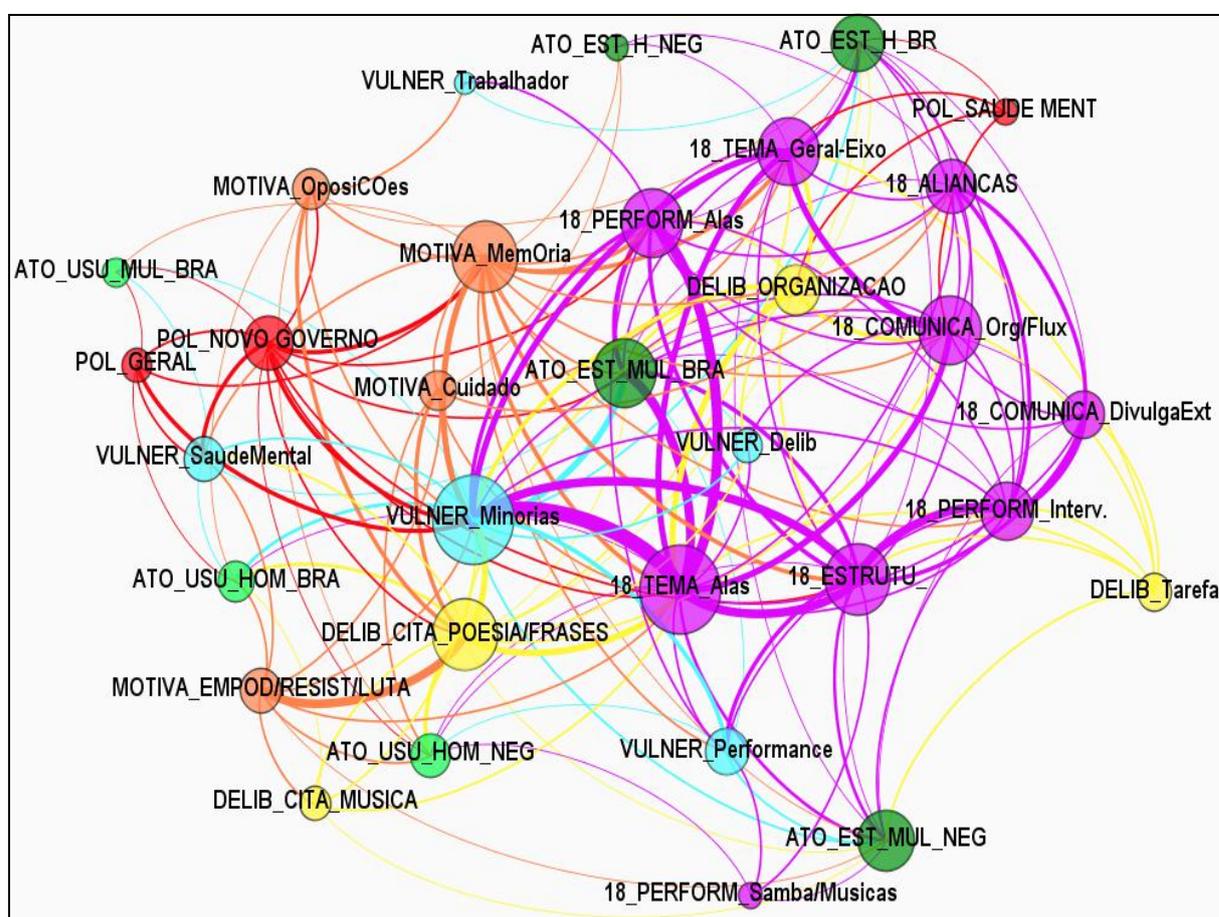
Pela deliberação antimanicomial, decidiu-se que cada ala da manifestação-desfile iria corporificar um grupo social precário; vários “povos”, portanto, que, ao “aparecer” nas vias públicas, colocariam em suspenso a própria democracia, que versa pela liberdade de assembleia e contestação popular, com vistas a verificação de seus próprios pressupostos de igualdade...Mas, sobre essas proposições, as examinarei com maior cuidado no capítulo final da dissertação. Por outro lado, não é somente a partir da “invocação” de “povos” que direitos podem ser conquistados? ”Você sabe do que são feitos os direitos, meus jovens?”, posso ouvir Yansã acrescentar, enquanto eu, preocupado com a minha dissertação, pareço finalmente compreender alguns dos elementos necessários para a produção do “remédio anti-covardia”...

“Sabem do que são feitos os direitos, meus jovens? Sentem o seu cheiro? Os direitos são feitos de suor, de sangue, de carne humana apodrecida nos campos de batalha, queimada em fogueiras! Quando abro a Constituição no artigo quinto, além dos signos, dos enunciados vertidos em linguagem jurídica, sinto cheiro de sangue velho! Vejo cabeças rolando de guilhotinas, jovens mutilados, mulheres ardendo nas chamas das fogueiras! Ouço o grito enlouquecido dos empalados. Deparo-me com crianças famintas, enrijecidas por invernos rigorosos, falecidas às portas das fábricas com os estômagos vazios! Sufoco-me nas chaminés dos campos de concentração, expelindo cinzas humanas! Vejo africanos convulsionando nos porões dos navios negreiros. Ouço o gemido das mulheres indígenas violentadas. Os direitos são feitos de fluido vital! Pra se fazer o direito mais elementar, a liberdade, gastou-se séculos e milhares de vidas foram tragadas, foram moídas na máquina de se fazer direitos, a revolução! Tu achavas que os direitos foram feitos pelos janotas que têm assento nos parlamentos e tribunais? Engana-te! O direito é feito com a carne do povo! Quando se revoga um direito, desperdiça-se milhares de vidas...Os governantes que usurpam direitos, como abutres, alimentam-se dos restos mortais de todos aqueles que morreram para se converterem em direitos! Quando se concretiza um direito, meus jovens, eternizam-se essas milhares vidas! Quando concretizamos direitos, damos um sentido à tragédia humana e à nossa própria existência! O direito e a arte são as únicas evidências de que a odisseia terrena teve algum significado!” (Juíza Federal Raquel Domingues do Amaral, citação na 6ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019).

“Direitos às diversas gentes: de mãos dadas contra-correntes”: tema-eixo ou encandeamento político discursivo que somente fora produzido a partir da produção de um “comum”, de um espaço em que entendimento e desentendimento poderiam reverberar e remodelar proferimentos, significações e enquadramentos sobre memórias de vulnerabilidade e violências, tanto atualmente corporificadas como aquelas que, num horizonte futuro, ameaçam retornar e/ou se intensificar...Mas seria com vistas a própria possibilidade de

remodular essas vulnerabilidades e precariedades, a partir do direito, a partir da política, a partir do cuidado, a partir das vulnerabilidades...que poderia se corporificar aquele coletivo de “povos” no “dia de luta antimanicomial” no ano de 2019, como o diagrama discursivo da sétima reunião deliberativa me indicara, ou foi a forma de considerar, analisar e categorizar aqueles proferimentos, minha perspectiva, que se alterou ao longo do tempo? Em outras palavras, seria a própria vulnerabilidade e suas potências político-expressivas que mantém a luta antimanicomial unida enquanto coletivo? O que podem sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais, afinal, com os imaginários, cenas, “utopias” e “heterotopias” que produzem?

Figura 25 - Diagrama discursivo da sétima reunião deliberativa



Fonte - Autor

3.4 Epílogo: Corporificação do “imaginário antimanicomial” como uma “experiência utópica”?

Quando reflito sobre algumas das teorias que procuram conceituar e fornecer instrumentos metodológicos para compreender um movimento social e suas distintas modalidades de ação coletiva, por um lado, percebo que os “rastros-resíduos” que gerei-colhi nos eventos deliberativos de construção do “dia de luta antimanicomial” tendem a corroborar com algumas dessas. Em Sidney Tarrow (2009), por exemplo, pude verificar que o mesmo nos propõe que:

“ (...) o melhor modo de definir os movimentos (sociais) é como desafios coletivos articulados por pessoas que compartilham objetivos comuns e solidariedade, numa interação mantida com as elites, os oponentes e as autoridades (...) os movimentos articulam seus desafios através de uma ação direta e disruptiva contra as elites, as autoridades, outros grupos ou códigos culturais (...) o desafio coletivo não é uma única classe de ação, (...) estes vão desde uma mobilização de incentivos seletivos dos membros (...) formação de grupos de pressão, negociação com autoridades, questionamento de novos códigos culturais e através de novas práticas religiosas e culturais” (TARROW, 2009, p.21).

De fato, a partir dos “rastros-resíduos” que gerei-colhi junto aos atores do movimento social antimanicomial, pude mapear uma ampla rede de atores e entidades que pretendem propor um “desafio político” tanto a um contexto, estruturas sociais, econômicas e simbólicas, como a grupos de atores sociais em condição assimétrica de poder. Entretanto, quando Tarrow sugere que “objetivos comuns” e “relações de solidariedade” são aqueles fatores que os mantém agregados e cria condições para seu agir coletivo, para além, claro, de um cálculo de oportunidades e incentivos que introduziram diferença nas suas estratégias e modalidades de ação, percebo que o autor e outros teóricos dos movimentos sociais (TILLY, 1995; TOURAINE, 2004) não apenas parecem se esvaziar experiências políticas corporificadas de suas teorias como, também, vivências, sentimentos e apreensões de vulnerabilidades, precariedades e violências sociais. Contudo, um dos grandes aprendizados que tive junto à luta antimanicomial, fora o de que vulnerabilidades e precariedades não são apenas “custos” para uma ação política coletiva mas também possíveis vetores de potencialização da mesma, caso consideremos seus efeitos em processos interacionais de escalas infinitesimais.

A partir da reflexão que realizo acima, me parece que a teoria de Axel Honneth (2003) sobre “Lutas por reconhecimento” me permitiriam compreender melhor porque motivos fora tão importante, nos eventos deliberativos antimanicomiais que participei, os intensos e reiterados debates acerca de experiências, memórias e projeções acerca de vulnerabilidades, precariedades e violências sociais. Como Honneth sugere, lutas políticas coletivas derivam de

uma anterior experiência de violação de expectativas morais de reconhecimento, que tendem a variar de acordo com sentimentos de desrespeito reiterado em relações sociais primárias (amor, amizade), ferindo assim a auto-confiança; em relações jurídicas (direitos), que ferem o auto-respeito; e de valores (solidariedade e “estima simétrica” em relações intersubjetivas), que ferem a auto-estima²⁷ (id., p.211). Porém, para que tais feridas na “auto-relação prática” de um ego para consigo sejam moduladas numa luta coletiva por reconhecimento (primário, jurídico e de valores), um processo interacional entre aqueles que experienciam um “comum” de injustiça deve ser capaz de produzir “uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também o círculo de muitos outros sujeitos” (id., p.258), tal como a deliberação antimanicomial parece promover. Sendo assim, diferentemente de Tarrow, Honneth não desvincula o desrespeito moral e a luta social, pois experiências individuais de desrespeito, como aquelas expressas na deliberação antimanicomial, devem possuir um território para que sejam “artesandas” coletivamente, como tenho dito, a fim de que se tornem “experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 257).

Quando articulo o pensamento de Sidney Tarrow e Axel Honneth, tenho a impressão de que desenvolvo uma compreensão bastante abrangente sobre o agenciamento que e deliberação antimanicomial. Contudo, neste movimento, identifico uma grande parcela de “rastros-resíduos” interacionais que ficariam ainda de fora do horizonte conceitual daqueles autores. Tais “excessos” exigem que eu vá além na reflexão que desenvolvo neste epílogo. O que mobilizara aquelas sujeitas e corporeidades a se reunirem em tantas noites no CRP-MG fora apenas a necessidade de avaliarem e calcularem custos e oportunidades para a produção de um protesto coletivo? Fora o imperativo da construção de um vocabulário moral que poderia agregar experiências de desrespeito vividas individualmente como questões coletivas legítimas, que poderiam portanto ser expressas num arcabouço e “gramática política” comum? Me parece que há algo a mais...

²⁷ “ (...) vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações-es ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo sentido, nós podemos chamar essa espécie de auto-realização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor” (...) estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum (...)”simétrico” significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo como valioso para a sociedade.”(HONNETH, 2003, p.210)

Nos eventos deliberativos antimanicomiais, eu experienciei sujeitas e sujeitos estigmatizados, feridos, vulneráveis e precarizados “predicando a si mesmos” de forma a contestar “quadros de inteligibilidade” e “reconhecibilidade”, na linguagem de Butler (2004, 2010), que tendem a orientar negativas atribuições de valor em seus corpos e papéis sociais... Vi e ouvi “esquecidos” teorizarem acerca dos “choques” que investem contra suas vidas, ainda que de forma inesperada para alguns dos próprios profissionais da saúde envolvidos, propondo também outros modelos de sociedade, “remédios” e “intercâmbios”...Verifiquei a produção de um território em que corpos vulneráveis heterogêneos, atravessados por marcadores sociais dos mais diversos, em situações de sofrimento mental das mais variáveis, estabeleciam não apenas relações e trocas discursivas “simétricas”, que apontam para a potência de suas “racionalidades comunicativas”, mas que alteravam suas funções cotidianas, funções de linguagem, funções da própria deliberação, não com vistas apenas a produção de uma “gramática política” comum, mas também de “imaginário antimanicomial”...que considera que a política é feita a partir da expressividade da arte, da música, da poesia, de fantasias, de performances criativas no espaço urbano...de alianças com sujeitas e sujeitos tão ou mais vulneráveis que si mesmos, de projetos e práticas de cuidado e amor para com o próximo, especialmente o mais precário...No caminho que a luta antimanicomial percorre para reivindicar reconhecimento em termos jurídicos e políticos mais amplos, algo já parece emergir nestas mesmas “trilhas” que constroem e percorrem. Será que, na linguagem de Foucault, poderia afirmar que a vontade de produzir, vivenciar e projetar o protesto antimanicomial, uma “experiência de utopia” também não era o que motivara, almejava e produzia, em algum grau, os atores daquele movimento social?

A utopia é a vontade de uma vida outra e de outro mundo, e essa vontade se apresenta como capacidade crítica e prática da liberdade. A experiência utópica é, portanto, uma experiência alteradora, uma experiência de liberdade dentro da ordem existente. Foucault deu uma definição lapidar quando disse: “Uma experiência é algo da qual saímos transformados” (LAVAL, 2018, p.103).

O que faz possível uma “experiência utópica” encarnar? De acordo com Laval (2018), o grande vetor de produção de uma “utopia”, em Foucault, é a corporeidade. Para além do corpo não apenas ser “a superfície sobre a qual o poder inscreve sua marca e quer tornar dócil”, é também “o que permite escapar ao poder, contestá-lo”. Ou seja, parece que, assim como para Foucault, a noção de vulnerabilidades de Judith Butler também nos propõe que a capacidade de agência e reconfiguração de um corpo atravessado por *n* relações de poder parte dessa própria entidade. Seriam, portanto, as potências do corpo vulnerável aquilo que escapara de minha análise? Na cartografia que realizei no contexto de deliberação

antimanicomial, acabei por dar maior atenção a como corpos menos ou mais vulneráveis compõem um imaginário político que suporta, projeta e almeja se corporificar numa manifestação política no espaço urbano do que propriamente uma cartografia das potências “utópicas” de um corpo vulnerável. Mas em que condições um “corpo vulnerável” produz “utopia”? Dependeria de que tipos de suportes, memórias, códigos, arranjos cênicos e performances para “aparecer”? Em que escalas aconteceriam tais fenômenos? Os “rastros-resíduos” necessários para realizar proposições para tais perguntas, nesta cartografia, só foram gerados-colhidos quando meu próprio corpo tornara-se um “vetor de utopia”...quando “saíra de si”, da posição de observador para participante-cartógrafo...em contextos que corpos e agenciamentos antimanicomiais produziram “heterotopias” de escalas tempo-espaciais variáveis, que se deram a ver nos “entres” e “às margens” da sociedade, do próprio movimento social em questão, do próprio protesto que estava sendo produzido:

Diferentemente da utopia como um local sem um lugar real, as heterotopias seriam “tipos de utopias efetivamente realizadas [...] tipos de lugares que estão fora de todos os lugares, embora efetivamente localizáveis”. Espaços ou contra-espacos, “utopias localizadas”, “espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos. (ibid., p.118)

Capítulo 4 – “O louco consoante com a sua libertação”: no “entre” e nas “margens” da “heterotopia” antimanicomial

4.1 Um convite a “desposseção”

Figura 26: Tambores e tamborins da bateria antimanicomial



Fonte: Autor

Conforme expus nos capítulos anteriores, “rastros-resíduos” discursivos gerados-collidos nas reuniões deliberativas antimanicomiais me apontaram para territórios interacionais que, descobri, eram inalienáveis na produção do “dia de luta antimanicomial” como, por exemplo, as próprias instituições que compõem as redes públicas de cuidado e atenção à saúde mental de Belo Horizonte. Em contextos como os Centros de Convivência, aquilo que fora proposto nas deliberações antimanicomiais alimenta novas interações entre trabalhadores e usuários, que incorporam, agem e/ou reconfiguram tais orientações, via interações face-a-face e/ou digitais, em: a) novas pautas e proposições de debates para as próprias reuniões deliberativas, contestando, complementando e/ou introduzindo elementos inéditos, retro-alimentando o projeto de protesto, portanto; b) a partir de oficinas coordenadas por monitores de artes, composição de repertório estético-performativo, como faixas, cartazes, fantasias, letras e partituras musicais, corporificando, assim, signos expressivos para o protesto.

Investigar como se dá a relação entre trabalhadores, monitores e usuários, sobretudo compreendo como esses últimos introduzem diferença no processo de poética e/ou corporificação dos signos políticos antimanicomiais fora, conforme relatei em outros capítulos, um dos maiores motivadores e objetivos desta dissertação. Contudo, meu empreendimento cartográfico deveria lidar com uma vulnerabilidade inalienável de seu principal instrumento de pesquisa: os limites de mobilidade de meu corpo-perspectiva. De forma sucinta, escolher

um ou alguns dos contextos de corporificação estética-política do “dia de luta antimanicomial” seria abrir mão de “n” outros. A impossibilidade de ubiquidade de meu corpo corrobora para com a opacidade deste empreendimento cartográfico...

Ainda que menos ou mais ciente da problemática “vulnerabilidade cartográfica” exposta no parágrafo anterior desde o início da pesquisa, não seria possível enquadrá-la e lidar com a mesma como uma simples questão metodológica. Deveria considerar também em que sentidos a própria cartografia que estava realizando poderia contribuir para com aqueles sujeitos, para com o coletivo - especialmente após ser interpelado pelas teses do “remédio anti-covardia” e “intercâmbio ‘loucura’ e ‘sanidade’”, propostas por Di Terra, na sexta reunião deliberativa. Enquanto ficava estático, em silêncio, apenas observando as deliberações do CRP-MG, refletindo sobre a própria cartografia, decidi que, na próxima etapa da mesma, iria reconfigurar meu corpo, vulnerabilizar-me, participar. Propus a mim mesmo que, almejando participar, não gostaria de me oferecer aos demais atores antimanicomiais como alguém que gostaria de coletar “amostras” das oficinas de produção do repertório artístico para o protesto e, assim, na melhor das hipóteses, realizar uma “cartografia por extensão”. Pelo contrário. Gostaria de me comprometer com um contexto que tivesse a “urgência” de corpos para trabalhar...gostaria de “predicar a mim mesmo” como ajudante, mão de obra, aprendiz e, assim, gerar-colher “rastros-resíduos” que indicassem não apenas como vulnerabilidades corporificadas nos trabalhadores e usuários introduziam diferença e/ou eram reconfiguradas na produção e performance antimanicomial, mas também no próprio instrumento desta pesquisa, meu corpo-perspectiva. Contudo, a modulação de meu instrumento e rota cartográfica, segundo os desejos e parâmetros acima, somente se daria após o término do processo deliberativo de construção do “18 de Maio”, quando tornar-me-ia integrante da bateria do protesto antimanicomial, graças a proposta de agenciamento realizada por um saudoso conhecido.

Logo na segunda reunião deliberativa, a primeira em que estive presente de forma corporificada junto aos atores da luta antimanicomial, havia me deparado com Maestro, antigo membro do grupo teatral Nau dos Loucos, brevemente introduzido no capítulo 2 desta dissertação, quando relato a origem de minha relação com o próprio movimento social de luta antimanicomial. Sobre o referido coletivo de arte, a “Nau dos Loucos”, formado por usuários das instituições de cuidado e saúde mental, esse fora minha “porta de entrada” nas redes de luta antimanicomial de Belo Horizonte, em meados do ano de 2015.

No que tange o reencontro com Maestro no ano de 2019, para além de trocas e interações que estabeleci com ele às margens das reuniões deliberativas antimanicomiais, seus proferimentos, durante a segunda deliberação, me chamaram a atenção, pois eram proposições que sobre possibilidades de se potencializar a organização dos ensaios de bateria antimanicomial que ocorreriam naquele ano. Por efeito, pensei para comigo: será que poderia contribuir com Maestro e para com minha própria cartografia participando daqueles ensaios de bateria?

Antes de ter uma resposta para a pergunta acima, antes mesmo de compreender a própria proposta de Maestro para reconfigurar os ensaios da bateria antimanicomial, busquei “rastros-resíduos” de vulnerabilidades relacionadas à construção e performance do protesto antimanicomial. A partir desse movimento, encontrei “rastros-resíduos” relacionados logo na primeira reunião deliberativa, a qual não estive presente, conforme relatei noutras ocasiões. Na ata da primeira deliberação, nos parágrafos finais, Poeta apresenta relato de uma avaliação que ele, monitor de arte, e outras trabalhadoras e trabalhadores de sua instituição de saúde pública, realizaram sobre o protesto antimanicomial de 2018:

Poeta explica que foi feita uma avaliação do 18 de Maio de 2018 em seu serviço e que ele era ali o representante das questões que surgiram: 1) Atraso na saída. Para esta questão o grupo coloca que é preciso melhorar, mas os atrasos as vezes vem da espera da chegada de serviços; 2) Problemas com o som; 3) Excesso com a “loucução”. Sandro lembra que já fizeram reuniões com os “loucutores” e que precisa aperfeiçoar formas de delimitar um pouco o excesso de “loucução”; 4) Sonha com o “Rádio Loucutor”; 5) Panfletos insuficientes para divulgar para a população que passa pela manifestação. Flora e Nanã explicam que no ano de 2018 ocorreu um equívoco e ao invés de fazerem 5000 mil panfletos fizeram 500 panfletos; 6) Bateria desorganizada. O grupo coloca que foi o ano que se tentou maior organização com a criação de um grupo da bateria e foi o ano que mais ficou desorganizada e assim não foi possível identificar o que ocorreu; 7) Tempo de construção do tema não permitiu a construção nos serviços. Foi colocado que já discutimos esta temática e tentaremos definir logo o tema para que os serviços tenham mais tempo de trabalhar as fantasias sobre a temática. 8) Percurso longo. O grupo coloca que o atraso pode ter dado esta sensação...(1ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

A avaliação que Poeta oferecera acerca do protesto do ano de 2018 fora a primeira ocasião em que tomei conhecimento de vulnerabilidades relacionadas à própria estrutura e performance antimanicomial que não partiram de minha distante avaliação, de meu distante corpo-perspectiva. Uma breve análise da lista apresentada por Poeta me indicara que tais vulnerabilidades e/ou precariedades se relacionavam, de forma geral, às capacidades expressivas e comunicativas do protesto na cena urbana. Como possíveis respostas as precariedades expressas, foram sugeridas intervenções na lógica de distribuição de tarefas, estrutura organizacional e mesmo na agência de alguns dos atores envolvidos, como das

próprias trabalhadoras e trabalhadores das instituições de saúde pública responsáveis pela mobilização de recursos financeiros, técnicos e de mobilidade urbana para os demais manifestantes. Porém, alguns itens daquela listagem despertaram maior atenção e resposta dos presentes naquele contexto, de acordo com os últimos “rastros-resíduos” daquela reunião deliberativa:

(...) 8) Percurso longo. O grupo coloca que o atraso pode ter dado esta sensação. Eliana lembra que algumas casas SRT’S (residências terapêuticas) trouxeram esta questão, mas foi pensado que cada grupo pode entrar e sair da manifestação no ponto que der conta. É importante estar no início e no fim, mas há grupos que necessitam fazer de forma diferenciada. Poeta trouxe a proposta das comissões se reunirem antes das reuniões do 18. Yansã ressalta a importância de não perder a viagem “artesanaria no pensar”. Foi discutido e ficou definido que as reuniões continuarão a ocorrer às Quartas-feiras. Finalizamos a reunião deixando algumas tarefas para casa: 1) Chamar os parceiros; 2) Pedir aos gerentes para mobilizarem os monitores de música para auxiliarem na bateria; 3) Sensibilizar os trabalhadores da rede que tocam no carnaval de Belo Horizonte para tocarem na bateria do 18 de Maio. (1ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

Os “rastros-resíduos” que acima destaquei se referem a algumas das propostas de reconfiguração de precariedades na performatividade antimanicomial expressos na primeira reunião deliberativa. A partir de tais indícios, construí duas proposições iniciais sobre a questão supracitada que foram “levadas”, posteriormente, para a própria cartografia que viria a realizar: a) o protesto deve ser pensado para comportar as vulnerabilidades corporificadas dos usuários das instituições de cuidado e atenção à saúde mental como aquelas que, por exemplo, correspondem às suas restrições de mobilidade, seja no que diz respeito à recursos financeiros e/ou capacidades motoras de deslocamento na cidade; b) a principal proposta para reconfigurar vulnerabilidades, naquela ocasião, fora a de convocar mais trabalhadoras e trabalhadores das instituições de saúde pública e, no que se refere a produção da estética antimanicomial, principalmente monitores de arte.

A análise dos “rastros-resíduos” acima, caso realizadas por alguém cuja distância dos processos de produção do dia de luta antimanicomial fosse ainda superior do que a do meu próprio corpo-perspectiva, poderia justificar a produção de perguntas como: será que os usuários e usuárias dependem necessariamente dos trabalhadores e trabalhadoras das instituições de cuidado e atenção à saúde mental para reconfigurar suas vulnerabilidades em ações coletivas de performance estética-política ampliada? Mesmo considerando as diferenças que usuárias e usuários introduzem nas reuniões deliberativas, especialmente a partir da exposição de memórias, projeções, citações e produções artístico-políticas de grande criatividade, a “assinatura” da performatividade antimanicomial não se deriva principalmente

das trabalhadoras e trabalhadores das instituições de saúde e, principalmente, daqueles responsáveis pelas oficinas de produção de repertório artístico para o protesto?

Sem proposições de resposta para as perguntas acima, pelo menos neste momento da descrição cartográfica, retorno a proposição que Maestro realizara, na segunda reunião deliberativa, acerca de possibilidades de reconfigurar vulnerabilidades do ensaio da bateria antimanicomial:

Gente, pra usuário participar dos ensaios da bateria a gente tem que pensar em como melhorar a logística. Tem gente que, como eu, não tem condição de fazer ensaios em certos horários, em certos locais, e querem participar. Se puder ensaiar mais vezes, dá pra fazer um som muito massa (...) Pra mim e pra muitos usuários da região metropolitana de BH é difícil, duas horas pra atravessar a cidade de ônibus (...) Não conseguiríamos um local mais no centro da cidade para os ensaios? Porquê muita gente boa, que já sabe até tocar, iriam poder participar dos ensaios, e eu vou ajudar também...”(2ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

Considerando os “rastros-resíduos” da proposição de Maestro para reconfiguração das precariedades da bateria antimanicomial, pude verificar um outro ponto de vista acerca da possibilidade de se potencializar a performance do protesto antimanicomial. Para além da necessidade de se agenciar outros atores, Maestro propõe que se deve oferecer condições para que os mais vulneráveis que os demais aprimorem e/ou exercitem suas capacidades e, assim, de forma “consoante”, potenciem a expressão artístico-política do coletivo. Essa tese me pareceu já estar enunciada numa outra composição de Maestro que fora apresentada no início daquela segunda reunião deliberativa:

(...) Tava pensando assim, na leveza, na delicadeza, aí eu escrevi assim: “Neste samba levo leveza pra enfeitar, com flores, liberdade ainda que tam tam...Me enfeitar nesta loucura levo o samba nas minhas mãos, e no meu coração, liberdade ainda que também tam tam...No mundo inteiro planto amigos, meus livros, meu mundo, liberdade ainda que tam tam...Memórias se cruzam, o louco consoante nesta libertação, liberdade ainda que tam tam.”(2ª Reunião Deliberativa do “18 de Maio” de 2019, Registros e grifos do Autor)

No final da segunda reunião deliberativa, a perspectiva de trabalhar de forma “consoante” com Maestro me encorajara a me “despossuir” de minha posição de corpo-observador e me propor como possível corpo-integrante da bateria antimanicomial...”mas Maestro, tem algum problema eu não saber tocar nada? Mal, mal sei tocar algumas cifras de violão..”, relatei...”você sabe gravar frases, frasear com o corpo? O resto é ensaio!”...Será que essa seria a oportunidade de experienciar aquilo que Butler nomeara como “desposseção”?

O que torna possível a capacidade de resposta política?” A situação de ser movido pelo que se vê, sente e chega a saber é sempre aquele em que se vê transportado para outro lugar, para outra cena ou para um mundo social em que não se é o Centro. E essa forma de desapropriação é constituída como uma forma de resposta que dá origem a ação e resistência, a aparecer junto com os outros, em um esforço para exigir o fim da injustiça. Uma forma adotada pela

injustiça é a desapropriação sistemática dos povos através, por exemplo, da migração forçada, do desemprego, do desabrigo, da ocupação e da conquista. E assim levantamos a questão de como nos despojamos do ego dominador e entramos em formas de coletividade que se opõem a formas de desapropriação que sistematicamente abandonam as populações de modos de pertença coletiva e justiça. (BUTLER, 2012, p.21)

Conforme relatei no primeiro capítulo da dissertação, nomeei como “primeira fase” do processo interacional de construção do dia de luta antimanicomial os eventos das reuniões deliberativas, que ocorreram no período de 16 de Janeiro a 13 de Março de 2019. Após esta “primeira fase”, a maior parte das interações de construção do protesto viriam a acontecer nas oficinas de produção de arcabouço artístico-político do protesto, principalmente nos Centros de Convivência que compõem às redes de instituições de saúde pública relacionadas ao cuidado e atendimento à saúde mental. Sendo assim, para continuar com a cartografia que estava realizando, deveria participar de algum dos referidos contextos...

Até a última das reuniões deliberativas, a oitava, quando os atores estavam propondo divisão e alocação de instituições de saúde pública de acordo com as alas do protesto de 2019, haja vista que o tema-eixo estava já deliberado, a inércia ou “covardia” de minha corporeidade “normal” ainda predominara. Mesmo tendo assumido o compromisso metodológico e ético de realizar uma “participação-observante”, mesmo com as interpelações de usuários como Di Terra sobre o “intercâmbio ‘loucura’ e sanidade”, até então não havia me disponibilizado a contribuir com nenhum contexto ou grupo de trabalho entre e pós-deliberações. Oportunidades para tanto não faltaram. Alguns atores já haviam me informado e até mesmo me convidado para participar de oficinas em seus respectivos Centros de Convivência; como Bruce, que já estava engajado na elaboração de cartazes e composição de samba-enredo para o protesto antimanicomial. Sem embargo, por inércia, estratégia e/ou “covardia”, ainda esperava que algo ou alguém me aplicasse uma dose de “remédio anti-covardia”...

Ainda no final do mês de Março, entrei em contato com Maestro, para saber quando seriam as datas dos ensaios da bateria do protesto que, de acordo com o mesmo, ocorreriam em meados de Abril. Nesse ínterim, também havia tentando articular uma visita num dos Centros de Convivência atrelados às redes de cuidado e atendimento à saúde mental, a partir de contato com Yansã, que ficara de marcar uma data comigo posteriormente mas que, soube posteriormente, já enfrentara grande situação de violência institucional e, por isso, não seria possível...Tendo a expectativa de continuar a cartografia por estas rotas potenciais, segui minha vida “normal” de “estudante da UFMG”. A cartografia ficara, então, em suspenso, até

que recebi, via lista de e-mails do Fórum Mineiro de Saúde Mental, uma convocatória para o evento “Escolha de Samba Enredo, casal de Regente Sala e Porta Bandeira, Rainha, Príncipe e Princesa de Bateria do 18 De Maio”, que soube depois, seria meu aguardado convite à “desposseção”.

4.2 No “entre”: eventos de expressão e seleção de performances para o “dia de luta antimanicomial”

24 de Abril de 2019, 13:12 - “Rastros-resíduos” de “povos” por vir

Logo na entrada do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado ou Parque Lagoa do Nado²⁸, me deparo com dois ônibus estacionados em sua entrada. Informado de que naquele território haveria um evento da luta antimanicomial, esse “rastros-resíduos”, reiteradamente gerado-colhido em muitas outras ocasiões semelhantes, me indica alta probabilidade de encontro com grande número de usuárias e usuários das instituições públicas de saúde mental. Tal cena invariavelmente me remonta às restrições e/ou impossibilidades que tais corporeidades possuem de se deslocar pela cidade...vulnerabilidade, precariedade e/ou violência social reiterada? De qualquer modo, a abundante presença de usuários que estariam presentes naquele contexto dependera de algo ou alguém com maior acesso à recursos para transporte, para reservar aquele território, para disponibilizar instrumentos, adereços e aparatos técnicos...cuidado, consideração, trabalho, obrigação...agenciamento, simbiose ou dependência?

24 de Abril de 2019, 13:23: Elementares

Figura 27 - Feliz encontro no Parque Lagoa do Nado



²⁸ “Localizado na região norte de Belo Horizonte, entre os bairros Planalto e Itapuã, o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado possui uma área de aproximadamente 311 mil metros quadrados e foi implantado em 1994. Com uma infraestrutura composta por biblioteca, sala multi-meios, teatro de bolso, teatro de arena, quadras poliesportivas, pista de skate, campo de futebol, pista para caminhadas e viveiro de mudas, o parque realiza diversas atividades de educação ambiental, cultura e esporte com o apoio da Fundação Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Esportes.” Descrição disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-lagoa-do-nado>, acessado em 26/01/2019,



Fonte - Autor

Ao chegar na área onde o evento viria a ser sediado, me deparo com pelo menos trinta pessoas distribuídas às margens de uma grande tenda. Seus marcadores sociais corporificados eram de grande heterogeneidade: geracionais, com idosos, adultos e poucas crianças; gêneros que pude ler e enquadrar em meio a outros que me escaparam a leitura; etnias brancas e negras, sendo a maior parte os últimos; papéis sociais de trabalhadores e usuários das instituições de saúde mental, que se misturavam e somente pude identificar, a primeira vista, pelo vestuário...não somente por meu olhar reproduzir sistemas classificatórios e de valor que me informam sobre maior ou menor capacidade de acesso à certos trajes e vestimentas, mas porquê algumas das usuárias e usuários que iriam performar naquele contexto já portavam trajes e fantasias “consoantes” às suas performances. Até então, em 2019, aquele evento fora o de maior número de usuárias e usuários com que até então eu compartilhei um mesmo espaço.

24 de Abril de 2019, 13:43 - Desterritorialização, territorialização

Figura 28 - Tenda dos eventos no Parque Lagoa do Nado



Fonte: Autor

Me deslocando ao redor da tenda, encontro outros “rastros-resíduos” do processo de territorialização antimanicomial. Entre os postes que erguem a estrutura, uma espécie de varal, com folhas de papel, cada uma com uma letra desenhada, formando um enunciado e/ou enquadramento ampliado da cena: “Luta Antimanicomial”. Outras materialidades dizem respeito da motivação dos atores (cartazes), suas origens (bandeiras com o nome dos Centros de Convivência) e seu agenciamento histórico com o carnaval e o samba (cartazes com nomes de blocos e grupos de carnaval e percussão).

Figura 29 - Bloco de artefatos que territorializaram o Parque Lagoa do Nado



Fonte: Autor

Ao me aproximar da tenda, vislumbro o palco onde ocorreria o evento da tarde. Naquele momento, músicos - alguns contratados pelo próprio Fórum Mineiro de Saúde Mental - tocavam violão, cavaquinhos, tamborins e cantavam ao microfone, territorializando a acústica do ambiente: “liberdade, liberdade, não voltemos aos porões..por diversidade somos, gentilmente corações!”. Em todos os eventos da luta antimanicomial, lanches também eram disponibilizados a todos os presentes como marca do cuidado para com aqueles mais vulneráveis e, também, para repor as energias necessárias para colocar corpos em movimento: “imaginário antimanicomial” corporificado.

24 de Abril de 2019, 14:08 - Convite às “margens”

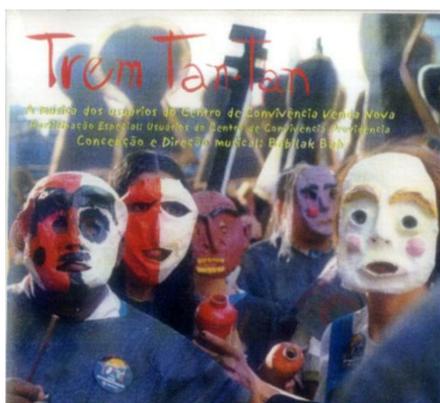
Mais pessoas começam a chegar e se agregam em torno e sob a tenda do evento. A maior parte dos presentes, até então, sentados em cadeiras de plástico, interagem entre si e aguardam

o início das programações da tarde enquanto o samba antimanicomial continua. Nesse momentos, às margens do evento, tenho um encontro com Maestro. Após conversarmos sobre a beleza do Parque Lagoa do Nado e outros assuntos, pergunto sobre os ensaios da Bateria Antimanicomial e descubro que o primeiro deles já havia ocorrido, na tarde do dia anterior. Maestro reforça o convite para que eu participe, me dando informações de que os ensaios ocorreriam às terças e quintas, no período de 23 de Abril até 16 de Maio, véspera do protesto. Ele ainda completa: “Esse ano os ensaios vão ser massa! O Regente, do “Trem Tam Tam”, que vai conduzir os ensaios e a bateria...você vai aprender demais.”

26 de Janeiro de 2020, 18:53 - O “trem” que virei a embarcar

De acordo com sua página digital, o grupo Trem Tam Tam, o qual Regente, responsável pelos ensaios da bateria antimanicomial do ano 2019, faz parte, possui a seguinte história:

Figura 30 - Folder de uma apresentação do grupo Trem Tam Tam



Fonte - <https://babilakbah.wordpress.com/category/trem-tan-tan>

Nascido nas oficinas dos Centros de Convivência Venda Nova e Providência, dispositivos da Política de Saúde Mental de Belo Horizonte, o Trem Tan Tan propõe a inserção social, o resgate de cidadania do cidadão com sofrimento psíquico e o tratamento em liberdade em uma rede de serviços substitutivos ao manicômio. Este ano, diante ao atual quadro político que marca um retrocesso no campo do direito e do tratamento com portarias que colocam em foco a possibilidade do eletrochoque, o retorno das internações em hospitais psiquiátricos e a abstinência ao invés da redução de danos, o grupo Trem Tan Tan reafirma a sua bandeira de luta e criação em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS para todos e também pela reforma psiquiátrica antimanicomial. O nome Trem Tan Tan também é o título de uma música criada pelo grupo e faz referência aos trens que, na década de oitenta, levava loucos de hospícios públicos de Belo Horizonte para o grande manicômio da cidade de Barbacena. Hoje, para esse agrupamento de compositores e artistas descobertos nos dispositivos da reforma psiquiátrica que constitui o coletivo, marcado por sua diversidade sonora, rítmica e produção poética.

24 de Abril de 2019, 14:20 - Da inércia para o movimento

Figura 31 - Começa o evento



Fonte: Autor

Voltando à tenda, percebo, em seu plano de fundo, um dos “rastros-resíduos” mais representativos da luta antimanicomial mineira: a bandeira do Estado de Minas Gerais, cujo triângulo fora rostificado com grandes olhos, sorriso e, em suas arestas, os seguintes dizeres: “Liberdade ainda que tan tan”. No primeiro plano daquela cena, atesto também que o número de corpos presentes sobre a tenda se multiplicara. Se anteriormente os mesmos se dispunham, na maioria, sentados, em micro-interações estabelecidas entre duas e três pessoas, verificara agora que pelo menos 10 performavam passos de dança. Porém, a espontaneidade daquela roda de samba deveria ser suspensa, para que a ordem dos eventos se iniciasse, assim como anuncia um dos trabalhadores das instituições públicas de cuidado à saúde mental. Vestido de vermelho e com uma cartola, o monitor de arte, soube posteriormente, atuava como o mestre de cerimônias que iria propor nova partilha sensível para aqueles tempos, espaços e corporeidades.

24 de Abril de 2019, 14:29 às 15:37 - Princesas e Príncipes, Reis e Rainhas

Figura 32 - Seleção de princesa e príncipe



Fonte: Autor

Se inicia o primeiro evento da tarde: a seleção das princesas e príncipes do dia de luta antimanicomial entre as crianças usuárias dos CERSAMs infanto-juvenís. Naquela ocasião, haviam três jovens mulheres negras almejando o título de princesa e apenas um jovem para o de príncipe. Pelo menos 60 olhares estavam direcionados para a frente do palco onde, em sua parte inferior, três jovens mulheres negras dançavam ao som do samba. A dança performada pelo grupo fora singela, assim como o samba que os acompanhava. Com pouca amplitude e frequência de movimentos, o que me marcara naquele grupo fora a delicadeza de seus gestos, de seus corpos...vulneráveis? Ao mesmo tempo que pareciam apostar no acolher de nossos olhares, pareciam também apostar no impacto dos detalhes de sua performance...como o sorriso daquela criança, no momento posterior ao anúncio de sua seleção como a princesa do protesto.

Figura 33 - Princesa do desfile antimanicomial de 2019



Fonte - Autor

Organizando o evento como um mestre de cerimônias, um dos trabalhadores das instituições de saúde mental, monitor de arte, vestido de vermelho e com uma cartola, anuncia o término da cena de seleção da princesa e príncipe antimanicomial e declara a próxima sequência de performances, a de mestre-sala e porta-bandeira. Verifiquei algumas alterações nos movimentos e posições dos corpos presentes. As crianças, agora dão lugar a um casal de adultos, com trajes e roupas brancas, com lenços na cabeça, que me remeteram a figuras do Candomblé. Na bandeira que a candidata porta, vejo referências ao seu Centro de Convivência de origem. Logo antes de se iniciar a apresentação, um usuário começa a cantar: “Eu tenho tudo não tenho nada, só o CERSAM, nessa caminhada!”...Sendo interrompido para que a sequência de eventos possa acontecer.

A música e a performance do mestre-sala e porta-bandeira se iniciam. O par começa a desenhar seus passos numa pequena escala, aumentando o ritmo da dança ao longo do tempo, arriscando alguns giros em torno do próprio corpo. Pelo menos mais quatro pessoas começam a dançar juntos...indício de contágio?

Figura 34 - Primeiro casal de Regente-sal e porta-bandeira



Fonte - Autor

Os próximos candidatos a mestre-sala e porta bandeira tomam o palco. Muitas plumas agora compõem o figurino, que é de um vermelho vivo, intenso. Um monitor de arte, talvez do Centro de Convivência da dupla, dá algumas diretrizes breves sobre possibilidades de movimento com a bandeira portada. Com o início da performance, a passista produz um movimento de grande amplitude na bandeira; amplos também eram os olhares e sorrisos que direciona à comissão de jurados.

Figura 35 - Segundo casal de Regente-sal e porta-bandeira



Fonte: Autor

Outras duas duplas também participariam da seleção de mestre-sala e porta bandeira. Cada uma apostando num ritmo e frequência de movimentos, passos e gestos. Sobre seus figurinos, também expressam que houve grande empenho em sua produção, destacando-se, entre ambos, uma diversidade de cores, em harmonia, ainda que a amarela fosse predominante.

Figura 36 - Terceiro casal de Regente-sal e porta-bandeira



Fonte: Autor

Figura 37 - Quarto casal de Regente-sal e porta-bandeira



Fonte: Autor

Tão disputada quanto a seleção de mestre-sala e porta bandeira fora a categoria das rainhas de bateria. O foco da plateia e dos jurados era totalmente direcionado para aquelas mulheres negras que se esforçavam para colocar em ato sua arte de afetar corpos pelo próprio corpo.

Figura 38 - Seleção rainhas de bateria



Fonte - Autor

Não obstante, ainda que as performances tenham produzido diversas qualidades de afeto em mim e nos demais presentes, pelo menos no meu caso, fico pensando nos efeitos posteriores que tais apresentações teriam em mim; sua performatividade, portanto, para além daquele espaço-tempo. Será que, quando encontrar novamente com aquelas pessoas, com aqueles corpos, com aqueles sorrisos, eu e os demais presentes naquele evento, os enquadraremos e rotularemos da mesma forma? Os interpelarei apenas como usuárias e usuários de uma instituição de saúde pública? Como princesa e rainhas? Como existências dotadas de grande potência de afetar, de alegrar, de vulnerabilizar...o olhar?

Figura 39 - Rainha de bateria 2019



Fonte - Autor

30 de Março de 2019, 18:57 - Como julgar?

Entre meu olhar e o sorriso da selecionada, entre nossos corpos, haviam outras perspectivas que foram previamente escolhidas como aquelas que viriam a definir que qualidade de corpo, performance, gesto e/ou afeto melhor corporificaria os papéis de príncipe e princesa; rainha-de-bateria, mestre-sala, porta-bandeira e, claro, do próprio samba enredo do “18 de Maio”. Mas que normas e/ou esquemas valorativos seriam esses que os atores do movimento social construíram para julgar a estética de sua política? Ademais, qual seria a performatividade de tais normas naquele evento específico? Serão tacitamente aceitas ou questionadas por aqueles que por ela não são contemplados? Começarei pela primeira pergunta pois, para elaborar uma proposta de resposta para a segunda e terceira, necessitarei retroceder e avançar na descrição-análise dos “rastros-resíduos” gerados-colhidos.

A convocatória para participar do evento “Escolha de Samba Enredo, casal de Regente Sala e Porta Bandeira, Rainha, Príncipe e Princesa de Bateria do 18 De Maio” no ano de 2019 chegara até mim, assim como para instituições e atores cadastrados nas listas de e-mails do Fórum Mineiro de Saúde Mental, a partir do fluxo comunicacional da luta antimanicomial que opera a partir de mediações digitais. A partir de correspondência eletrônica, para além das informações que indicavam a data e local do evento “Escolha de Samba Enredo...”, essas que apontariam para uma vulnerabilidade de grande escala política que só viria a cartografar durante os ensaios da bateria antimanicomial, tive acesso ao edital das seleções que ocorreram na ocasião acima referida.

O primeiro ponto que procurei considerar na análise do edital supracitado fora com relação a formação da banca de jurados daquele evento de seleção. Nele, fora expresso que a escolha tanto do samba-enredo como das demais categorias seriam realizadas por uma comissão de jurados composta por quatro artistas e produtores culturais de Belo Horizonte e por um representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental. A primeira reflexão que a leitura de tal composição de jurados me suscitou fora sobre a potência de visibilidade e conexão entre artistas que tal formação de banca de jurados possui: não seria essa uma oportunidade para pessoas outras, para além das redes do movimento social antimanicomial, atestarem e se afetarem por sujeitas e sujeitos que insistem em atuar, criar, performar e produzir formas de manifestação artística que reverberem para além de eventos como esse que descrevo? Quem sabe se, afetados pelos usuários e usuárias das instituições de cuidado e atenção à saúde mental, os artistas convidados não sejam estimulados a produzirem articulações e agenciamentos futuros outros com os mesmos? Além do mais, não é para fora, para a sociedade civil mais ampla, que o protesto almeja performar nas ruas da cidade?

Do meu ponto de vista, a escolha de jurados “externos”, para além das potências de visibilidade que acima indiquei, ainda corrobora para com a formação de imparcialidade da banca, haja vista que, de fato, a seleção ocorre entre os próprios Centros de Convivência e, por coerência, é certo que o movimento social antimanicomial esteve atento, neste sentido, para cuidar da legitimidade do processo seletivo que organiza. Ainda, cabe destacar que, naquele ano, a corporeidade das juradas fora de mulheres brancas e negras, representando, sem dúvidas, o maior número daqueles que trabalham nas instituições de cuidado e atenção à saúde mental. Por fim, destaco ainda que o edital previu a indicação de um jurado pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental que, naquele ano, fora uma das representantes da ASSUSAM-MG,

o que me indicara um modo de introduzir, ainda que a partir de uma perspectiva, o olhar das usuárias e usuários sobre o próprio processo seletivo.

Figura 40 - Banca de jurados do evento de seleção 2019



Fonte: Autor

Antes de considerar os critérios de seleção em questão tal como expressos no edital, pe ressaltara também ao meu olhar a forma de expressão mobilizada para alertar os envolvidos sobre vulnerabilidades potenciais do próprio evento:

BRINCANDO COM OS (IM)PREVISTOS:

O que pode acontecer:

Atraso, encontros

Muita chuva ou sol com casamento de espanhol

Problemas técnicos e (ou) sorrisos antimanicomiais

Perder o bom humor ou ganhar um abraço

Não perguntou e nem escutou, prevalece a nossa luta por delicadeza.

O samba escolhido ou o samba que te escolheu.

Como critérios de seleção expressos pelo edital para seleção da princesa, príncipe, mestre-sala, porta-bandeira e rainha de bateria, os critérios seriam completamente ligados à performance dos candidatos, hierarquicamente estabelecidos assim: 1º - Apresentação verbal (nome e serviço) e uma frase referente à luta antimanicomial; 2º - Evolução (ocupação do espaço, performance, técnica e presença cênica); 3º - Samba no pé. Por algum motivo, naquele evento, os candidatos não apresentaram frases acerca da luta antimanicomial, mas só notei tal vulnerabilidade na execução das normas posteriormente, haja vista que a expectativa de todos era para com a performance corpórea. Não tenho indícios o suficiente para que eu possa afirmar se pessoas com vulnerabilidade corpórea e/ou linguística agravada já participaram de tal seleção e como seriam avaliadas segundo esses parâmetros...

Sobre a seleção do samba-enredo, descobri pelo edital que eram produzidos a partir de interação conjunta entre trabalhadores e usuários em cada um dos Centros de Convivência,

que também competem entre si, como nas seleções anteriores, haja vista que somente um será selecionado e dentre aqueles indicados por cada uma das instituições. Achei um ponto de destaque no edital, o qual afirma que os trabalhadores são indicados como responsáveis tanto por articular os recursos para produção das fantasias daqueles que virão a performar quanto pelo envio da letra do samba, em cópia impressa e gravação de áudio digital, para que sejam disponibilizados à banca de jurados de forma prévia. Por efeito desse destaque, refleti acerca do fato de que os usuários acabam por depender, pelo menos em algum grau, dos trabalhadores que com esses se articulam em seus Centros de Convivência para produção das performances. Não obstante, é certo que o engajamento pode variar em menor ou maior grau entre esses, com tendência de assimetria para os usuários...mas também, sem o agenciamento com atores dotados de maior acesso as recursos necessários para a produção do evento, seus custos de produção talvez nem permitissem a existência do mesmo...

A linha que separa as díades vulnerabilidade-dependência e vulnerabilidades-cuidado é de complexo traçado. Somente poderia compreender maiores nuances sobre tal traçado em outro contexto, quando eu dependi dos monitores de arte nos ensaios da bateria antimanicomial. Todavia, no que se refere ao samba-enredo, o Fórum Mineiro se dispõe a contratar músicos para execução do samba, caso os compositores de cada Centro de Convivência experienciem algum tipo de vulnerabilidade para realizar tal performance e, assim, cuida para que as usuárias e usuários canalizem suas atenções, recursos e capacidades para a produção artística do samba.

Figura 41 - Performance de samba-enredo num agenciamento usuários e trabalhadores



Fonte - Autor

Especificamente sobre os quesitos que viriam a nortear a seleção de um samba-enredo perante os demais, ele levará em consideração, em ordem hierárquica, os seguintes critérios: 1º - A letra que trate do tema proposto com originalidade; 2º - Melodia; 3º - Harmonia musical; 4º - Aclamação popular (o samba que mais contagiar o público). Os critérios e sua ordem falam por si: a capacidade de expressar o tema “Direitos às diversas gentes: de mãos

dadas contra-correntes”, ou seja, a linguagem da política, seria considerada superior a quesitos de caráter mais técnicos.

Para além dos apontamentos que realizei acima, o principal critério de seleção do samba não é a representação por agregação de significantes e/ou verossimilhança à deliberação, mas por *originalidade*, “artesanía do pensar”, conforme aprendi. Neste sentido, talvez o original, o inesperado, surja exatamente a partir da composição, “artesanía”, de quem esteve às margens do processo deliberativo, da norma, da sociedade...Mais do que arcabouço linguístico adequado ao tem-eixo do protesto, o samba-enredo apresentado e eleito expressara uma memória, um “aprendizado ancestral” de corporeidades vulneráveis, esquecidas e/ou violentadas que, contra as mais variadas correntes, se recusaram a reiterar um passado cuja “loucura” é “matar o nosso povo”...afirmando, ainda, que será denunciado, através de canto, “mil vezes de novo e de novo”, que é a partir de alianças entre formas de existência diversas, que “a revolução é preta e virá pelo ventre”...Futuro por vir, a partir do clamor pela liberdade de sonhar pelo direito à igualdade das diversas gentes:

Figura 42 - A revolução é preta e virá pelo ventre

Samba Enredo 2019	
<i>A REVOLUÇÃO É PRETA E VIRÁ PELO VENTRE</i>	
Produção Coletiva do Centro de Convivência Oeste	
<p>REFRÃO (2X)</p> <p>Mentira, diga que é mentira toda essa loucura de matar o nosso povo cantarei mil vezes de novo e de novo que o velho se esconde atrás do novo mentira</p> <p>Neste mundo há várias formas de existir índia, preta, LGBTQI descendente de Dandara e Zumbi cunhatãs e Marieles curumins</p> <p>Rezo e luto, boto fé nessa verdade pra ter terra pra ter teto e igualdade para ter cidadania na cidade terra e teto não é sonho é necessidade</p>	<p>REFRÃO (2X)</p> <p>Mentira, diga que é mentira toda essa loucura de matar o nosso povo cantarei mil vezes de novo e de novo que o velho se esconde atrás do novo mentira</p> <p>Bota cara nesse sol pra vermelhar aprendi com os ancestrais como lutar a revolução é preta e virá pelo ventre ó grande mãe vem libertar</p> <p>Liberdade, liberdade não voltemos aos porões nós já somos vacinados não queremos mais prisões</p>

Fonte - Centro de Convivência Oeste / FMSM

Outrossim, me chama a atenção o fato de que, embora hierarquizado em último lugar, é a aclamação popular, a performatividade do samba composto, portanto, que fora definido como o critério de desempate. Afinal, não seria esse o objetivo de performar tal samba no protesto, para além da importância de enviar a mensagem, “contagiar o público”, a sociedade civil? Assim ocorrera no evento que aqui descrevo quando, após o anúncio do samba selecionado, performou-se novamente o samba-enredo “A revolução é preta e virá pelo ventre”:

Figura 43 - Performance e performatividade do samba-enredo selecionado em 2019



Fonte - Autor

30 de Março de 2019, 16:01 às 17:05 - O quê escapa? Múltiplos “rastros-resíduos” de assinaturas com o corpo

Figura 44 - Fila para o “microfone aberto”, abertura para o “aparecer”



Fonte - Autor

No ano de 2018, primeira ocasião em que estive presente no evento “Escolha de Samba Enredo...”, havia sido afetado por uma inesperada sequência de performances que, nas brechas da partilha de tempos e espaços que organizavam aqueles eventos e corpos, disparavam múltiplas afecções e “rastros-resíduos” que derivam da diversidade de corporeidades, potências e formas de afetar colocadas em ato pelas usuárias e usuários da luta

antimanicomial. Em 2018, os “Regentes de cerimônia do evento” haviam proposto para todos os presentes a possibilidade de expressarem, num microfone aberto, qualquer mensagem pessoal, política e/ou artística perante os demais. Já em 2019, pelo menos de acordo com meus registros, esse convite não fora necessário.

Logo após a declaração do samba-enredo vencedor do concurso e de sua reencenação, que culminara numa explosão de comemorações, canto e dança por parte da plateia, uma fila de corpos se formara, aguardando a possibilidade de subir ao palco e, subvertendo as diretrizes que legitimavam o uso do microfone naquele contexto, iniciaram a produção de um “maquinário performativo incapturável”. Produzo esse conceito para nomear aquela sequência de performances que testemunhei e aqui tento (re)ficcionar por pelo menos duas justificativas: a) “maquinário performativo”, haja vista que era resultado de um agenciamento coletivo de subjetividades, corporeidades e linguagens que, agindo sobre si mesmas como engrenagens não planejadas e não uniformes, produziam sequenciadas performances e afetos que incessantemente introduziam diferença em outras subjetividades, corpos, linguagens e relações prévias; b) “incapturável”, pois as performances eram imprevisíveis e múltiplas. Mesmo eu estando presente, com caderno de campo e câmera para registro, não consegui registrar toda a performatividade que derivava daquela cadeia de performances...afinal, também era afetado por elas e, a tarefa de cartógrafo, ficava em segundo plano para que eu pudesse olhar, ouvir, bater palmas, dançar sobre mim e junto aos demais. Não obstante a esta vulnerabilidade cartográfica, me esforcei para produzir um mapa que aponta para tal “maquinário” que tanto me afetara...Vê-se que, mesmo naquele evento em que o samba busca agregar todas as usuárias e usuários, suas formas de se expressar ultrapassam essa rica linguagem artística e política historicamente adotada pela luta antimanicomial...O que pode a performance, a palavra, o gesto e/ou o simples “aparecer” em público?

Figura 45 - Rap sobre a dengue e seus perigos



Fonte - Autor

Figura 46: Funk: “Tchuntcha, tcha tchun tchun tcha!
Aqui na Zona Norte só dá paz e amo”



Fonte - Autor

Figura 47 - Sertanejo-gospel agradecendo à Deus...



Fonte -Autor

Figura 48: Poesia de Carlos Drummond de Andrade.



Fonte -Autor

Figura 49 - Música romântica: "seja onde for, para nunca esquecer do nosso amor"



Fonte -Autor

Figura 50 - Pagode: "chegou em casa outra vez doidão"



Fonte -Autor

Figura 51 - Poesia autoral



Fonte -Autor

Figura 52 - Agradecimentos e dueto



Fonte -Autor

"O mundo tem a cabeça quebrada...se o mundo tem a cabeça quebrada, os pensamentos não podem sair inteiros, eles precisam ser remendados: não podem sair inteiros...Nos balançamos a cabeça, e procuramos sempre mais...e não conseguimos, porquê quando você balança a cabeça pra direita, outros caem pra esquerda: por isso ficam sempre desiguais, nunca tem o mesmo sentido...e também se tivessem, não haveriam mais as artes e poesias..Socorro! Socorro! Socorro! O mundo tem a cabeça quebrada...o que faremos, como podemos remendá-la?"

Agradecimento pelo violão que ganhou no ano passado, pela beleza desse parque e performance musical com um monitor de arte:"Têm, têm, têm, têm dois dedinho?"

Figura 53 - Discurso antimanicomial



Fonte -Autor

Discurso antimanicomial: “Tô gostando muito de participar aqui, mas mesmo que viemos para competir, o mais importante é que viemos pra lutar por nossa liberdade...e liberdade com alegria, e ninguém solta a mão de ninguém! E lutar por nossa liberdade, é não pros manicômios!

Figura 54 - Reflexão musical



Fonte -Autor

Reflexão pela música: “Eu tenho tanto pra lhe falar, mas com palavras, não sei dizer...”

Figura 55 - Sonho político



Fonte - Autor

“Vou gritar pro Brasil crescer! Miséria ir embora, Brasil crescer! Vamos lá, todo mundo comigo!”

Figura 56 - Denúncia política



Fonte - Autor

“Mandar um recado sobre a reforma da previdência. Já mexeram com meu ordenado, recebi 440 reais e até essa bala eu pago imposto! Vejo ai auxilio isso, auxilio moradia, quase um trilhão de impostos! Ninguém nesse país aqui é melhor que eu não, eu moro de aluguel, quero meus direitos!”

Figura 57: Cantar ou não sobre a política?



Fonte -Autor

“Gente, ninguém aqui vai falar aqui de eleição não, nos vamos curtir a nossa cultura! Vou cantar aqui: “a

Figura 58: Contra o “pior dos choques”



Fonte -Autor

Di Terra: “A muito que ele dançou com aquela gata...mas depois ele foi alienado, internado, isolado da

<p>muito tempo, que eu dancei com aquela gata, me chamou de cabritinho, me chamou de cachorrinho...” Fora presidente, vai pra #”%!62!</p>	<p>sociedade! Mulherada, não percam esse homem de vista!”...e canta: ”O boêmio voltou novamente...”</p>
<p>Figura 59 - Forró contra a solidão</p>  <p>Fonte -Autor</p>	<p>Figura 60 - Resistência ancestral negra</p>  <p>Fonte -Autor</p>
<p>Forró contra a solidão: “que falta eu sinto de um bem, que falta me faz um xodó...”</p>	<p>Maestro: “Negro Zumbi, lutou! Negro Zumbi, lutou pra nós tá aí!”</p>

4.3 “Entre”-epílogo: “Cenas de aparecimento”

O quê impele as usuárias e usuários a participarem do evento “Escolha de Samba Enredo, casal de Regente Sala e Porta Bandeira, Rainha, Príncipe e Princesa de Bateria do 18 De Maio”? A estar presentes, colocando vulnerabilidades e urgências entre parênteses, e colocarem em ato sua criatividade, energia, recursos e/ou capacidades para “predicar” e “performar a si mesmos” perante outros, a partir dos mais diversos arcabouços e experimentações? Seria apenas porque os trabalhadores e trabalhadoras das instituições de cuidado e atenção à saúde mental os convidaram, incentivaram e garantiram recursos para tanto? Em algum grau, a resposta para esta última pergunta é positiva. Para além dos títulos que disputam a partir de suas performances, as usuárias e usuários selecionados recebem premiações, presentes ou “mimos”, conforme expresso no edital. Os recursos para tanto se originam dos Centros de Convivência, variando a contribuição de cada instituição para com os “mimos” de acordo com a quantidade de inscritos de cada uma dessas no concurso. Não obtive informações para afirmar se os “mimos” derivam de recursos de cada instituições e/ou das próprias trabalhadoras e trabalhadores envolvidos na organização do evento; minha hipótese é que derivam de ambos.

Ainda que a possibilidade de ser premiado com recursos financeiros certamente introduza alguma diferença na formação de uma motivação para participar do evento, sobretudo considerando precariedades associadas à recursos financeiros de grande parte dos usuários, as evidências que gerei-colhi durante minha cartografia tendem a apontar para outra

direção. Considerando a tese que Di Terra apresentara durante às deliberações de construção do protesto no ano de 2019, um dos piores “choques” a ser considerado como vulnerabilidade e/ou violência que acomete sujeitas e sujeitos em situação de sofrimento mental relaciona-se à rejeição, à alienação, ao esquecimento. Já havia encontrado outros “rastros-resíduos” que corroboram com a teoria de Di Terra noutra ocasião, no evento “Escolha de Samba Enredo...” do ano de 2019.

Na primeira edição do evento “Escolha do samba-enredo...” que participara, sediada na quadra de esportes do Centro de Convivência São Paulo, tive uma conversa inesperada com Indignado, às margens daquele evento, que me apontara sobre uma possível relação sobre a tese de Di Terra e a importância para os usuários de seu “aparecimento” em espaços e cenas outras que interrompem com a reiteração do esquecimento de seus corpos no cotidiano da vida urbana. (Re)Ficciono aqui “rastros-resíduos” de minha breve interação com Indignado, a partir do ponto de nossa conversa em que, após me apresentar como estudante da UFMG, pergunto para ele sobre o processo de produção de cartazes para aquele evento. Como resposta inesperada, o mesmo me oferta um relato de si mesmo, para além do que eu poderia prever ou mesmo solicitar, no qual destaco seu ponto de vista sobre a experiência de abandono de um sujeito mais vulnerável que os demais:

Figura 61 - Indignado



Fonte - Autor

Cartógrafo (homem, branco, estudante): Vocês que fizeram esses cartazes?

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): Foi, foi, lá no Centro de Convivência.

Cartógrafo (homem, branco, estudante): E o Centro de Convivência é bom? Você vai nos CERSAMs também?

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): Vou [...] Lá a gente toma remédio e vai lá pra distrair também [...] se a gente não vai pro CERSAM a gente fica ruim, tem gente que morre, suicida [...]

Cartógrafo (homem, branco, estudante): Mas o CERSAM é porta aberta, né? Você entra e sai a hora que você quiser?

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): Não [...] tem um horário pra você sair e outro pra entrar. Você entra, consulta e sai. Aí tá certo. Mas na crise, no CERSAM, você fica lá até voltar ao normal. Dorme lá, se precisar eles te colocam no carro, leva pra sua casa [...] O CERSAM tem acompanhamento fixo de psicólogo, psiquiatra, de paciente, pai e mãe [...] pra família, pai e mãe do usuário [...] Acompanha os três. Toda a terça-feira e quinta-feira na parte da manhã tem acompanhamento pra família lá. Pra não largar né, pra não abandonar o paciente. Eu fui lá, to melhorando. Desde 2006 que eu trato, to melhorando graças a Deus. Se você quiser mudar de vida você muda né, depende de você também. Não adianta nada você tomar o Clorazepan, igual eu tomo; toma o Clorazepan na hora de dormir, você dorme, chega no outro dia a pessoa encosta no boteco, tomando cachaça, tomando cerveja, ou então na rua fumando crack. Então você também tem que querer. Sua família, o CERSAM e o Centro de convivência faz a parte, mas você tem que fazer.

Cartógrafo (homem, branco, estudante): É mesmo?! E você trabalha?

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): É [...] com esses remédios a gente fica desanimado, porque tipo assim [...] pra você trabalhar sem saber o que vai acontecer, aí você sofre uma crise, o pessoal manda você embora, você fica sem dinheiro, sem benefício e fica com nada, na rua e tem que pagar pensão né [...] eu tenho uma filha [...] daí você não paga, vai preso. [...] Aí como diz, se tivesse estabilidade, até que vai né. Mas aí você entra numa crise e tem que fazer perícia no INSS e eles vão te contratar de novo? Não vai né. Eu fiquei encostado na empresa uns 4 anos. Aí eu ia lá fazer perícia, tomava bomba. Aí meu pai me ajudava. Mas minha filha ficava com raiva, minha esposa ficava com raiva, porquê eu ficava sem dinheiro. Aí você piora vendo as conta acumulando, querendo suicidar na rua, pular de um viaduto [...] O pessoal vê a gente e acha que é bem aparentado, mas não sabe o que passa dentro da gente né. Mas tá bom, vamo levando...

Cartógrafo (homem, branco, estudante): Desse jeito, sem oportunidade e estabilidade pra trabalhar, aí deve aumentar a crise né...

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): Rapaz...a depressão é uma coisa terrível, eu tenho depressão. Ontem mesmo eu passei muito mal. Nesses dias, igual ontem, que eu tava sem trabalhar, não tinha oficina no Centro de Convivência, sozinho em casa, tava muito sozinho, pensando nos problemas [...] daí eu tomei meio comprimido, deitei na cama e dormi o dia todo. Nesses dias, se eu sair de casa eu não dou conta de voltar. [...] Porque, igual lá, to esperando a fatura do banco pra pagar, o correio não entregou e disse que não acha meu endereço. Toda vida entregou e diz que não acha meu endereço, mas eu moro no mesmo lugar! Essas coisas deixam a gente puto, indignado [...] E a gente fica decepcionado com a vida. [...] Aí nesses dias eu tomo um comprimido, deito na minha cama e alivia a dor e o stress. Porque se eu ficar o dia todo pensando nisso eu vou comendo, vou bebendo, vou comendo, vou bebendo e acabo ficando drogado de comida! Porquê não é só a droga que mata não [...] Não é só o álcool e a cocaína que é droga. [...] Agora no caso meu, por exemplo, quando fico sozinho em casa, eu vejo uma maça, eu como, vejo um pedaço de melancia, eu como, toda hora to bebendo café. A ansiedade vai subindo, vai subindo, vai subindo. Não bebeu álcool, não ingeriu droga, não fez nada [...]aquele trem sobe pra cabeça, vira um aneurisma...

Cartógrafo (homem, branco, estudante): O Centro de Convivência, quando você vai lá, alivia a ansiedade então?

Indignado (homem, branco, usuário de inst. saúde mental): O CERSAM não é o Centro de Convivência né [...] Lá é bom, é melhor pra você ir lá porque you desenhas, faz artesanato, aula de música, é bom. [...] Em vez de ficar sozinho em casa comendo e dormindo, você vai pra lá, conversa com o pessoal, bate papo, faz aula de música [...] as vezes você consegue até fazer artesanato, alguma coisa, aí eles ajudam arrumar pra você vender o que você fez [...] igual o pessoal que tá participando aí, você vem, apresenta, e aí dá pra ver que a gente pode fazer muita coisa, pode trabalhar, se as pessoas derem as condições.

O diálogo que acima (re)ficionei possui uma multiplicidade de “rastros-resíduos” acerca de vulnerabilidades e/ou violências que, com grande probabilidade, são experienciadas por múltiplas outras corporeidades em situação de sofrimento mental e são efeito dos paradoxos de uso de medicações, os entraves e/ou impedimentos que o estigma da “loucura” reiteram na busca por trabalho, relações de dependência familiar... Porém, nesta cartografia, o que procuro destacar é como o esquecimento, o abandono e a solidão, ou seja, a escassez de redes relações sociais, contribui para intensificação de vulnerabilidades associadas ao sofrimento mental. A partir do relato de Indignado, induzo que a exclusão e o esquecimento social parece instaurar uma espécie de “cárcere privado” para corporeidades que não possuem incentivo, recursos e/ou mesmo motivação para “aparecerem”, interagirem, afetarem e serem afetados em outros contextos que não o doméstico, haja vista que as vulnerabilidades de seus corpos tendem a não ser suportadas e/ou consideradas como produtivas (em suas singularidades) e/ou mesmo dignas de reconhecimento, interação, convivência, “aparecimento”. Por isso, a simples possibilidade de “aparecer” num Centro de Convivência ou num evento como de “Escolha de Samba Enredo...”, argumento, pode ser condição de reconfiguração de vulnerabilidades e experiências corporificadas de violência social, ainda que em escala infinitesimal.

Mas o que podem e qual a performatividade de “espaços” ou “cenas de aparecimento” como os eventos de deliberação, “Escolha de Samba Enredo...”, Centros de Convivência e mesmo o protesto antimanicomial que, nesta dissertação, procuro cartografar? Primeiramente, ao agregar usuárias e usuários de diversos Centros de Convivência. tais sujeitas e sujeitos têm a oportunidade de performar a si mesmos num contexto (re)territorializado segundo normas e parâmetros de interação e avaliação que contrastam e mesmo se opõem a outros que, generalizadamente, tendem a orientar a reiteração de rotulações negativantes e estigmas sobre suas corporeidades e modos de existência. Por isso os espaços e ou “cenas de aparecimento”, para Butler (2018), são efeitos de alianças e agenciamentos prévios que, na luta

antimanicomial, são orientados pelo cuidado com o outro mais vulnerável. Suportados por tais territorialidades ou “heterotopias”, como Foucault me sugerira, aquelas corporeidades podem, ainda que em breves e infinitesimais instantes, introduzir fissuras no tempo-espaço social que os engloba, a partir de “contradições performativas”: tensões, deslocamentos e/ou mesmo reconfigurações de rotulações, valores, estimas sociais e mesmo estética do olhar “normatizado” e “normatizante” que, em outros contextos, são reiterados por corpos “normais” outros, como o meu, pela “performatividade” do “aparecimento” imprevisto e/ou inesperado de uma alteridade que escapa...Seria essa a tal “assinatura” das usuárias e usuários na produção do protesto antimanicomial que eu procurava?

Ainda sobre a noção de “espaço de aparecimento”, Butler vai além de Hannah Arendt ao afirmar que tal fenômeno corpóreo-linguístico, que é condição da política democrática, depende de uma ação coletiva plural, alianças, que permita um “entre” corpos e códigos, em potencialmente qualquer escala do social, do “molar” ao “molecular”:

Foi a ideia romana de praça pública que formou o contexto para o entendimento de Hannah Arendt sobre os direitos de assembleia e de liberdade de fala, da ação e do exercício dos direitos. Hannah Arendt certamente tinha tanto a polis grega clássica quanto o fórum romano em mente quando afirmou que toda ação política requer o “espaço de aparecimento”. Ela escreve, por exemplo, que “a polis, propriamente dita, não é a cidade-Estado em sua localização física; é a organização das pessoas, conforme ela surge da ação e da fala conjuntas, e o seu verdadeiro espaço está entre as pessoas que vivem juntas com esse propósito, não importa onde elas estejam”. O “verdadeiro” espaço está, então, “entre as pessoas”, o que significa que assim como qualquer ação acontece em um lugar localizado, ela também estabelece um espaço que pertence à aliança propriamente dita. Para Arendt, essa aliança não está amarrada à sua localização. Na verdade, a aliança faz surgir essa própria localização, altamente transponível. Ela escreve: “ação e fala criam um espaço entre os participantes que podem encontrar a sua localização adequada praticamente em qualquer lugar e a qualquer tempo”. (BUTLER, 2018, p.73)

Por esses e outros motivos, ao mobilizar a noção de “espaço de aparecimento” proposta por Hannah Arendt, Butler pode afirmar que o “aparecimento” na cena (pretensamente) pública é condição necessária para a política democrática e a emergência de existências que afirmam que são vivas e dignas de viver, contestando sua pretensa invisibilidade e indignidade de luto. Não obstante, cabe ressaltar que espaços ou “cenas de aparecimento”, como pude verificar em minha cartografia, dependem de um afetar e ser afetado, de uma vulnerabilização de si mesmo perante ao outro, seja por um gesto, performance cênica ou protesto coletivo:

O que significa, então, aparecer na política contemporânea? E podemos considerar essa questão de alguma forma sem recorrer à mídia? Quando fazemos uma consideração sobre o que é aparecer, concluímos que aparecemos para

alguém e que o nosso aparecimento tem que ser registrado pelos sentidos, não apenas os nossos, mas os de alguém mais. Se aparecemos, devemos ser vistos, o que significa que nosso corpo deve ser enxergado, e seu som vocalizado deve ser ouvido: o corpo deve entrar no campo visual e audível...o aparecimento não é um momento necessariamente morfológico quando o corpo se arrisca a aparecer não apenas para falar e para agir, mas também para sofrer e comover, para engajar outros corpos, para negociar um ambiente do qual se depende, para estabelecer uma organização social com o objetivo de satisfazer as necessidades? (BUTLER, 2018, p.175)

.Se Judith Butler vai além de Hannah Arendt ao afirmar que uma “esfera pública” não é um espaço que simplesmente se adentra, como uma “ágora” que aguarda que um povo ou cidadão se manifeste e se expresse, fale, seja visto e ouvido, a luta antimanicomial vai além de Butler, haja vista que, para além de já organizarem seu agenciamento com as usuárias e usuários das instituições de cuidado e atenção à saúde mental fornecendo suportes materiais, simbólicos e afetivos para que esses tenham condições de “aparecer” em outros contextos para além daqueles que tendem a reiterar seu esquecimento, alienação e exclusão, oferecem proposições práticas para responder a perguntas que Butler não pode responder e que eu mesmo procuro investigar na presente cartografia: como reconfigurar um corpo vulnerável, precarizado, esquecido e excluído por uma grande parte da sociedade num corpo político, resistente e com potência de produzir “contradições performativas” de larga escala?

Para repensar o espaço de aparecimento a fim de entender o poder e o efeito das manifestações públicas do nosso tempo, precisamos considerar mais de perto as dimensões corporais da ação, o que o corpo requer, e o que o corpo pode fazer, especialmente quando devemos pensar sobre os corpos juntos em um espaço histórico que sofre uma transformação histórica em virtude de sua ação coletiva: O que os mantém unidos ali? E quais são as suas condições de persistência e de poder em relação à sua condição precária e exposição? (BUTLER, 2018, p.74)

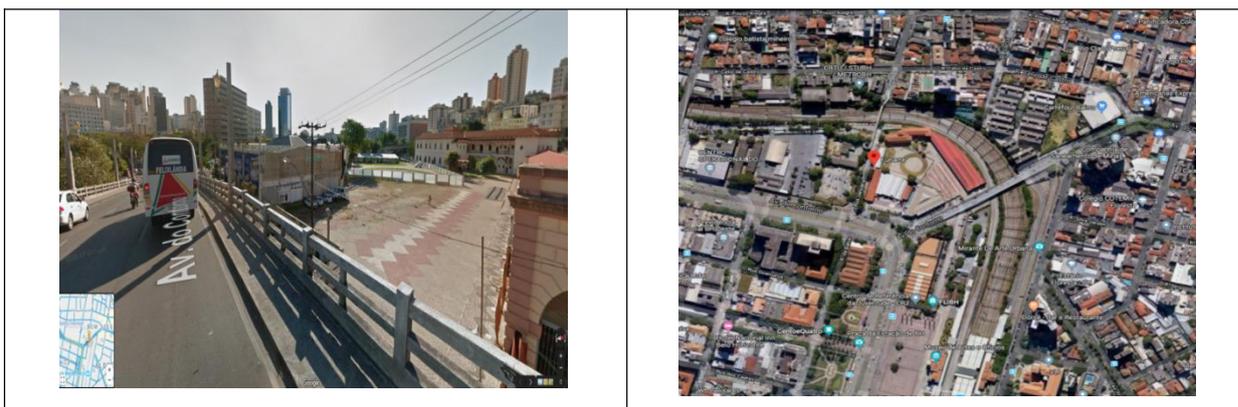
Pelo menos, de minha perspectiva, só pude tentar elaborar uma proposta de resposta para pergunta acima após tomar várias doses daquilo que me pareceu corresponder ao “remédio anti-covardia”, o qual Di Terra havia mencionado, e que talvez me foram ministrados no contexto de produção da bateria antimanicomial, quando reconfigurei vulnerabilidades artístico-políticas de minha própria corporeidade “normal” a partir de, talvez, uma “desposseção” de meu olhar, de meu corpo, que deveria tornar-se outro.

4.4 Às “margens”: maestria e poética do cuidado nos ensaios da bateria antimanicomial

Conforme relatei no capítulo 2 desta cartografia, após os términos das reuniões deliberativas, os processos de construção do protesto antimanicomial, de acordo com os “rastros-resíduos” que pude gerar-colher, tenderam a se concentrar nas oficinas de produção de seu repertório artístico-político. Do ponto de vista do instrumento desta pesquisa, meu corpo-

perspectiva, tais territórios “marginais” constituíram a maior “zona de opacidade” deste empreendimento cartográfico, sendo uma de suas grandes vulnerabilidades. Justifico tal afirmativa pois imagino que os contextos supracitados poderiam me garantir a oportunidade de gerar-colher os seguintes “rastros-resíduos”: a) o processo de tradução e/ou resignificação corporificação das proposições e discursos que derivaram dos processos deliberativos nos diversos artefatos que constituiriam a estética do “dia de luta antimanicomial”; b) dinâmica de interação entre trabalhadoras(es) e usuárias(os) nos Centros de Convivência, que poderiam revelar possibilidades de reconfigurações de vulnerabilidades e introdução de diferenças destas no processo anterior. Ainda que a cartografia que realizei não tenha sido operada em “extensão”, mapeando os processos supracitados que as evidências me permitiram afirmar que ocorreram nos Centros de Convivência, pude realizar uma incursão em “profundidade” numa das “margens” de construção do protesto antimanicomial: os ensaios da bateria do protesto, graças ao convite e agenciamento que Maestro me ofertara.

Figura 62 - Coordenadas da FUNARTE-MG às margens do centro urbano



Fonte - *Google maps*

Durante o período de 23 de Abril à 14 de Maio, nas terças (23/04, 30/04, 07/05 e 14/05) e quintas (25/04, 02/05, 09/05 e 16/05), das 14 às 16 horas em média, ocorreram os ensaios da bateria do protesto antimanicomial, na sede da Fundação Nacional das Artes de Minas Gerais (FUNARTE-MG)²⁹. Minha presença nos ensaios e a cartografia que realizei

²⁹ A regional da Funarte no estado de Minas Gerais está estruturada para receber espetáculos de teatro, dança, circo e música, além de exposições de artes visuais nos mais diversos formatos. Permanece aberta também a atividades de formação e capacitação para profissionais dessas áreas. A Funarte MG possui 6 Galpões. O Galpão 1 possui palco italiano, muito utilizado pela área de música e artes cênicas. O Galpão 2 possui uma área de convivência com banheiros e bebedouros. Os Galpões 3 e 4 são espaços multiuso, com várias configurações de relação palco-plateia (arena, semi-arena, palco italiano ou passarela). O Galpão 5 recebe, frequentemente, exposições de artes visuais. Já o Galpão 6 possui um lounge e um espaço para ensaios e oficinas, entre outros. Referência cultural da capital mineira, o espaço recebe e difunde uma programação artística de qualidade, sempre aberta ao público. <http://www.funarte.gov.br/regional/minas-gerais/> Rua Januária, Nº 68 Centro - Belo Horizonte CEP: 30110-055

naquele contexto fora constituída por uma vulnerabilidade cartográfica apriorística: todas as terças-feiras, no mesmo horário dos ensaios, eu tinha compromisso com uma disciplina acadêmica na UFMG. Todavia, soube posteriormente que essa vulnerabilidade cartográfica seria reconfigurada pois, naquele disciplina, tive o encontro com um grande teórico decolonial negro, que me ajudaria a nomear um processo que percebia que estava sendo colocado em ato não apenas naqueles ensaios, haja vista a especificidade daqueles corpos, instrumentos e ritmos presentes, mas no agenciamento antimanicomial como um todo: a “crioulização”.

O agenciamento da FUNARTE-MG pelo movimento social de luta antimanicomial, naquele ano em específico, já me parecera uma resposta às propostas de Maestro de reconfigurar às vulnerabilidades do ensaio e performance da bateria do ano anterior, haja vista que, sendo que essa instituição se localiza na área central de Belo Horizonte, com amplo acesso de ônibus e metrô, aumentariam a probabilidade de agregar mais usuárias e usuários nos eventos. Além disso, a FUNARTE em si é uma instituição pública que, para além de ser voltada para abrigar produções artísticas, portadora de grande capital cultural, sua estrutura também possui grande capital estético, poderíamos assim dizer, considerando sua arquitetura e paisagem interna que, às “margens” do centro urbano, parece habitar uma dimensão paralela, “heteorotópica”. Penso se, tal agenciamento na FUNARTE, já não seria um movimento de tensão e deslocamento para com códigos e enquadramentos dominantes, tendo em vista o “aparecer” e frequentar de corporeidades estigmatizadas, esquecidas e/ou excluídas, como muitas das usuárias e usuários das instituições públicas de atendimento e cuidado à saúde mental, que ocuparam a FUNARTE, fazendo arte, com intenção de produção de um protesto político-artístico.

25/04 e 02/05: “Aprendendo a aprender”

Figura 63 - Pátio da FUNARTE-MG



Fonte - Autor

O primeiro ensaio da bateria antimanicomial ao qual pude estar presente, “participando-observando”, cartografando e, especialmente, “aprendendo a aprender”, fora no dia 30 de Abril, quinta-feira, um dia após a reiteração do convite realizado por Maestro no evento “Seleção de samba-enredo...”.

Havia me programado para chegar antes das 14 horas, horário o qual estavam marcados os ensaios. Na portaria da FUNARTE, dois usuário (homens negros), pareciam aguardar o responsável pelos ensaios. Me juntei a eles quando conversavam sobre o evento “Seleção de samba-enredo...”, que acontecera no dia anterior. Tentei participar da conversa mas, logo na sequência, eis que Maestro chega, com mais um usuário (homem branco) e com aquele que conduziria os ensaios: Regente. Após todos nos cumprimentarmos, segui os presentes pelo pátio da FUNARTE e nos dirigimos ao galpão que fora reservado para os ensaios. O galpão era composto de duas salas para ensaios: a primeira, genérica, no sentido de que não possuía nenhum traço arquitetônico especial para artes, como paredes com isolamento acústico ou palco teatral, e a segunda, ao fundo, que era equipada para ensaios de dança, com barras de alongamento e espelhos. Nos bastidores desses espaços, ainda mais ao fundo, encontra-se uma sala que podia ser trancada com chave, onde os instrumentos que utilizaríamos para o ensaio estavam sendo guardados e seriam lá armazenados durante o período que o galpão estava reservado para os ensaios.

Se todo aprendizado começa pela imitação, como propõe o psicólogo social George Herbert Mead ao analisar o aprendizado de códigos de linguagem das crianças, procurei incorporar esse “devir criança” e segui os presentes para ajudar a trazer os instrumentos musicais para a primeira sala, onde Regente solicitara que os mesmos fossem distribuídos no chão.

Figura 64 - Preparativos para os ensaios



Fonte - Autor

Ao retornar para o primeiro ambiente do galpão onde ocorreriam os ensaios, Maestro me introduzira formalmente a Regente, como estudante da UFMG que estava pesquisando sobre o protesto do “dia de luta antimanicomial”, e que queria contribuir na bateria antimanicomial. Na sequência, Regente me questionara se eu sabia trocar algum instrumento de percussão. Respondi que, infelizmente, não sabia, mas gostaria muito de aprender e contribuir da forma que ele instrísse. Em resposta, Regente me solicitara que eu me esforçasse em dobro, haja vista que ele tinha muito carinho e respeito pelo seu trabalho e pela própria performance de percussão: “Isso aqui é ancestralidade! Não pode tocar de qualquer jeito...começa pegando o tamborim e vai escutando o que eu for solicitando.” Nesse ínterim, os usuários que estavam presente, cinco, já haviam pegado seus instrumentos. De forma acanhada, peguei aquele que eu sabia que era o tamborim e me posicionei ao lado de um dos usuários que também havia pegado um desses, para que eu pudesse imitar seus gestos e ações...”Gente vamos começar tocando um afoxé, pra esquentar!”. Após esta solicitação de Regente, percebi que somente eu, daqueles presentes na ocasião, não tinha ideia de qual ritmo de batidas esse gênero de percussão correspondia...

Ao longo daquele primeiro ensaio, Regente tinha adotado uma técnica para repassar aos presentes, como eu, a sequência de ritmos que ele queria produzir. Ele manipulava cada um dos instrumentos em separado e produzia o som neles, nos orientando:

“Olha aqui gente, no tamborim, primeiro eu quero esse, que vai ser o ritmo mais básico, e que vocês têm que decorar, e sempre que eu fizer esse sinal aqui, vocês tocam ele (sinaliza e toca): Tac-Tac-Tac-Ta-tac!...Baixinho (referindo-se a mim), espera eu tocar pra depois você tocar! Tem que escutar primeiro pra tocar depois! E você também está pegando errado no instrumento, olhar aqui (dirigi-se a mim e posiciona minhas mãos) [...] Cada instrumento, tem uma forma de tratamento, pra você produzir o som adequado! Agora todo mundo posicionado e vamos lá! Tac-Tac-Tac-Ta-tac! [...] Gente, tá cada um num ritmo! Se vocês não se escutarem pra tocar juntos, sem um querer passar por cima dos outros, não vai dar certo! [...] Baixinho, você tá pondo muita força no tamborim...”

Depois de minhas primeiras tentativas de decodificar e seguir as instruções de Regente, Maestro, vendo como meu corpo estava com grandes dificuldades, viera até mim, reproduzindo uma pergunta-ensinamento que ainda não tinha entendido...”Lucas, você sabe guardar frases? Quando Regente fala Tac-Tac-Tac-Ta-tac não é só pra você sair tocando não [...] Você decora a frase...’Fraseia’ ela enquanto toca, até gravar no corpo...”

Como Maestro me alertara, não seria o bastante apenas imitar os demais atores da bateria antimanicomial se eu quisesse participar. Teria que desenvolver consciência sobre a linguagem musical para que, assim, pudesse coordenar e/ou dominar os gestos de meu corpo, pensei. Buscar teorizar esse aprendizado e aplicar a teoria no próximo ensaio: essa foi minha

meta. A estratégia que desenvolvi fora a seguinte: gravar as frases para cada um dos ritmos propostos por Regente e, no momento em que ele comandasse, reproduzi-los, seguindo os ritmos que cada uma das sílabas da frase decorada, a partir das batidas...Me aventurei a aplicar uma tese “estruturalista” para orientar minhas reflexões. Se um signo é um par significante-significado, cujo valor encontra-se na sua relação de oposição para com outros tantos que compõem uma dada língua...vejamos: “Tac”= ‘presença de som’ /em oposição a/ “-” = ‘ausência de som’.”Tac-Tac-Tac” corresponderia a três batidas sequenciadas, intercaladas por três intervalos do som, numa frequência de aproximadamente um segundo entre essas; “Ta-tac”, duas batidas, numa frequência mais rápida, com intervalos de meio segundo, talvez, entre as mesmas...Decorar as “frases” ou códigos, decifrar os códigos e reproduzir os códigos de acordo com os comandos de Regente: essa foi a meta.

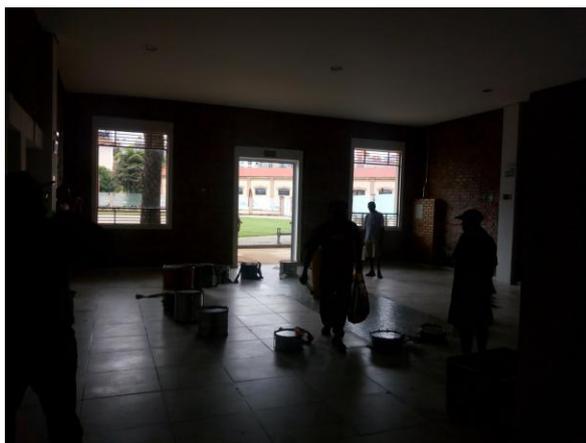
No segundo ensaio da bateria, uma semana depois, 02 de Maio, aprenderia que não somente minha “tese estruturalista” era vulnerável, mas especialmente meu próprio corpo que, para tornar-se “consoante” com os demais, deveria aprender que língua não é linguagem, ato de fala...Aprenderia que somente a partir da intersubjetividade, a partir de minha conexão com o contexto de enunciação, com os demais atores e elementos presentes, poderia produzir o que Regente se esforçava para me ensinar.

Ao chegar no contexto em que ocorrera o segundo ensaio, a primeira diferença que chamara minha atenção no arranjo de atores me apontara sobre a grande rotatividade de usuárias e usuários nos ensaios, que seria recorrente até o fim dos encontros. Nem todas as usuárias e usuários conseguiriam agenciar recursos para estar presentes em todos os encontros pois, para além dos custos financeiros de mobilidade urbana, a própria situação de sofrimento mental, outras vulnerabilidades e urgências...Sobre essa questão, também me perguntei se a própria possibilidade de utilizar do tempo de forma livre, em tardes de quinta-feira, para fazer arte, já não era a expressão de uma situação de privilégio...Talvez sim, no caso de minha corporeidade “normal”. Para os outros usuários, me lembrei de Indignado, estar naqueles contextos também era forma de escapar de uma precariedade, esquecimento, abandono e/ou exclusão social e “aparecer”...

De qualquer forma, se a média de usuários e usuárias presentes era de oito à dez pessoas, no máximo três delas participaram de todos os ensaios, sendo a presença majoritária de homens, haja vista que só interagi com duas mulheres no total. Já no que se refere aos trabalhadores das instituições de saúde, sua presença e participação oscilava entre duas e cinco pessoas, dessa vez sendo apenas uma mulher. Esse atestado seria relacionado com o papel

social daqueles que eram monitores de arte, em oposição às demais profissões de cuidado na saúde pública? Como não tenho evidências suficientes nem para especular sobre esta questão, conforme havia sido apontado na própria reunião deliberativa antimanicomial, a presença dos monitores de arte fora realmente fundamental para apoiar Regente, considerando que a regência da bateria exigiria pelo menos um “líder” para coordenar cada bloco de instrumentos de percussão; esses que somente aprenderia a nomear no terceiro encontro.

Figura 65 - “Tocando no escuro”



Fonte: Autor

Retornando a descrição do segundo ensaio, conforme relatei anteriormente, tomei consciência de uma grande vulnerabilidade de minha “tese estruturalista” e de meu corpo-instrumento. Nos primeiros momentos, achei que estava conseguindo reproduzir a primeira frase anteriormente proposta por Regente, o ”Tac-Tac-Tac-Ta-tac”, até muito bem. Porém, o efeito sonoro global, produzido por todos os instrumentos em conjunto, indicara que estávamos completamente sem sincronia. Percebi que, em relação ao primeiro ensaio, quando os usuários presentes naquela ocasião pareciam todos já saberem “frasear” os comandos de Regente, desta vez, com pelo menos mais dois que estavam também aprendendo a tocar, as vulnerabilidades de minha performance vieram completamente à tona. Percebendo tal situação, Regente dividira a bateria antimanicomial em grupos, de acordo com os instrumentos que cada um viria a tocar: Depois, solicitara aos monitores de arte presentes que fossem referência para cada um dos grupos. Nesse arranjo, Regente poderia se deslocar em cada um dos grupos, propondo “frases” para serem ensaiadas de forma específica para cada bloco, enquanto os monitores coordenariam o ritmo e a harmonia...Será que tal estratégia aponta para a relação que usuárias e usuários estabelecem nos Centros de Convivência nas oficinas de arte? Maestria que conduz, potencializa, trilhando singulares vulnerabilidades e potências de cada um sem reduzir cada uma das partes na outra?

Chegando ao meu grupo, dos tamborins, Regente concedera mais um ensinamento fundamental que aponta para mais alguns “rastros-resíduos” do cuidado antimanicomial:

“Baixinho! Parece que você tá tocando no escuro, só com a cabeça e pra você mesmo...a gente, numa orquestra, toca com o coletivo! Você tem que parar de olhar pro instrumento e olhar pra quem tá tocando a sua volta...olho no olho do companheiro! Sente o ritmo da outra pessoa, a gente não toca igual robô não! Quem dita o ritmo é o coletivo...e tem que ser solidário ao ritmo do outro, mesmo que você veja que tá fora de compasso, o outro, você tem que ir trazendo aos poucos pro eixo, juntos!”

A proposição que Regente me concedera e que tentei (re)ficcionar da forma mais fiel possível, considerando que naquele contexto em que eu mais participara do que observara e produzia-colhia “rastros-resíduos”, alteraram a forma com que meu corpo se relacionaria com os ensaios dali para frente. Tinha que ir além da imitação. Escapar da simples reprodução de “frases” ou códigos de minha “tese estruturalista”. Só poderia reconfigurar as vulnerabilidades de meu corpo, de minha performance musical, sendo cuidado pelos outros e cuidando em troca...olho no olho, corpo a corpo, buscando produzir um som harmônico, “consoante”...

Consegui, depois da lição acima e sua prática decorrente, desenvolver “frases” mais complexas e com melhor harmonia para com o coletivo: “Tchun-Tcha-Tcha-Tchun-Tchuntcha” e “Ta-ta...Ta-ta...Tata-tata-tata”, por exemplo. Também mudei minha postura após o final dos ensaios. No lugar de ir embora, participei do lanche com os colegas, o qual também contribui a partir do próximo ensaio; ajudei a guardar os instrumentos, conversei com os monitores de arte, usuários e Regente sobre outros assuntos cotidianos...construir relações com aqueles com quem eu viria a performar junto nas ruas da cidade me pareceu fundamental. Se a reprodução de um código, a partir do ato de fala e/ou gesto corpóreo, sempre introduz alguma diferença em sua reiteração (própria possibilidade de contestação e/ou inovação do mesmo) a produção de uma linguagem “comum”, de uma comunicação, estaria para além de decifrar díades significante-significado: depende de relações estabelecidas entre os interpretantes, os seres que colocam a língua em ato, corpos em suas vulnerabilidades...Mais um vestígio dos elementos necessários para produzir o “remédio anti-covardia”? Como proposto por Di Terra na deliberação antimanicomial, a fórmula do “remédio” é sair de si mesmo, em direção ao outro mais vulnerável, reconfigurando a própria “covardia” em “coragem” de afetar e se afetado, trocar, potencializar e ser potenciado pelo outro

08, 09 e 13 de Maio: “Crioulização”?

Figura 66 - Um “avião antimanicomial” que tenta alçar voo no muro do Centro de Convivência São Paulo



Fonte - Autor

A partir do fluxo comunicativo digital da luta antimanicomial, anteriormente ao terceiro ensaio de bateria que viria a participar, tomei consciência de que as vulnerabilidades das instituições públicas de cuidado e atenção à saúde mental não eram apenas perante vetores de precarização derivadas de tomadas de decisão política de escala macro mas, também, se intensificam de acordo com tomadas de decisão e poderes locais.

De acordo com relato produzido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, em agenciamento com outras instituições, como a ASSUSAM-MG, a partir de fluxos digitais de informação, soube que o Centro de Apoio Comunitário São Paulo (CAC-São Paulo), sede do Centro de Convivência São Paulo por 26 anos, fora parcialmente interditado. Em manifesto enviado via lista de e-mails, os atores do movimento antimanicomial explicam que tal interdição fora feita de forma repentina, violenta e desrespeitosa, com vista para que a maior parte do CAC abrigasse, agora, as atividades da Escola Municipal Francisco Bressane, cuja sede apresentara ameaças estruturais em sua edificação que impediriam a continuação de suas atividades. Não obstante, para os trabalhadores, usuários e familiares do Centro de Convivência, a indignação para com tal acontecimento não era relacionada a uma contrariedade em dividir espaço com funcionários e alunos da escola municipal. Por um lado, a revolta se dava pela ausência de diálogo do poder público e dos próprios representantes da escola no que tange a tomada de decisão política realizada. Por outro,

Desde que se iniciou a transferência da escola para o espaço, a cada dia que os frequentadores do CCSP chegam para as atividades, se deparam com um serviço sendo, literalmente, empurrado contra a parede. Uma das usuárias faz uma comparação muito pertinente sobre a situação – “imagina que você está em sua casa e chega alguém de fora, entra, olha cada espaço, escolhe esse e aquele e diz que a partir de agora vai ficar ali e que está tudo bem...” Outro conta: “um

guarda municipal entrou aqui e ficou perguntando se a gente dá droga para as crianças. Nós temos crianças em casa, temos sobrinhos, filhos. O que essas pessoas estão pensando?”(...) Do início ao fim de uma mesma tarde muros foram erguidos. Ao Centro de Convivência coube salas no fundo do antigo CAC e dois pequenos canteiros. (...) Explicitando e agravando ainda mais o preconceito e a gravidade de tal medida, uma reportagem na TV e uma reunião na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, trouxeram à tona posições equivocadas, maldosas e higienistas, como os seguintes comentários e propostas: “as crianças vão ficar convivendo no meio de homens, doentes mentais, drogados?”; “Os frequentadores do CAC fazem sexo e usam drogas dentro da unidade”; “transferência dos frequentados do CAC para o CERSAM, pelo menos enquanto a escola estiver funcionando no local”. Tristes evidências da intolerância à diferença e da presença do pensamento manicomial!

Como o relato acima deixa explícito, para além dos impedimentos e muros construídos que visarão isolar o Centro de Convivência e seus usuários da possibilidade de, no mínimo, compartilhar um espaço comum, reiterou-se novamente o estigma da “loucura” como se resposta a “possibilidade de contágio” da mesma. Por isso, ocorrera a construção de muros e uma “manicomialização” do Centro de Convivência São Paulo. Esta situação, refleti depois, estava ligada diretamente a transferência do evento “Escolha do Samba Enredo...” para o parque Lagoa do Nado, haja vista que a intenção inicial era que o mesmo fosse realizado na quadra de esportes do CAC São Paulo. Com isso, foram introduzidos inesperados custos para a viabilização daquela tarde de grande potência artística, estética e política. Como havia abordado, a política democrática, de fato, não é somente uma questão de ocupar uma “esfera pública”. O próprio “aparecer”, como bem pontuado por Judith Butler (2004,2010), sobretudo para corporeidades e modos de existência mais precarizados socialmente que os demais, é um problema político anterior; quanto mais o permanecer e conviver em liberdade, de forma minimamente digna.

Informado sobre a grave vulnerabilidade-violência que investira sobre o Centro de Convivência São Paulo e, de forma generalizada, também sobre as corporeidades que experienciam o sofrimento mental e que são usuários de tal instituição, antes do início do terceiro ensaio, me informei melhor sobre aquele trágico acontecimento com um dos frequentadores da instituição. Naquele que fora o primeiro ensaio que estive junto com Artista, ficara impressionado com sua capacidade de “frasear” com os instrumentos de percussão: parecia um membro ativo do grupo Trem Tan Tan, orquestra antimanicomial a qual Regente conduz e junto a outros usuários. Ao conversar com Artista, além do mesmo ter me ressaltado sobre a importância do Centro de Convivência São Paulo em sua vida, tive a oportunidade de, a partir de nossa interação, tomar algumas doses de “remédio anti-covardia”. Abaixo, (re)ficciono um trecho de tal diálogo:

Cartógrafo: Você ficou sabendo que nós vamos desfilar de vermelho no protesto né? Acabou que a bateria que vai ter que usar essa cor (...) Eu fico só com pé atrás porquê anda tudo meio pesado né, parte do pessoal anda muito intolerante...

Artista: Oh! Tem nada a ver não, uai (...) Chegando lá nós vamos tá tudo junto, como que alguém vai mexer com nós com duas, três mil pessoas na rua? (...) Ainda mais depois do que rolou lá no bairro São Paulo, que a gente tava falando, jogaram tinta até nas paredes que a gente tinha pintado, jogô a gente numa salinha lá, de computador, amontoou nossas pinturas, os artesanato tudo na salinha lá (...) Aí que vô ‘meter o loco’ na rua mesmo, porquê eles quer que a gente engole tudo caladin, mas eu não (...) Se mexer com você ‘liga nós’ que ‘nóis compra seu boi’ uai (...) Igual minha família, ‘teve hora’ que eles ficava ‘bolado’ comigo: mas você não para em casa (...) aí foram descobrir o que nós fazia no Centro de Convivência (...) pergunta lá, eles ficaram no ‘veneno’ com o que rolou (...) Por isso que eu fico em casa não, vô pra todo lugar, pra eles saber que nós existe também, não é só deles não...

Figura 67 -Tambores agentes de ancestralidade



Fonte - Autor

Depois de interagir com Artista e outros usuários antes daquele que seria o terceiro ensaio da bateria antimanicomial que estive presente, mais uma lição deveria ser transmitida a mim e aos demais por Regente. A “coincidência” é que aquela cena de aprendizado, também possível “rastros-resíduos” de elementos necessários para “artesanaria” do “remédio anti-covardia”, ocorrera logo na sequência do diálogo que acima (re)ficcionei com Artista, o qual me fizera refletir sobre a força e a coragem que derivam de uma ação coletiva. Já do ponto de vista de Regente, força, coragem e resistência estético-política também são potências que instrumentos musicais e algumas corporeidades mais vulneráveis que as demais, como a de negras e negros, podem potencializar a partir de sua conexão e performance de memória ancestral:

Pessoal...acho que já conseguimos avançar bastante nos ensaios, mas ainda não está do jeito que eu gostaria. Vocês têm noção que instrumentos e ritmos são esses que nós estamos tocando? O tambor, o afoxé, antes de tudo, são ancestralidade! Carregam a história dos ancestrais que foram forçados a estar aqui, sequestrados da África, que usaram a arte, a música africana, pra resistir no Brasil. Isso daí, que vêm dos ancestrais africanos, pra além da arte, é negritude, é resistência! Quando a gente for tocar, então, nas ruas, no protesto, esses

tambores tem que passar essa beleza, essa força, essa memória, pra cidade toda! Temos que tocar com um corpo vivo, negro, ativo, pra passar a mensagem do protesto pra quem tiver passando na rua...tem que afetar! Eu quero ver energia nos ensaios hoje, alegria!

No terceiro e quarto ensaio, Regente canalizara seu impulso artístico e “crioulizante” sobre o próprio espaço da FUNARTE. Naqueles ensaios que ocorreriam fora do galpão, comecei experimentar o desafio de performar um instrumento musical em movimento, enquanto, de forma intermitente, caminhávamos pelo ambiente. Naqueles ensaios, percebi que não seria possível tocar enquanto caminhava a partir de métodos subjetivistas e/ou intelectualistas, apenas cuidando de reproduzir uma “frase” ou código a partir de um corpo instrumental. Cada vez mais, deveria tentar colocar em ato um corpo-articulação, aberto a se articular com os demais, pois minhas vulnerabilidades de performance musical só poderiam ser reconfiguradas com o apoio do olhar, dos gestos, do ritmo do corpo coletivo e da escuta ao Regente. Seria talvez essa a lógica que atravessa a relação trabalhador-usuários nos Centros de Convivência das redes de instituição de cuidado e apoio à saúde mental, me pergunto novamente...Ao passar da simples imitação para uma reflexão intelectualista da linguagem da percussão; da consciência da intersubjetividade do contexto de enunciação à historicidade dos outros corpos artistas e do próprio instrumento que manipulo e se conecta ao meu corpo, pude finalmente *jogar* com os demais, brincar com as “frases” propostas por Regente e, também, me arriscar a propor outras para os demais...Uma tentativa de *devir* artista-aprendiz, *devir* usuário-monitor de arte, *devir* crioulo-antimanicomial.

Figura 68 - “Crioulização antimanicomial” na FUNARTE-MG



Fonte: Autor

4.4 Epílogo às “margens”: “rastros-resíduos” de uma “crioulização antimanicomial”?

Em lugar da pergunta sobre se pode ou não o subalterno falar, invoco outra: que ocorre quando umx subalternx fala? Desse modo, procuro relocalizar uma crise que tem, por muito tempo, servido para despotencializar a nós, sujeitxs fora das gramáticas da produção de saber. Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças. Assim é que, no limite mesmo da minha pergunta, insinua-se ainda outra: pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (MOMBAÇA, 2015)

A última lição que Regente havia me transmitido durante os ensaios da bateria antimanicomial atestara a tamanha contradição de minha percepção sobre o protesto, mesmo sobre a luta antimanicomial, ainda que todos os “rastros-resíduos” de minha cartografia procurassem atentar contra a “normalidade” e “branquitude” que corrobora para reiteração da opacidade de meu olhar. Não havia tomado consciência, até então, de que a maior parte dos usuários e usuárias das instituições públicas de cuidado e atenção ao sofrimento mental eram negras e negros? Que para a construção do tema-eixo do protesto fora necessário expor, debater e se posicionar sobre as vulnerabilidades e violências que se reiteram cotidianamente sobre as supracitadas sujeitas e corporeidades? Ainda, que a estética da performance antimanicomial, estrutura do protesto em alas, como uma escola de samba, o próprio sambaredo, figuras de destaque, bateria, eram “rastros-resíduos” da negritude? Que aquilo que nomeei no capítulo anterior como “imaginário antimanicomial” opera pelo acolhimento de diversas gentes e modos de existências, investindo assim em práticas de cuidado que buscam afirmar, compor e “artesanar” pela heterogeneidade para que assim produzam “experiências utópicas” e “heterotopias” (LAVAL apud FOUCAULT, 2018)? Finalmente pareceu que comecei a experienciar a “desposseção” que Butler (2012) havia indicado como uma das possibilidades e caminhos de resposta política dos agentes de saber hegemônico...

A “contradição performativa” que Regente produzira sobre mim ao colocar em primeiro plano a historicidade e especificidade da negritude que constituí corpos, arranjos e performances da bateria antimanicomial me exigiram a convocar um teórico decolonial negro que pudesse me fornecer o arcabouço que me faltava para tentar nomear um processo corporificado em específico, que atravessa e constituí o próprio “imaginário antimanicomial”. A partir de Edouard Glissant, proponho que o processo de produção da estética política antimanicomial indica a evidência de um processo sócio-histórico mais amplo que por seus atores é corporificado e colocado em ato, acrescentadas também as singularidades antimanicomiais: a “crioulização antimanicomial”.

A teoria poético-política de Édouard Glissant (2005) possui uma importante tese: o contato fulminante estabelecido entre culturas no mundo, certamente intensificado pela globalização contemporânea, ainda que produtora de choques irremissíveis e guerras impiedosas, têm produzido importante e dolorida transformação da consciência de grande parte das humanidades. Por efeito, a experiência identitária do “ser”, para ser válida e reconhecível contemporaneamente, não mais pode se dar exclusivamente por um predicado de exclusividade e oposição para com relação a outras entidades e modos de existência (GLISSANT, 2005, p.18). Para Glissant, esse fenômeno global é eminentemente político, haja vista que desafia sistemas de poder estabelecidos, de pretensões hegemônicas e universalistas, sendo efeito daquilo que ele considera como “crioulização do mundo”. Mas qual a especificidade de tais de processos de “crioulização”? Por que processos de “crioulização” são entendidos por Glissant como potências políticas que se opõem a “sistemas de pensamento” de cunho colonialista³⁰?

Na análise de Glissant, os processos globais migratórios que se estabeleceram na modernidade, sobretudo aqueles impulsionados de forma violenta pelos projetos coloniais europeus, atuaram sobre povos africanos de forma com que esses fossem despojados de toda e qualquer possibilidade de reprodução simétrica de suas línguas, culturas e modos de vida nas colônias em que foram deslocados. Não obstante, nos contextos da Neo-América em que os negros despojados de quase tudo foram deportados (ilhas ao sul dos Estados Unidos, costas caribenhas e inclusive o Brasil), elementos sobreviventes das culturas africanas foram ainda brutalmente inferiorizados e suprimidos, ainda que mobilizados como potência de resistência e vida. Entrementes, tal despojamento nunca fora definitivo e, por efeito, produziria efeitos dos mais imprevisíveis nos contextos onde seus “rastros/resíduos” foram novamente potenciados (ibid., p.19-20).

Os migrantes africanos deportados contavam, ainda que talvez unicamente, com poderes da memória, ou melhor, com pensamentos de “rastros/resíduos”, que sobreviveram das reiteradas operações coloniais de destruição e despojamento que atuaram sobre suas existências. A partir da potenciação desses “rastros/resíduos” negro-africanos nos contextos coloniais, os deportados-despojados produziram, ainda que talvez por necessidade de resposta às suas urgências de preservação, relações e agenciamentos com elementos outros que lhes

³⁰ “A palavra “crioulização”, obviamente, vem do termo crioulo(a) e da realidade das línguas crioulas. E o que é a língua crioula? É uma língua composta, nascida do contato entre elementos heterogêneos uns aos outros. (GLISSANT, 2005, p.18)”

eram menos ou mais disponíveis nos contextos coloniais. De tais operações e arranjos criativos, podemos elencar como resultantes, como indicado por Glissant, as línguas crioulas do Caribe, os ritmos musicais americanos-zydeco na Louisiana, o jazz de Nova Orleans e, poderíamos acrescentar, as múltiplas manifestações artísticas e religiosas brasileiras, como o samba, o carnaval e o candomblé (ibid., p.20-21).

Ao processo de criação de arranjos de relações entre elementos heterogêneos, sobretudo aqueles que foram operados e ainda são colocados em operação a partir de pensamentos de “rastros/resíduos” resultantes de despojamentos coloniais, Édouard Glissant os nomeia como “crioulização”. Tal operação possui como características que lhe distinguem de outras modalidades de composição poética humana, tal como a mestiçagem, por apresentar os seguintes predicados (ibid., p.22): a) composição por elementos heterogêneos que “se intervalizam”, ou seja, em que não operam pela degradação ou diminuição de uns pelos outros; b) a resultante de tal composição e/ou contato possui necessariamente graus variados de imprevisibilidade; c) atua contra a “unicidade da língua”, ou seja, depende necessariamente da existência de diferenças que se encontram, se ajustam, se afinam e que produzem o imprevisível: “Se não há diferença, não há relação”, afirma Glissant (ibid., p.67; p.115).

A potência política da “crioulização” se dá, para Glissant, tendo em vista sua franca oposição aos sistemas de pensamento coloniais ou “pensamentos de sistema” que, ainda hoje, operam a partir de pretensões de universalidade, purificação e dominação de existências, corporeidades e identidades³¹. Tal oposição se justifica pois, para o Glissant, a “crioulização” é sempre “barroca”, ou seja, se opõe à pretensões de universalidade “classicistas” que operam pelas vias da legitimidade, tendo em vista que seus valores são sempre particulares colocados em relação simétrica, ainda que não completamente equivalentes, e que por isso envolvem forças que, em alguns casos, se expressam de forma violenta³² (ibid., p.62-63). Tendo em vista tais características, seria possível afirmar sobre a existência de um tipo de agente ou agência com maior probabilidade de tornar-se promotora de processos de “crioulização”?

Glissant nos indica que há uma certa identidade, ou melhor, singularidade poética ou artística que coloca em movimento os processos de “crioulização”. Tal singularidade nos

³¹ “O pensamento do “rastros/resíduos” me parece constituir uma dimensão nova daquilo que é necessário opormos, na situação atual do mundo, ao que chamo de pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento. Os pensamentos de sistema ou os sistemas de pensamento foram prodigiosamente fecundos, prodigiosamente conquistadores e prodigiosamente mortais. O pensamento do rastro/resíduo é aquele que se aplica, em nossos dias, da forma mais válida, à falsa universalidade dos pensamentos de sistema” (GLISSANT, 2005, p.19).

³² “A crioulização compreende a violência no sentido total da palavra compreender, ou seja, ela integra a violência. (...) pode haver crioulizações sem violência (...) estou procurando exemplos e não encontro!”

aponta para a figura daqueles que contribuem para levar as humanidades a compreenderem, ou mesmo admitirem “inconscientemente”, que a alteridade não é inimiga, que o contato com a diferença não é uma negação de si, uma corrosão ou diluição; ainda que implique em transformação. Também, é a singularidade que faz emergir e aproxima “imaginários do mundo” e “visões proféticas do passado” que apontam para outros possíveis mundos quando os “castelos de areia” começam a entrar em falência (ibid., p.68-69).

Assim sendo, se existe algo como uma singularidade artística “crioula”, que poderia ser por nós mobilizada como uma ferramenta para detecção e análise de processos de “crioulização”, esta não seria aquela que se remete ou produz modelos e arranjos identitários de “raiz única” (fixa, intolerante) mas “rizomática”, no sentido de que não busca a si mesma, mas sempre outrem. Por esse motivo, por implicar numa ação que é exógena e que deve se pautar pela capacidade de simetria e intervalorização, a “crioulização” implica numa certa *poiesis* ética, ou melhor, numa “poética da Relação” com o outro, haja vista que depende sempre da diferença e diversidade para não se tornar colonial, dominante, universal e, com tal movimento, dissolver a alteridade em si mesma. O caso extremo da “crioulização”, portanto, seria o “não-identitário”, o “diluir-se no ar”; ainda que tal efeito seja sempre uma impossibilidade, haja vista que “algo sempre nos mantém” (ibid., p.117).

Acredito que, até aqui, já possuímos importantes recomendações espitemicas sobre o que caracteriza um processo de “crioulização” e porque é caracterizado por Glissant como um movimento político e contra-colonial. Contudo, Glissant nos dá fomento para também considerar que a “crioulização” opera como um método que, talvez, possa ser mobilizado como um instrumento cartográfico. Justifico esta proposição pois a “crioulização” é operada pela recusa a pretensões de universalidade, se aplica pela resistência ou contestação de pensamentos que operam por *profundidade*, ou seja, que buscam um universal a partir de fundamentos e essencialismos. Destarte, a “crioulização” e, porque não, um método de pesquisa “crioula” opera por *extensão*, ou seja, buscando verificar como os “pensamentos de rastro/resíduo” produzem contextualmente redes e arranjos de relações entre elementos heterogêneos, de que forma tais elementos se intervalorizam, e quais os efeitos derivados de tais composições e compósitos (ibid., p.111). Por isso, pela recusa ao fundamento, um “método cartográfico crioulo” não operaria por métricas, mas pela capacidade de realizar uma “medida da desmedida do mundo”. Desmedida não por pretender-se um método anárquico, mas pela pretensão de aferir a diversidade e porque motivos a simetria entre elementos e entidades não é reproduzida socio-historicamente; “desmedida da desmedida” portanto, como

nos afirma Glissant, considerando que procura recusar medidas, operando assim uma desmedida, para afirmar sobre os efeitos de desmedida, ou seja, da desigualdade que as medidas hegemônicas produzem no mundo (ibid., p.112). Em suma, desmede a medida para verificar as desmedidas provocada por sistemas hegemônicos de medida. Um indicador ou coeficiente radical da igualdade e democracia?

Se arranjos interacionais “crioulos”, ou seja, que reúnam grande heterogeneidade de elementos a partir de uma intervalorização simétrica dos mesmos depende de uma “poética da Relação”, como essa proposição poderia se conectar com aquilo que tenho nomeado como “imaginário antimanicomial”? Proponho que a especificidade da “crioulização antimanicomial” opera por uma “poética do cuidado”, de forma que esta permita o abrigar de distintas vulnerabilidades para, assim, criar condições de possibilidade para que as mesmas possam colocar em ato suas potências criativas, políticas, artísticas e transformadoras da realidade; potências estas que, “crioulas” por excelência, podem permitir, assim como ocorrera comigo:

(...) conceber que na minha relação com o outro, com os outros, com todos os outros, com a totalidade-mundo, eu me transformo permutando-me com este outro, permanecendo eu mesmo, sem negar-me, sem diluir-me. É preciso toda uma poética para conceber esses impossíveis. É por isso que acredito que, em nossos dias, o pensamento poético esteja no princípio da relação com o mundo. (GLISSANT, 2005, p.121, nosso grifo)”

Após ter proposto a mim mesmo, de forma tardia, que os “rastros-resíduos” que estava colhendo-gerando em minha cartografia correspondiam a, talvez, um processo interacional que poderia ser nomeado como “crioulização antimanicomial”, caberia verificar como tal fenômeno poderia ser compreendido no protesto do “18 de Maio”. Para isso, contei com a perspectiva de meu corpo branco que tentava “crioulizar” a si mesmo enquanto acoplado aos outros corpos e engrenagens do maquinário antimanicomial, com o próprio espaço pretensamente público que seria reivindicado pelo seu “aparecer”, e com o ímpeto de produção de “heterotopias” e “crioulizações” que os “povos antimanicomiais” colocam e mato. Nesse movimento, numa escala macro-social, também almejo conectar o próprio protesto à democracia mais ampla que, ao mesmo tempo, é tanto sua condição de possibilidade como alvo de interrupção para a verificação de seus pressupostos de igualdade.

Capítulo 5: “Intercâmbio ‘loucura’ e ‘sanidade’”

5.1 Perspectiva molecular: micro “heterotopias” e “crioulizações” no “dia de luta antimanicomial”

No ano de 2019, o protesto do “dia de luta antimanicomial”, cuja data histórica de realização é inclusive utilizada como sinônimo do evento, o “18 de Maio”, ocorreria no dia 17 daquele mês, numa sexta-feira. Tal mudança na data do protesto, que não impactara sua forma de nomeação, poderia ser compreendida tanto como estratégia quanto como uma reconfiguração de vulnerabilidades político-comunicativas, por pelo menos dois motivos: a) de um ponto de vista logístico, organizar o protesto durante a semana diminuiria os custos de agenciamento e deslocamentos dos corpos e arcabouço expressivo que iriam compor a performance antimanicomial, considerando que trabalhadores e usuários já estariam semi-mobilizados nos Centros de Convivência, que também seriam pontos de partida dos ônibus de transporte agenciados pela luta antimanicomial; b) de um ponto de vista político-comunicacional, ainda que com maiores custos, riscos e vulnerabilidades para performar o protesto em meio ao intenso fluxo da vida cotidiana do centro urbano, o “aparecer” desses corpos e a probabilidade dos mesmos produzirem “contradições performativas” de larga escala quase necessariamente implica uma reconfiguração dos tempos, espaços e fluxos “normais” da cidade para que, assim, produzam na população pelo menos a curiosidade de se informar sobre o que está acontecendo; teria que ser durante um dia de semana útil, portanto. Sobre o plano de deslocamento do protesto pela cidade, o coletivo tradicionalmente se agrega em na Praça da Liberdade para seguir até a Praça da Estação, onde o evento se encerra, nas regiões centrais de Belo Horizonte.

Naquele ano em que meu corpo viria a compor a bateria antimanicomial, pude assumir um ponto de vista que, em relação aos últimos quatro anos em que estive presente às “margens” do evento, me era especial. A partir desta oportunidade e considerando as conclusões parciais que a cartografia até então me apontara, procurei examinar de que forma as performatividades derivadas das “cenas de aparecimento” e “crioulizações antimanicomiais” introduziram diferença no espaço urbano da cidade de Belo Horizonte, em escala micro-interacional. Posteriormente, no epílogo deste capítulo, procurarei afastar o meu olhar, refletindo sobre a performatividade do protesto em escala ampliada, buscando compreender o que aqueles “povos” que foram corporificados no protesto, cuja origem remonta ao imaginário sonhado nas deliberações antimanicomiais, poderia nos levar a refletir sobre a própria democracia que é causa e objeto da “invocação” dos mesmos.

Ao chegar na Praça da Liberdade às 14 horas, quando o início do protesto estava previsto, pude presenciar como o início do processo de “crioulização antimanicomial” fora reconfigurando a paisagem da Praça da Liberdade. Corpos fantasiados começavam a se agregar em pequenas escalas, como “moléculas”, principalmente formadas por grupos de usuários e estudantes universitários. A partir de micro interações na praça, as “moléculas” capturavam a atenção daqueles que passavam no cenário urbano ou que simplesmente se sentavam em seus bancos, alterando inevitavelmente seus corpos, seus olhares e círculos de atenção. Nas ruas que margeavam a praça, o fluxo de carros e ônibus também se alterara para dar passagem aos que, a cada instante, se agregavam em maior volume.

Figura 69 - Primeiros “rastros-resíduos”



Fonte - Autor

As usuárias e usuários, cujos corpos foram reconfigurados a partir do repertório artístico que por eles fora produzido nos Centros de Convivência, eram constantemente agenciados por corporeidades outras que, com grande probabilidade, nunca tiveram a oportunidade de ser afetados pelos primeiros e os afetar em troca. Na figura 70 abaixo, por exemplo, pude verificar uma possível “micro-crioulização”, uma composição estético-política que operava como um pacto entre heterogêneos que não reduziam seus elementos uns aos outros. Enquanto um usuário negro portava bandeira que indica a aliança política entre a luta feminista e LGBTQI+, as estudantes, portadoras originais daquela bandeira, acoplavam seus próprios corpos junto ao primeiro que, ao centro da foto, portava uma coroa, afirmando, no

mínimo, seu direito à assembleia e “aparecer” cidadão. Seja por motivação e/ou efeito, aquele agenciamento viria a reverberar para além daquele instante, daquele território físico, quando se multiplicasse e se tornasse memória digital de um encontro singular, não planejado, nas redes sociais dos corpos envolvidos; “contradição performativa” perante as normatividades e institucionalidades que buscam reiterar o corpo do usuário às margens do espaço pretensamente público, físico ou digital.

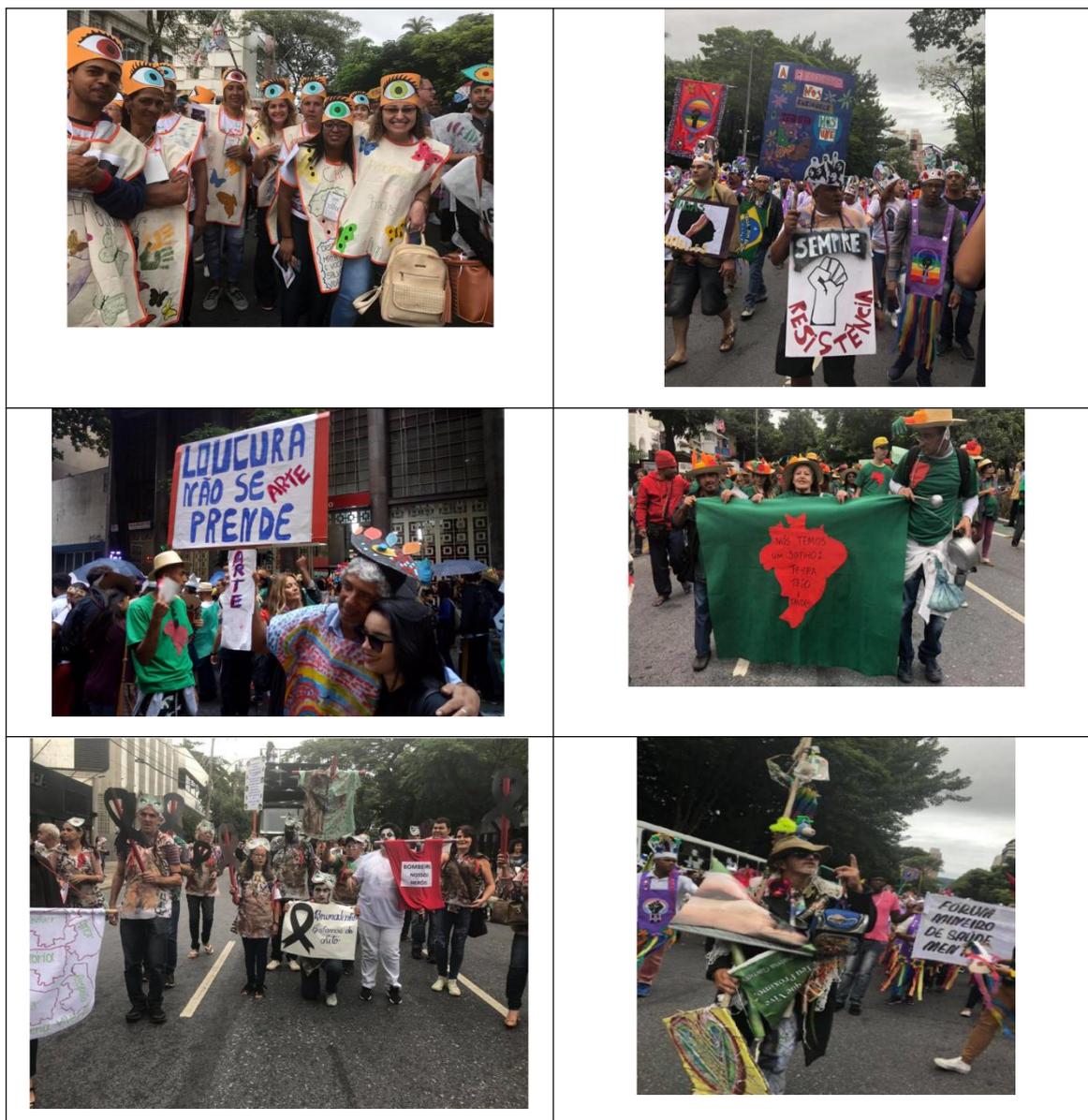
Figura 70 - Efeitos performativos?



Fonte - Autor

Mas a que poderia ser atribuída a eficácia simbólica daquelas fantasias no que tange a atração que causaram em atenções, olhares e outros corpos? Estaria na correspondência de valor generalizadamente atribuída aos elementos materiais articulados na mesma, como tecidos, lantejoulas, grafias e tinturas? Na correspondência a modelos e parâmetros ideais de se fantasiar num baile de carnaval ou protesto político? No simples ato de vestir-se de forma a contestar códigos de conduta que dizem da adequação de um dado vestuário ao contexto urbano cotidiano? Ou, simplesmente, na própria expressão da capacidade de fantasiar-se com aquilo que fora possível produzir coletivamente, afirmando assim a autonomia do criar perante o criado, ainda quando precário? Seja como for, apenas um parâmetro na produção daquelas fantasias me pareceu que deveria ser atendido e que diz da potência de uma “estética da precariedade”: amplo grau de acessibilidade e abertura, no sentido de que as fantasias deviam possibilitar o maior número de pessoas a fantasiar-se de forma semelhante e, por extensão, que outros grupos pudessem fazê-lo segundo suas capacidades, autonomias e vulnerabilidades.

Figura 71 - Estéticas e “artesanias” antimanicomiais



Fonte - Autor

Ainda que as fantasias do protesto antimanicomial pudessem ser avaliadas pelo seu alto coeficiente de acessibilidade e criatividade, tendo em conta que sua estética opera pela inter-valorização de elementos heterogêneos que não se reduzem ao seu valor de troca monetária, identifiquei que “rastros-resíduos” do imaginário político construído na deliberação antimanicomial agiam como “fios-condutores” das “artesanias” produzidas nos Centros de Convivência. Esta proposição, que verifiquei cartograficamente com maior intensidade quando me deparei com as alas do protesto, pude também atestar de forma corporificada num arranjo em especial.

Nas deliberações antimanicomiais, proposições para realização de homenagens a figuras históricas da luta antimanicomial foram especialmente recorrentes, especialmente a

partir das falas dos usuários e usuárias, como Profeta. Mesmo que estas propostas de memória tenham sido acolhidas de forma positiva pelo coletivo, a questão que não fora resolvida na deliberação era acerca de como corporificar as memórias de figuras históricas da luta antimanicomial no protesto. Me deparei com a resposta da “artesanaria” antimanicomial ao cruzar a Praça da Liberdade, momentos antes de me encontrar com os membros da bateria antimanicomial. No meio da praça, me deparei com um “maquinário de memória” que portara pinturas dos rostos de figuras históricas da luta antimanicomial, como Nise da Silveira, Franco Basaglia e César Campos. Por um momento, achei a ideia bastante criativa, haja vista que os retratos dos homenageados estavam alocados em espécies de vagões de trem, que me remeteram a mini-alias do protesto. Mas aqueles quadros permaneceriam estáticos? Poderiam aquelas memórias corporificadas também performarem no protesto? Posteriormente descobriria que sim, a partir dos corpos em aliança que são o motor do próprio “dia de luta antimanicomial”: as usuárias e usuários.

Figura 72 - Corporificação de memórias: os que amam não serão esquecidos



Fonte - Autor

A experiência de encontrar os colegas com quem fabulei, experimentei e ensaiei um tema, proposta e performance de reivindicação por pelo menos três meses, ainda que em espaços-tempos descontínuos, fora empoderadora. Quando os cumprimentei e fui cumprimentado pelos demais, que me identifiquei e fui por esses identificado a partir de memórias compartilhadas, vestuário, interpretação comum de códigos e “frases” musicais, enquanto realizávamos um último ensaio antes do protesto, afecções que estava experimentando individualmente, de desencaxe para com as “normas” e códigos de conduta urbanos, especialmente quando cheguei a Praça da Liberdade, foram contestadas em mim. Mas que tipo de termos seriam os mais adequados para que eu nomeasse aquilo que ocorria em meu corpo?

Num primeiro momento a experiência de desencaxe de performar a mim mesmo perante múltiplos olhares de avaliação da “sociedade”, que na verdade derivaram de singulares corpos que reproduziam códigos, corpos e movimentos “normais” no cenário urbano, me causavam desconforto, timidez. Posteriormente, o encontro, acolhimento, identificação e exemplo dos demais membros da bateria antimanicomial fizeram com que eu experienciasse uma certa “desposseção” de mim mesmo, de meu ímpeto de conservação de minha individualidade, história e identidade...deveria tornar-me articulado e “consoante” com outros que não eu mesmo, por uma coletividade que eu constituía, me constituía e ao mesmo tempo me transcendia...Mas onde se iniciara esse processo de “desposseção”? A partir de doses do “remédio anti-covardia”, aplicados homeopaticamente, ao longo de três meses?

Figura 73 - Moléculas a caminho de formar um corpo coletivo





Fonte - Autor

A experiência de “desposseção” que se iniciara a partir de minha experiência individual de desencaixe de mim para com normas e códigos de conduta social generalizados fora intensificada pelo encontro com abundantes “rastros-resíduos” de “crioulização antimanicomial” que recodificaram e (re)territorializaram a Praça da Liberdade. Posteriormente, a “desposseção”, que garantira um maior coeficiente de abertura para que meu corpo pudesse afetar e ser afetado pelos demais, permitira que meu vulnerável corpo e identidade de indivíduo, observador e cartógrafo fosse reconfigurada, a partir do acoplamento com o instrumento musical que iria manipular e com os outros corpos, movimentos e olhares da bateria antimanicomial, reconfigurando a mim mesmo como membro de um coletivo de percussão, participante e manifestante. Ainda que deveria conservar algo de minha individualidade, de minhas capacidades e repertório artístico para estar “consoante” com meu grupo, ao nos colocarmos em movimento em direção as demais alas do “maquinário” da performance antimanicomial, fui novamente surpreendido. Quando vislumbrei que não éramos apenas “moléculas” transitando no espaço público, mas um grande agregado de corpos que só poderia ser medido em escalas “molares”, atingi o ápice da “desposseção”. Daquele momento até o final do protesto, a resultante de forças que seria determinante para que meu corpo se movesse ou ficasse parado, tocasse o tamborim ou tirasse fotografias, que interagisse com o próximo ou cantasse para sujeitos indeterminados, seriam os coletivos, os “povos” corporificados.

Figura 74 - Entre “povos” indígenas



Fonte - Autor

Se no primeiro momento do protesto antimanicomial meu corpo-perspectiva havia operado enquanto instrumento de “observação-participante”, gerando-colhendo “rastros-resíduos” da “crioulização antimanicomial” que havia se iniciado na Praça da :Liberdade, agora, chegava o momento de reconfigurá-lo para “participar-observar”. Ainda que de forma “esquizo”, conservando algo de minha individualidade e identificação para com o trabalho cartográfico que ali estava realizando, outras partes de mim deveriam se conectar aos demais corpos da bateria antimanicomial para produzir o “batimento cardíaco” de um corpo coletivo que, ao mesmo tempo, eu constituía, mas que me englobava; que dependia de minha individualidade para potenciar a coletividade mas que a circunscrevia; ali estava “eu”, entre abrigado e protegido, limitando e induzindo meu leque de ações. Com a câmera na mão, eu agia como “cartógrafo” que se esforçava para capturar “rastros-resíduos” daquilo e daqueles que me englobavam, singularidade que almejava escapar da alteridade e enquadrar o todo; com o tamborim na mão, eu era parte daquele todo, o corporificava, o reproduzia a partir da “consonância” com suas demais moléculas, que compartilhavam “rastros-resíduos” dos códigos que eu interpretava e reiterava, e que, ao mesmo tempo, indicavam que não nos reduzíamos uns aos outros.

Figura 75 - Entre “povos” sem-terra, sem-tetos, tan-tans, militantes e esquerdistas



Fonte - Autor

Enquanto caminhávamos e “crioulizávamos” as ruas e avenidas da cidade, pude também me deparar com outros sujeitos que, a partir dos seus corpos, estavam realizando experimentações performáticas de si. O primeiro deles fora Vôzinho, usuário com que me encontrei em quase a totalidade das reuniões da ASSUSAM-MG e do Fórum Mineiro de Saúde Mental. Em todas as interações que estive presente com o mesmo, raras foram as vezes em que o vi se inscrever para falar em público. Também, sempre se sentara nas últimas fileiras desses eventos, muitas das vezes solitário. Quando o vi ali, tocando tamborim de forma exemplar, pude perceber que aquele era o contexto em que gostaria de “aparecer” para os demais, expressar seu ponto de vista sobre a luta antimanicomial, sobre política, sobre si mesmo, a partir da linguagem que melhor expressa suas potências: a arte e a música. Já não era um corpo estático, silencioso, posicionado às margens de um processo interacional; agora, em movimento, sonoro e acoplado e “consoante” com os demais...ainda que conservasse, pela cores, sua singularidade.

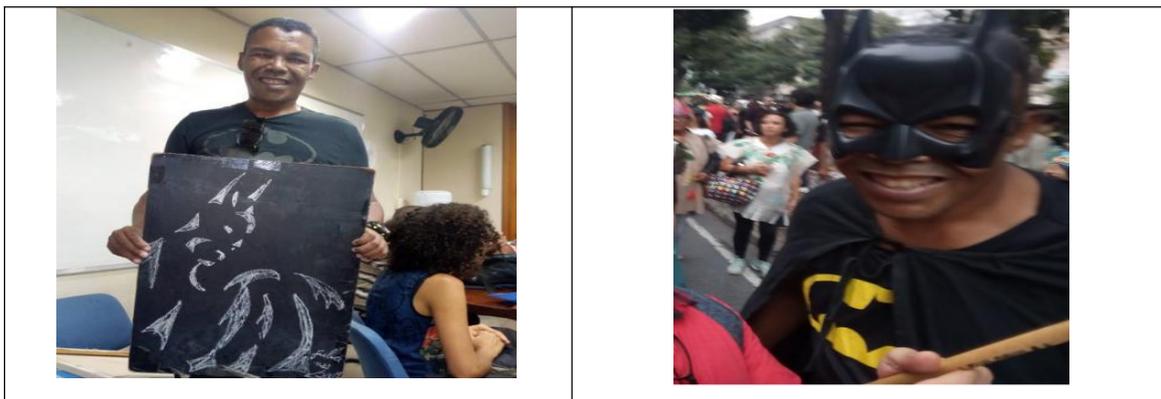
Figura 76 - Singularidade consoante à totalidade



Fonte - Autor

Outro corpo que talvez experimentava a “desposseção” e reconfiguração de sua “performance de si” fora Bruce. Ainda que ele já me indicara em múltiplos encontros seu gosto e identificação com super-heróis, inclusive produzindo os seus a partir de criatividade artística com o desenho, Bruce também resolvera corporificar-se num deles, marcando também o protesto com sua singularidade, “assinatura”:

Figura 77: Imaginários e desposições corporificadas



Fonte - Autor

Tendo em vista a multiplicidade de corpos experienciando múltiplas “desposições” e formas não cotidianas de “performances de si”, mesmo que acoplados para reverberar a causa, sonho e mensagem “antimanicomial”, não deveria ter me causado surpresa o encontro com agentes cuja função social era zelar por uma exata correspondência entre corpos, nomes e papéis sociais. Ainda que num breve relance, pude registrar um “rastro-resíduo” de um encontro que se estabelecera entre um dos atores do protesto com os agentes supracitados. Só pude imaginar o diálogo: “O que está acontecendo aqui? É um desfile de carnaval? Protesto de esquerdistas? Uma fuga de um “manicômio?”...Talvez aquele senhor tenha respondido: “Um protesto dos sem-terra, das feministas, dos negros e negras, dos comunistas, dos usuários e usuárias atuais e potenciais do SUS...O dia em que os esquecidos “aparecem” para ser lembrados, o protesto antimanicomial!”...Naquele evento e em todos os anos que estive presente, a polícia circunscrevia as margens do protesto, não apenas para garantir que a “ordem” pudesse fosse retomada nas ruas e avenidas que ficavam a nossas costas, mas também, especulo, para que a “crioulização” não se contagie pela cidade, “desposuindo” e acoplando novos corpos naquele “maquinário”.

Figura 78 - Encontro com a norma



Fonte - Autor

Quando deslocava meu corpo para acessar uma perspectiva mais distante, desacoplada do todo, o protesto fornecia múltiplos indícios que corroborariam para que o mesmo fosse enquadrado como um desfile de carnaval. De tal perspectiva afastada, notara que a potência e impacto estético da disposição carnavalesca daqueles corpos caracterizados e em movimento era altíssima. Todavia, naquelas ocasiões, tive a impressão que a duração da protesto diminuía, assim como acontecia quando nos deslocávamos em ruas e avenidas mais largas, como que por efeito de uma menor resistência a passagem da manifestação-desfile. Contudo, nos cenários supracitados, o acréscimo de escala para se deslocar contribuía com um aumento da potência de “aparecer” e afetar o regime estético mais amplo da cidade; ainda que isso o acelerasse e contribuísse para seu próprio fim.

Figura 79 - Longe demais



Fonte - Autor

Quando o espaço público se comprimia, meu corpo experimentava outras modalidades de acoplamento e arranjo para com os demais. Com a compressão do espaço, a distância entre corpos diminuía e, por efeito, a ordem do protesto e a delimitação das alas se vulnerabilizava. No que se refere a bateria antimanicomial, a supracitada vulnerabilidade na organização geral do corpo coletivo permitia que suas “moléculas”, nossos corpos, se reagrassem de novas maneiras. Um padrão de articulação que ocorrera nos espaço-tempos supracitados se dava a partir de um agenciamento mais próximo com a rainha de bateria, príncipe, princesa, mestresala e porta-bandeira do protesto conosco, os percussionistas. A partir dos arranjos estabelecidos entre nós, produzimos vários gestos e jogos interacionais improvisados, “crioulizações” de pequena escala.

Figura 80: Perto demais



Fonte: Autor

Em arranjos cênicos como aquele descrito no parágrafo anterior, me pareceu que o coeficiente de “crioulização antimanicomial”, que diz do agregar e compor de corpos e elementos heterogêneos que não se reduzem uns os outros mas se intervalorizam de forma simétrica, se elevava consideravelmente. Naqueles espaços comprimidos, tive maior tempo para afetar e ser afetados por aqueles que estavam às margens do desfile. Numa escala interacional reduzida, estávamos mais próximos dos pedestres, dos comerciantes e dos demais atores que atravessavam, interagiram, habitavam e/ou trabalhavam no centro urbano. Dos prédios, enquanto algumas pessoas apenas observavam, verifiquei que outras acenavam e produziam gestos para nós, que estávamos nas ruas. Nas portas dos comércios, vendedores e vendedoras interrompiam suas ocupações e funções para verificar o que acontecia. Alguns corpos mais “contaminados” pela “crioulização antimanicomial” também vieram se acoplar e performar conosco. No meu caso específico, uma senhora perguntara a mim e aos demais se podíamos emprestar os instrumentos para que as crianças que estavam com ela participassem. Não tive dúvidas em abrir mão do meu tamborim para que as mesmas pudessem experimentá-lo...fora assim, a partir de um breve contato com a “crioulização antimanicomial”, que acabei por querer compreender o quê, naquele protesto, havia me afetando tanto...que outras experimentações aquelas crianças e outras sujeitas e sujeitos que se afetaram pelo protesto produziram posteriormente a partir do contato com aquele coletivo? Que “rastros-resíduos”

daquele protesto antimanicomial tornar-se-iam relatos, memórias, sonhos? Que significações e enquadres serão produzidos, reconfigurados e/ou contestados no que se refere a rotulações e enquadres sociais que se reiteram generalizadamente sobre usuárias (os), trabalhadoras(es), familiares, apoiadores e instituições de cuidado e atenção à saúde mental?

Figura 81 - Corpos em aliança em sua “desposseção”: de mãos dadas contra-correntes



Fonte - Autor

Uma última performance marcaria a “desposseção” final do corpo coletivo que atravessara, desfilara, protestara e contagiara o espaço urbano. Como se aquela fosse a própria “assinatura” final do tema-eixo do protesto, as diversas gentes, corporeidades e singularidades que experimentaram performances outras de si pela defesa do outro, singularidades que, acopladas, compuseram um todo consoante que as englobava mas que não as sintetizava numa unidade homogênea, deram as mãos e giraram, numa ciranda, ao som da bateria antimanicomial. Promessa de solidariedade e cuidado. Promessa de presente, memória e retorno. Promessa de sonhos e “povos” outros por vir, em resposta ao esquecimento e ameaça de vidas e direitos precarizados...”povos” que podem se articular e corporificar a partir de um simples ato de dar as mãos...desde que exista um “entre” elas, um feixe de relações de cuidado e “desposseção” recíproca que as permitam agenciar e compor novos “remédios anticovardia”, permitindo que a “crioulização antimanicomial” se reitere em diversas outras interações, escalas e contextos

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Deixa eu falar? Engraçado (...) o choque, eletrochoque, é aplicado a todo louco antigo, a todo louco que tá começando a crise, para experimentar (...) mas o pior choque é o

choque da rejeição (...) tive lá no sul, num centro de saúde mental lá (...) tinha um mau uso do serviço (...) aquilo não dava pra dormir, aquilo não era lugar pra jantar, aquilo não era lugar pra conviver! Era lugar pra ser amarrado e tomar remédio! (...) Quando eu chego lá, no CERSAN que eu vou, eu quero é descansar meu esqueleto, e não é 15 minutos. Eu quero dormir! Eu quero apagar! Mas não é com remédio! Eu não quero tomar porrada! Vou te falar o que é mau uso do serviço (...) quando levaram uma menina que tava surtada, deram um “aldol” pra ela, dispensaram ela e falaram com ela: você não é daqui, você não é da grande BH! E ela era de BH (...) Aí, quando veio o outro lá, desesperado, sozinho, fortíssimo! Todo mundo achando que ele era perigoso (...) ele não era perigoso! Só porquê ele é do interior tem que ir pro Raul Soares, pro Galba Veloso (...) Porquê que não acolhe? E aí, chego mais cedo lá, estão os leitos, de noite, tudo ocupado, o chão ocupado, o espaço todo ocupado...

...E quando teve o esvaziamento da cidade depois da barragem, de Macacos? Porquê a porta dos mais altos não abriu para eles entrarem? Não são vizinhos? Não são conterrâneos? Porquê não abre a porta? O que impede uma liberação da água (...) para quem não tem dinheiro, nem pra comprar um maço de cigarro (...) porquê não? (...) Um maço de cigarro é 13 reais, um pacote de cigarro é 13 reais! (...) E aí, quando pede para largar o cigarro, porquê o cigarro faz mal, aí caí na maconha, caí no *crack*...

...Pergunto: somos loucos ou somos covardes? (...) A covardia leva a gente a menosprezar o irmão! (...) A gente não percebe que tem gente se preparando pra suicidar, ou pra surtar, e você preocupado com seu vestibular, com seu trabalho, com seu salário todo mês, e esquece que se você sobe (...) se todo mundo subir um degrau, 10 degraus, esquece que tem que ter gente no nono, no oitavo, no décimo primeiro, no térreo tem que ter gente! E outra coisa (...) se eu to no décimo andar, vou experimentar passar uma noite na rua (...) Não posso, é perigoso (...) Mas como é que é? Trocar de casa, intercâmbio de loucura com sanidade? Abrir as portas da casa (...) quantas vezes na sua vida você transportou um louco, ou uma pessoa em surto?

Cartógrafo (estudante, homem, branco) Vamos concluir Di Terra...

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Afago com a Anti-covardia: Sem perder a riqueza de todas as possíveis e passíveis esperanças...sim? ok? sim! (...) Os que foram, são lembrados pelos que o amam, já os que odeiam, virarão passados, virarão bala de festim e serão esquecidos, sim? Ok? Sim, sim, sim, sim! (...) Você pode ter o que pedir; e cedo ou tarde vai ganhar...eu pedi o bem do inesperado e pedi para amar indiscriminadamente. Gastei e ainda gasto, beijos e abraços com a delicadeza. Dos lírios, com certeza de amar com a fórmula líquida e sólida da anti-covardia. (...) Liberdade ainda que Lé-Lé e que Tam-Tam! Melhor que o carinho é o amor. Com amor tudo nasce, nasce lírios, nasce flor (...) A rosa de Hiroshima nunca mais. A anti-covardia que nos traga a paz! Melhor que o carinho é o amor”.

5.2 Epílogo de uma perspectiva democrática: A “invocação” dos “povos antimanicomiais”

No tópico anterior, procurei considerar os efeitos infinitesimais que a “crioulização antimanicomial” produzira em seu desdobramento espaço-temporal no espaço urbano. Neste epílogo, refletirei, de uma perspectiva mais “afastada”, sobre outra performatividade característica de manifestações políticas coletivas que apontam para uma potência singular do protesto antimanicomial: a invocação, corporificação e encenação dos “povos antimanicomiais”.

No último capítulo da obra “Corpos em Aliança” (2018), que não apenas inspirou e conduziu meu olhar durante a cartografia, como também parece se aliar com a própria episteme, lógica e prática política do “dia de luta antimanicomial” no ano de 2019, verifica-se que Judith Butler reflete acerca de um certo tipo de “decreto performativo”³³ que, ainda que não se registre em atos de fala explícitos, é colocado em por protestos políticos. Concebendo o “aparecimento” na cena pública como pré-condição para uma das mais importantes modalidades do fazer político democrático, Judith Butler propõe que, mesmo após processos eleitorais, quando uma transferência da soberania popular para um governo é legitimada, um direito prévio de formação de assembleia resguarda um “quantum” da soberania da população em relação aos eleitos e ao próprio poder do Estado que, para que se caracterize como democrático, deve zelar pela própria liberdade de assembleia, “porque é apenas nessa condição de separação que eles (a população) podem continuar a contestar as condições e os resultados das eleições, bem como as ações dos oficiais eleitos” (ibid., p.155). Tendo em vista esse “quantum” de soberania que permanece latente na população, quando “nós, o povo” é decretado por uma assembleia e manifestação política, uma espécie de “intervalo anarquista” ao mesmo tempo salvaguarda o Estado democrático de direito e, também, introduz uma descontinuidade no mesmo por vias de contestação de precariedades reiteradas e/ou intensificadas contra o próprio “povo”:

Um regime eleito pode ser interrompido ou derrubado por essa assembleia de pessoas que falam “em nome do povo”, representando o mesmo “nós” que detém o poder da legitimação definitiva sob as condições de um regime democrático. Em outras palavras, as condições do regime democrático dependem por fim de um exercício de soberania popular que nunca é completamente contido ou expressado por nenhuma ordem democrática em particular, mas que é a condição do seu caráter democrático. Trata-se de um poder extraparlamentar sem o qual nenhum parlamento pode funcionar de forma legítima e que ameaça qualquer parlamento com a disfunção ou mesmo a dissolução. Podemos mais uma vez querer nos referir a isso como um intervalo “anarquista” ou um princípio permanente de revolução que reside nas ordens democráticas, um princípio que aparece mais ou menos da mesma maneira em momentos de fundação e em momentos de dissolução, mas que também opera na liberdade de assembleia em si (BUTLER, 2018, p.156)

Conforme pude verificar, a teoria de Judith Butler vai além de teorias sociológicas que definem e caracterizam um movimento social e suas modalidades de ação, por considerar tais fenômenos sociais corporificados como de extrema importância na salvaguarda de uma

³³ “Os decretos, eu gostaria de sugerir, não são completamente redutíveis a afirmativas, ao contrário, as afirmativas são uma forma de decreto, o que é um motivo pelo qual a esfera da performatividade política inclui e ultrapassa as manifestações verbais e escritas. Sendo assim, busco me basear em uma importante formulação de Jason Frank sobre “momentos constitutivos” nos quais o decreto do povo ultrapassa a sua representação; na visão dele, o povo deve ser decretado para ser representado, mas ainda assim nenhum decreto é capaz de representá-lo. Na visão dele, essa dissonância entre o decreto e a representação prova ser um paradoxo central das assembleias democráticas.” (BUTLER, 2018, p.157)

democracia. Em minha leitura, a filósofa parece nos convidar a compreender como “decretos performativos” são diferencialmente encenados durante distintas reivindicações do espaço urbano, haja vista que, como diversos teóricos da democracia alertam, existem certas tentativas de preenchimento do “significante vazio” “povo” que são um risco para a própria democracia; por exemplo, quando propõem um modelo de *demos* fechado, homogêneo, purificado e declarado em oposição a modos de existência outros que não espelhem a si próprios. Tal é o caso, por exemplo, de regimes populistas totalitários e xenofóbicos (LACLAU, 2005; ROSANVALLON, 2011).

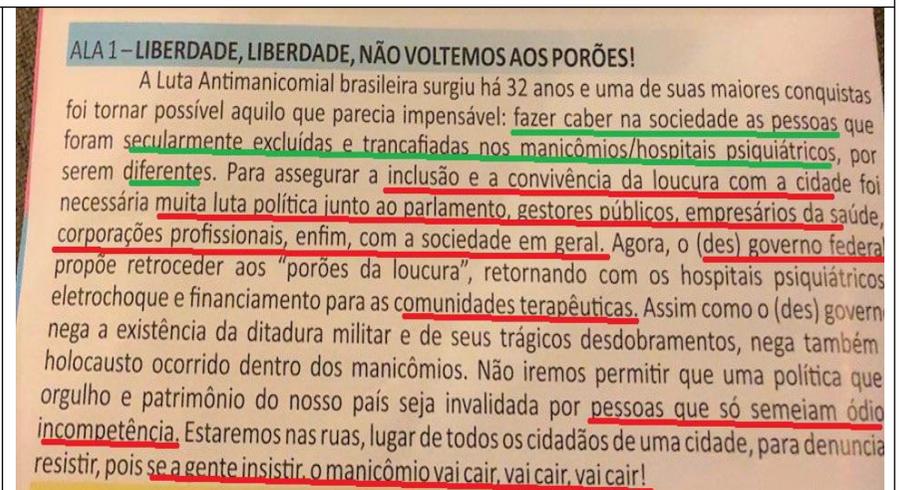
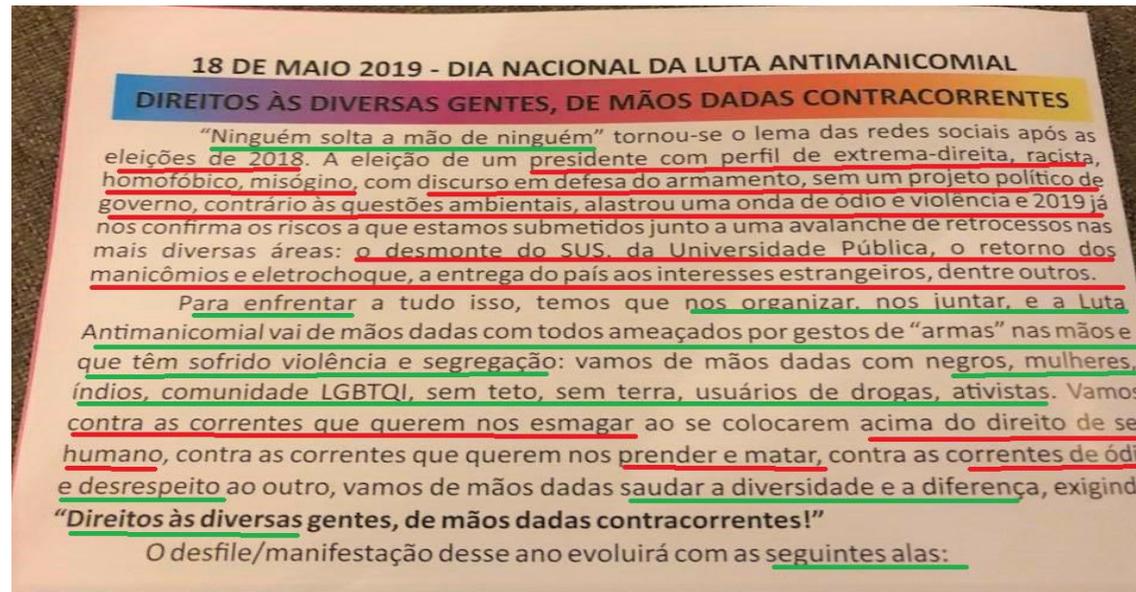
Considerando as proposições acima, poderíamos afirmar sobre a existência de “decretos performativos” de invocação de “povos” com maior correspondência e potência democrática que outros? A investigação empírica de tal pergunta contribuiria para uma melhor compreensão dos próprios sujeitos e sujeitas que produzem uma dada assembleia e/ou protesto político, fornecendo assim “rastros-resíduos” importantes para a própria revisão de nossas teorias, instituições e práticas democráticas? As perguntas que acima apresento, que derivam ainda de minha interpretação do pensamento de Judith Butler, parecem ter sido propostas pela própria autora quando recorrermos às suas próprias proposições e indagações:

Por quais meios a reivindicação pelo espaço público tem sido feita? Se nem sempre é a linguagem que nomeia um povo e o forma como uma unidade, será que ela está acontecendo por outros recursos corporais – o silêncio, o movimento coordenado, a permanência e o agrupamento insistente de corpos no espaço público dia e noite que caracterizaram o Movimento Occupy? (ibid., p.149)

A invocação do povo se torna – e deve se tornar – contestável no exato momento em que aparece. O “aparecimento” pode designar uma presença visível, palavras faladas, mas também representação em rede e silêncio. Além disso, temos que ser capazes de pensar em tais atos como ação plural, pressupondo uma pluralidade de corpos que apresentam o seu propósito convergente de modos que não requerem uma conformidade estrita com um tipo singular de ação, ou um tipo singular de reivindicação, e que não constituem juntos um tipo singular de sujeito (ibid., p.157)

Quando procuro considerar os próprios “rastros-registros” imagéticos que o movimento de luta antimanicomial expusera em suas redes digitais a partir do perfil do Fórum Mineiro de Saúde Mental, que oferecerem não apenas uma visão mais ampla do protesto quando em comparação a minha, mas compõem a própria memória e relato que esses atores produziram de seu próprio evento, me arrisco a dizer que um grande coeficiente de política democrática pode ser verificado empiricamente na própria corporificação de sua “invocação” e “declaração” de “povos”:

Figura 82: “Povos antimanicômiais” e seus decretos





ALA 2 – NÓS TEMOS UM SONHO: TERRA, TETO E TANTAS.

A tradicional ala dos delírios e alucinações propõe neste 18 de maio construir um Brasil onde todos tenham terra e teto, luta sonhada de milhões de pessoas, num país campeão mundial de latifúndios e de especulação imobiliária. Almejar ser dono de uma casa pra morar, de uma terra pra plantar, pode ser entendido, por alguns, como um delírio em um país com tantas desigualdades sociais. Por outro lado, outros tantos entendem que desejar com muita força, lutar de todas as maneiras nos traz a imagem da força dos delírios e alucinações que resistem também enquanto direito, insistindo em existir apesar de toda a parafernália biologicista e das neurociências criadas para contê-las. E daí, a nossa homenagem ao MST e ao MTST, que lutam, neste país tão desigual, e apostam de que mesmo em meio a turbulências, sofrimento, desamores e violência, o homem continua a sonhar por terra, teto e tantas.



ALA 3 – SOU CUNHATÃ, SOU CURUMIM, CUIDA SEMPRE DE MIM!

Neste 2019, a ala das crianças e adolescentes soma à sua temática os novos indígenas, tomando como parte do título as palavras "cunhatã" e "curumim", que têm origem Tupi e designam as crianças indígenas desta etnia. Os índios sempre foram dizimados desde que os europeus invadiram essas terras. Infelizmente, as crianças e adolescentes de nosso tempo vêm sendo dizimadas da mesma forma pelos adultos cheios de razão, que criam formas de doutrinação que estão adoecendo nossas crianças que, muitas vezes, têm usado o mesmo recurso dos índios em sua resistência, entre eles, a fuga e o auto-extermínio. O governo brasileiro vem cometendo um verdadeiro genocídio contra os povos indígenas e suas terras são sistematicamente invadidas por madeireiras, garimpeiros, fazendeiros, posseiros e pelo próprio poder público. Mas eles vêm resistindo na luta pela demarcação de áreas indígenas e na proteção das florestas. Neste 18 de maio, nossas cunhatãs e nossos curumins também pedem cuidado e proteção e convidam a cidade a resistir!



ALA 4 – BOTA A CARA NO SOL, RESPEITA QUEM SOU!

Neste país, onde todos os dias tem sido de luto, juntos seguimos fazendo luta. 2019 quer de nós mais do que coragem e é através do nosso canto de liberdade que fortalecemos o nosso combinado de não morrer – ainda que há séculos eles venham combinando de nos matar. Exalta-se a ditadura, a tortura, o uso de arma de fogo, o encarceramento em massa e a cada declaração preconceituosa legitima-se a morte da preta, do pobre, do negro, do LGBTQI+.

Mais uma estatística, contrariando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu primeiro artigo diz que “todas as pessoas nascem livres e iguais em direitos e dignidades”. O grande acordo nacional preza pelos privilégios da elite brasileira e pela manutenção da política de opressão, onde a maioria é chamada de minorias. O racismo, como sistema estrutural, tem organizado a vida social desde a invasão colonial até os dias de hoje.

O que vai nos fazer sobreviver aqui no Brasil? Com certeza, carnavalizando e colorindo as ruas pela liberdade de expressão, pela liberdade de gênero e opção sexual, pela liberdade do que nos fez sobreviver ao navio negreiro e que fez acontecer a República de Palmares, elegendo o maior bancada feminina na Câmara dos Deputados. Lutamos pela construção de direitos e pela liberdade de sermos quem quisermos ser.



ALA 5 – TIRA SEU RETROCESSO DO CAMINHO, QUE VOU PASSAR COM A REVOLUÇÃO.

Esta ala homenageia a todas e todos militantes e ativistas que, de uma maneira corajosa e revolucionária, sustentaram e sustentam as suas mais diversas causas, tentando mudar o mundo, libertando a história, unidos em movimentos igualitários: afinal, o meu, o seu, o nosso coração é vermelho. Ambientalistas, antimanicomiais, antiproibicionistas, feministas, abolicionistas penais, sindicalistas, defensores dos direitos humanos, socialistas, comunistas e de demais partidos de esquerda, anarquistas, ativistas do movimento negro, contra a privatização e em defesa do SUS, da causa LGBTQIA+, da antiglobalização, dos sem terra, sem teto, dos direitos dos povos indígenas, entre outros, têm sido identificados, pelo setor conservador e fascista da política brasileira, de forma violenta e pejorativa, como petralhas e esquerdopatas, demonstrando que a força demolidora do insulto impede qualquer possibilidade de diálogo.

Em cada momento de opressão, sempre houve aqueles que contra ela lutaram e continuam lutando. Marx, em seu 18 de Brumário de Luís Bonaparte, dizia que as revoluções proletárias parecem se deixar derrubar apenas para retirar do chão mais forças, para aprender com seus erros, apenas para impiedosamente se criticar até que nenhum recuo seja possível e todas as condições gritarem pela superação da ordem capitalista mundial. Que esse momento pelo qual atravessamos, tenha esse sentido enunciado por Marx. Que as ruas de Belo Horizonte, colham as lágrimas do nosso possível aprendizado, mas também o suor e a alegria de nossa solidariedade, a ousadia e a bravura, a coerência e o inconformismo daqueles que lutam, aqueles que assaltam os céus e fazem a terra tremer sobre os poderosos.

Fonte - Autor

Ao repensar todo o processo de construção do “dia de luta antimanicomial”, desde as deliberações que marcaram início de minha cartografia até as últimas proposições que apresentei sobre o pensamento de Judith Butler, refleti se um dos principais desafios do movimento social, naquele ano de 2019, não fora o “artesanar” e corporificar de uma heterogênea espécie de “povo” para “aparecer” nas ruas de Belo Horizonte. Argumentarei e analisarei essa proposição nos próximos parágrafos. .

Ao longo do processo deliberativo antimanicomial, os atores envolvidos na construção do protesto me pareceram entender que a manifestação de 2019, tendo em vista o contexto presente e a expectativa de futuro da política democrática brasileira, deveria exceder sua histórica defesa e reivindicação de políticas públicas antimanicomiais de cuidado e atenção à saúde mental. Poderia ter chegado a mesma conclusão ao analisar os próprios panfletos que foram distribuídos no protesto, como expressos na figura 82, que se opõem: aos discursos do processo eleitoral do ano de 2018, enquadrados pelo movimento social como de ódio, racistas, misóginos e homofóbicos; a reiteração cotidiana de pré-conceitos e violências de gênero, etnia, raça, ambientais e ideológicas; ao desmonte de direitos, instituições e políticas públicas das mais diversas. Outro ponto a ser considerado é que os corpos que deliberaram, organizaram e participaram do protesto antimanicomial não são entidades transcendentais, mas seres corporificados que, de acordo com seus diferentes marcadores sociais, estavam se sentido menos ou mais vulneráveis a todos os acontecimentos e vetores políticos expostos, proferidos e vivenciados na deliberação, no protesto, em suas instituições, em suas casas, em suas interações digitais de forma que esses, também, legitimam sua manifestação e “aparecer” político.

Por pelo menos as variáveis e “rastros-resíduos” indicados no parágrafo anterior, entendeu-se que o protesto antimanicomial de 2019 deveria corporificar e fazer “aparecer” toda uma diversidade de “povos” que os atores do movimento social antimanicomial se identificam, solidarizaram e/ou pelo menos foram por eles lembrados como esquecidos, abandonos e/ou excluídos do modelo de *demos* anunciado como contemplado pelos representantes eleitos do ano de 2018. Não tenho dúvidas de que, se o processo deliberativo antimanicomial continuasse, “povos” outros, além de trabalhadoras(es), usuárias(os), “loucos”, negro(as), crianças, pessoas em situação de rua, sem terra, indígenas, LGBTQI+, estudantes, militantes, anarquistas, socialistas, ambientalistas, anti-proibicionistas, seriam também convidados a aparecer e/ou seriam corporificados pelo “decreto performativo” antimanicomial

que, naquele ano, “aparecera” a partir de marcadores sociais, fantasias, discursos, imagens e/ou simples menção.

A invocação do “povo antimanicomial”, proponho, operou a partir da lógica de “crioulização”. Por efeito, se fosse possível ou mesmo desejável medir seu coeficiente democrático, não tenho dúvidas que excederia os instrumentos de medida, haja vista que operam pela “medida da desmedida”. Sobre os requisitos para que tal “invocação de povo” pudesse ter sido realizada com ampla heterogeneidade e pretensão de democraticidade, discutirei na conclusão dessa dissertação, haja vista que seus “rastros-resíduos” encontram-se dispersos por toda e para além da cartografia que realizei. Porém, sem dúvida, se relacionam a como vulnerabilidades introduziram diferença ao longo de todo o processo de construção do protesto e como as mesmas foram acolhidas e reconfiguradas pelos corpos envolvidos, sobretudo a partir de experimentações “heterotópicas”, de várias escalas.

No panfleto distribuído no “dia de luta antimanicomial”, figura 82, fora relatado que, mais do que coragem para sair nas ruas naquele ano, das lágrimas do aprendizado eleitoral, do prazer e dos efeitos estético-políticos da carnavalização na cidade, do direito a dar manutenção e a reivindicar mais direitos, o que motivara o protesto era a luta pela liberdade...para “não voltar aos porões”; de expressão; de viver modos de existência dignos, protegidos, cuidados e diversos; para suspender, por algumas horas, a própria democracia, de forma que algumas centenas de cidadãos se corporificassem como um *demos* heterogêneo, que não reduz seus corpos constituintes uns pelos outros mas que se intervalizam de forma simétrica, ainda que cientes de que não podem representar uma totalidade. Liberdade, não para esvaziar o significante “povo”, porém almejar seu preenchimento excessivo, contaminado, hibridizado, testando seus próprios limites, transbordando-o até que...a liberdade permita novas, múltiplas e diversas outras verificações da igualdade que são condição da própria democracia.

Realizadas as exposições do parágrafo anterior, fica a pergunta: mas o que esse “povo” que tentou-se registrar nas imagens do protesto do ano de 2019 apresenta de tal singular? Me arrisco numa proposição. Ainda que possa ser delimitado, nomeado e performado enquanto uma unidade, o “povo antimanicomial” fora corporificado por elementos que contradizem incessantemente seu aspecto de totalidade, haja vista que o que os motiva, qualifica e almejam é a própria liberdade de diversidade, singularidade e auto-determinação. Ao mesmo tempo, tendo em vista que o que os agrega é a exigência de uma sociedade por vir, onde relações sociais, políticas e ontológicas possuem abundante

coeficiente de igualdade, experimentam, no presente, formas múltiplas de interações que são pautadas por uma busca incessante de simetria relacional, sobretudo realizada a partir do agenciamento de recursos, meios e mecanismos para que aqueles mais vulneráveis que os demais reconfigurem suas potências de agir e sejam valorizados de forma singular. Desse modo, pela própria impossibilidade de homogeneidade e pureza, os “povos antimanicomiais” possuem grande coeficiente de abertura para continuar a se agregar a corpos e “povos” outros, que ainda não surgiram, não foram contabilizados e/ou simplesmente não apareceram, desde que os princípios anteriormente expostos não sejam violados.

Reflexões finais: O “remédio anti-covardia” e a democracia

A dissertação realizou uma investigação cartográfica acerca dos processos interacionais, comunicacionais e políticos de produção e performance do protesto “dia de luta antimanicomial”, tal como construído pelo movimento social antimanicomial na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2019. Procurou-se verificar e analisar, a partir de “rastros-resíduos” gerados-colhidos nos processos e eventos relacionados, evidências empíricas que indicassem, por um lado, os desafios que sujeitas e sujeitos atravessados por intensas precariedades sociais enfrentam, como aqueles em situação de sofrimento mental, para exercer seu direito constitucional de assembleia e manifestação política democrática no espaço urbano. Concomitantemente, o principal enfoque da pesquisa fora o de procurar aprender com essas mesmas sujeitas e sujeitos sobre em que condições suas vulnerabilidades sociais corporificadas puderam ser reconfiguradas de forma a se tornarem os próprios vetores potencializadores de sua estética comunicativa, artística e política. Procurou-se, portanto, atestar em que condições arranjos e performances entre corpos mais vulneráveis e precarizados que os demais puderam apresentar-se de forma a colocar em xeque, deslocar e mesmo transvalorizar estigmas e rotulações negativantes que tendem a predicá-los como vítimas incapazes, passivas e improdutivas. Concomitantemente, também verificou-se como denunciam e nomeiam injustiças e justificativas sociais para o esquecimento, abandono, alienação e violência social que vivenciam, como também questionam o próprio desmonte das políticas e instituições públicas que deveriam zelar pelo cuidado e potenciação de sua autonomia, cidadania, liberdade, condições de existência paritárias e inclusão social.

A pesquisa realizada se iniciara a partir de um “participação observante” nos contextos deliberativos de produção do protesto do “dia de luta antimanicomial”. Analisando os discursos e trocas interacionais estabelecidas pelos atores do movimento social

antimanicomial, pude verificar, a partir da perspectiva das sujeitas e sujeitos de pesquisa, primeiramente, como esses produzem um entendimento comum sobre o horizonte de vulnerabilidades e precariedades sociais que o atual contexto brasileiro apresenta como potencial ameaça para suas existências. Também, como tal processo interacional forneceu condições de possibilidade para a construção de um tema-eixo de protesto que, legitimamente, realizaria denúncias de injustiças e violação de direitos, assim como de reivindicação dos mesmos. Contudo, graças a produção de um contexto em que as orientações normativas zelaram pela inclusividade, paridade de participação e simetria relacional entre as sujeitas e sujeitos presentes, assim como a riqueza dos repertórios artísticos, musicais e poéticos que foram mobilizados na expressão de proferimentos, pontos de vista e vivências, um “imaginário antimanicomial” tornou-se sonho, projeto e carne.

Sobre o “imaginário antimanicomial”, arrisco a dizer que o mesmo define a política pela “fórmula do remédio anti-covardia”, o qual decreta o estabelecimento de relações de alianças, empatia e cuidado com “povos” outros, para além de si mesmos, que não podem ser esquecidos, abandonados e alienados numa democracia. O mesmo também afirma que o “remédio anti-covardia” se produz a partir das próprias vulnerabilidades, sem deixar de lado uma pretensão de cuidar de vulnerabilidades corporificadas em alteridades outras. Ainda, produz um desejo coletivo de “experiências utópicas” de grande escala, corporificado por “povos” mais precários que os demais, que nomeiam-se como um *demos* aberto e heterogêneo, que reivindica direitos para *diversas gentes* que, de mãos dadas, *enfrentam* as correntes que pretendem retirá-los da circunscrição de modelos de *demos* purificados e fechados em si mesmos. Mas como tal “utopia” poderia tornar-se uma experiência concreta, “heterotopias”?

Em contextos, espaço-temporais que cartografei posteriormente, pude verificar que o “imaginário antimanicomial”, antes de se tornar um protesto e reivindicar o espaço da cidade como público, deveria ser experimentado anteriormente, pelos seus próprios atores constituintes, de forma que neles se iniciasse um processo de corporificação de suas próprias “utopias”. Descobri, durante a cartografia, ao presenciar “cenas de aparecimento” performadas pelas usuárias e usuários das instituições de cuidado e atenção pública à saúde mental, como os Centros de Convivência e suas trabalhadoras e trabalhadores fornecem condições para que os primeiros, a partir de suas vulnerabilidades corporificadas, performem a si mesmos e sejam identificados por papéis sociais que transbordam suas rotulações cotidianas: cantores, compositores, artesãos, poetas, musicistas, príncipes, princesas, rainhas...A própria forma como eu significara aquelas sujeitas e sujeitos, como usuárias e

usuários, deveria se readequar para enxergá-los de outra maneira. Nas “heterotopias antimanicomiais”, percebi que corpos vulneráveis, quando sustentados adequadamente, são capazes de vulnerabilizar olhares, enquadres, estigmas e rotulações que investem sobre si mesmos, pois as estruturas anteriores não resistem ao seu “aparecimento”, discurso e corpo singular, imprevisível e de múltiplas capacidades de afetar... corpos “crioulos”, ancestrais, que operam pela composição com elementos heterogêneos, que não reduzem o valor de uns pelos outros, e que experimentam e produzem territórios “heterotópicos” em que a “poética do cuidado” arrisca-se como norma e padrão de interação.

E fora assim, a partir de um processo de produção de corpos e “povos antimanicomiais” que o “decreto peformativo antimanicomial” pode ocorrer. De uma perspectiva “molecular”, percebi como as produções e experimentações anteriores do “imaginário” e “crioulização antimanicomial” eram tanto aquilo que pudera garantir que cada um dos seus corpos constituintes, atravessados por vulnerabilidades das mais variadas, pudessem: experimentar performances singulares de si mesmos; cuidarem, estarem abertos e “consoantes” com o ritmo, movimento e olhar do coletivo; “crioulizarem” o espaço urbano e demais corpos com quem interagiram ou por quem foram observados; manter o aspecto de totalidade sem se reduzirem num agregado homogêneo, purificado e fechado em si mesmo. Já de uma perspectiva “molar”, finalmente pude compreender que o que movimento social antimanicomial produzia, a partir da reivindicação de sua liberdade de assembleia, uma tentativa de “remediar” a própria democracia. Por um lado, colocava o próprio regime democrático em xeque, ao procurarem preencher o significante do *demos* com a “invocação” dos “povos” que por este regime de governo deveriam ser legitimamente representado; mesmo que sua corporificação inclusiva e diversa possível não fosse e nem pretendesse representar todo o “povo” brasileiro. Por outro lado, o que estava sendo performado eram doses do “remédio anti-covardia”, que almeja a potencialização da própria democracia no sentido de fazer com que não se *acovarde* perante às precariedades, injustiças e demandas de seus múltiplos “povos”; de impulsioná-la a *lembrar* que sua legitimidade, que sua própria existência, dependente dos cuidados que direciona a todos aqueles que a constituem e virão a constituir; de que é uma entidade que deve permanecer *vulnerável* a verificação da igualdade que a soberana liberdade de “invocação de povos” pode promover em qualquer espaço-tempo, sob o risco de seu colapso, pois não pode ser nunca preenchida por “um povo” homogêneo, purificado e fechado em si mesmo.

Referências bibliográficas

- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica na Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.
- _____, *O homem e a serpente: outras histórias para loucura e psiquiatria*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.
- AROUCA, Sérgio. "A reforma sanitária brasileira". *Tema/Radis*, 1988, 11: 2-4.
- BARBOSA, Guilherme Correa; DA COSTA, Tatiana Garcia; MORENO, Vânia. "Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios". *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*", 2012, 4,8:45-50.
- BARCELLOS, Larissa; LAMBERT, Cleber. "Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro". *Primeiros Estudos*, 2012, 2:251-267.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.
- BUTLER, J.. *Lenguaje, poder e identidade*, Síntesis, Madrid, 2004.
- _____. *Marcos de Guerra. Las vidas lloradas*, trad. Bernardo Moreno Castillo, Buenos Aires, Paidós, 2010
- _____. *Parting ways: Jewishness and the critique of Zionism*. Columbia University Press, 2012.
- _____. *When gesture becomes event*. In: **Inter Views in Performance Philosophy**. Palgrave Macmillan, London, 2017. p. 171-191.
- _____. *Corpos em Aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Ed.). *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.
- CLIFFORD, J.. "Sobre a autoridade Etnográfica". In: *A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998: 17-62.
- COLE, A. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p.260-277.
- DE MESQUITA, José Ferreira; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. "A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental". *Abepo*, 2010, 1:9
- FAVRET-SAADA, Jeanne. "Être Aff ecté". In: *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de*

- l'Anthropologie, 1990, 8. pp. 3-9.
- FOUCAULT, Michel. (1985), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. "O sujeito e o poder", in DREYFUS, Hubert L & RABINOW, Paul (orgs), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- _____. História da sexualidade: a vontade de saber. v.1. 16. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. (2001), *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, Nau, 2001.
- _____. (2005), *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva, 2005
- FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. Political discourse analysis: A method for advanced students. Routledge, 2013.
- FINEMAN, Martha Albertson. The vulnerable subject: Anchoring equality in the human condition. En *Transcending the boundaries of law*. Routledge-Cavendish, 2010. p. 177-191.
- GILSON, E. **The Ethics of Vulnerability: A Feminist Analysis of Social Life and Practice**. New York: Routledge, 2014.
- GLISSANT, Edouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005
- GOLDMAN, M. Como funciona a democracia. *Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro, 2016, 7.
- GOODIN, R.E. 1985, *Protecting the Vulnerable: A Reanalysis of Our Social Responsibilities*, University of Chicago Press, Chicago.
- GOULART, Maria Stella Brandão; DURÃES, Flávio. (2010), "A reforma e os hospitais psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização". *Revista Psicologia & Sociedade*, 22,1:112-120
- HELD, V. Non-contractual society. **Science, Morality and Feminist Theory**. p.111–137, 1987. Calgary: University of Calgary Press.
- HOFFMASTER, B. What does vulnerability mean. **Hastings Center Report**, v. 36, n. 2, p. 38–45, 2006.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Ed34, 2003.
- HONNETH, A.; ANDERSON, J. Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 17, p. 81–112, 2011.

- KITTAY, E. F. **Love's Labor: Essays on Women, Equality, and Dependency**. New York: Routledge, 1999.
- LACLAU, Ernesto. On populist reason. Verso, 2005.
- LAUGIER, Sandra. Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. *Critical Horizons*, 2016, vol. 17, no 2, p. 207-223.
- LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. FOUCAULT, M. O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. Tradução de Lorena Balbino. São Paulo: n-1, 2018, p. 102-142.
- MACKENZIE, C. The Importance of Relational Autonomy and Capabilities for an Ethics of Vulnerability. **Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy**. p.33–59, 2014. New York: Oxford University Press.
- MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (EDS.). **Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976
- NUSSBAUM, M. **Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (2002). Legislação em saúde mental. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde.
- MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar?, 2015. Disponível em <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico>> Último acesso em 10/01/2015
- QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. *Trad. por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin.. In: Réseaux, Paris: Tekhné.*, 1991.
- RABINOW, P. “Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia”. In: Antropologia da Razão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2002: 71-107.
- ROSANVALLON, Pierre. Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust. *Public Administration*, 2011, vol. 89, no 2, p. 698-717.
- STUART, Heather. (2005), "Fighting stigma and discrimination is fighting for mental health". *Canadian public policy*, 31: 21-28.
- TARROW, S. **O poder em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TILLY, C. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: M. Traugott (Ed.); **Repertoires and cycles of collective action**. p.89–116, 1995. Durham, NC: Duke University Press.

TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. **A Busca de Si: Diálogo sobre o sujeito**. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2015), *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, Cosac Naify.

VENANCIO, Ana Teresa A. (2012), "La asistencia psiquiátrica en la historia política brasileña". *Asclepio*, 64.1: 167-188.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2001), *The World Health Report 2001: Mental health: new understanding, new hope*. World Health Organization.

Anexo 1: Sobre a coleta, tratamento, análise e produção dos diagramas de sentido das deliberações antimanicomiais

Levei as últimas consequências o “levar a sério” dos proferimentos e perspectivas dos sujeitos de pesquisa e realizei uma análise qualitativa, nos moldes de uma análise crítica de discurso (FAIRCLOUGH, 2013), das reuniões deliberativas queque obtive via atas de reunião. Com isso, tive a intenção não de descobrir uma “verdade” subjacente que deveria ser revelada pela análise daqueles proferimentos. Não obstante, o que busquei foi principalmente foi: a) agregar os atores que estavam presentes em cada uma das deliberações segundo marcadores de gênero e papéis sociais, relacionando as sujeitas de enunciação aos discursos que proferem; b) agregar a multiplicidade de proferimentos de cada deliberação em “temas” de discurso comuns; c) verificar a como variou a frequência de atores categorizados e temas de discurso por reunião; d) verificar como variou a frequência das relações entre atores e temas ao longo do processo deliberativos; e) plotar diagramas discursivos que indiquem as análises acima realizadas. A partir desses movimentos de análise quali-quantitativa sobretudo descritiva, objetivei ter uma noção geral do que fora mais e menos relevante e para quem, em cada deliberação, mapeando assim os rumos do debate. Também, compreender sobre uma perspectiva mais “macro” como proposições e tomadas de decisão foram tomadas ou não perante esse contexto discursivo interacional mais amplo.

O primeiro passo fora examinar as atas de reuniões que tinha disponíveis, conforme primeiro capítulo, e que foram disponibilizadas a partir da lista de -emails do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

Tabela 3 - Frequência de proferimentos por ata de reunião

DATA	NOME DO ARQUIVO DE ÁUDIO (DATA_REUNIÃO_LOCAL_MOTIVO_FORMATO DA MÍDIA)	Num. de prof. (Quotes)
19/jan	01-19_E_Ata da 1ª Reunião de preparação para o 18 de Maio de 2019	29
28/jan	01-28_E_Ata da 2ª Reunião de preparação para o 18 de Maio de 2019 já com os anexos	22
04/fev	02-04_E_Ata da 3ª Reunião de Preparação do 18 de Maio de 2019	34
11/fev	02-11_E_Ata da 4ª Reunião preparatória do 18 de Maio de 2019	21
18/fev	02-18_E_Ata da 5ª Reunião preparatória do 18 de Maio de 2019	59*-
24/fev	02-24_E_Registros da 6ª reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	-

28/fev	02-28_E_Rascunho dos registros da 7ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	-
18/mar	03-18_E_Registro da 8ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019	-

Fonte: Autor

Com relação a tabela acima, deve-se notar que, a partir da quinta reunião, os registros das atas se alteraram e não mais narraram o evento deliberativo. Por esse motivo, solicitei para gravar a sexta e sétima reunião para a análise. Não estive na quinta e oitava reunião deliberativa e não pude fazê-lo, portanto as considereei somente para a descrição cartográfica, e não na produção dos “diagramas discursivos” que apresentei no capítulo dois. Cabe ressaltar que a partir da quinta reunião, as atas de reunião não mais buscaram reproduzir a sequência de proferimentos que compuseram a deliberação, registrando apenas as propostas de temas, alas e performances para o protesto do dia de luta antimanicomial. Esta questão se relacionou principalmente com a urgência e limite de tempo para que tais proposições pudessem ser “fechadas” entre os participantes para posterior encaminhamento aos centros de saúde e usuários para produção de cartazes, fantasias e outras modalidades de performance. Tal situação pode ser verificada, por exemplo, no “Registro da 8ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019”, onde não fora registrada nem a lista dos atores presentes, sendo registrada praticamente a definição de algumas alas:

Figura 83 - Ata da oitava reunião deliberativa

<p>8ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019 - 13/03/2019.</p> <p>Na Oitava reunião de preparação do 18 de Maio de 2019 foi realizado o exercício de leitura e apontamentos dos textos, para nortear as oficinas nos serviços. Na próxima reunião continuaremos este exercício e faremos as comissões de trabalho. Assim que os outros títulos forem escolhidos e os textos ficarem prontos, enviaremos.</p> <p>PROPOSTAS:</p> <p>TEMA EIXO: "Direitos as diversas gentes: de mãos dadas contra correntes!"</p> <p>Alas:</p> <p>1) Ala 1: da História da Loucura: "Liberdade, liberdade: Não voltemos aos Porões"</p> <p>2) Ala 2: da loucura/delírios : Com temática do MST:</p> <p>Propostas de título: "Eu tenho um Sonho: Terra, Teto e Tam Tans"; " Liberté, Propriété, deliré"</p> <p>3) Ala 3: das Crianças e Adolescentes: "Sou Curumim, cuida sempre de mim"</p> <p>4) Ala 4: que abordará as questões das mulheres, dos LGBTQ e negros(?)</p> <p>5) Ala 5: que abordará as questões das mulheres, dos LGBTQ e negros(?)</p> <p>6) Ala 6: dos Movimentos Sociais:</p> <p>FRASES:</p> <p>1) Bem vindo a 1964: Lado B;</p> <p>2) Fizeram uma queima de arquivo, queimaram Gandhi vivo;</p>
--

Fonte - FMSM

O segundo passo fora realizar as transcrições das gravações da sexta e sétima reunião deliberativa, a qual identifiquei o seguinte número de proferimentos por ator:

Tabela 4 - Geração de dados via gravações de áudio

DATA	NOME DO ARQUIVO DE ÁUDIO (DATA_REUNIÃO_LOCAL_MOTIVO_FORMATO DA MÍDIA)	Duração	Num. proferimentos (Quotes)
20/fev	02-20_6a_CRP_DEL_CAM_AUD.wav	2h05min	35
27/fev	02-27_7a_CRP_DEL_CAM_AUD_x.WAV	2h10min	43

Fonte: Autor

a) *Quem fala?*

As atas de reunião, combinadas com minha “participação observante”, foram as fontes de “rastros-resíduos” utilizados para que eu pudesse “cartografar” tanto os atores presentes na deliberação quanto identificar seus proferimentos (ou silêncio significativos, que foram abordados na descrição cartográfica). A categorização dos atores quanto a seu papel social foi facilitada pelas próprias normas deliberativas do movimento antimanicomial, que convidam à todos os presentes (e os que chegam durante a deliberação) à se apresentar aos demais pelo seu nome e papel social (trabalhador, usuário, estudante), conforme o extrato de uma das atas de reunião abaixo demonstra:

Figura 84 - Exemplo de lista de presença

Estamos enviando os registros da segunda reunião preparatória do 18 de Maio de 2019. Aguardamos a tod@s na próxima reunião que ocorrerá no dia 30/01/19 às 19:00h no CRP- Conselho Regional de Psicologia, na Rua Timbiras, 1532 no 6º andar - Centro- BH.
Atenciosamente,

Eliana Maria de Moraes
Fórum Mineiro de Saúde Mental

Por Uma Sociedade Sem Manicômios!

2ª Reunião de preparação do 18 de Maio de 2019 – 23/01/2019

Presentes: Eliana Maria de Moraes (Fórum Mineiro de Saúde Mental/ Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte/Rede de Saúde Mental de Ribeirão das Neves); Marcos Evandro M. dos Santos (Centro de Convivência Barreiro); Rogério Rodrigues de carvalho (Centro de Convivência Barreiro); Leonardo José de Lima (CAPS Esmeraldas); Fidélis A. Alcântara (PSOL - Apoiador); Jamile F. dos Santos (R1 TO/ IRS – FHEMIG); Isaías Ferreira (Saúde Mental Contagem); Heloizio Gonçalves (Centro de Convivência Pampulha); Carlos Alberto dos Santos (Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário); Sara de Souza Campos (Coordenação Estadual de Saúde Mental); Edmundo Pipolho S. A. Santos (Saúde Mental de Belo Horizonte); Fernando Barbosa e Silva (Belo Horizonte/Fotógrafo); Marta Elizabete de Souza (Fórum Mineiro de Saúde Mental); Viviane S. M. Almeida (Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais); Marta Soares (Centro de Convivência São Paulo/Fórum Mineiro de Saúde Mental); Tuliola A. Souza Lima (Fórum Mineiro de Saúde Mental); Soraia Marcos (CERSAM Venda Nova/Centro de Saúde Ribeiro de Abreu); Thaís Thaler Souza (CREFITO 4 – MG); Diego Souza Hemétrio (Centro de Convivência Barreiro e Arthur Bispo do Rosário); Everton Fernandes Cordeiro (CERSAM Noroeste); Anna Laura de Almeida (Fórum Mineiro de Saúde Mental/CERSAM Noroeste BH); **Lucas Veloso (UFMG)**; Itamar Martins de Bombrihão (Centro de Convivência São Paulo); Lourdes Machado (Sindicato dos Psicólogos/Psicólogas de Minas Gerais); José

- 99_Q_Sing_Eliana Maria de Moraes (Fórum Mineiro)
- 99_Q_Sing_Leonardo José de Lima (CAPS Esmera
- 99_Q_Sing_Jamile F. dos Santos (R1 TO/ IRS – FHE
- 99_Q_Sing_Heloizio Gonçalves (Centro de Convi
- 99_Q_Sing_Sara de Souza Campos (Coordenação
- 99_Q_Sing_Edmundo Pipolho S. A. Santos (Saúde
- 99_Q_Sing_Marta Soares (Centro SP / Fórum(
- 99_Q_Sing_Tuliola A. Souza Lima (Fórum Mineiro de
- 99_Q_Sing_Thaís Thaler Souza (CREFITO 4 – MG)
- 99_Q_Sing_Diego Souza Hemétrio (Centro de Convi
- 99_Q_Sing_Anna Laura (Fórum Mineiro/CERSAM)
- 99_Q_Sing_Lucas Veloso (UFMG)
- 99_Q_Sing_José Gui Castro (Associação José /Fór

Fonte - FMSM

Por efeito, o primeiro conjunto de categorias que se referem aos atores que deliberaram foi a de maior singularidade possível: o nome e a instituição que o ator se identifica como parte e se apresenta aos demais presentes. Ao todo, estiveram presentes em pelo menos uma reunião 90 indivíduos.

A partir da apresentação dos atores de acordo com a(s) instituição(ões) que os mesmos se identificam, os agrupei em categorias mais englobantes, como a tabela abaixo demonstra. É importante destacar que a categoria “movimento social” tende a abrigar o maior número de intersecções entre as categorias, haja vista que grande parte daqueles que se declaram como pertencentes a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental (ASSUSAM-MG) tendem a se declarar também como “usuários dos serviços do SUS”; o mesmo vale para aqueles que se declaram como Trabalhadores do SUS e militantes do Fórum Mineiro de Saúde Mental. Priorizei, sempre, a forma com que esses se identificaram verbalmente perante os demais:

Tabela 5 - Frequência de atores por papel social

ATOR-INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Trabalhadores/Residentes/Vinculados as Instituições de saúde pública	55
Movimentos sociais	14
Universidades	5
Usuários dos serviços do SUS	14
Outras (como partidos, familiares)	5

Fonte: Autor

Além das categorias acima, que foram construídas para associar os sujeitos do discurso à instituição (principal) que esses se identificaram perante aos demais, inevitavelmente tive que também associar os atores de acordo com outros marcadores sociológicos, como gênero e raça. Desta vez, esse processo de categorização dependeu completamente de minha “participação observante” e, por efeito, das estruturas de percepção e classificação estético-políticas do pesquisador. Por efeito, estas categorias possuem pelo menos duas grandes vulnerabilidades: a) não identificam performances de gênero para além do binarismo homem-mulher; b) declara o pertencimento étnico exclusivamente pela cor da pele. As categorias construídas foram:

Tabela 6 - Tabela de categorias finais de atores

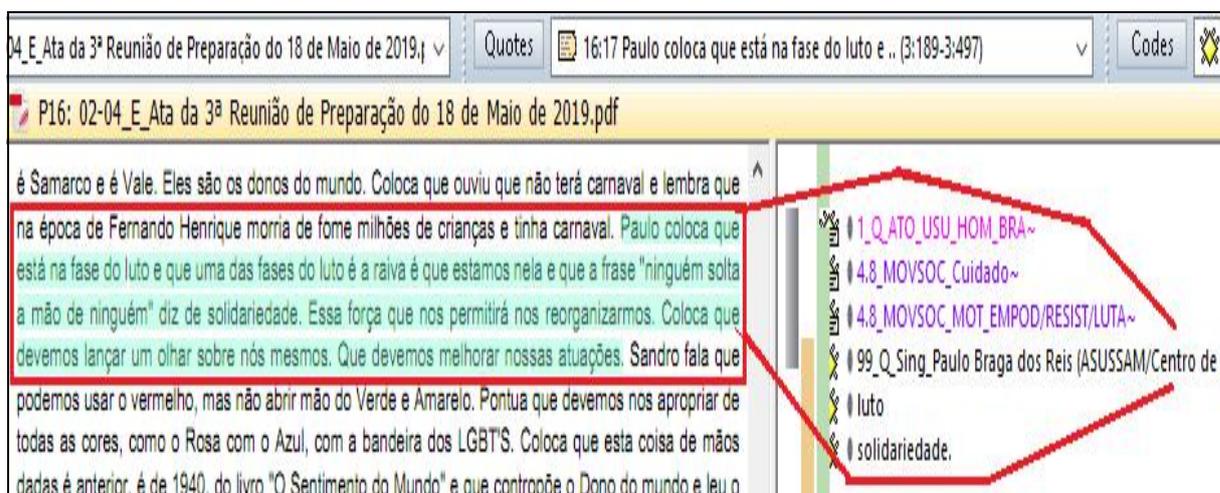
CATEGORIA	DESCRIÇÃO
1_Q_ATO_EST_H_BR	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, homem e branco
1_Q_ATO_EST_H_NEG	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, homem e negra
1_Q_ATO_EST_MUL_BRA	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, mulher e branca
1_Q_ATO_EST_MUL_NEG	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, mulher e negra
1_Q_ATO_FACULDADE	Estudantes
1_Q_ATO_PARTIDO	Membro de partido político
1_Q_ATO_USU_HOM_BRA	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, homem e branco
1_Q_ATO_USU_HOM_NEG	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, homem e negro
1_Q_ATO_USU_MUL_BRA	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, mulher e branco
1_Q_ATO_USU_MUL_NEG	Trabalhador/membro oficial de órgão/empresa do Estado, mulher e negra
1_Q_ATO_Z_NI	Não declarado papel social ou identificada a corporeidade

Fonte - Autor

b) *Sobre o quê se fala?*

A partir do *software* de análise qualitativa AtlasTi, para cada proferimento das atas de reunião e transcritas por mim pelas gravações, associei uma categoria de ator, de acordo com a tabela acima, identificando o sujeito de enunciação do discurso:

Figura 85 - Associando um ator a um proferimento



Fonte - Autor

Como introduzi no início do capítulo, para além de associar cada proferimento a um ator, categorizei também cada proferimento a uma temática geral que fora expressa em cada um dos enunciados. Basicamente criei duas categorias gerais de análise: a) proferimentos acerca de vulnerabilidades e precariedades sociais; b) proferimentos e proposições sobre a construção do protesto “18 de Maio”. A tabela a seguir indica as subdivisões dessas duas categorias:

Tabela 7: Categorias principais de temas para cada proferimento

CÓDIGO	TIPO DE PROFERIMENTO
VULNERABILIDADES	
VULNER_Delib	Acerca de vulnerabilidades do próprio processo deliberativo (acesso, tempo de fala)
VULNER_LOUCURA	Acerca de vulnerabilidades relacionadas à situação de sofrimento mental
VULNER_Minorias	Acerca de vulnerabilidades sociais de identidades corporificadas(gênero, etnia)
VULNER_Performance	Acerca de vulnerabilidades a serem consideradas no próprio ato do protesto (acesso, riscos)
VULNER_Trabalhador	Acerca de vulnerabilidades sociais relacionadas a clivagem capital x trabalho
PROPOSIÇÕES ACERCA DOS TEMAS E PERFORMANCES DO 18 DE MAIO	
DELIB_ORGANIZACAO	Acerca de estruturas e recursos para a deliberação

	(veículos, alimentação)
18DEMAIO_PERFORM_Alas	Acerca de proposições de repertórios para as alas (adereços, fantasias, cartazes)
18DEMAIO_PERFORM_Interv.	Acerca de proposições de repertórios para intervenção no espaço público - trajeto do protesto ("apitasso", distribuição de poesias)
18DEMAIO_PERFORM_Samba/Musicas	Acerca de proposições de repertórios musicais para as alas e samba-enredo
18DEMAIO_PERFORM_Ideias soltas	Acerca de proposições para inspirar outras propostas, mas sem um fim prévio (letras de música, poesias)
18DEMAIO_TEMA_Alas	Acerca de proposições de tema para as alas (Sem-terras, Indígenas)
18DEMAIO_TEMA_Geral-Eixo	Acerca de proposições de tema geral para o desfile (Liberdade ainda que tantan, "Ninguém solta a mão de ninguém")
18DEMAIO_COMUNICA_DivulgaExt	Acerca de divulgação para sociedade-civil generalizada
18DEMAIO_COMUNICA_Org/Flux	Acerca do fluxo "interno" de comunicação
18DEMAIO ESTRUTU_	Acerca de estruturas e recursos para o protesto (veículos, alimentação)

Fonte - Autor

Outros categorias complementares foram criados para complementar a análise, sobretudo que remetem às teorias dos movimentos sociais, de forma que permitissem englobar proferimentos de acordo com as avaliações que eles fazem do próprio coletivo quanto do contexto político mais amplo, haja vistas que ambos introduzem diferença em seu agenciamento (TARROW, 2009):

Tabela 8 - Categorias complementares de temas de discurso

CÓDIGO	TIPO DE PROFERIMENTO
PERSPECTIVAS DO ATOR COM RELAÇÃO AO PRÓPRIO GRUPO	
MOVSOC_MOT_EMPOD/RESIST/LUTA	Acerca de motivações para resistência e luta coletiva
MOVSOC_Memória	Acerca de memória do movimento social ou do indivíduo ator
MOVSOC_ALIANÇAS	Acerca das alianças formadas ou que se propõe que se formem
MOVSOC_Oposições	Acerca das oposições e/ou oponentes do movimento social
MOVSOC_Cuidado	Acerca do cuidado e do cuidar (este código foi criado pela frequência com que o tema surgiu nas deliberações)
PERSPECTIVAS DO ATOR COM RELAÇÃO AO CONTEXTO SOCIAL	
POL_ELEIÇÕES	Avaliações sobre o processo eleitoral brasileiro
POL_MIDIA	Avaliações sobre o papel da mídia
POL_NOVO GOVERNO	Avaliações/Projeções sobre o novo governo eleito no ano de 2018
POL_SAUDE MENT	Avaliações/Projeções sobre as políticas de saúde mental
POL_GERAL	Avaliações/Projeções sobre temas sociais e políticos gerais

c) *Como se fala?*

Procurem, por fim, categorizar aqueles proferimentos que não mobilizaram a linguagem cotidiana como gênero de discurso, como aqueles que foram expressos a partir de poesias, citações artísticas e/ou filosóficas:

Tabela 9: Formas de expressão de proferimento para além da expressão cotidiana

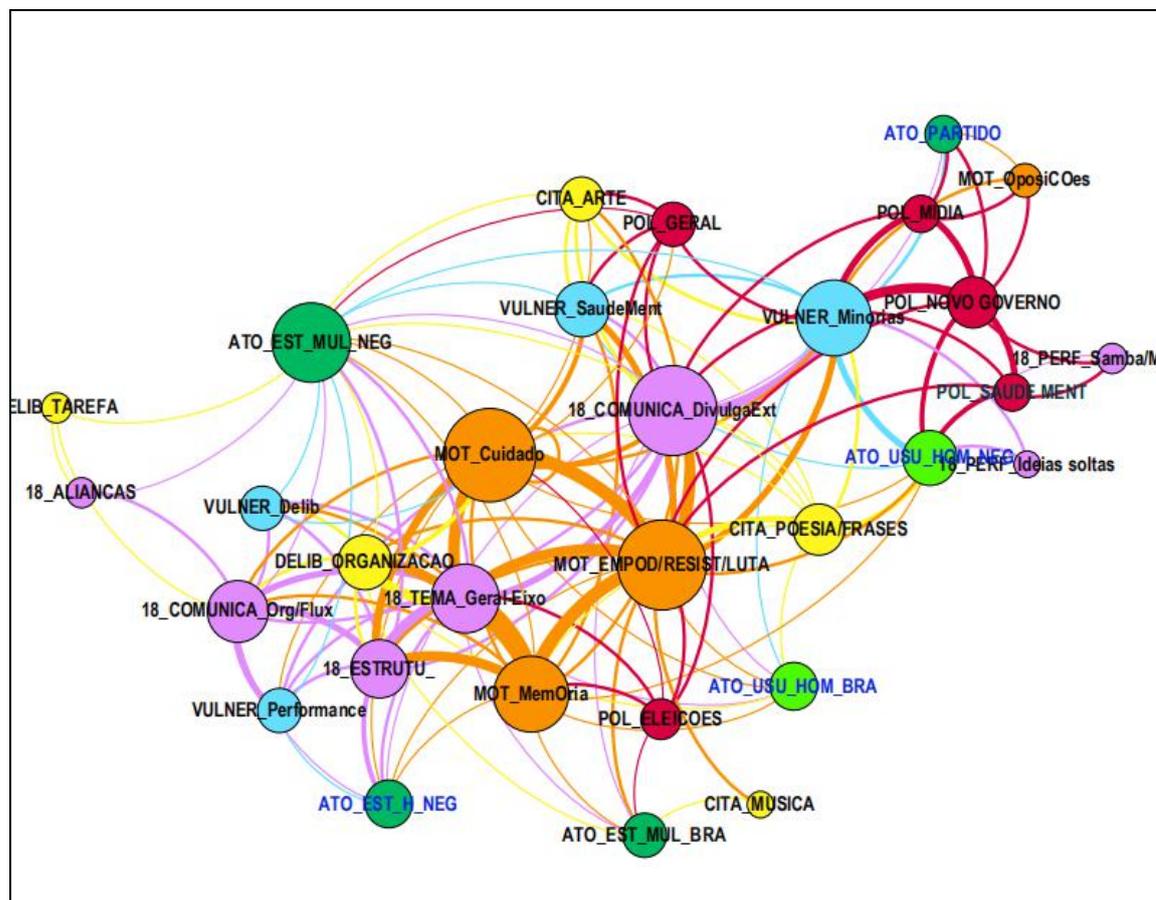
CATEGORIA MOD. DE EXPRESSÃO	DESCRIÇÃO
DELIB_CITA_ARTE	Citações gerais sobre arte como fonte/fundamento de uma proposição
DELIB_CITA_FILO	Citações da filosofia como fonte/fundamento de uma proposição
DELIB_CITA_MUSICA	Citações de letras de música como fonte/fundamento de uma proposição
DELIB_CITA_POESIA/FRASES	Citações de poesias/frases como fonte/fundamento de uma proposição

Fonte - Autor

d) *Diagrama discursivo*

O último passo da análise fora processar os dados que categorizei no AtlasTi, que me forneceram a frequência com que, por reunião, cada um dos ATORES, falou de um TEMA e se mobilizara algum tipo de CITAÇÃO para proferir seu enunciado. Exportei os resultados para o *software* Gephi, de análise de redes, a fim de que os resultados fossem visualizados não em gráficos, mas como redes discursivas que representariam como o “imaginário antimanicomial” menos ou mais variou de acordo com as deliberações. Nomeei os mapas resultantes como “diagramas discursivos”, o qual indico ferramentas para sua interpretação a partir do exemplo abaixo:

Figura 86 - Possibilidade de análise de um “diagrama discursivo” com o exemplo da primeira reunião deliberativa



Fonte - Autor

O *software* Gephi realiza a seguinte operação para plotagem de diagramas como acima. Cada categoria de análise é representado numa circunferência. A cor da circunferência é definida pelo usuário do *software* que, no meu caso, as coloriu segundo a própria família de categorias mais englobante (ATOR-verde, TEMAS, CITAÇÕES-amarelo). Como os TEMAS tiveram muitas subdivisões, diferenciem as ligadas a motivação com a cor laranja (cuidado, memória, resistência-empoderamento), sobre vulnerabilidades com a cor azul (saúde mental, minorias, da própria performance do protesto), específicas sobre o “18 de Maio” com a cor roxa (estrutura, tema geral, organização, samba-enredo, ideias soltas), sobre o contexto político geral com vermelho (novo governo, eleições, políticas de saúde mental, e outras, “em geral).

Os diâmetros de cada circunferência indicam a frequência relativa entre cada categoria num dado evento (maior circunferência, grande frequência de proferimentos). No diagrama acima, por exemplo, o mesmo indicara que falou-se muito mais naquela deliberação sobre MOT_CUIDADO do que acerca de 18_ALIANÇAS; assim como também o ator

ATO_EST_MUL_NEG produzira maior frequência de proferimentos quando em comparação com ATO_EST_MUL_BRA.

As linhas que conectam cada uma das circunferências ou “nós”, na linguagem de análise de rede indicam que um ator falou sobre um dado tema num proferimento. Claro que, num mesmo proferimento, um ator pode ter acionado vários temas, situação que fora contemplada, por exemplo, num mesmo proferimento que um dado ator fala ao mesmo tempo de como o MOT_CUIDADO e as MOT_MEMÓRIAS são fonte de ,MOT_EMPODERAMENTO_RESISTÊNCIA.

Quanto mais linhas partem de um ATOR e se conectam a um TEMA, maior o número de linhas, indicando assim tanto o leque de temas que o mesmo aborda como uma “afinidade discursiva” com um conjunto de TEMAS. Por isso o *software* os posiciona o mais perto possível, sem sobrepor nenhuma circunferência ou “nó” uns sobre ou outros, ao maior número de TEMAS que o mesmo se conecta. Acima, por exemplo, sempre que se falava de POL_NOVOGOVERNO, com grande frequência também se falou sobre POL_MÍDIAS e POL_SAÚDE MENTAL.

Com relação a a espessura das linhas de conexão ou relação de um ator para com um TEMA e entre os TEMAS, haja vista que esses também se relacionam, haja vista que um proferimento pode expressar uma cadeia de TEMAS simultaneamente, representa o qual frequente fora essa relação, o que indica uma “força de conexão”. De acordo com essa, uma circunferência pode ficar mais afastada ou próxima de uma outra que também é conectada na mesma. No exemplo acima, isso pode ser verificado pela maior espessura e posição mais próxima que a categoria ou “nó” MOT_CUIDADO tem para com 18_TEMAEIXO, ainda que a primeira se conecte com 18_ESTRU. Também, MOT_CUIDADO encontra-se posicionada no centro do diagrama porque era o “nó” que mais relação estabeleceu relações com os demais, o que verifiquei e descrevi na cartografia que realizei, haja vista que muito se falou sobre “cuidado” naquela primeira reunião deliberativa, assim como de MOT_EMPODERAMENTO_RESISTÊNCIA e MOT_MEMÓRIAS; estas com grande espessura ou “força de conexão” discursiva, tendo em vista que tendiam a ser temas acionados juntos em grande frequência de proferimentos. Pelo contrário, a partir da mesma análise, podemos ver TEMAS que foram mais “marginais” naquele evento deliberativo, ou seja, que pouco foram frequentes no proferimento, como VULENRABILIDADES_PERFORMANCE e ATORES que pouco falaram e, quando falaram, focaram em temas específicos, como ATO_PARTIDO e MOT_OPOSICOES e POL_MIDIA.